



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia

GILVAN CHARLES CERQUEIRA DE ARAÚJO

**DO UFANISMO EDÊNICO AO SAUDOSISMO HERÓICO:
ideologia e discurso geográfico no ideário nacional brasileiro**

BRASÍLIA/DF

2013



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia

**DO UFANISMO EDÊNICO AO SAUDOSISMO HERÓICO:
ideologia e discurso geográfico no ideário nacional brasileiro**

GILVAN CHARLES CERQUEIRA DE ARAÚJO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, na área de concentração de Gestão Ambiental e Territorial como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Dante Flávio da Costa Reis
Júnior

BRASÍLIA/DF

2013

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia

**DO UFANISMO EDÊNICO AO SAUDOSISMO HERÓICO:
ideologia e discurso geográfico no ideário nacional brasileiro**

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial, opção Acadêmica.

Aprovado por:

Prof. Dr. Dante Flávio da Costa Reis Júnior (UnB)

Orientador

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (UnB)

Examinador Interno

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro (UFG)

Examinador Externo

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília. Acervo 1013471.

Araújo, Gilvan Charles Cerqueira de.

A663d Do ufanismo edênico ao saudosismo heróico: ideologia e discurso geográfico no ideário nacional brasileiro /Gilvan Charles Cerqueira de Araújo. - - 2013. 247 f . : i l . ; 30 cm. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2013.

Inclui bibliografia.

Orientação: Dante Flávio da Costa Reis Júnior.

1. Características nacionais.
2. Estado Nacional.
3. Geografia histórica.

I. Reis Júnior, Dante Flávio da Costa. II. Título.

CDU 918. 1

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

De início gostaria de agradecer os meus pais, Dona Ilzete e Seu Pedro que, com simplicidade e sinceridade, sempre me deram as respostas que eu precisava em vários momentos, não só no percurso desta dissertação, mas em toda minha vida.

Ao meu orientador Prof. Dr. Dante Flávio da Costa Reis Júnior devo toda a minha gratidão, respeito e admiração, por me acolher em Brasília e na UnB, e, apesar de todos os percalços do caminho, consegui com o seu inestimável e incalculável incentivo, estima e acompanhamento finalizar este trabalho.

Aos professores que formaram as bancas de qualificação e defesa do mestrado, Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (UnB, Brasília) e Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro (UFG, Samambaia) e Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy (UNESP, Rio Claro) devo agradecer pelas essenciais, pontuais e inigualáveis considerações sobre o conteúdo do presente estudo.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual a permanência em Brasília seria simplesmente impossível.

Aos remanescentes dos *Nove* (de Araras, Fukuoka, Limeira, Campinas à Vila Velha) é inefável o papel destes na integração existencial da minha própria compreensão interior pregressa, atual ou ulterior. Conclamo-os sem medo de me equivocar em tal entoação.

Aos colegas de pós-graduação pelos diálogos e vivências no decurso do mestrado em Geografia, na incorporação de questões e discussões dentro deste período de formação.

E, por fim, um agradecimento a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que tal etapa da minha formação acadêmica, profissional e pessoal fosse alcançada no engendramento de mais um degrau dentre os infindáveis ainda a serem galgados.

“Es comprensible que insistan en medirnos con la misma vara con que se miden a sí mismos, sin recordar que los estragos de la vida no son iguales para todos, y que la búsqueda de la identidad propia es tan ardua y sangrienta para nosotros como lo fué para ellos. La interpretación de nuestra realidad con esquemas ajenos sólo contribuye a hacernos cada vez más desconocidos, cada vez menos libres, cada vez más solitarios.”

(La soledad de America Latina, Gabriel García Márquez)

RESUMO

A discussão em torno das bases identitárias de um Estado nacional é ampla e complexa. Tendo em vista este caráter de diversidade sobre o tema é que o presente estudo se apresenta, dentro de um recorte analítico espacial e temporal, em relação ao Brasil e sua formação enquanto nação ao longo de sua história. E, em concomitância à temática estabelecida, há o seu aprofundamento e especificidade de argumento dentro deste íterim, que é a questão da presença, permanência e formas de manifestação de uma ideologia espacial, pautada no ufanismo edênico como recurso retórico para a identidade nacional brasileira. Desta forma o foco central do presente trabalho é a busca por uma elucidação do pensamento geográfico brasileiro como fomentador, difusor e mantenedor desta forma de se pensar a formação territorial do país e a simbolização patriótica nacional. A Geografia, ou melhor, os elementos concretos e abstratos de inclinação geográfica, e os geógrafos têm singular papel na angariação teórica e disseminação discursiva desta espacialidade edênica, construída historicamente e revigorada em diferentes interpretações e releituras na sociedade ao longo do processo de formação e consolidação do Estado nacional brasileiro. E para o alcance dos objetivos propostos a metodologia foi a que segue: revisão bibliográfica de autores do pensamento geográfico e também de áreas afins como História, Economia, Antropologia, Sociologia e Ciência Política; a análise do discurso como fonte de instrumentação para o maior aprofundamento frente aos conceitos, temas e teorias trabalhados pelos autores selecionados em relação ao tema da pesquisa; objetivou-se seguir uma orientação que fosse ao encontro de uma crítica à produção do conhecimento geográfico em sua relação com o cerne temático circunscrito pelo estudo. Por fim, é apresentado no corpo desta Dissertação, em suas páginas, capítulos e demais repartições um escopo de debate que prime pela busca por esta presença ufanista no ideário nacional brasileiro, e, mais que isto, na identificação do papel do pensar e fazer Geografia na força temporal e espacial do mito de fundação do Brasil ao longo dos séculos, o do paraíso terreno.

Palavras-chave: Ufanismo Edênico, Pensamento Geográfico, Identidade Nacional

ABSTRACT

The discussion about the bases of national state identity is extensive and complex. With this diversity of character on this matter, that present study is presented within a spatial and temporal approach's analysis, relative Brazil and its formation as a nation during the history. And the topic established concomitantly, there is the further development and specificity of this argument in the meantime, that is the question of the presence, permanence and manifestations of an ideology space, based in Eden as rhetorical boosterism for the Brazilian national identity. Therefore the central focus of this study is the search for an elucidation of Brazilian geographic knowledge as developer, maintainer and protector of this way thinking about shaping process of the country's territorial and national patriotic symbolism. The Geography, or better, the concrete and abstract geographic elements, and geographers have the singular role in raising theoretical and dissemination of this edenic discursive spatiality, historically constructed and strengthened in different interpretations and reinterpretations in society through the process of formation and consolidation of the Brazilian national state. And to reach the goals the methodology proposed was as following: literature of geographical knowledge and also in correlated as such History, Economy, Anthropology, Sociology and Political Science; the discourses analysis as a source of instrumentation for the further deepening forward the concepts, themes and theories worked by selected authors on the topic of research, and finally aimed to follow a direction that would meet a critical to the production of geographical knowledge in your relations with the core theme circumscribed by this study. Finally it is presented in the corpus of this Dissertation, in their pages, chapters and others divisions a scope of discussion that prime of the seeks for this vainglorious presence in the Brazilian national ideology, and more than that, in identifying the role of thinking and doing Geography as a strength of the temporal and spatial foundation myth of Brazil during the centuries, like the earthly paradise.

Keywords: Edenic Jingoism, Geographical Knowledge, National Identity

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O DISCURSO, A CRÍTICA E A RETÓRICA GEOGRÁFICA | 18 |
| O Discurso | 19 |
| A Crítica..... | 25 |
| A Retórica Geográfica | 30 |
| 1ª PARTE – A COLÔNIA | 35 |
| CAPÍTULO 1: DO MITO FUNDADOR AO EDENISMO DA COLONIZAÇÃO LUSITANA: OS OLHARES PERANTE O ANDOR DE UM IMAGINÁRIO | 37 |
| 1.1 Primórdios históricos do edenismo brasileiro | 37 |
| 2.2 A ocupação do território: a fé católica e as primeiras bandeiras | 54 |
| CAPÍTULO 2: O OURO, O PODER ESTATAL E O PRINCÍPIO DE TERRITORIALIZAÇÃO: VIESES DA PRÁTICA E DO DISCURSO | 77 |
| 2.1 A exploração aurífera e a intervenção estatal no território | 83 |
| 2.2 A pulsão regionalista: o legado dos dissidentes..... | 103 |
| 2ª PARTE – O IMPÉRIO E A REPÚBLICA | 123 |
| CAPÍTULO 3: ATRASO TÉCNICO, VIAJANTES E AVENTUREIROS: FACES DO ENFRENTAMENTO DA NATUREZA SELVAGEM | 126 |
| 3.1 Os reflexos territoriais do anacronismo imperial e republicano..... | 128 |
| 3.2 Aventureiros e viajantes: os relatos do encanto e óbices das selvas, serras e sertões | 148 |
| CAPÍTULO 4: OS ECOS EDÊNICOS DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: DAS BASES MODERNAS À GEOGRAFIA BRASILEIRA | 173 |
| 4.1 A Geografia Moderna e seu olhar para o Novo Mundo..... | 176 |
| 4.2 A Geografia brasileira e a retórica ideológica da ufanía territorial..... | 198 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 226 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 229 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| QUADRO 1: CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO COMERCIAL ENTRE PORTUGAL E SUAS COLÔNIAS | 89 |
| QUADRO 2: PRODUÇÃO DE OURO NO BRASIL SÉCULO XVIII | 98 |
| QUADRO 3: AUTORES NEOCLÁSSICOS E ROMÂNTICOS (1ª GERAÇÃO) ... | 106 |
| QUADRO 4: RITMO CÍCLICO DAS CONSTRUÇÕES FERROVIÁRIAS IBERO-AMERICANAS..... | 141 |
| QUADRO 5: PRINCIPAIS VIAJANTES NO BRASIL NO PERÍODO IMPERIAL E INÍCIO DA REPÚBLICA | 158 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1: Jardim do Paraíso com a Queda do Homem de Jan Brueghel e Peter Paul Rubens (1615) | 35 |
| Figura 2: O Jardim do Éden de 1610-1612 de Jan Brueghel (O Velho)..... | 40 |
| Figura 3: Capa do livro O Brasil pitoresco e monumental (1856) de Pieter G. Bertichen | 41 |
| Figura 4: Andrômeda, perseo, o triangulo (entre 1799-1801) de Manuel L. R. Viana.. | 47 |
| Figura 5: The Belgian Lion, de (1648) de Claes Jansz Visscher | 50 |
| Figura 6: Europe Regina Map de 1570 de Sebastian Münster | 50 |
| Figura 7: Planisfério de Cantino de 1502 | 51 |
| Figura 8: Mapa Mundi de 1507 de Martin Waldseemüller | 51 |
| Figura 9: Planisfério de Johannes Kepler de 1619 (nome original: Tabulae Rudolphinae, Quibus Astronomicae Scientiae, Temporum Longuinitate Collapsae Restauratio Continentur) | 52 |
| Figura 10: Atlas Miller de 1519 elaborado conjuntamente por Lopo Homen, Pedro e Jorge Reinel | 52 |
| Figura 11: Capitánias Hereditárias: “Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas, e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães”, de Luís Teixeira (1586) | 56 |
| Figura 12: Mapas do Brasil e África de 1640 de João Teixeira Albernaz | 57 |
| Figura 13: Trabalhadores de Engenho de açúcar de 1835 de Johann Moritz Rugendas | 60 |
| Figura 14: Fazenda de Quissaman pris de Campos (século XIX sem data) de Jacottet, Louis-Julien | 61 |
| Figura 15: Acampamento de bandeirantes | 67 |
| Figura 16: Domingos Jorge Velho e Antonio Fernando Abreu, de 1903, de Bendito Calixto | 68 |
| Figura 17: Domingos Jorge Velho e Antonio Fernando Abreu, de 2012, de Éber Evangelista | 68 |
| Figura 18: índios (século XVIII) de Carlos Julião | 69 |
| Figura 19: Planta de Missão Jesuítica (Plano de Candelária) | 72 |
| Figura 20: Primeira Missa do Brasil, de 1861, de Victor Meirelles | 72 |
| Figura 21: Julgamento de Felipe dos Santos de 1923 de Antônio Parreiras | 77 |
| Figura 22: Mappa da freguesia da Villa do Príncipe (sem data) | 88 |

| | |
|---|-----|
| Figura 23: Amériqúe Méridionale de 1750 de Didier Robert de Vaugondy | 88 |
| Figura 24: Mapa Mundi de 1720 de Guilherme DeLisle | 89 |
| Figura 25: A rota dos tropeiros | 95 |
| Figura 26: Estrada Real e Caminho da Bahia..... | 96 |
| Figura 27: Lavagem de ouro de 1834, Gravura de Johann Moritz Rugendas | 100 |
| Figura 28: Extração de Diamante (séc. XVIII) de Carlos Julião..... | 100 |
| Figura 29: Batalha dos Guararapes de 1879 de Victor Meirelles..... | 117 |
| Figura 30: Guerra dos Farrapos (sem data) de Wash Rodrigues | 117 |
| Figura 31: Bandeira da República Bahiense | 119 |
| Figura 32: Bandeira da República Rio-grandense | 120 |
| Figura 33: Terceiro Patamar e Viaduto da Grota Funda, 1920..... | 123 |
| Figura 34: Bandeira do Império do Brasil..... | 132 |
| Figura 35: Expansão do Cultivo de Café no Brasil | 142 |
| Figura 36: Estação Central de Ponta Grossa/PR em 1935 | 144 |
| Figura 37: Estação Central de Rio Claro/SP | 144 |
| Figura 38: Laranjeiras, gravura de Maria Graham de 1821. | 150 |
| Figura 39: Árvore no bairro da Graça (Bahia), gravura de Maria Graham de 1824. ... | 150 |
| Figura 40: Marcha de uma tropa no interior do Brasil, gravura de Oskar Canstatt. ... | 154 |
| Figura 41: Alexander von Humboldt et Aimé Bonpland (Orinoco, Venezuela), de Eduard Ender | 160 |
| Figura 42: Marechal Cândido Rondon com índios Paresi de 1912..... | 169 |
| Figura 43: Vista aérea de Fordlândia no estado do Pará (Rio Tapajós à esquerda)..... | 171 |
| Figura 44: Meio Ambiente de Cândido Portinari de 1934. | 173 |
| Figura 45: Capa do Livro de Quadros da Natureza de Alexander von Humboldt. | 179 |
| Figura 46: Gravura de Humboldt do Chimborazo (Equador) – York University..... | 183 |
| Figura 47: Gravura do Vulcão Cotopaxi (Equador) de A. Stuebel..... | 183 |
| Figura 49: Colônia da Fazenda São Martino em Ribeirão Preto/SP | 195 |
| Figura 50: Zonas Pioneiras do Brasil | 203 |
| Figura 51: Mapa limites territoriais entre Brasil e Argentina..... | 206 |
| Figura 52: Mapa Limites territoriais entre Brasil e as Guianas..... | 206 |
| Figura 53: Mapa do Brasil General Golbery do Couto e Silva. | 211 |
| Figura 54: Plano Nacional de viação..... | 219 |
| Figura 55: Território Amazônico | 219 |
| Figura 56: Folders de divulgação da Copa de 2014, sedes de Manaus e Rio de Janeiro | 224 |

INTRODUÇÃO

Um Estado nacional é composto por elementos indispensáveis para sua constituição material e imaterial (AZAMBUJA, 2005; BURDEAU, 2005). No plano material temos a área, o território no qual vive uma sociedade e os limites deste recorte geográfico, que são chamados de fronteiras, onde terminam os domínios e se iniciam as possessões alheias. Estar vinculado a um território supõe a posse desta porção do espaço geográfico, o seu controle e regulação, a base para o desenvolvimento técnico da sociedade em seu caminhar histórico.

Mas não só de materialidade se faz um Estado nacional, há também o plano imaterial, talvez a verdadeira vinculação entre os indivíduos de uma sociedade. Certos elementos identitários são de suma importância na formação de um Estado-nação, são eles: a raiz idiomática, sua formação histórica e geográfica e o escopo cultural que darão o aporte normativo das instituições e organizações ao longo de seu desenvolvimento.

Se são necessárias as bases concreta e abstrata para a constituição de um Estado-nação, mais importante ainda é sua história. É por meio da evolução temporal, dos desmembramentos e nuances pretéritas que se fará observável e analisável a silhueta objetiva e subjetiva dos aspectos formativos de uma nação e seu território.

O Brasil possui uma formação histórica e territorial peculiar, em especial em comparação com o cenário latino-americano (RANGEL, 1981). Marcado primeiramente por um desinteresse de sua metrópole portuguesa, a Colônia se viu estagnada anacronicamente por mais de três séculos, em um sistema político e econômico calcado no centralismo despótico e na exploração primordialmente agrícola do seu território.

A população brasileira ainda nos dias atuais se depara com pensamentos europeizados de uma inacessível identidade nunca alcançada. A construção da identidade nacional perpassou ora planos de maior distanciamento das características culturais do país, como no caso da angariação de dados faunísticos, florísticos e também antropológicos pelos naturalistas do século XIX, até o momento do tom mais questionador dos pensadores do país iniciado nas primeiras décadas do século XX (CARVALHO, 1998; IANNI, 2004).

E neste percurso tortuoso da postura com relação à ideia de Brasil haverão cenários marcados pela dialética histórica do engendramento do estado nacional brasileiro. Dialética pelo fato de sempre ter havido uma clara distinção de interesses nas ações e atitudes exercidas pelas classes dominantes, deixando de lado a imensa maioria da população colonial subalterna. O fator histórico se aproxima aqui de toda uma lógica

discursiva destes intermináveis conflitos díspares que exalavam as tentativas minoritárias de alçar uma via de saída contra a opressão, ordenação, regulação e principalmente dominação do governo.

Algumas destas insurreições contra os diversos regimes dominantes ao longo das história do Brasil são a Confederação dos Tamoios: 1556-1567, Guerra dos Potiguares: Guerra dos Palmares: século XVII, Guerra dos Emboabas 1707-1709, Guerra dos Mascates: 1710-1711, Inconfidência Mineira: 1789, Conjuração Baiana: 1798, a Confederação do Equador: 1824, Guerra dos Farrapos: 1835-1845, Revolta da Armada: 1893-1894, Revolução Federalista: 1893-1895, Guerra de Canudos: 1893-1897, Revolta da Vacina: 1904, Revolta da Chibata: 1910, Guerra do Contestado: 1912-1916, etc. (HOLANDA, 1959; 1984).

Naturalmente não há pretensões de extrairmos todos os desenrolares de cada revolta, incitação popular, guerra ou revolução ocorrida ao longo da história brasileira. No entanto eventualmente far-se-á uso específico a título de exemplificação de algum acontecimento desta natureza, quando obviamente o contexto da análise fizer jus a tal intervenção histórica.

Quando, por fim, se busca em nossa própria história um sentido para a mesma, capaz de englobar toda uma herança desigual, sangrenta, exploratória e ignorada, o que se tem como enfoque é a sublimação edênica, como canonização de um imaginário, tanto natural como social para servir de costura amparada por uma suposta coesão material e imaterial da totalidade nacional, selada pela abstinência icônica dos heróis e pelo ufanismo quinhentista de outrora (HOLANDA, 1948; IANNI, 2004). Em outras palavras, no decurso histórico da formação social e espacial do Brasil percebe-se a presença de uma proposição do seu sentido, neste caso, com uma pauta simbólica apoiada no edenismo como ponto de sustentação desta destinação histórica, num constante processo de renovação de uma condição mítica fundacional.

Também há de se destacar a magnitude de um aprofundamento a respeito da identidade nacional, formação territorial e evolução histórica do Brasil. Desta maneira mesmo que consideremos o teor dialético destas diretrizes engendradoras fica ao encargo de um enfoque cultural, humanístico e crítico, debruçar-se nos aspectos existenciais das características formativas de uma nação, neste caso, a brasileira.

Optando por fazer este diálogo entre a dialética histórica – que por si só já demanda uma complexidade notória – com uma postura de aproximação humanista e cultural, em especial por se tratar de uma proposta que se dispõe a discutir como os símbolos e ícones nacionais se mostram aos indivíduos da sociedade, espera-se

engendrar-se nesta proposta uma análise o tanto ampla quanto abarcadora dos principais fatores que contribuíram direta e indiretamente para a perduração da ideação edênica do território brasileiro ao longo do tempo, e também, as formas pelas quais houve a influência deste imaginário em relação ao espaço geográfico nacional.

A história do pensamento, este é o epicentro objetivo da presente pesquisa. Neste caso estão presentes duas acepções norteadoras. Primeiro, há a preocupação com a história do pensamento brasileiro; e já adiantando a cautela pela magnitude existente, deixar-se-á claro que em nenhum momento se fará como meta uma pretensão de teoria geral sobre o assunto. Em peculiar enfoque, serão sobressaltados os elementos da história do pensamento brasileiro que se fizerem pertinentes à temática trabalhada.

Portanto se o andor maior dos estudos se pauta na análise discursiva do ufanismo edênico na formação territorial brasileira, então será justamente nas fronteiras desta delimitação teórica, que os elementos advindos da história do pensamento no Brasil serão buscados e devidamente referenciados de acordo com sua demanda particular.

A outra acepção se encontra não só numa análise histórica, mas também epistemológica. Neste sentido se apresenta a Geografia, como constructo epistêmico primário em todas as etapas de desenvolvimento da pesquisa. Procurar-se-á permear o discurso geográfico em todas as explanações e reflexões, atentando aos pontos de conexão do aparato conceitual da Geografia com a temática explorada na argumentação.

Derradeiramente, o auxílio semântico e epistemológico de outras categorias científicas e filosóficas se fará necessário, como por exemplo: Poder, Estado, Cultura, Ideologia, Discurso, Nação, Crítica, Civilização, etc. A Geografia vista e entendida não como uma mística ciência responsável pelo saber total sintetizado, mas sim como uma imponderável via de acesso analítico para as mais diversas problemáticas envolvendo as relações humanas pela dimensão espacial.

Tendo por início tais parâmetros, partamos para a organização do trabalho em si. A primeira parte, destinada ao período colonial, tratar-se-á da formação territorial do Brasil, cabendo aos capítulos 1 e 2 tal objetivo. Será apresentada uma releitura crítica dos meandros históricos nas esferas política, econômica e social do engendramento do estado nacional brasileiro – inicia-se pela chegada dos portugueses, perpassa pelo período de exploração aurífera e por fim os efeitos da chegada da família real e o processo de independência do país –, sempre intercalando a definição de conceitos-chave para a sustentação argumentativa do período elevado como prioritário no momento sublinhado. Também os elementos da retórica geográfica estão presentes em todo o percurso capitular inicial correspondente à formação territorial do Brasil e as

bases do ufanismo edênico que permeou este processo desde os seus primórdios até os ecos no período recente de nossa história.

Aos capítulos 3 e 4 – que compõem a segunda parte, destinada ao período imperial e à república – fica o encargo reflexivo e conclusivo do quadro geral apresentado nos dois primeiros capítulos. Sendo que na terceira parte é dado o enfoque no papel dos viajantes em meio à fase imperial, em uma confluência da influência e desenvolvimento técnico no próprio aperfeiçoamento da ciência geográfica não só no Brasil, mas no mundo todo. Já ao quarto capítulo é dado o foco na influência geográfica clássica (alemã e francesa) e a maneira como tal influência se infiltra na Geografia brasileira, do início do período republicano até os dias atuais, tendo como recorte para tal análise a presença e formas de manifestação da ideologia espacial do ufanismo edênico dentro das pautas de estudos do pensamento geográfico.

E o encerramento do rol capitular se dá com uma proposta de pensamento sobre o ideário nacional brasileiro em outros moldes, tangenciando o ciclo vicioso das prerrogativas essencialistas, que se incrustaram nos discursos de dominação desde que o primeiro colonizador aqui assentou seus pés. Defender o devir identitário preterindo o rijo categorial postado verticalmente é se impor enquanto detentor dos rumos de uma história própria.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O DISCURSO, A CRÍTICA E A RETÓRICA GEOGRÁFICA

Os procedimentos metodológicos do presente trabalho se pautaram numa tríade de análise: o discurso, a crítica e a retórica geográfica. A escolha por tais diretrizes procedimentais se deu pela complexidade do tema estudado, e também por ser possível uma trilha conceitual e metodológica plausível de contemplação das nuances com que a proposta e os objetivos da pesquisa se comprometem.

Inicialmente, explicitaremos o discurso como forma representacional, histórica, espacial e reflexiva, capaz de esmiuçar o modo de pensar de uma sociedade num determinado período. O discurso é a manifestação epistêmica da capacidade de atribuição de sentidos pelo homem. Desta maneira, a abrangência de uma análise discursiva extrapola os campos linguísticos técnicos; a sua estatura social do discurso se enraíza nas relações humanas, que vão do eu ao outro, ambos entrelaçados de forma inerente ao mundo, num movimento contínuo e incessante.

Muitos foram os postulados críticos elaborados por pensadores de todas as áreas do conhecimento em diferentes épocas, sem fazermos aqui distinções no âmago do julgo de valor de tais críticas. Há de se destacar a perene iminência de um sistema filosófico ou agrupamento de saberes científicos serem engendrados e aplicados, seguindo uma lógica de interesses particulares, deturpando por completo a ideia de um saber ou conhecimento alheio à apropriação ideológica, seja para quais forem os fins ensejados por aqueles que os elaboraram e difundiram.

Questionar a retórica geográfica é mais do que uma incitação hipotética de estudos, é procurar compreender a dinâmica da formação, uso, amplitude e transformações do arcabouço teórico e discursivo de uma ciência. É estudar a própria epistemologia desta ciência, estruturada por seu desenvolvimento e desdobramentos históricos. O cientista seja de qual área for é o arauto da ciência que representa, portanto está inserido numa lógica discursiva de uma linguagem específica, pautada em correntes de pensamento, aplicabilidades e teorias fundamentadas num cânone epistêmico basilar.

Estas são as diretrizes metodológicas procedimentais que nortearão todo o percurso do estudo presente. A interação destes procedimentos propiciará o substrato de sustentação dos argumentos, assertivas, constatações, inquirições e conclusões que, juntos, se farão presentes no decorrer de todo o desenvolvimento textual.

O Discurso

O homem se constitui primariamente por ser social e possuir a capacidade de engendrar a própria história. O percurso temporal e espacial do ser humano é permeado por sua relação com o mundo; a consciência apreende as coisas, tudo o que está ao nosso redor, ou seja, a relação entre sujeito e objeto ocorre. Esta relação dualística e dialética é a base de toda a questão da trajetória dos principais questionamentos acerca da capacidade de conhecer que temos (BACHELARD, 2006)

Ao estabelecer contato com a realidade objetiva, o homem conhece e se faz conhecido, e isso se deve ao processo de atribuição de sentido ao meio que o circunda (CHAUÍ, 2003). No entanto, a significação é dada e possibilitada pela intencionalidade qualificadora que há na direção do sujeito para o objeto, frequentemente atrelando atribuições de cunho ideológico por meio deste processo de qualificação entre as partes que constituem esta dualidade.

Este é o caminho circular ou elíptico existente na relação sgnica entre o sujeito e o objeto. Haverá conseqüentemente uma maneira pela qual a consciência que vê e se faz ver, ouve e se faz ouvir, escreve e se faz escrever, sente e se faz sentir, toca e se faz tocar. Esta maneira cíclica do processo de conhecimento se dá por meio da linguagem – sendo esta não apenas um componente estruturante da sociabilidade, mas também, na maior parte das vezes uma necessidade do ser humano –, ela é o fio condutor capaz de agregar os estágios do conhecer (BACHELARD, 2006; CHAUÍ, 1999).

A capacidade de erigir diferentes formas de linguagem singulariza o ser humano de qualquer outro ente. A estruturação de um sistema linguístico pode variar de alguns simples arranjos gestuais, fonéticos ou pictóricos até os mais complexos conjuntos e associações de símbolos. O que se torna peculiar na linguagem em si não é a sua amplitude ou aplicação, mas sim, a via pela qual se torna possível o vínculo verbal ou não entre indivíduos; em síntese, tornar possível a comunicação.

Comunicar-se é criar um vínculo de trocas de informações. Quem se comunica com alguém tem por objetivo inicial transmitir uma mensagem, seja qual for a forma de manifestação desta. Este agrupamento de vetores e atores se posicionam cada qual com a sua função: locutor, o receptor, o meio de difusão, e a resposta, ou construção de um novo ato de comunicação para assim manter a circulação informacional aberta a entendimentos e compreensões (SANTAELLA; NÖTH, 2004). A linguagem e a comunicação se interlaçam, completando-se, e gerando os contornos de um nível mais

elevado, conceitual e compreensivo, tanto de uma como de outra, dando origem ao discurso (AZEVEDO, 2010).

Segundo Foucault (2002) o discurso está para além de um sistema, estrutura ou ordenamento semiótico, ele deve ser entendido como a manifestação do modo de pensar de uma sociedade em determinado período, suas práticas, técnicas, cultura, instituições e organizações. É possível dizer que um discurso de uma sociedade é sua própria definição identitária, englobando os aspectos materiais e imateriais que a configura.

Portanto em toda sociedade existe um modo de pensamento, um discurso. E por seu imensurável poderio de agenciar significados e de regular práticas e técnicas sociais, o discurso está sujeito à influência, controle e dominação de grupos aristocráticos, oligárquicos, que submetem toda uma ordem societária aos seus desígnios normativos e interesses particulares¹.

O plano de ação do discurso se dá então em duas frentes tanto quanto distintas como complementares: o ideário e a ideologia. A primeira vertente, sem que a ordem represente aqui alguma diferenciação no patamar de importância, correspondente ao ideário está ligado ao seu radical etimológico, ou seja, a ideia.

Uma ideia é a abstração projetiva de um ente. Em linhas gerais idear alguma coisa é dissecar de um ente qualquer um de seus atributos qualitativos (AZEVEDO, 2010). Portanto, se observamos um ente e dele começarmos a detectar as características gerais, com o passar do tempo outros entes com características semelhantes se juntarão num grupo mais abrangente, formando assim a ideia geral de uma determinada coisa (BARTHES, 2008). A abstração ocorre num plano superior ao da ocorrência imanente; seu processo consiste em estruturar um verdadeiro rol de ideias acerca de tudo o que existe no mundo (CHAUÍ, 2003).

O ideário ou imaginário social é um conjunto de ideias. Em termos sociológicos podemos expandir esta definição para todas as formas de representação e interpretação sobre o mundo. O ideário social se equivaleria aqui à cultura, como sendo uma totalidade dos traços cognitivos, ritualísticos, imaginários e simbólicos de uma sociedade (EAGLETON, 2005; LARAIA, 2003).

Já a ideologia está ligada etimologicamente ao verbete “ideia” (do grego *eidōs/eidea*), que significa imagem, uma representação; e logia do grego *logos*, que inicialmente era utilizada como correspondente a palavra, e posteriormente sendo

¹ Conforme referido no início desta repartição o ser humano apesar de ser detentor dos rumos que sua história pode tomar, está inevitavelmente sujeito às influências de interesses (intencionais, ideológicos, de classe, etc), que por meio de uma presença de dominação se vê influenciado por discursos que sustentam estas posições de superioridade, controle, ou de dominância (FOUCAULT, 2002).

utilizado como razão, de onde derivou a acepção moderna de pensamento, estudo, reflexão (CHAUÍ, 2003; 2008; EAGLETON, 1997).

Partindo destas colocações podemos entender ideologia em dois sentidos distintos. O primeiro de um modo simplório e sem muito aprofundamento social, seria a capacidade de alguém – ou grupo particular – tem de impor sua maneira de pensar, ou seja, seu ideário a outras pessoas. Esta imposição se daria pelo poder de dominação e controle que estaria acima dos outros indivíduos de uma sociedade.

A segunda concepção de ideologia está mais próxima do pensamento histórico e dialético. Se a história ocorre no choque entre classes sociais com forças desiguais, o poder de dominação se alastrará em todos os níveis da vida daqueles que foram submetidos aos intentos das classes dominantes, em outras palavras, há a possibilidade de modulação da(s) ideologia(s) enquanto função social, a depender de quem a impõe ou detém seu poder discursivo demonstrado em ações, objetos e situações, todas seguindo a diretriz intencional do *corpus* ideológico que a subjaz (CHAUÍ, 2008).

O interesse ideológico normalmente vai de encontro ao ideário social, controlando-o, dominando-o, influenciando-o. Para Chauí por meio da ideologia “[...] o ponto de vista, as opiniões e as ideias de uma classe das classes sociais – a dominante e dirigente – tornam-se o ponto de vista e a opinião de todas as classes e de toda a sociedade.” (CHAUÍ, 2003, p. 174-175).

O poder discursivo aqui é levado às últimas consequências, elevando todas as suas potencialidades e alcance dos mais singelos e minuciosos detalhes até escalas nacionais, continentais e planetárias. A ideologia é justamente este movimento discursivo, produtora de sentidos lógicos de controle, e estruturadora da ordenação do poder pelos produtores deste discurso:

A palavra “ideologia” é, por assim dizer, um *texto*, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes históricas, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado. (EAGLETON, 1997, p. 15 – grifo do autor)

Associando então o discurso ideológico à produção dirigida de sentidos chegaremos ao cerne da criação, difusão e imposição deste discurso em uma sociedade, que são as instituições, sejam elas econômicas, acadêmicas, políticas e culturais. Instituir significa dar a algo um valor normativo, ou seja, legitimando sua validade perante a sociedade, atingindo assim diretamente o ideário social, em uma verdadeira distribuição de papéis e funções aos indivíduos (FOUCAULT, 2002; CHAUÍ, 2008).

Por isso, instituições como escolas, universidades, congressos, parlamentos, centros de decisões financeiras e órgãos ligados a atividades culturais, têm em suas mãos um alto grau de poderio discursivo e ideológico (ESCOLAR, 1993; LYOTARD, 2007). A confluência deste diferentes atores sociais e seus respectivos discursos é que forma a totalidade complexa de produção de sentidos, símbolos e elementos sógnicos da sociedade, permeando o processo histórico com suas nuances, permanências, alterações e difusão.

Numa proximidade maior com a filosofia, o discurso possui um desdobramento analítico em seus modos de ocorrência, ou seja, na(s) linguagem(s) que o fundamentam. E por esta razão é que há um campo específico do pensamento filosófico que se debruça sobre estas questões: a Filosofia da Linguagem; e numa vertente de aprofundamento metodológico e teórico destas cercanias do saber há também a Semiótica e Semiologia, que tratam da relação entre o discurso e os signos que a ele se associam na formação de enunciados de significações. No que se refere ao presente trabalho faremos uso de algumas conceituações que nos auxiliarão na formulação de seus argumentos.

Desta forma a linguagem é entendida como um *sistema de signos*², e o signo é algo que se coloca no lugar de outra coisa, ou seja: “[...] uma coisa que representa uma outra coisa: seu objeto. Ele só pode funcionar como signo se carregar esse poder de representar, substituir uma outra coisa diferente dele. Ora, o signo não é o objeto. Ele apenas está no lugar do objeto.” (SANTAELLA, 2003, p. 12 – grifo da autora).

Assim é que se estabelece a relação entre o significado (o conceito, a acepção, a significação, a projeção representativa do sentido na reflexão do signo) e o significante, que é o que significa, ou seja, aquilo que é alçado à condição de signo, podendo ser uma imagem, um som, um objeto ou artefato numa visão mais concreta, ou então, até mesmo os mitos ou fatos históricos, num sentido de maior abstração do significante. Segundo Aranha e Martins (1998; 2003) os signos podem ser classificados de acordo com três grandes aspectos de sua funcionalidade, são eles:

a) O signo como *índice* ou *indício*, tendo uma relação de causa e efeito, como, por exemplo, em sinais apresentados que possivelmente remeterão a outro acontecimento ou situação (um artifício muito utilizado na prática investigativa científica, em sua metodologia de busca por explanações dos mais diversos fenômenos e suas causas), como ocorre nas mudanças climáticas, estudos comportamentais clássicos, ou então, nas

² Autores como Pierre Bourdieu referem-se diretamente à terminologia sistema de símbolos, pois por símbolo já entende a arbitrariedade da atribuição do significado à representação de uma coisa, o signo.

operações matemáticas nas quais um sinal de dada disposição de elementos (símbolos com alcunha de indícios) determinam toda a evolução operacional de um cálculo no qual este sinal está inserido. Como exemplo de índices ou indícios há uma nuvem carregada que precede uma chuva, uma pegada que denota um andar ou correr de alguma espécie animal, a utilização de signos operacionais para cálculos matemáticos, físicos, químicos, etc;

b) Se a relação for arbitrária teremos uma das formas mais exploradas dos signos que são os *símbolos*, pois sua significação está sujeita à escolha deste significado por aqueles que o elegem, havendo então uma infinita gama de contingências de cunho econômico, cultural, social, político, histórico e territorial que podem influenciar esta arbitrariedade da significação dos símbolos. Os símbolos possuem uma gama de exemplificação bem ampla, já que a relação de arbitrariedade na atribuição de significado permite que isto ocorra com objetos como livros, frutas, trilhas, e também com rituais culturais, festividades, sentimentos e ações dos mais variados;

c) Há também a relação de semelhança, ou, quando a um signo é atribuído o significado de *ícone*, como é o caso das imagens, onomatopeias e desenhos, mas também há a relação icônica advinda da tradição judaico-cristã – e outras tendências de cunho místico e religioso em todo o mundo – que dá ao ícone a significação de algo a ser seguido, o exemplo ideal, ou seja, a relação totêmica a um referencial imagético, um modelo, (concreto ou abstrato) normalmente ligado a um arcabouço cultural e historicamente estabelecido numa sociedade. Em outras palavras o termo ícone pode ser entendido também como sendo uma subdivisão da própria definição do símbolo, pois em seu âmago o ícone já carrega a escolha arbitrária que fundamenta seu sentido. Os exemplos mais claros de iconografia está na imensa referência a santos e imagens no catolicismo cristão, e também, na arte e teoria musical, quando são eleitos representantes de um ecrã canônico para serem utilizados como pautadores da herança destas formas de expressão criativa.

Por meio destas três formas do entendimento do que é um signo podemos logicamente encontrar convergências entre elas, pois haverá signos que se comportarão como ícone, símbolo ou índice, isolada ou conjuntamente, a depender de cada caso em questão. E além desta relação da maneira como o signo se comporta é possível também colocarmos em evidência o papel da linguagem que haverá na produção e difusão destes signos, pois assim como nos lembra Pierre Bourdieu (2009) é através da linguagem e da ordenação e estruturação do discurso que os símbolos se transformam em verdadeiros

sistemas estruturados, para assim darem as conformações das visões de mundo, da realidade dos indivíduos que tiverem este sistema simbólico (sínico, em sentido amplo) como referência:

Os <sistemas simbólicos>, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnosiológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, <uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concorrência entre as inteligências>. (BOURDIEU, 2009, p. 9 – grifos do autor).

Quando nos propomos a fazer um aprofundamento sobre a questão da influência da ufania edênica na construção da identidade nacional brasileira estamos, portanto, nos aproximando destas três definições do signo, pois, a um só tempo temos a manifestação destas modulações sínicas, formando com base nesta significação edênica um verdadeiro sistema de signos (ou símbolos como chama Bourdieu) com estreita relação com este ideário da ufania das características naturais brasileiras (e sociais a partir do século XIX e XX), originando índices, símbolos e ícones do mais variados tipos.

Alguns exemplos destas modulações sínicas em nossa história são recorrentes, como índice clássico de nacionalismo temos a associação verde-amarelista em campanhas de governo, normalmente associadas a programas culturais, esportivos e econômico-sociais, assim como o foram nos governos populistas e militares do século passado. Em relação aos símbolos, estes são mais costumeiramente encontrados nas referências florais e animais do ufanismo edênico secular brasileiro, e um bom exemplo recente desta simbologia está na impressão simbólica destas características nas cédulas da Unidade Real de Valor (URV) a partir do ano de 1993 com o Plano Real, que além de procurar sanar os problemas econômicos dos governos anteriores, possuía uma clara mensagem de identificação populacional com suas características estéticas. E como ícones e aqui temos a relação simbólica também, há de certa maneira toda a gama sínica do aparato heráldico do referencial nacionalista canônico, ou seja, a acumulação significa do que seriam os signos a receber a chancela de ícones, em outras palavras, aqueles aos quais devem ser seguidas as demais referências da identidade nacional do país, como, por exemplo, a fauna, a flora, a bandeira, o hino, os heróis, os lugares sacralizados por eventos históricos, etc.

Deste modo, para a elaboração de um escopo analítico que nos permita caminhar dentro do argumento central deste trabalho: as ideologias espaciais do ufanismo edênico na história do Brasil, fazendo então uso, de duas fontes sínicas expressas por

linguagens diferentes e complementares, que contribuem para o fortalecimento deste discurso, a saber: 1) a iconografia imagética artística (principalmente pictórica) e cartográfica, pois em si mesmas estas expressões sígnicas já contém uma imensurável profundidade de significações que extrapolam a simples representação das imagens que as constituem; 2) como suporte argumentativo haverá obras literárias, que se destacam no fortalecimento do sistema simbólico, pautado no ufanismo edênico que permeia a história do Brasil a mais de cinco séculos, por meio de romances, poemas, crônicas, cartas e demais registros escritos de época e contemporâneos, sendo que na dissertação os romances e poemas serão explorados dentro da contingência de sua expressão para o argumento da temática trabalhada.

Neste trabalho acompanhando esta premissa metodológica da seleção sígnica com uso de expressões iconográficas e literárias, em cada divisão capitular de um total de quatro (conforme exposto na introdução) há o uso da iconografia pictórica e cartográfica. E no que tange à exposição literária, levando em consideração a quantidade em demasia de referências, far-se-á uso de duas obras em cada capítulo e também o angariamento, de outros textos e autores para uma melhor circunscrição analítica do recorte temático em questão.

A Crítica

O conhecimento é e sempre será um processo, imbuído de procedimentos lógicos, práticos, cotidianos, ordenados ou não. Em sua essência, o conhecimento é um fenômeno resultante da relação entre o sujeito e objeto, que se influenciam mutuamente tornando possível o conhecimento³.

Apesar do embate secular entre as correntes idealistas e empiristas (realistas) da teoria do conhecimento, faremos uso de um posicionamento epistemológico central, ou seja, tanto o mundo afeta o ato de conhecer como também o sujeito conhecedor mobiliza suas atitudes e ações com o mundo, conhecendo-o, modificando-o e atribuindo-lhe significados e abstrações. Esta colocação é plausível pelo fato de tanto idealistas como empiristas realistas buscarem uma justificativa para um conhecimento absoluto do real; neste sentido o ceticismo surge como resposta para

³Para Johannes Hessen (1980), o conhecimento possui diferentes explicações da sua possibilidade de surgimento e também da sua origem, no entanto em todas as propostas, o ato de conhecer perpassa por um processo que segue padrões de acordo com o modelo que está sendo utilizado na explicação.

ambas as propostas, colocando um meio termo regido pela possibilidade da dúvida e da incerteza (BACHELAR, 2006; CHAÚÍ, 1999; HESSEN, 1980).

A reflexão efetuada a respeito do processo de conhecimento se apresenta justamente no seu cerne epistemológico: a questão da validade e legitimidade deste conhecimento (HABERMAS, 1982; SANTOS, 2005); a possibilidade de engendrar um saber puro, alheio aos anseios, paixões, desejos, aflições, afinidades e opiniões ou posicionamentos do sujeito conhecedor, seja ele o cientista independentemente da área de especificidade teórica e metodológica, e até mesmo no que tange ao pensamento filosófico e suas inquietações, questionamentos e teorias (JAPIASSU, 1975).

A busca pela objetividade do conhecimento é visível em diferentes momentos na história do pensamento ocidental, produzindo numerosos postulados, ensaios e profundos estudos a respeito desta temática:

Durante séculos, a Filosofia ofereceu duas respostas a essas perguntas. A primeira ficou conhecida como **inatismo** e a segunda, como **empirismo**. O inatismo afirma que ao nascermos trazemos em nossa inteligência não só os princípios racionais mas também algumas ideias verdadeiras, que, por isso, são ideias inatas. O empirismo, ao contrário, afirma que a razão, com seus princípios, seus procedimentos e suas ideias, é adquirida por nós pela experiência. (CHAÚÍ, 2003, p. 68-69 – grifo do autor)

O esforço erigido pelos representantes de cada uma destas correntes seguia no sentido do enrijecimento do pensamento e da produção do conhecimento, na tentativa de alcançar seu fundamento. Esta busca incessante pelo caráter neutro da verdade advinda do conhecimento científico abdicou por completo qualquer tipo de interferência subjetiva à qual a produção do conhecimento que por ventura viesse a estar sujeita. Eximem-se, assim, de forma ingênua da influência das ideias, vivências, bagagem experiencial e condições contextuais às quais o sujeito conhecedor possa estar direta ou indiretamente ligado ou influenciado⁴.

Para Jürgen Habermas (1982) e também para Boaventura de Sousa Santos (2005) a fé cega nos preceitos científicos e racionais criou o que ele chama de *cientismo*, que é a sublimação do método científico como única forma legítima de adquirir conhecimento. Já para Marilena Chauí (2003), esta crença no saber científico origina o cientificismo, fazendo surgir tanto uma ideologia da ciência, como também uma mitologia da ciência, onde fecunda há séculos a ilusão da neutralidade científica.

⁴Não só a neutralidade e objetividade se colocam em xeque, mas também o próprio critério de verdade. Idealistas e empiristas defendem o conhecimento absoluto do real, no entanto sua teoria repousa em objetos e situações ideias. Para Hessen (1980), esta busca perpassa os elementos psicológica, lógica e ontológica, a verdade fenomênica originária seria intangível, mesmo utilizando-se como substrato uma suposta neutralidade no processo de conhecimento.

Apresentados estes termos iniciais, nos deparamos com o questionamento: o que é a crítica? De início percebe-se que de ingênua nada tem a pergunta. Havendo a inerência do teor ideológico na produção do conhecimento, deve-se a partir daí tomar uma postura de inquirição tanto no que já foi construído preteritamente, como no que diz respeito aos conhecimentos, práticas, teorias, e saberes que se fazem dominantes. A crítica se dá na tentativa de trilhar uma via adversa ao conduto central estabelecido da produção do conhecimento, questionando-o.

A crítica pretendida neste trabalho se coloca para além da simples transposição de um estado de minoridade conclamada no auge do período das luzes por Immanuel Kant como sendo a libertação do espírito: “A minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro.” (KANT, 2012, p. 1). A postura crítica aqui proposta faz uso tanto de um resgate das teorias modernas, como também de uma nova interpretação dos objetivos projetados e não alcançados pelos teóricos do esclarecimento, não negando o conhecimento construído preteritamente, mas se colocando em posição de identificar e compreender as lacunas deste conhecimento.

De um modo geral, podemos também utilizar a entoação da busca pela postura crítica como contraponto à aceitação dogmática do mundo como ele é, ou seja, contrariando a ausência do questionamento tendo colocação da dúvida enquanto parâmetro primeiro de relação com este mundo – este por sinal é o principal argumento do processo de evolução não só do período do esclarecimento, mas também de sua base renascentista, onde se iniciou a contraposição aos dogmas religiosos da época –, provocando assim inevitavelmente, ou um afastamento (esquecimento) ou uma admiração (ingênua) das idiossincrasias formativas de tudo os que nos forma e rodeia concreta e abstratamente:

[...] o homem dogmático age como se o mundo estivesse desde sempre aí, desde sempre constituído, expandindo-se dentro desta constituição “eterna” do mundo, que nenhum terremoto poderá empanar. [...] Além disto, porque o homem vive nesta segurança fundamental, ele se pode entregar, sem receios maiores, ao mundo. E disto segue-se o que poderíamos chamar a sua perda do mundo. Com este estar perdido no mundo, queremos dizer apenas que está perdido no mundo, queremos dizer que está orientado em direção aos objetos, que o seu problema, o seu existir, é estabelecido precisamente por este mundo de objetos. A postura dogmática implica em uma intencionalidade espontânea, um tender para fora, que é dogmático porque se processa sustentado pela tese geral, implícita, não consciente, açambarcadora do todo do real. (BORNHEIM, 1998, p. 66).

O que fica claro então é que para além de um posicionamento de desvelamento da primeira impressão das coisas como estão postas – a superação do estado de minoridade kantiano –, a crítica se configura muito mais como o questionamento, a

inquirição, ao menos como passo inicial para se almejar uma possibilidade de superação (ou não)⁵ desta superficialidade do mundo.

Nas palavras de Michel Foucault (2002) a postura e o trabalho crítico não necessitam obrigatoriamente excluir toda a contribuição reflexiva alcançada não só na modernidade, mas também em todo o percurso histórico da razão ocidental; no entanto, é preciso observar a cautela com a qual os temas devem ser tratados para que não caiamos nas mesmas armadilhas generalistas e exclusivistas típica da modernidade e seu racionalismo apartado da autocrítica para com os limites da razão ocidental:

É preciso considerar a ontologia crítica de nós mesmos não certamente como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo como um corpo permanente de saber que se acumula; é preciso concebê-la como uma atitude, ethos, uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível. (FOUCAULT, 2008, p. 351)

Esta assertiva foucaultiana vai ao encontro da defesa de Jürgen Habermas (1980) de uma reflexão sobre os interesses passíveis de serem incrustados na produção do conhecimento. Em todas as correntes de pensamento, escolas filosóficas e teorias científicas, os interesses estiveram presentes nos postulados e discursos, dando a si próprios a prioridade para o estabelecimento do critério do saber verdadeiro (JAPIASSU, 1975).

Assim, a crítica ao conhecimento e ao seu engendramento possui dois momentos. O primeiro seria o reconhecimento de certo abandono por parte dos cientistas e filósofos aos assuntos pertinentes às origens, utilização e importância dos seus conceitos e categorias; em poucas palavras, seria o retorno à epistemologia⁶.

Nas palavras de Gaston Bachelard (2006), cada ciência possui sua região epistemológica própria, e cabe não aos filósofos somente a incumbência do fazer epistemológico, sendo responsabilidade de cada especialidade do saber científico a sua filosofia da ciência. Os cientistas nas palavras de Bachelard, e em certa medida Habermas em igual posicionamento, abandonaram a postura cética e as reflexões de

⁵ Para o filósofo Gerd Borhneim a postura crítica se manifesta primeiro pela negação da trivialidade, e como segundo passo ela poderá se comportar passiva ou ativamente, procurando ir ao limite do questionamento, ou então, permanecendo mais próxima a contemplação inicial antes da negatividade imperar na relação com o mundo: “A experiência negativa pode processar-se dentro de duas posturas básicas. Numa, o indivíduo se entrega a um comportamento passivo, limitando-se a assistir ao que lhe acontece. Esta passividade, por sua vez, pode-se dar em plano intelectual ou em um plano existencial. Na outra postura, o indivíduo acede a um comportamento ativo, fazendo da negação o objeto de sua conquista. Aqui também, esta conquista pode processar-se dentro de uma modalidade tanto intelectual, como existencial.” (BORNHEIM, 1998, p. 81).

⁶Habermas (1980) chama esta necessidade de metacrítica. Seria a transformação da Teoria da Conhecimento em Teorias das Ciências, sem que fossem respeitados os limites de reflexão epistemológicos necessários para sua estruturação e legitimação.

aprofundamento do seu próprio escopo epistêmico. Tanto filósofos como cientistas, ao julgarem como inatingíveis seus discursos de legitimação do critério de verdade, deixam seus próprios fundamentos ao esmo da involução conceitual e inércia reflexiva.

Num segundo momento há o embate entre o pretérito e o presente. Há de se supor, e sem muito esforço de constatação, a existência de conceitos, categorias, princípios, metodologias e teorias que se desgastam com o tempo. O filósofo Gilles Deleuze⁷ (1992) dizia que é função do filósofo a produção de conceitos. Podemos expandir o horizonte desta assertiva para os campos científicos.

E seguindo este trilha da autocrítica, para assim se engendrar o caminho da construção de novos conceitos, entendimentos e questionamentos Michel Foucault (2008) reforçou claramente a resposta de Kant à pergunta acerca da definição do que era o *Aufklärung*, como momento máximo da emancipação da razão, quando o filósofo de Königsberg diz que é a coragem cética que falta aos cientistas e filósofos.

Portanto, a postura crítica se pauta em ter a capacidade de olhar o próprio reflexo de um retrato epistemológico há muito esquecido, como a emblemática adoração estética da personagem de Oscar Wilde⁸. Revisitar a imagem, revigorando os traços já desgastados e não mais correspondentes ao contexto contemporâneo, excluindo os interesses, vícios e ideologias incrustadas no momento de sua criação:

Cada vez mais, todos os valores do homem estudioso, do homem engenhoso, são desacreditados. A ciência está reduzida a uma pequena aventura, uma aventura nos países quiméricos da teoria, nos labirintos tenebrosos de experiências factícias. Por um paradoxo inacreditável, a darmos ouvidos aos críticos da atividade científica, o estudo da natureza desviaria os sábios dos valores naturais, a organização racional das ideias prejudicaria a aquisição de novas ideias (BACHELARD, 2006, p.21).

Mesmo que os pilares categóricos sejam demasiados complexos para uma revolução radical de tudo o que já foi escrito, pensado, refletido e difundido, podemos avançar no sentido de uma nova cunhagem conceitual, cuja demanda metodológica transgressiva⁹ é evidente. Em se tratando de um mundo cada vez mais eclético e difuso, o labor epistêmico e a prática auto-reflexiva, se tornam necessários para abarcar tamanha amplitude dos problemas, situações e possíveis resoluções ainda por virem.

Nesta Dissertação a busca pela postura crítica poderá ser observada em duas vertentes complementares. Há a preocupação com a temática central da argumentação,

⁷In: DELEUZE, G. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. 1ª Ed. 7ª Reimpressão. São Paulo: Editora 34, 1992.

⁸ *O Retrato de Dorian Gray*, primeira edição de 1890.

⁹Superação das dicotomias e dualidades e das barreiras metodológicas das especialidades científicas. In: SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. 3ª edição, Editora Cortez São Paulo 2005.

ou seja, a questão da ufanía edênica ao longo da história do Brasil, e como este cânone discursivo permeia a fundação de uma verdadeira ideologia espacial ao longo do processo de formação das características materiais e imateriais do país¹⁰. De outro lado, por meio de uma reflexividade ao próprio escopo teórico da Geografia, buscar-se-á recorrentemente o diálogo com outros campos do saber como a Literatura, a Sociologia, a Economia, a História e a Ciência Política, para que assim as lacunas das temáticas não abarcadas pelo plantel argumentativo geográfico sejam ocupadas, pelas contribuições destas áreas afins, numa proposta de indagação de alguns dos principais dogmas contemplativos e ideológicos referentes à identidade nacional brasileira.

A Retórica Geográfica

Neste momento temos a confluência das duas vertentes metodológicas nas quais o presente trabalho irá se referenciar. De um lado o discurso, as ideologias e interesses nele incrustados. Na outra vertente há a crítica, tida aqui como uma postura de questionamento em relação à dominância do discurso e seu poder de controle e ordenação sejam no plano concreto ou abstrato, ou seja, refletir a crítica para si a fim de questionar a própria natureza da produção do discurso; e no que a tange ao recorte temático aqui estabelecido a crítica se voltará a histórica inclinação ufanista dos aspectos edênicos brasileiros como o ecrã identitário nacional.

Ao se falar de discurso podemos aprofundar em uma de suas modulações linguísticas de uso: a retórica; que por definição é a própria arte de articulação das ideias para um fim específico. Seguindo esta linha de raciocínio a Geografia por ser uma ciência social, é possuidora de uma ordem discursiva: todo um conjunto normativo de sua linguagem particular (ESCOLAR, 1993; FOUCAULT, 2002). E seguindo os esclarecimentos do poderio retórico do discurso geográfico apresentado tanto por Lacoste (2007) como por Raffestin (1993) vemos que instituições com funções de regulação às relações sociais e ao ideário social como um todo, agem em concomitância ao discurso geográfico para atingir interesses ideológicos dos mais diversos, lembrando aqui a questão da mobilidade funcional da ideologia, pois a dominância discursiva enquanto aparato de ordenamento ou controle se torna volátil a depender da contingência situacional que estiver em análise.

¹⁰ Esta ideologia espacial, estruturada em grande parte no edenismo territorial é ressaltada por autores como Hélio Evangelista (2006).

Em se tratando de uma proposta que procura estudar a influência do discurso ideológico dominante na formação da identidade nacional brasileira, tendo como base o cânone epistemológico da Geografia, haverá logicamente o recurso de utilização do aparato conceitual e categorial pertencente à mesma, além de correlacionar, a medida do possível, a história do pensamento geográfico com o próprio caminhar da história da formação territorial do Brasil. Tanto o arcabouço teórico como o aprofundamento histórico dos aspectos geográficos brasileiros, será trazido à tona em sua relação com o ufanismo edênico, pilar de argumentação motriz e matriz de todo este trabalho.

Por isto, conforme já expresso anteriormente nas diretrizes metodológicas do discurso e da crítica, e, contando concomitantemente com a retórica geográfica é que buscar-se-á no desenvolvimento do trabalho a identificação dos elementos linguísticos caros ao aparato discursivo da Geografia, que, em conjunto, contribuem para que a abordagem da pesquisa se circunscreva no âmbito geográfico, pois, há sem dúvida uma gama imensurável de referências de cunho espacial ao longo da história da formação territorial brasileira e também na construção dos símbolos, indícios, ícones e referências sígnicas canonizados pela ideologia ufanista do edenismo, e o que cabe em específico ao presente estudo é a seleção dos elementos geográficos presentes em tal ideologia identitária calcada nestes aspectos voltados às características territoriais do país, pois:

Quando se identifica esse fundamento geográfico, quando é claro a fenomenicidade geográfica, a ciência geográfica os nomeia de forma diversa. Receberam ao longo da história da disciplina um conjunto de designações, são elas: “fatores geográficos”, “fatos geográficos”, “elementos geográficos”, “aspectos geográficos”, “causas geográficas”, ou, simplesmente, “o geográfico”. Podemos somar a isso “determinação geográfica”, ou então falarmos diretamente da “Geografia” da realidade. Ou seja, quando estamos, por exemplo, identificando “elementos geográficos” ou então “determinações geográficas”, com isso não estamos apontando para a ciência e sim para a realidade. (MARTINS, 2007, p. 38).

Estes conceitos e aspectos geográficos serão utilizados na medida em que se tornam imprescindíveis para a pesquisa apresentada, sendo assim operacionalizados conforme o desenvolvimento da mesma. Por fazerem parte do âmago epistêmico da Geografia, sua utilização é mais que necessária para abarcar as temáticas envolvidas na proposta de um trabalho relacionado à formação territorial brasileira e ao ideário nacional do povo, relevando primordialmente o papel da Geografia neste processo.

Por fim, é mister ser destacado dois pontos a respeito da ideação do heraldismo retórico em relação ao Brasil se subdivide em duas frentes de interpretação. O primeiro diz respeito ao ideário nacional brasileiro. A inquirição parte da própria concepção social, territorial e cultural de identificação mútua dos habitantes do Brasil consigo

próprios e com seu país. Conforme demonstrado por Chauí (2005) e Magnoli (1997) os elementos pátrios e simbólicos de expressão identitária nacional simbólica inexistiam até os primeiros decênios do século XX.

Esta é justamente a lacuna na qual irá se alojar o discurso ufanista tanto dos aspectos naturais do país como também sociais: “A geografia, a partir do estudo, mapeamento, caracterização, individuação do território brasileiro frente a outros estados nacionais, fornecerá a base efetiva da construção da ideologia nacional brasileira.” (GAUDIO, 2007, p. 51). Esta preocupação geográfica com a configuração material e imaterial do território e da população brasileira ficará muito mais evidente no período que se estende de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, com a criação de centros de estudos voltados para estas áreas como a AGB e o IBGE¹¹, mas também no surgimento de diferentes iniciativas de estudos de natureza geográfica, geológica, agrônômica etc.; nos principais centros urbanos do Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro e São Paulo (EVANGELISTA, 2006).

Outra frente de interpretação parte da imensa produção acadêmica das primeiras décadas do século XX, explicitando certo ardor e preocupação com relação à ideia de nação brasileira, trabalhando com temas voltados à conceituação a respeito do povo e cultura nacional. Com relação a esta temática voltada para a preocupação com o fundamento nacional do povo brasileiro, o cientista social Octávio Ianni (2004) ressalta a importância e até mesmo certa impaciência das classes dominantes e intelectuais do Brasil, pós queda do II Império, com relação a um projeto nacional. Devido ao passado pujante e ainda vivo da colonização, exploração e dependência europeia:

Os prenúncios do Brasil moderno esbarravam em pesadas heranças de escravismo, autoritarismo, coronelismo, clientelismo. As linhas de castas, demarcando relações sociais e de trabalho, modos de ser e pensar, subsistiam por dentro e por fora das linhas de classes em formação. O povo, enquanto coletividade de cidadãos, continuava a ser uma ficção política. Ao mesmo tempo, setores do pensamento brasileiro vacilavam em face de inclinações um tanto exóticas e demoravam-se para encontrar-se com a realidade social brasileira. (IANNI, 2004, p. 33)

¹¹ Este cenário se enquadra no argumento do geógrafo Yves Lacoste (2007) quando este nos apresenta que há uma indissociável relação entre o poder de controle da angariação de informações territoriais pelos aparelhos estatais, e após isto, o uso deste material na formulação de ideologias ou estratégias de organização e gerenciamento do espaço geográfico onde se estende as fronteiras do poder estatal em questão: “Uma das funções das múltiplas estruturas do aparelho de Estado é a de recolher informações, em caráter permanente (é uma das primeiras tarefas dos policiais), e os privilegiados são, também, pessoas bem informadas e muito desejosas de que saibam disso “na alta esfera”. Em contrapartida, as relações entre as estruturas de poder e as formas de organização do espaço permanecem mascaradas, em grande parte, para todos aqueles que não estão no poder.” (LACOSTE, 2007, p. 51).

Desde o movimento de questionamento e elaboração de uma renovação do fundamento nacional da população nas primeiras décadas do século XX, pelos novos cientistas sociais, historiadores, artistas e demais representantes do quando intelectual da época, o assunto entra em pauta permanente em trabalhos de ciências como Sociologia, História e Geografia tratando com menor ou maior intensidade a profundidade desta problemática.

E assim chegamos ao momento derradeiro. Tanto a formação territorial do estado-nacional brasileiro, como também a perplexidade e fobia diante da ausência de um respaldo sîgnico, icônico e histórico ao povo brasileiro recaem principalmente sobre a Geografia a responsabilidade inicialmente de fortalecimento, legitimação e propagação do ideal edênico e ufanista da nação – em outras palavras: fomentadora de uma ideologia espacial nacionalista.

O percurso da formação da identidade territorial do povo brasileiro teve ao longo de séculos de submissão e controle um aspecto idealista, nos termos de essencialismo europeu civilizatório. Isso significa que preocupava-se muito mais em importar caracteres alheios e criar quase que por geração espontânea elementos simbólicos do que analisar o semblante multifacetado do povo, sua controversa história, e a quase incompreensível, imensurável e porque não ainda desconhecida identidade (CHAUÍ, 2005; IANNI, 2004; ORTIZ, 1994).

Em um cenário fenomênico de liquefação identitária a busca do sentido caleidoscópico do mosaico cultural brasileiro talvez dê os seus primeiros passos na atualidade. Não por coincidência aqui em terras tupiniquins o que se aplica é a dissolução do termo geral, o clássico enrijecimento étnico de diferenciação social propagado pelo mundo desde que a primeira nau se lançou ao mar.

Nesta multiplicidade de referenciais simbólicos que formam a totalidade sîgnica de um estado nacional encontraremos no caso brasileiro a inclinação edênica no interior desta idealização histórica do referencial identitário da formação social e territorial do país. A contribuição deste trabalho vem no sentido não apenas da postura crítica, da perscrutação discursiva ou análise da retórica de tal fenômeno espaço-temporal do nosso país, mas sim, fornecer mais uma maneira de se debruçar sobre este assunto que diz respeito ao papel da ufanía edênica e da ideologia espacial deste ufanismo na história do Brasil.

Somos não um todo geométrico cartesianamente desenhado, mas sim uma nebulosa cultural, sempre ainda por se definir no que tange ao que a circunda, um rizoma difuso. Quanto mais nos inquirirmos essência, ideia ou desvelamento do que

somos, mais as paragens da procurada resposta se afastará num movimento inversamente proporcional. A constituição de um sujeito não se dá pelo o que ele poderia ter sido, mas sim no seu ser agora, seu ser-aí: um eterno vir-a-ser.

1ª PARTE – A COLÔNIA



Figura 1: *Jardim do Paraíso com a Queda do Homem* de Jan Brueghel e Peter Paul Rubens (1615)
[Fonte: Coleção da Casa de Maurício, Haia, Holanda. Disponível em <http://www.mauritshuis.nl/collection>]

“O céu fuliginoso do ‘Caldeirão’, sua atmosfera pesada, não constituem apenas o sinal manifesto da linha equatorial. Eles resumem o clima sob o qual dois mundos se afrontaram. Esse taciturno elemento que os separa, essa bonança em que as forças maléficas parecem somente abrigar-se, são a última barreira mística entre o que constituía, ainda ontem, dois planetas opostos por condições tão diferentes que os primeiros testemunhos não puderam acreditar fossem igualmente humanos. Um continente apenas tocado pelo homem, oferecia-se a homens cuja avidez já não se poderia contentar com o seu. Tudo ia ser comprometido por esse segundo pecado: Deus, a moral, as leis. Tudo seria, de forma ao tempo simultâneo e contraditório, verificado, de fato, e em direito, revogado. Verificados, o Éden, a Bíblia, a Idade do Ouro dos antigos, a Fonte da Juventude, a Atlântida, as Hespérides, as pastorais e as Ilhas Afortunadas; mas também entregues à dúvida, pelo espetáculo de uma humanidade mais pura e mais feliz (que, certamente, não o era verdadeiramente, mas que um secreto remorso já fazia acreditar tal), a revelação, a salvação, os costumes e o direito. Jamais a humanidade conhecera uma prova tão lancinante, e jamais conhecerá outra semelhante, a menos que um dia, a milhões de quilômetros do nosso, outro globo se revele, habitado por seres pensantes. E nós ainda sabemos que essas distâncias são teoricamente transponíveis, enquanto os primeiros navegadores temiam afrontar o nada.” (Tristes Trópicos, Claude, Levi-Strauss, 1957, p. 72-73).

O ponto perspectivo da obra de Brueghel (1601-1678) e Rubens (1577-1640) se localiza exatamente ao centro do afresco, se perdendo em longínquas cadeias montanhosas, atrás das quais se encontra a clara e vibrante tonalidade de um azul extenuante em toda a abóboda celeste. Em segundo plano há o preenchimento imagético de espécies arbóreas e gramíneas; o verde se mistura entre a luz e sombra oferecendo um verdadeiro leque de colorações diversificadas. Eis que nos deparamos

então com numerosas representações multicores de muitos animais. Inobservando ingenuamente as diferenciações instintivas e genotípicas, espécies avícolas, mamíferas e anfíbias dividem a paisagem com peixes nadando livremente num fio d'água cristalino. À esquerda dividindo de maneira paradoxalmente harmônica e sobressalente a totalidade da paisagem protagonizam duas figuras humanas, contrastando com o entorno através de sua imponência representativa com o restante dos elementos pitorescos. Cabe ressaltarmos três características que saltam aos olhos do apreciador do jardim paradisíaco, no que tange às figurações humanas e sua relação com os outros elementos, fazendo-se uso de algumas intercalações de particularidades contextuais: 1) a nudez explícita, recurso muito utilizado no contexto histórico em que os fatores da tela estavam inseridos, ou seja, a era renascentista com suas referências clássicas das artes grega e romana, valorizando com primazia a exposição do corpo, excetuando o pudor em detrimento da sublimação corporal do homem¹² – daí a insistente referência colonial aos nativos e a ligação com seus modos de vida serem assemelhados com as tradições oníricas calcados em figuras bíblicas e clássicas. 2) A representação de dois elementos bíblicos inseridos no episódio da expulsão do Éden, a saber: a serpente e a maçã (a contraposição entre o sagrado e o profano). É digno de nota lembrar-nos do quedante destino ao qual segundo a tradição cristã o homem se findou, que se deu com a sabida estória principal do Jardim do Éden: a expulsão do mesmo; cuja uma das consequências será a busca e crença na volta à terra prometida, às ilhas afortunadas, enfim selar o retorno ao paraíso. Este é outro ponto a ser destacado, em especial na chegada dos europeus às novas terras americanas, aludindo reincidentemente a uma possível conquista do paraíso terreno. 3) Por último, analisemos a centralização dada pela figura humana na pintura de Brueghel e Rubens, um sinal daqueles tempos onde a valorização antrópica era a palavra de regra no pensamento e ações – processo que se firmaria posteriormente no período iluminista como máximo potencial atingido por este discurso iniciado já nos séculos XV e XVI. O homem está colocado representativamente acima de tudo o que o circunda, animais e vegetais, esta elevação se fará presente no ideário europeu por séculos como fio vernacular do seu discurso dominante frente aos povos encontrados durante sua expansão marítima e colonizadora.

¹²Bulfinch em seu *Livro de Ouro da Mitologia Grega* (2002) explana como a valorização anatômica era visível na procura das formas perfeitas das estruturas corporais. E esta foi uma das mais notáveis heranças da estética grega na civilização ocidental.

CAPÍTULO 1: DO MITO FUNDADOR AO EDENISMO DA COLONIZAÇÃO LUSITANA: OS OLHARES PERANTE O ANDOR DE UM IMAGINÁRIO

1.1 Primórdios históricos do edenismo brasileiro

Esta breve apresentação de umas das obras dos pintores Jan Brueghel e Peter Paul Rubens, originários dos Países Baixos, apesar de datar de 1615 serve como panorama inicial de como havia todo um imaginário difundido no pensamento europeu, acerca de localidades fantásticas, paisagens oníricas e paraísos terrenos na era renascentista. Esta paisagem imaginada e recheada por um rol de elementos bíblicos e míticos perdurará desde antes das diversas naus, carracas e caravelas cruzarem os mares em busca de novas terras, até meados do século XVIII¹³.

O momento histórico vivido no continente europeu nos séculos XV e XVI é o da retomada de velhas discussões científicas e filosóficas, muitas das quais iniciadas séculos antes pelos gregos, mas que retornam com uma nova leitura. Dentre as principais áreas que se sobressaíram neste período conhecido como Renascimento destacam-se: a pintura e escultura, valorizando a perspectiva e mescla de cores, luz, sombra e perspectiva, com ampla exploração da figura humana; a arquitetura e música, na primeira os pontos simétricos das tradições romanas competiam com o estilo gótico originando a secular arte barroca, e no campo musical observou-se a renovação tonal e modal, juntamente às novas formas de organização orquestral¹⁴.

Também na renascença há a redescoberta dos conhecimentos matemáticos, astronômicos e filosóficos deixados principalmente pelos gregos; saberes estes que foram compilados e avançados pelos árabes, em sua marcante expansão imperial na baixa idade média (SANTOS, 2002; SODRÉ, 1987).

Cálculos relativos à esfericidade e objetos circulares foram retomados, as

¹³Muitos são os indícios históricos que denotam claramente esta inclinação presente no período medievo na crença da existência concreta do Jardim do Éden. O historiador Sérgio Buarque de Holanda elenca em sua obra *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil* (1958, p. 23-24), alguns destes indícios como, por exemplo, a indicação de uma possível existência do continente de Atlântida no *Ymago Mundi* de Hygden, e também no espanto dos navegadores ao pensarem ser a Martinica a ilha habitada apenas por mulheres, assim como no conto de Homero em sua *Iliada*.

¹⁴“Renascimento é quase uma palavra mágica. Conceito de complexa riqueza, vive rodeado de toda uma mitologia valorativa que vai desde o *superindividualismo* ao absoluto prazer de viver, desde a ressuscitadora descoberta dos clássicos à prometeica conquista da realidade terrena. O renascimento é, sem dúvida, o conceito histórico mais mitológico, todo de imagens belas e positivas. Tão *belas* quanto *falsas*.” (BARRETO, 1993, p. 13 – grifos do autor).

inovações práticas dos algarismos indo-arábicos (com a presença do número zero, ficando num patamar prático muito acima dos algarismos romanos) e um arsenal de conhecimentos relativos à astronomia, passíveis de serem utilizados na exploração marítima. Em síntese, ainda não há um consenso sobre o verdadeiro caráter histórico do Renascimento, se este seria um prelúdio ao âmbito mais expressivo da Modernidade ou então se já se caracterizava em si mesmo como uma ruptura total aos costumes medievais (BARRETO, 1983).

Mesmo após todo o movimento de renovação do pensamento social europeu observado nos séculos XV e XVI, a representação imagética – e em especial a paisagística – ainda figurava como agregadora de elementos religiosos e mitológicos das mais diversas fontes criativas que não só a cristã. Na obra *Jardim do Paraíso com a Queda do Homem*, bem como outras formas de expressões por meio de imagens, como mapas e cartas náuticas da época, ainda perduravam muitos aspectos míticos e fantásticos do imaginário medieval, ora pendendo para as paisagens e figuras sacras de origem bíblica, ora partilhando características de cunho profano e pagãs.

Nesta época surgiram algumas das obras utopistas mais conhecidas hoje em dia: *Utopia* de Thomas Morus (1516), *A Cidade do Sol* de Tommaso Campanella (1623), *Nova Atlântida* de Francis Bacon (1627), dentre outras publicações que se prolongariam até o século XIX. Em sua maioria, todos os autores elaboravam modelações da sociedade ideal, por vezes calcada em pilares moralistas ou comunitários. Este foi apenas mais um dos elementos que contribuíram para sedimentar ainda mais a ideia do paraíso terrestre, principalmente após a virada do século XVI, quando o oeste atlântico não mais era temido, mas sim cada vez mais sujeito à exploração¹⁵.

É exatamente neste período que vemos o nascimento de um dos principais conceitos-chave da Geografia, a saber: a paisagem. A imagem e paisagem se confundem, a representação extrai traços do real entrelaçados aos componentes imaginários. Entende-se por componente imaginário a discussão fenomenológica feita por Jean-Paul Sartre em seu livro *O imaginário* (1996), onde o autor menciona a necessidade da saída às *prisões imanentes da percepção*. Não se nega o papel do sensível, mas há de se ter em mente a capacidade criativa da mente, que toca a irrealidade e irracionalidade, daí advém os mitos e lendas. De igual opinião à do filósofo

¹⁵ As figuras mitológicas como o leviatã, dragões, moreias gigantes e outros seres colossais habitavam as profundezas marítimas. As colunas de Hércules – representadas pelo estreito de Gibraltar – como obstáculo físico e psicológico à temerária investidura aos novos horizontes é outro bom exemplo deste imaginário comum no período medieval, que tiveram de ser superados conforme os oceanos eram explorados (BARRETO, 1993; BULFINCH, 2002).

francês temos Wunenburger (2007), em suas delimitações léxicas do termo em mental, mitológico, ideológico, ficcional e temático; Laplantine e Trindade (2000), na relação entre a exalação do simbólico e do imaginativo da concretude. Outros autores tratarão do poder ideológico dos aspectos imaginários por organizações e instituições e seus respectivos interesses, como por exemplo, Silva (2006) e Castoriadis (1982) e Gadamer (1998).

Também há autores como Anderson (1983, p. 15) que trabalham com a relação entre o imaginário e seu papel na evolução e desenvolvimento de laços societários que acabam por caracterizar a existência ou não de uma nação: “I propose the following definition of the nation: it is an imagined political community – and imagined as both inherently limited and sovereign.” e há a complementação para esta definição nos termos da filiação e da sinergia destas comunidades: “It is *imagined* because the member of even smallest nation will never know most of their fellow-members, meet them, or ever hear of them, yet in the minds of each lives image of their communion.” (ANDERSON, 1983, p. 15, grifo do autor).

E ainda o autor correlacionará esta imaginação comunitária com a presença de paisagens sociológicas, e neste sentido vê-se uma aproximação com a temática do nosso trabalho neste ponto, já que tal ideia, de relação subjetiva com a paisagem, foi amplamente utilizada para a perduração do fundo identitário do edenismo como brasão pátrio do estado nacional brasileiro ao longo dos séculos.

A fusão do mito do paraíso terreal com a representação destas imagens em detalhados trabalhos de expressão renascentista será uma das marcas não só da presença deste mito, mas da perduração do mesmo por meio desta imaginação – ou como diria João Maia (2008) invenção da terra –, e mais especificamente na construção de todo um aparato histórico e geográfico de referencial simbólico pautado em atributos do espaço geográfico em relação ao imaginário de um povo:

[...] o espaço é cenário físico, por certo, geografia povoada de referentes. Mas é também metáfora ou imagem capaz de dar sentido às experiências sociais. Ou seja, mesmo quando diretamente referenciada numa realidade física imediata, uma imagem pode extrapolar essa dimensão e operar como uma ideia que encarne temas e problemas mais amplos. Não se trata, portanto, de postular apenas a dimensão cultural e simbólica envolvida na apreensão da paisagem ou do espaço (passo imprescindível para o encaminhamento do problema), mas de sustentar que esse simbolismo pode mesmo servir não só à representação de um lugar, mas a uma discussão teórica na qual o espaço se associe a certas qualidades ou propriedades de fenômenos de outra ordem. (MAIA, 2008, p. 28).



Figura 2: *O Jardim do Éden* de 1610-1612 de Jan Brueghel (O Velho).
 [Fonte: Museu Carmen Thyssen Málaga, Málaga, Espanha. Disponível em:
<http://www.carmenthysseomalaga.org/es>]

O elo existente entre a necessidade de representar a natureza com o desenvolvimento das técnicas de pintura (como foi o caso do ponto perspectivo de profundidade) é sem sombra de dúvidas o berço de surgimento do conceito de paisagem, e onde repousa uma de suas mais inerentes significações, hoje em dia retomada, que é angariar em si a possibilidade de representação de uma totalidade multiforme de elementos principais e secundários, todos pertencentes ao objetivo maior de agregar diferentes expressões de conteúdo. Maria Wanner (2010) destaca esta origem artística do conceito de paisagem:

[...] a palavra paisagem, cenário, vem do francês *paysage*, supostamente cunhada por Robert Estienne, em 1549, sendo associada “ao gênero de pintura que representa os campos e os objetos que nele se encontram. Ela designava não um campo, mas uma espécie de pintura”. Ainda segundo este mesmo autor, “a paisagem como gênero pictórico repousa em dois postulados universais: 1) a natureza deve ser representada, e 2) a natureza pode ser representada (em duas dimensões, numa superfície plana)”. (WANNER, 2010, p. 66).

Outros autores como Tereza Salgueiro (2001) defendem a origem etimológica do alemão *landschaft*, posteriormente traduzido e utilizado por outros povos, como os flamencos e anglo-saxões. Tendo a sua raiz originária no campo das representações, a paisagem abarca em si a inerência da pulsão imagética advinda do imaginário social.

Esta característica explicaria, por exemplo, o porquê do apelo estético fantasioso presente nos povos europeus antes e durante o período das grandes navegações, corroborando para a sustentação de uma ideologia paradisíaca a respeito das novas terras conquistadas, de forma até contrastante à totalidade de transformações observadas na Renascença, que buscava diametralmente a superação destas visões de mundo:

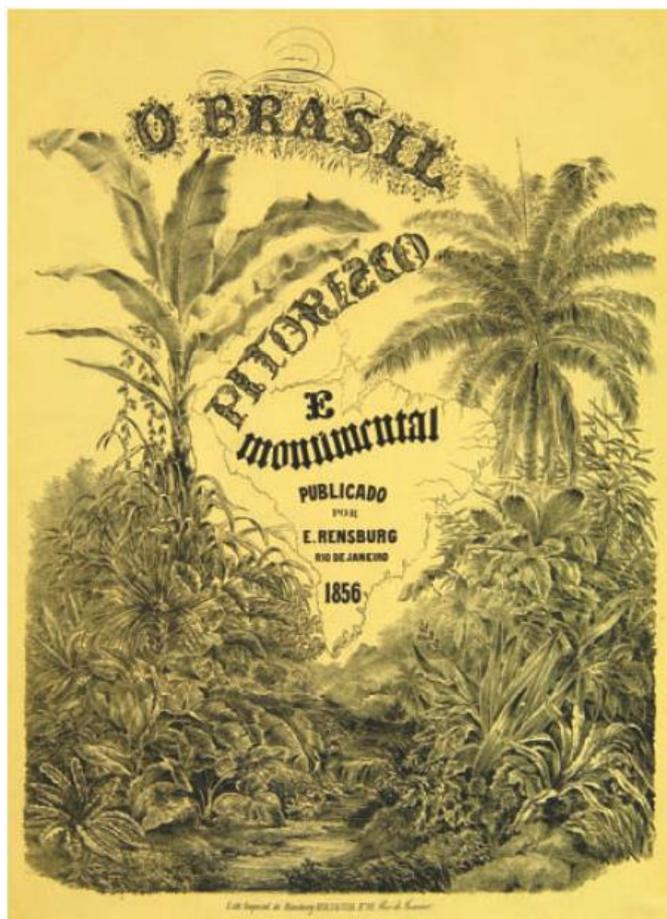


Figura 3: Capa do livro *O Brasil pitoresco e monumental* (1856) de Pieter G. Bertichen [Fonte: Santos, Ribeiro e Lyra (2010, p. 103)]

A arte e a paisagem estão assim intimamente ligadas por este laço da capacidade de expressão do horizonte dos elementos físicos e abstratos da totalidade mundana, abarcando simbologias oníricas, feéricas e realistas, num caldo imagético e imaginativo de incalculável profundidade interpretativa:

O nosso olhar pode jungir os elementos paisagísticos ora neste ora naquele agrupamento, deslocá-los entre si de múltiplas maneiras, deixar variar o centro e os limites. Mas a imagem humana determina tudo isto a partir de si, realizou pelas suas próprias forças a síntese à volta do seu centro e, deste modo, delimita-se a si mesma, sem ambiguidade. Por isso, na sua configuração natural, aproxima-se já de qualquer modo da obra de arte, e esta pode ser a razão por que é sempre mais fácil, para o olhar menos exercitado, confundir a fotografia de uma pessoa com a reprodução do seu retrato do que uma fotografia da paisagem com a reprodução de uma pintura paisagística. A reconfiguração da aparência humana na obra de arte é inquestionável; só que ela resulta, por assim dizer, imediatamente do dado desta aparência, ao passo

que frente ao quadro paisagístico existe ainda uma fase intermediária: a modelação dos elementos naturais na "paisagem" em sentido habitual, para a qual tiveram de concorrer já categorias estéticas, e que, por isso, ao situar-se no caminho para a obra de arte, representa a sua forma antecipada. As normas da sua realização podem, pois, compreender-se a partir da obra artística, que é a consequência pura, tornada autônoma, destas normas. (SIMMEL, 2009, p. 12-13).

Sergio Buarque de Holanda (1958) ressalta que mesmo após o contato empírico dos navegadores com as novas terras, muitos dos simbolismos imaginativos continuaram a permear o ideário europeu, sendo inclusive transposto para cartas náuticas da época¹⁶. Apesar do notório desenvolvimento técnico da instrumentação e habilidades de deslocamento marítimo, o ceticismo e até mesmo a descrença das fantasias surgidas devido a frustrações de não encontrar riquezas de imediato, não eram suficientes para extrair os elementos míticos dos exploradores.

A formulação de toda uma ideiação com relação ao aspecto exótico das descobertas das terras americanas (conforme ilustrado na pintura de Brueghel e Rubens) foi apenas uma dentre outras resultantes do evento histórico que foi a chegada das primeiras missões exploratórias ao Novo Mundo. Para Milton Santos (2009) os eventos históricos, associados ao desenvolvimento técnico, (re) produzem novas dinâmicas de arranjos espaciais; este é um cenário claro desta dinâmica ocorrida nas Américas e Europa, após a conjunção histórica das navegações ultramarinas.

Cria-se, portanto um mito, carregado de uma ideologia espacial característica dos séculos XV e XVI, que foi tanto a vinculação simbólica da característica paradisíaca dos novos territórios, como também – e esta outra, o verdadeiro propulsor das ações e decisões deste contexto – a grande expectativa do ponto de vista econômico, para novas explorações, o avanço do comércio de novos produtos e a expectativa de enriquecimento fácil e imediato dos países fomentadores das campanhas navais em busca dos novos roteiros às Índias¹⁷. Analisemos com mais profundidade cada um

¹⁶ “Américo Vespúcio, o Descobridor, vem do mar. De pé, vestido, encouraçado, cruzado, trazendo as armas europeias do sentido e tendo por detrás os navios que trarão para o Ocidente os tesouros de um paraíso. Diante dele a *América Índia*, mulher estendida, nua, presença não nomeada da diferença, corpo que desperta num espaço de vegetações e animais exóticos. Cena inaugural. Após um momento de espanto neste limiar marcado por uma colonata de árvores, o conquistador irá escrever o corpo do outro e nele traçar a sua própria *história*. Fará dele o corpo historiado – o brasão – de seus trabalhos e de seus fantasmas. Isto será a América ‘Latina’”. (CERTEAU, 2002, p. 9 – grifo nosso).

¹⁷Dois grandes motivos de ordem econômica contribuíram para as grandes empreitadas marítimas dos povos ibéricos: a expansão do comércio interno no continente europeu desde o século XI, com um aumento significativo da circulação de mercadorias e a pressão por novas rotas alternativas – tendo em vista o domínio árabe no Oriente Médio – para aquisição de novos produtos (especiarias). Também houve a busca por metais preciosos como ouro e prata (período conhecido como metalismo ou bulionismo), cujo principal objetivo era a exploração imediata de toda e qualquer descoberta destes metais nas novas

destes aspectos do início da colonização; neste caso, a experiência do Brasil.

No que diz respeito à simbologia fantástica e mítica do exotismo paisagístico dos portugueses com relação ao Brasil, inicialmente é preciso lembrar que o *achamento* aqui ocorrido é o resultado de um processo em curso já há algumas dezenas de anos antes pelo governo português por monarcas como D. Afonso V, D. João II e Dom Manoel I, pertencentes à dinastia de Avis entre 1385 e 1582. Antes de lançarem suas âncoras no litoral baiano, as caravelas lusas alcançaram as Canárias (1341), Rio d' Ouro (1346) – com Portugal ainda sob o comando da Dinastia de Borgonha que durou de 1096 a 1383, a Ilha da Madeira (1418), os Açores (1427), Cabo Verde (1445), transpõem a linha do equador em 1471 e alcançam o Cabo da Boa Esperança em 1487. (SODRÉ, 1986; PRADO JÚNIOR, 2006; HOLANDA, 1958).

Todos estes feitos marítimos não se comparam à chegada ao Brasil, por todo o seu peso histórico e político, presente em pujança e importância até a contemporaneidade. A chegada às costas orientais do continente americano marcará profundamente o curso histórico de povos, saberes e traços culturais de diferentes indivíduos que são em realidade os fundadores da atual nação brasileira: os fidalgos, os eclesiásticos missionários, os nativos, o grandioso número de negros africanos e os inúmeros imigrantes de outras partes do globo.

O núcleo de eclosão desta dinâmica pode ser observado na *Carta de Achamento* do Brasil, escrita por Pero Vaz de Caminha, que retrata o ponto de vista social, geográfico e psicológico que foi e continuou sendo o contato dos diferentes povos que aqui chegavam e se deparavam com um outro e novo mundo. Um novo discurso, uma maneira diferente de atribuir significações, o contraste entre as similitudes e diferenciações, por fim, o marco de início de uma nova era:

A Carta de Achamento do Brasil é um manifesto múltiplo e polissêmico, tanto da notícia do Novo Mundo como do noticiário dos olhos do Velho Mundo europeu. Descritiva duma nova realidade humana e física pautada por todo um léxico da semelhança e diferença qual fotografia em espelho cujo negativo é mais a interioridade do fotógrafo que a paisagem do fotografado, mais NOESE <o que vivencia> que NOEMA <o que é vivenciado>. Dialética antropológica em que o poroso território do Outro e do Mesmo se abraçam num discurso de efeito e espelho em que o mundo social berço marca profundamente a imagem do mundo social conhecido. Passagem de encontro em desencontro que o homem de Quinhentos experimenta no questionamento do desconhecido natural e social. (BARRETO, 1983, p. 171).

Não cabe aqui ressaltarmos a prolongada discussão acerca da premeditação ou

colônias. Deste modo, o lastro da riqueza das metrópoles aumentaria consideravelmente por meio da chegada do ouro e prata às respectivas coroas exploradoras. (FURTADO, 1992; PRADO JUNIOR, 2006).

não do direcionamento das incursões navais a oeste do oceano atlântico¹⁸, mas indubitavelmente o mito paisagístico do paraíso terreno habitava o imaginário social da época, prolongando-se no decorrer dos séculos, perpetuando-se para o bem ou para o mal um dos seus fundamentos originários; pois é este caráter de resistência histórica senão a principal, uma das mais notórias características definidoras de um mito: “Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.” (CHAUÍ, 2005, p. 9).

Do ponto de vista geográfico há um peso a mais em todo este processo cujo resultado será o *achamento* do Brasil. Há claramente um viés político e econômico, pois mesmo que nos primeiros anos de exploração em terras brasílicas o êxito do retorno financeiro não fora observado, estavam cravadas aqui as iniciativas de um projeto – por vezes mal executado pela coroa portuguesa, tendo em vista a grande quantidade de invasões em toda extensão territorial – de exploração, e não só de demonstração de poder de influência da metrópole (ORTIZ, 2004; PENNA, 1974; SAID, 1995).

Numa outra vertente, neste caso, mais ideológica e histórica, vemos a defesa de um mito fundador do Brasil. A criação deste mito se vincularia pelos séculos subsequentes à conquista, às características monumentais da riqueza natural, e posteriormente também sendo transferida ao próprio povo. A herança deixada pela exaltação máxima das belezas naturais, aspectos faunísticos e florísticos e a visão europeizada da paisagem edênica, são apenas alguns dos diversos elementos que hoje são demonstrados como originários de nossa identidade nacional, territorial e simbólica¹⁹.

¹⁸ É sabido que Vasco da Gama em sua viagem de contorno ao continente africano avistara grandes porções de algas típicas de regiões litorâneas vindas de uma região a sudoeste do Cabo Verde, mesmo que intuitivamente tais impressões foram passadas para Pedro Alvarez Cabral, que mantinha tais registros trancados a sete chaves em seus aposentos na caravela na qual estava viajando (BUENO, 1998). E ainda temos a contundente opinião do cartógrafo Jaime Cortesão (1957, p. 182) sobre este tema, já no contexto das divisões de terras marítimas e continentais neste período: “Por nossa parte, pomos a questão desta forma: ou D. João II conhecia a existência de terras continentais ao Ocidente e a sua posição, mais ou menos aproximada, em relação à Ásia, e se propunha na partilha reservar-se o caminho do cabo Boa Esperança e o monopólio do tráfego oriental, ou toda a sua conduta nos debates com os Reis Católicos é absurda.” e o próprio Cortesão (1957, p. 191) nos trará informações de um relato de Duarte Pacheco em 1498 sobre terras avistadas em direção ao sul e oeste a mando do rei D. Manuel.

¹⁹“Ao falarmos em *mito*, nós o tomamos não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é, no sentido grego da palavra *mythos*), mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade. Se também dizemos mito *fundador*, é porque, à maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal.” (CHAUÍ, 2005, p. 9, grifos da autora).

Há no caso específico da função ideológica do mito edênico da fundação do Brasil, algo que vai além da materialidade dos aspectos concretos do meio. O âmbito imaginário é alçado como ponto de fortalecimento máximo do teor ideológico deste discurso a respeito da paisagem e território; vinculam-se dois lados poderosos de influência social: o plano existencial preenchido pela ideação e imaginação criativa (de afeição ou rejeição); e do outro lado está a referência empírica da justificativa terrena para fortalecer a base supra estrutural da ideologia. Desta união Terry Eagleton (1997, p. 172) diz que “se a ideologia não pode ser divorciada do signo, então o signo também não pode ser isolado das formas concretas de intercâmbio social. É apenas dentro destas que o signo vive”.

O mito funde-se à paisagem, e juntos estruturam um discurso representativo de uma ordem cuja escala se encontra num plano muito maior do que o deslumbramento inicial (MAGNOLI, 1997). O potencial imagético do exotismo das terras brasílicas, engendrado pelo ideário europeu da época colonial, se torna o elemento fomentador de peculiaridades situacionais que irão permear toda a formação histórica e social do território brasileiro e conseqüentemente da identidade nacional do povo com seu país.

Esta será a profunda raiz histórica do discurso edênico que dentre tantos locutores encontrou na Geografia lugar cativo (GAUDIO, 2007). Os aspectos materiais e os imateriais da paisagem, em confluência com este discurso edênico entrelaçam-se para formar uma verdadeira visão de mundo, que perpassa pelo âmbito simbólico e se perpetua por séculos a fio em nossa história:

Do modo mais amplo possível, a paisagem pode ser compreendida como um trabalho discursivo de ordenamento da imagem do mundo a partir do ambiente próximo, concreto e apreensível pelos sentidos humanos, mediante estruturas mentais correntes no universo cultural de cada época e de cada povo. É a unicidade de nossa existência no mundo da materialidade física transformando-se em manifestações simbólicas que não se reduzem umas às outras. Apesar de representação, liga-se de modo contundente às formas objetivas da natureza. Esta via de conceber o espaço seria constantemente re-elaborada pelas mudanças ocorridas na sociedade, sobretudo aquelas referentes às técnicas e à comunicação. Dessa maneira, possuiria tanto uma dimensão palpável quanto um componente de imaginação, todavia inextricavelmente correlacionados. (MACIEL, 2001, p. 11).

Por fim, o encantamento com a paisagem exótica das novas colônias dará lugar às primeiras intervenções estatais com o intuito de melhor gerir suas novas posses, surgindo então neste contexto um vertiginoso desenvolvimento da cartografia como ciência e técnica. Cartografia e Geografia se confundiam antes da segunda atingir o seu status de ciência em meados do século XIX, com as inúmeras iniciativas dos geógrafos

viajantes (GOMES, 2007); e levando à risca o significado etimológico da palavra – *geo*, o mundo, as terras; *grafia*, a arte de escrever, descrição de algo –, torna-se ligeiramente sutil o porquê desta união entre estes ramos do saber.

Nas palavras de Henri Baulig (1982), não só o conhecimento matemático e astronômico era tido como fundamentador da Geografia desta época, mas também os viajantes “curiosos, sensíveis à variedade dos aspectos naturais, das produções, dos povos, de seus costumes” (BAULIG, 1982, p. 60) contribuíram para o desenvolvimento da futura ciência humana e natural da Geografia; já para Gomes (2007), desde a retomada dos conhecimentos filosóficos, técnicos e científicos dos gregos pelos europeus, muitos foram os *heróis exploradores*, que cruzavam o mundo acumulando informações, muitas vezes descritivas, mas que ao longo dos séculos sedimentaram os pilares do futuro nascimento da Geografia moderna em meados do século XIX.

A herança matemática e astronômica dos árabes²⁰ levaria um rico compêndio de conhecimentos técnicos sobre navegação chegaria aos europeus – o astrolábio, a bússola e o quadrante, são alguns exemplos – via Mar Mediterrâneo, e conseqüentemente esta verdadeira ciência da descrição e representação ganharia um lugar especial nos salões de decisões reais, como valioso instrumento de controle e gestão das novas conquistas iniciadas pelos portugueses desde 1341. Desta forma, misturando-se com características artísticas, técnicas e conhecimentos matemáticos, entende-se:

[...] por cartografía el arte, ciencia y tecnología de hacer mapas y el estudio de éstos como documentos científicos y artísticos. A su vez, mapa sería todo tipo de representación a escala, de la tierra o de cualquier cuerpo celeste. Dentro de esta denominación se incluye toda clase de mapas, planos, cartas, dibujos arquitectónicos y secciones de edificios, modelos tridimensionales y globos. (NOVO; MARTÍN-MERÁS, 1992, p. 13).

Novo e Martín-Merás (1992) ressaltam o que eles designam por *Cartografía*, ou também *Geografía Mítica* do período medieval, mesmo passadas já várias décadas da descoberta das colônias portuguesas e espanholas. Mitos normalmente com viés bíblico da candura e do Éden permaneciam, como por exemplo, a Fonte da Juventude, o Eldorado, A cidade dos Césares, etc.

Apesar da clara influência do teor artístico impregnado nas cartas náuticas e demais representações cartográficas, cada vez mais se notava a prioridade da técnica, devido ao seu potencial de fomentar conhecimentos para ampliar os domínios e

²⁰Como exemplificação a esta chegada dos conhecimentos cartográficos e astronômicos dos árabes aos europeus, podemos citar *A Pérola Imaculada dos Prodígios* (ano aprox.) e *Pedra Preciosa das Maravilhas* (ano aprox.), que são duas obras cuja autoria se dedica à Ibn al-Wardi (nasc.-morte) (ÉVORA, 1997).

controle: “Medir, calcular, representar. Miniaturizar o Mundo para o apreender. O progresso para alcançar o domínio dos espaços, estimando e dominando as distâncias, passa pelo engenhoso artifício da cartografia”. (ÉVORA, 1997, p. 2). Abaixo, um sinal desta apuração cartográfica/astronômica do final do século XVIII herdeiro do desenvolvimento destas áreas do saber no período renascentista:

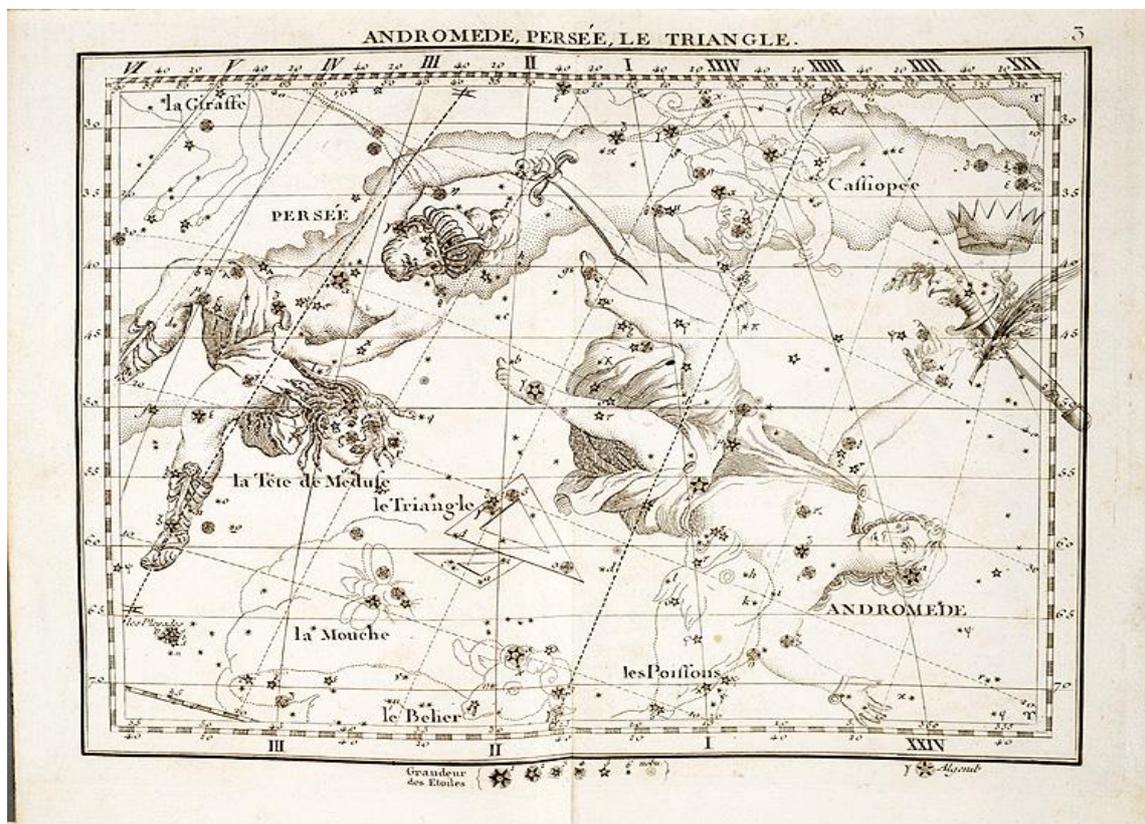


Figura 4: *Andrômeda, perseo, o triangulo* (entre 1799-1801) de Manuel Luís Rodrigues Viana. [Fonte: Santos, Ribeiro e Lyra (2010, p. 145)]

A técnica, neste caso o ato de cartografar o mundo, figura como sendo a principal balizadora das ações políticas e ideológicas, no estabelecimento da dominação de várias realezas europeias²¹. Para Milton Santos a técnica é a expressão primária existente entre a realidade histórica e geográfica de toda sociedade. Em especial aos estudos pertinentes à Geografia a técnica passa a ser o vetor principal de produção e alteração do meio, o aperfeiçoamento das técnicas produz a totalidade: “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.” (SANTOS, 2009, p. 29).

Portanto a técnica pode ser aplicada como fundamento de análise a qualquer

²¹“A procura por cartas é insaciável e o problema das projeções coloca-se em toda a sua amplitude. Não se contenta mais com soluções bastardas da Antiguidade clássica. As fórmulas gerais, racionais, aparecem desde 1520, e Mercator, em 1550, empreende a publicação de um Atlas do Mundo. Sua obra será prosseguida pelos holandeses, depois pelos franceses, ao longo do curso do Século XVII e do Século XVIII as cartas são incessantemente complementadas, corrigidas, enriquecidas.” (BAULIG, 1982, p. 61).

momento histórico específico. No caso do Renascimento e das Grandes Navegações houve uma intencionalidade pelo aperfeiçoamento dos saberes e práticas. Isto iria proporcionar a médio e longo prazo a expectativa de aplicação destes conhecimentos nos mais diferentes ramos da vida cotidiana. Vale lembrarmos que o contato com os povos árabes (principal fonte da evolução técnica da Europa na queda da Idade Média)²², ocorreu inicialmente por meio das inúmeras guerras santas entre cristãos e muçulmanos; e, posteriormente, em especial devido ao amplo comércio das cidades marítimas italianas, o comércio passou a ser a forma de relacionamento entre estes povos, facilitando o intercâmbio de informações e práticas entre os seus mundos (BUENO, 1998; MEYER, 1966).

Avançando-se em direção aos mares os europeus buscavam antes do contato com novas civilizações encontrar produtos para exploração, sejam eles minerais ou vegetais. Por isto o desenvolvimento das técnicas cartográficas, alinhar-se-ão diretamente com os interesses daqueles que detinham o poder do comando sobre os rumos de evolução de tais técnicas, uma verdadeira geopolítica cartográfica (CASTRO, 2005; LACOSTE, 2007), já que a arte de confecção e as prioridades eram dadas pelos chefes dos estados proeminentes de tal período, em especial os reinos da Espanha e Portugal. Por isto é que nas legendas destes mapas além das informações longitudinais e latitudinais existiam menções às riquezas de tais territórios grafados e, por ventura, outrora desconhecidos.

Cortesão (1957, p. 204a) nos apresenta alguns interessantes exemplos desta prática nas legendas em locais específicos no mapa de Cantino²³, como a existência do ouro em Serra Leoa, e, também, ouro, escravos e pimenta em Castela da Mina e na costa oriental da África a abundância o minério áureo “Saffala. Aqui he a mina douro em que ay (?) muyta abundancia dele mais que em outra nenhuma parte e he descoberta por el Rey de Portugall.”.

Estas descrições e a gana em adquirir tais ganhos oficial ou clandestinamente

²² Vejamos o que diz Jaime Cortesão sobre este desenvolvimento técnico e em especial o marítimo durante os séculos XV e XVI: “Que o mapa de Cantino pelo que respeita ao Índico Oriental, ao Pacífico e à Ásia Meridional, se inspirou abundantemente nas cartas árabes por outras razões se prova. Antes de mais nada vários lugares desde o Golfo de Bengala até as costas da China têm ao lado inscrita a latitude em polegadas (pulegadas) correspondentes às *isbas*, medida que servia aos árabes para contar a latitude. [...] Além disso, abundantes legendas sobre toda essa parte da Ásia, banhada pelo Índico Oriental, fornecem seguros informes sobre a geografia econômica da região.” (CORTESÃO, 1957, p. 203a).

²³ A Carta de Cantino ? uma cópia adquirida na Casa da Guiné e da Mina em Lisboa após uma negociação envolvendo grande quantia de ouro, e posteriormente enviada ao Duque de Ferrara na Itália (BUENO, 1998).

nos ajuda a compreender, por exemplo, as histórias e lendas sobre diversas terras, ilhas e caminhos que levavam a estes lugares, conforme nos mostra Holanda (1958) nas expedições que varreram de leste a oeste as terras americanas. Este era o processo de formação topográfica dos mitos europeus, encontrando nas novas terras o principal berço de alocação e desenvolvimento mítico de tais estórias.

Jaime Cortesão nos apresenta ainda uma fala de Duarte Leite, sobre a importância do planisfério de Cantino: “[...] e como este capitão-mor regressou a Lisboa em 13 de setembro de 1502, fixaremos entre esta data e o fim de outubro seguinte a conclusão do planisfério, o mais admirável dos monumentos cartográficos que nos restam dos primeiros dois lustros do século XVI”. (LEITE, 1931, p. 198. Apud. CORTESÃO, 1957, p. 201a). Vê-se a importância primordial e essencial dos mapas neste momento histórico da expansão marítima dos europeus.

O mapa, naquela época sendo considerado como monumento, é uma expressão do poderio de todos os envolvidos nas ações exploratórias no Atlântico, Pacífico e Índico, tendo a batuta dos interesses reinóis como guia em uma verdadeira empreitada técnica, logística, social, cultural e financeira. O custeio da produção dos mapas advinha dos próprios objetivos aos quais os mesmos eram encomendados, ou seja, as terras exploradas principalmente pelos navegantes, que faziam uso, a mando dos reis, de tais cartas náuticas, terrestres e astronômicas.

E mais apenas do que informar, as cartas cartográficas produzidas com intento de informar também se configuravam no âmbito de expressão artística. Talvez por isto uma das principais características dos mapas era a sua produção por verdadeiras gerações de artífices de tal produto, cobiçado por reis, generais e capitães de navios, para serem utilizados geopoliticamente. É evidente que no período das grandes navegações e em pelo menos dois séculos após a sua fase áurea (séc. XVI) os mapas tiveram uma importância ainda hoje passível de ser aprofundada dentro daquele cenário.

O que ocorria na passagem do medievo para o renascimento era o desmembramento da visão imaculada dos mitos pela intencionalidade de exploração – apesar da já revogada visão unidimensional sobre o conhecimento destas terras por parte dos europeus, citado por Cortesão (1957a) e Bueno (1998) – a mística do paraíso terreal perduraria ainda por séculos, mas, cada vez mais tais estórias conviveriam com as histórias ibéricas, flamencas, italianas, francas e anglo-saxãs a partir do final do século XV. Na próxima página uma amostra desta fusão entre a cartografia e a expressão artísticas nesta época:



Figura 5: The Belgian Lion, de (1648) de Claes Jansz Visscher

[Fonte: Kagan; Schmidt, 2007, p. 674 -

http://www.press.uchicago.edu/books/HOC/HOC_V3_Pt1/HOC_VOLUME3_Part1_gallery1.pdf]



Figura 6: Europe Regina Map de 1570 de Sebastian Münster

[Fonte: https://www.raremaps.com/gallery/detail/27223/Europe_as_a_Queen/Munster.html]

Nesta lauda e na próxima vemos a evolução imagética da representação cartográfica das terras a oeste do oceano Atlântico, confirmando assim o avanço técnico deste saber no período, e consequentemente contribuindo para o aumento gradativo das incursões exploratórias dos europeus nestas regiões. Por se tratarem de planisférios há um grande grau de distorção nas altas latitudes, com exceção do mapa global proposto por Johannes Kepler (1571-1630), de 1619, onde já é possível observar a totalidade da América representada cartograficamente e outros detalhes. As duas primeiras figuras são respectivamente de Alberto Cantino (sem dados) e Martin Waldseemüller (1475-1522). Por último há um mapa de Lopo Homem e dos Reinel onde há muitos elementos sógnicos de natureza exótica no que concerne a representação do Brasil:



Figura 7: Planisfério de Cantino de 1502

[Fonte: <http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria>]

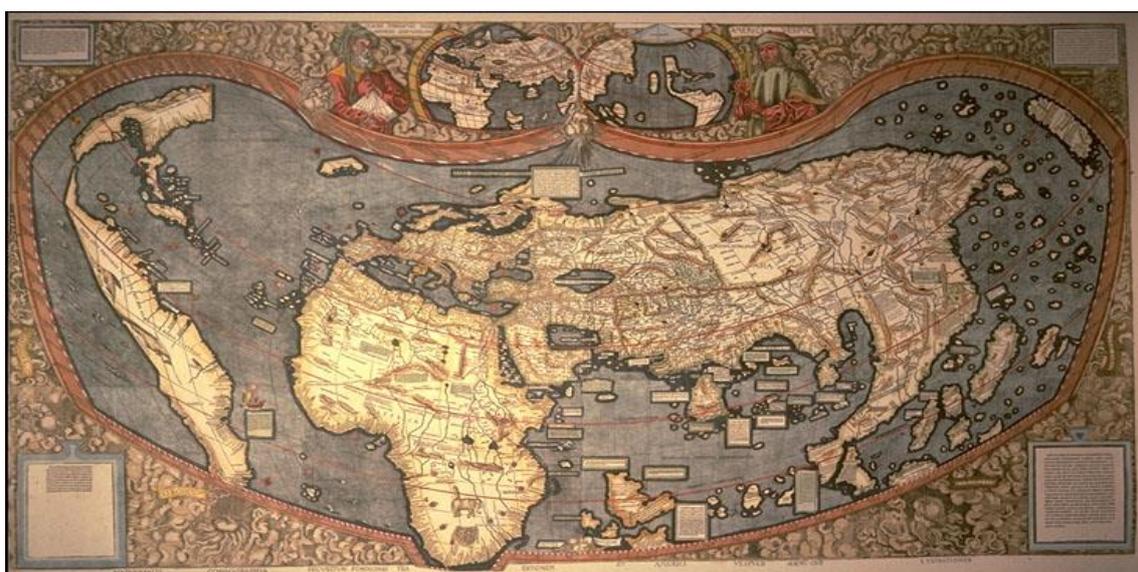


Figura 8: Mapa Mundi de 1507 de Martin Waldseemüller

[Fonte: <http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria>]



Figura 9: Planisfério de Johannes Kepler de 1619 (nome original: Tabulae Rudolphinae, Quibus Astronomicae Scientiae, Temporum Longuinitate Collapsae Restauratio Continentur)
[Fonte: <http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria>]

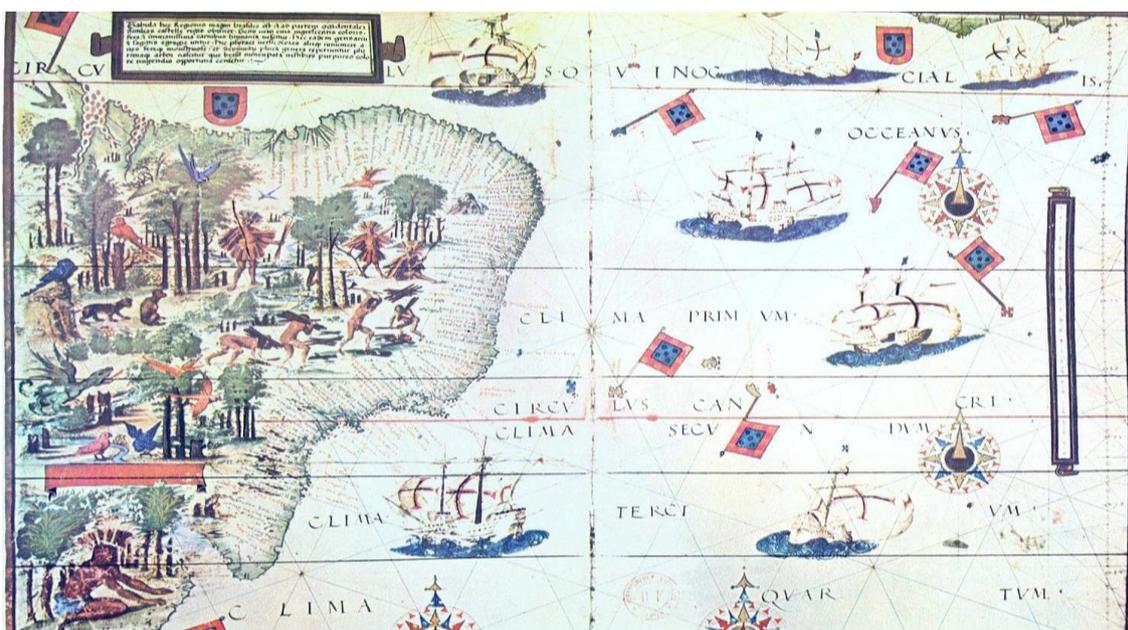


Figura 10: Atlas Miller de 1519 elaborado conjuntamente por Lopo Homem, Pedro e Jorge Reinel²⁴
[Fonte: Wehling, (1999, p. 37)]

Com o desenvolvimento cartográfico expressivo já apresentado, tanto neste trabalho de Lopo Homem e os Reinel, como noutras representações cartográficas dos primeiros anos do século XVI (tal como o mapa-múndi de Alberto Cantino, de 1502 e de Waldseemüller de 1507), os autores buscavam uma clara referência mítica e

²⁴Fazendo um breve percurso cronológico do avanço nas confecções dos mapas onde o Brasil aparece representado, observamos esta passagem de uma valorização exótica e mítica, nos traços de Lopo Homem, Pedro e Jorge Reinel, para os fins exclusivamente matemáticos, representacionais e estatais, como, por exemplo, nas diversas representações cartográficas da Dinastia dos Teixeira (GEORAMA, 1967).

simbólica para suas confecções. A imagem, o paraíso da paisagem exótica americana, a representação, formada a partir da interpretação dos europeus desta nova realidade dantes desconhecida, e por fim a tentativa de projeção racional destes dois elementos, feita através de um complexo desenvolvimento da técnica e da expressão artística das paisagens, cujo resultado será o mapa. Não raro, elementos pictóricos em meio a figuras do outro (a estranheza perante os nativos), formam um paradigma que será superado paulatinamente, de acordo com o avanço dos objetivos exploratórios cada vez mais claros e o aperfeiçoamento técnico na feitura dos mapas (WEHLING, 1999).

Por fim, o desenvolvimento destas e de outras cartas cartográficas no final do século XV e no decorrer do século XVI é sem dúvida um sinal daqueles tempos. Iniciamos esta primeira parte do capítulo exemplificando a visão mítica do paraíso terreal perdurada até meados do século XVIII, e assim seria até o século posterior (HOLANDA, 1958), mas, o principal sinal de enfrentamento e de comprovação ou superação destas estórias míticas será a presença destes mapas e da evolução da técnica pelos cartógrafos – geógrafos da época como diria Baulig (1982) – na junção do que era visto nas paisagens com a necessidade de representá-las racional e objetivamente.

Neste momento é necessário que façamos um percurso analítico sobre o processo de colonização especificamente do caso brasileiro. Neste sentido a presença de diferentes *perfis* de colonos que vieram e habitaram o Brasil. E mais importante do que a disposição destas especificidades destes europeus (e num primeiro momento em menor escala também os africanos) será a maneira pela qual cada um destes indivíduos irão se relacionar com o território brasileiro e o imaginário mítico que acompanha estas terras como já apresentado anteriormente.

2.2 A ocupação do território: a fé católica e as primeiras bandeiras

Em Geografia a paisagem é entendida como a representação do mundo, sua imagem. Os elementos imagéticos que compõem a totalidade da paisagem irão propiciar as decorrentes interpretações dos indivíduos que a ela tiverem contato (MOREIRA, 2008). Teresa Salgueiro (2001) expõe a paisagem como conceito geográfico plausível de ser utilizado como estruturador de explicações no campo da geografia das representações sociais, dos modos de vida, interações econômicas e características culturais de uma sociedade.

O geógrafo francês Vidal de La Blache (1954) foi um dos autores que exploraram esta concepção não apenas da paisagem, mas do meio em si em sua relação de intensa comutação (não necessariamente determinista, mas neste caso com uma inclinação voltada à tecnificação e desenvolvimento das sociedades humanas) com os indivíduos que nele vivem, moldando assim modos de existência no espaço geográfico²⁵:

Dado que desde tão cedo a espécie humana se expandiu pelas regiões mais diversas, teve necessariamente de submeter-se a casos de adaptações múltiplas. Cada grupo encontrou, no meio especial onde deveria assegurar a sua vida, tanto auxiliares como obstáculos: os processos a que recorreu por via desses representam outras tantas soluções locais do problema da existência. [...] A visão direta de modos de existência estreitamente relacionados com o meio, eis a novidade que devemos à observação sistemática das famílias mais isoladas, mais atrasadas da espécie humana. (LA BLACHE, 1954, p. 31).

Fazendo jus a esta fundamentação conceitual da paisagem, será feito um panorama sintetizado das classes sociais e grupos de indivíduos (vindos da Europa) que habitaram o território brasileiro e suas representações da paisagem colonial. Os *senhores de engenho*, donatários de notável poder de autonomia, em grande parte devido às suas ordenações no interior do engenho. Os *bandeirantes*; aqueles aos quais a formatação atual dos limites territoriais brasileiros se encontra em dívida (limites estes erigidos não tão heroicamente quanto mostrado comumente). E, por fim, o ponto transversal às duas primeiras: estendendo-se da nobreza portuguesa ao impacto inicial com os *nativos*, os *missionários religiosos* e seu projeto do império temporal, cujo objetivo maior foi o de dar uma resposta à altura às então recentes turbulências reformistas passadas pelos pilares do poder da fé cristã católica na Europa.

²⁵ Em outros trabalhos La Blache nos traria a conceituação de *gênero de vida* que possui em seu âmago uma significação sinonímica a esta, expressa em sua obra “Princípios de Geografia Humana”, originalmente publicada em 1917. (GOMES, 2007).

Algumas nuances do ponto de vista econômico e cultural tornam-se os principais parâmetros de diferenciação e imposição das fronteiras de ações e pensamento de cada um destes grupos. Em sobressalto há a figura do Estado português, como viabilizador ou regulador da dinâmica de interações entre os habitantes da colônia; postura que irá se alterar profundamente no passar dos séculos²⁶.

Os primeiros duzentos anos de colonização do Brasil foram marcados pelas iniciativas econômicas da metrópole, em especial à concessão de facilidades fiscais e de posses de terras para a instalação de engenhos de açúcar em vários pontos do litoral – em regiões do extremo nordeste, atual recôncavo baiano, e pontos isolados onde hoje se encontram os estados da região sudeste do país (HOLANDA, 1969; 1984). Outro fator de merecido destaque é a constante e inigualável batalha por terra e índios entre os bandeirantes paulistas e os missionários jesuítas.

Do ponto de vista histórico, político e social a iniciativa de explorar economicamente o Brasil (excetuando o extrativismo inicial do pau-brasil) ocorreu a partir da segunda metade do século XVI. Mais do que apenas decretar as terras do paraíso americano como descobertas, era necessário fincar núcleos populacionais e empreitadas comerciais. Isto fez com que a impressão de deslumbramento inicial dava lugar ao forte teor político e econômico (FURTADO, 1991). Como resultado desta virada política, temos o nascimento das primeiras intervenções estatais de gestão pelo governo de D. João III, estabelecendo o Governo Geral e o regime de divisão territorial das capitanias hereditárias com seus respectivos donatários, as grandes sesmarias e as primeiras iniciativas de instalações dos engenhos de açúcar no litoral brasileiro²⁷.

Em suma, os donatários eram fidalgos vindos de Portugal com indicações plausíveis no que dizia respeito à possibilidade e capacidade de empreender o aproveitamento das terras na colônia. Esta foi uma saída do governo português para a ocupação do Brasil, algo bem próximo de uma terceirização das posses aos patrícios (com considerável poder econômico) que se interessassem pela proposta. Em linhas gerais, os donatários ficavam incumbidos dos seguintes deveres com a coroa portuguesa:

²⁶A mudança de postura se dará após a descoberta das primeiras minas de metais preciosos no final do século XVII e início do XVIII; daí em diante a centralização do poder real português alcançará um dos níveis mais elevados de toda a história brasileira.

²⁷ Os motivos para esta mudança de atitude da coroa portuguesa do desinteresse às primeiras ações políticas voltadas ao território brasileiro, deveu-se em grande medida ao iminente risco de invasões de outros povos europeus em toda a costa colonial, e também devido à grande prosperidade da extração de ouro e prata América espanhola os portugueses se viram pressionados a tirar algum proveito econômico de sua imensa colônia recém-descoberta a oeste do atlântico (HOLANDA; PRADO JÚNIOR, 2006).

1. Coordenar a defesa da terra contra ataques, instalando e refazendo fortes, construindo navios e armando os colonos;
2. Fazer alianças com os índios, iniciando sua catequese, evitando sua escravidão e concedendo-lhes terras, visando sua integração produtiva na economia colonial;
3. Dar sesmarias, facilitando o estabelecimento de engenhos;
4. Explorar o sertão informando a Coroa sobre as descobertas feitas;
5. Proteger os interesses metropolitanos no que diz respeito ao estanco do pau-brasil e à arrecadação de impostos. (CUNHA, 1992, p. 133).

Cada capitania tinha o formato retangular, indo da região costeira, onde se iniciava, até o limite ocidental barrado pelo meridiano de Tordesilhas. As principais capitanias e seus donatários eram: São Vicente (Martim Afonso de Sousa), Santana, Santo Amaro e Itamaracá (Pêro Lopes de Sousa); Paraíba do Sul (Pêro Gois da Silveira), Espírito Santo (Vasco Fernandes Coutinho), Porto Seguro (Pêro de Campos Tourinho), Ilhéus (Jorge Figueiredo Correia), Bahia (Francisco Pereira Coutinho). Pernambuco (Duarte Coelho), Ceará (Antônio Cardoso de Barros), Baía da Traição até o Amazonas (João de Barros, Aires da Cunha e Fernando Álvares de Andrade) (HOLANDA, 1984; PRADO JÚNIOR, 2006).

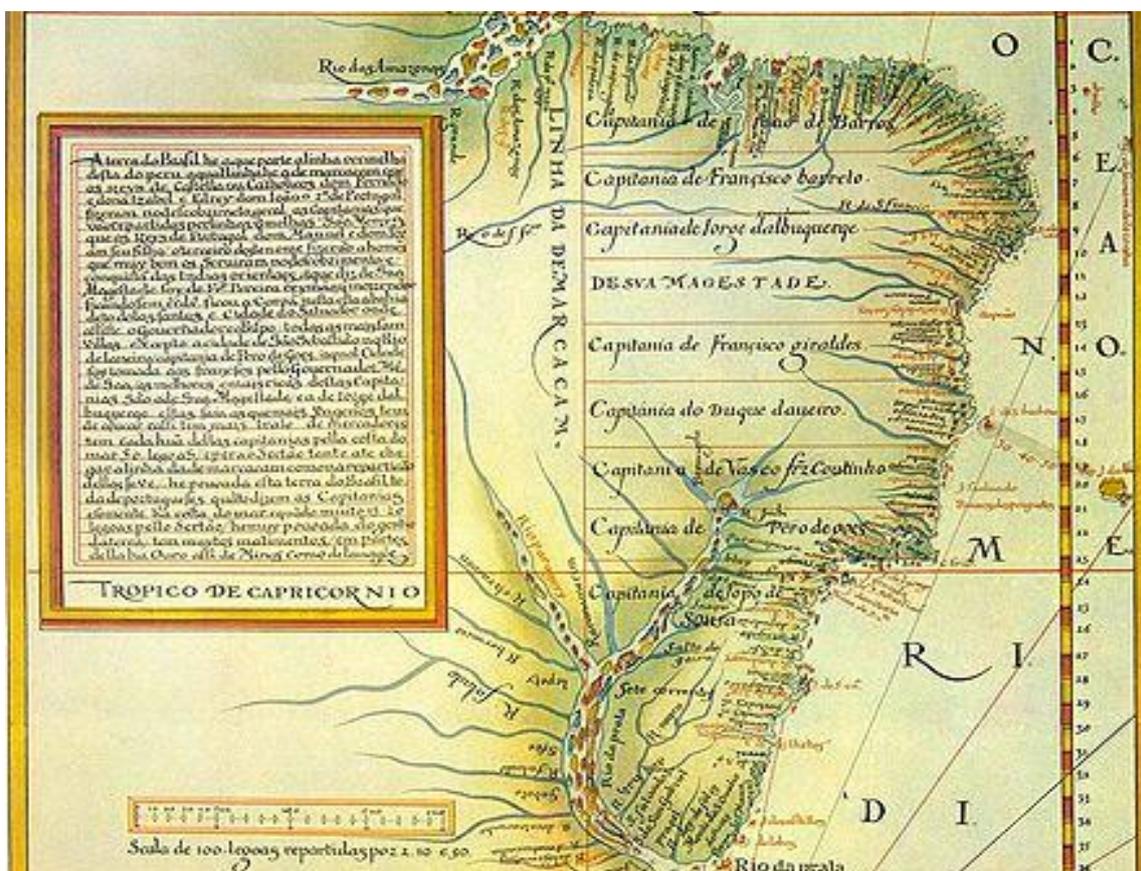


Figura 11: Capitâncias Hereditárias: “Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas, e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães”, de Luís Teixeira (1586)
[Fonte: Wehling (1999, p. 42)]

Quando Luís Teixeira elaborou o mapa do Brasil já sem os carregados traços da mitologia fantástica presente ainda na representação de Lopo Homem e dos Reinel, fica clara que a intenção da coroa portuguesa era de legitimar a posse das terras coloniais.

Um ponto a ser destacado é que nesta carta a linha imaginária que corta o território brasileiro de norte a sul, e que deveria respeitar o antigo Tratado de Tordesilhas – firmado entre os reinos de Portugal e Castela, em 1494 – estava pelo menos 10 graus deslocados a oeste do inicialmente estabelecido; desde muito cedo os portugueses já almejavam mais posses do que antes proposto com os espanhóis²⁸. Abaixo, vemos um mapa de 1640 onde esta divisão está clara, e a partir desta data, com o desmembramento da União Ibérica, novas delimitações do território brasileiro iriam tomar forma:

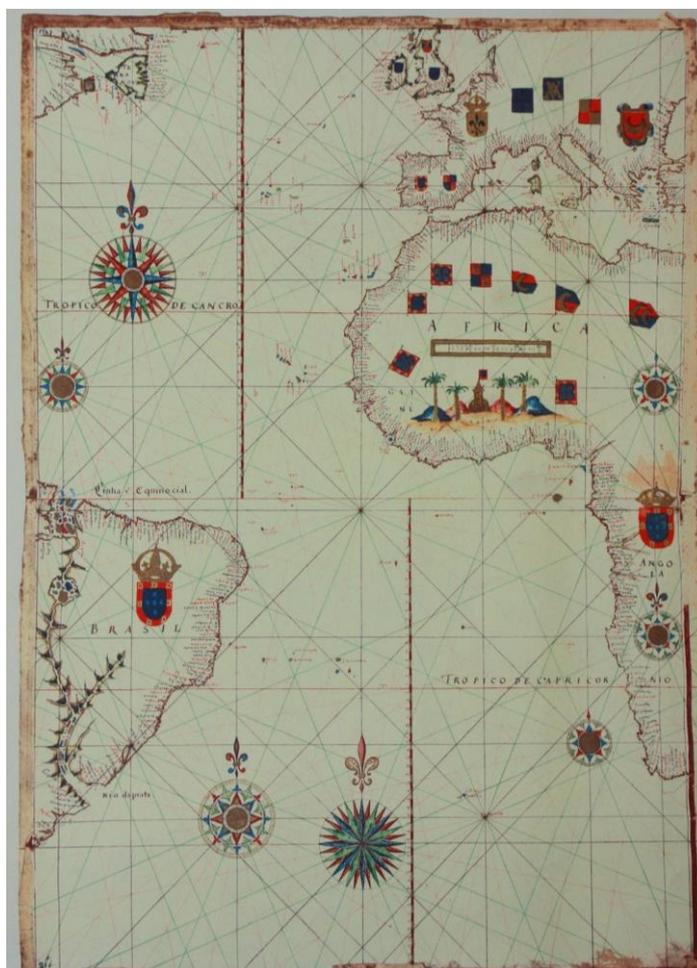


Figura 12: Mapas do Brasil e África de 1640 de João Teixeira Albernaz
[Fonte: <http://www.uc.pt/fluc/coimbra-marrakech/indexfr/sources/icono/21.JPG?hires>]

²⁸Esta característica irá se tornar mais visível com a permissividade pela qual os soberanos portugueses admitiam as invasões paulistas em territórios espanhóis e reduções jesuíticas. Muitas vezes, investimentos vinham da própria corte para que novas expedições rumo ao interior do Brasil fossem executadas pelos bandeirantes (TAUNAY, 1930).

Nos dois mapas observamos preocupação com a nomeação dos territórios litorâneos que adentravam o continente, e com o Brasil não era diferente. E é por meio das capitanias e sesmarias que podemos observar alguns dos embriões que resultarão séculos mais tarde na formação de uma classe de poderosos indivíduos (donatários os futuros coronéis, padrinhos e sinhôs), detentores de porções de terras a perder de vista – os até hoje existentes latifúndios –, com total autonomia e independência na aplicação de normas e punições, gerenciadores de riquezas e influenciadores de toda a ordem social à qual estavam vinculados, seja no âmbito local ou regional (FREYRE, 1954; GUALBERTO, 1995).

A presença desta classe peculiar de senhorio atrelado aos primeiros decênios da colonização portuguesa no Brasil deixará marcas profundas em todo o decorrer histórico da nossa formação territorial (SODRÉ, 1986). A respeito de o imenso poder deixado nas mãos destes homens no início do processo de colonização, Celso Furtado trata com notável argúcia:

O rápido desenvolvimento da indústria açucareira, malgrado as enormes dificuldades decorrentes do meio físico, da hostilidade do silvícola e do custo dos transportes, indica claramente que o esforço do governo português se concentra nesse setor. O privilégio, outorgado ao donatário, de só ele fabricar moenda e engenho de água, denota ser a lavoura do açúcar a que se tinha especialmente em mira de introduzir. Favores especiais foram concedidos subsequentemente àqueles que instalassem engenhos: isenções de tributos, garantia contra a penhora dos instrumentos de produção, honrarias e títulos, etc. as dificuldades maiores encontradas na etapa inicial advieram da escassez de mão-de-obra. (FURTADO, 1991, p. 41).

Apesar destas iniciativas da coroa, muitos eram os engenhos que foram à falência em poucos anos, muitas vezes por falta de mão-de-obra e pela baixa rentabilidade do negócio em curto prazo, sendo necessário um regime de grande cultivo nas lavouras, as denominadas *plantations*, para que o lucro cobrisse todos os gastos.

O que Caminha havia dito em sua carta de *achamento* a respeito das novas terras encontradas “em se plantando, tudo dá” começava a tomar forma por meio da produção açucareira, e este desenvolvimento não só da agricultura, mas também da pecuária seria um traço marcante no Brasil, como símbolo da riqueza do nosso solo, simbolismo este permanecido até os dias atuais.

Nas terras do extremo nordeste, em especial Pernambuco e Bahia – e nos primeiros anos da colonização portuguesa também São Vicente, no sul do país –, esboçou-se uma das poucas bem-sucedidas indústrias do açúcar canavieiro. Apesar de adquirir mão-de-obra indígena vinda das regiões sulinas, o tráfico de escravos negros africanos obteve um notório avanço neste período para fomentar o desenvolvimento dos

engenhos (BRASIL, 2008).

Cada engenho possuía uma dinâmica social interna, cujo núcleo estava na figura do senhor da família, o patriarcado ruralista predominava. As peculiaridades desta organização são tratadas com o mais alto valor historiográfico e sociológico por Gilberto Freyre em sua obra magna *Casa Grande e Senzala* (1954), em especial a figura marcante da inquisição católica presente já antes de 1500, e que, mesmo que tenuemente, se instalou no Brasil por meio dos enviados das igrejas. Para Caio Prado Júnior, o engenho era um empreendimento completo: “A grande propriedade açucareira é um verdadeiro mundo em miniatura em que se concentra e resume a vida toda de uma pequena parcela da humanidade” (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 38).

É digno de nota o papel exercido pelos negros africanos na manutenção dos sistemas de engenho durante o ciclo de produção açucareira no Brasil. O trabalho de Bastos (2007), sem deixar-se entregar a ácidas críticas à historiografia e ao tratamento sociológico dado aos negros na população brasileira, acentua em certa medida o déficit societário que permanece até os dias atuais quando o assunto é tratarmos da questão dos africanos que vieram ao nosso país durante os períodos imperial e colonial. Neste sentido, sobre a mão-de-obra escrava, Prado Junior pondera que:

[...] seja com escravos africanos, escravos ou semiescravos indígenas, a organização das grandes propriedades açucareiras da colônia foi sempre, desde o início, mais ou menos a mesma. É ela a da grande unidade produtora que reúne num mesmo conjunto de trabalho produtivo, um número mais ou menos avultado de indivíduos sob a direção imediata do proprietário ou seu feitor. É a exploração em larga escala, que conjugando áreas extensas e numerosos trabalhadores, constitui-se como uma única organização coletiva do trabalho e da produção. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 37).

O sucesso econômico dos engenhos no nordeste só foi alcançado graças à aguçada mobilidade técnica dos negros para os ofícios açucareiros. Preteriu-se o índio e sua extrema dificuldade de assimilação do trabalho duro nas fazendas, em detrimento da grande massa de negros que chegavam aos milhares nos portos do Rio de Janeiro e Salvador.

Muitas vezes menos da metade dos negros chegavam com vida ao Brasil, alocados nos porões dos navios onde as condições do traslado atlântico eram as piores possíveis, chegando ao ponto de se alimentarem apenas de restos de pão batido, e tendo quando não muito de ingerir água salgada ou a própria urina para matar a sede (BASTOS, 2007; BRASIL, 2008).

Juntos com eles desembarcavam suas crenças, ritos, culinárias, dialetos, e muitos outros traços culturais que permanecem ainda no seio dos costumes dos brasileiros. Ao

final do ciclo canavieiro, por volta de 1660-70, a população de escravos negros no Brasil já ultrapassava a casa do 1.000.000, e em gradativo aumento. Este era o panorama dos grandes engenhos de açúcar que primeiro promoveram uma atividade econômica de respeitável expressão no período colonial (HOLANDA, 1984). A principal característica do período inicial da colonização portuguesa no Brasil foi a grande autonomia de ação e gestão dos territórios aqui habitados.

Toda a aclamação exótica permanecia. Boa parte da continuidade desta premissa ideológica se deve ao fato das novas terras serem vistas com olhar de suspeita pelos colonos. A vida era difícil, os obstáculos naturais quase intangíveis, e em nenhum momento houve um projeto estatal de povoamento da colônia – fato este notado pela ligeira faixa litorânea que ficou como sendo principal ponto de habitação dos brasileiros até início do século XX (MORAES, 1986; 2005).

Abaixo temos uma ilustração de um destes engenhos, percebem-se elementos como o senhorio à direita, a moenda no centro, movida por força animal, a mata ao fundo com os montes, e dando dinâmica a toda imagem a mão-de-obra escrava:



Figura 13: Trabalhadores de Engenho de açúcar de 1835 de Johann Moritz Rugendas
[Fonte: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon92944d4i9.jpg]



Figura 14: Fazenda de Quissaman pris de Campos (século XIX sem data) de Jacottet, Louis-Julien
 Fonte: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/th_christina/icon1113654/icon1113654_38.jpg

Nesta ilustração de Jacottet podemos observar a casa grande em destaque, ao seu lado a capela do engenho, os animais em primeiro plano, os elementos naturais como céu e árvores poeticamente representados e ao canto direito as torres da caldeira onde o açúcar, a cachaça e o melaço eram processados.

Aqueles que vinham da metrópole para a colônia, como foram o caso dos patrícios aos quais as capitânicas e sesmarias, o faziam por vontade própria, ou, como no caso dos donatários, devido ao grande rol de atrativos de poder e fisco dado pelo soberano da metrópole; no mais, outros dois grupos de colonos se farão presentes nos primeiros séculos de vida brasileira, são eles: os jesuítas e os bandeirantes. As bandeiras e reduções jesuíticas irão ditar um dos conflitos mais complexos do início da história brasileira e da sua formação territorial, e isso se dará por mais de duzentos anos de intensos conflitos de interesses.

Como já esclarecido o intento maior em dispendir tamanho esforço técnico e financeiro em navegações, tanto longínquas quanto perigosas, era a busca por ouro e prata, principalmente, e especiarias de largo aproveitamento comercial, em segundo plano. Para Celso Furtado (1992), este objetivo maior é que levou a colonização mesmo que de uma forma lenta, dispersa e desorganizada das Américas:

A descoberta das terras americanas é, basicamente, um episódio dessa obra

ingente. De início pareceu ser episódio secundário, e na verdade o foi para os portugueses durante todo um meio século [...] a partir desse momento a ocupação da América deixa de ser um problema exclusivamente comercial: intervém nele importantes fatores políticos [...] não fora a miragem desses tesouros, de que, nos primeiros, dos séculos da história americana, somente os espanhóis desfrutaram, e muito provavelmente a exploração e ocupação do continente teriam procedido muito mais lentamente. (FURTADO, 1992, p. 6).

Os engenhos eram uma representação concreta do aproveitamento do potencial agrícola do Brasil e da necessidade de se superar a natureza para atingir tal feito, como foi o caso, por exemplo, da extinção dos tupinambás que habitavam a faixa litorânea da colônia, e também da degradação da então floresta atlântica para esta dar lugar as fazendas de cana-de-açúcar (RIBEIRO, 1984). Neste contexto temos abaixo uma citação prosaica do ufanismo edênico de Ambrósio Brandão em seu texto *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de 1618, onde este se refere à riqueza do solo brasileiro:

Brandonio: Quero dar o primeiro lugar dos legumes desta terra às favas, porque são por extremo boas, e na grandeza e gosto muito melhores que as de Portugal; mas a planta é diferente, assim na folha, como ao modo dela, porque a de cá trepa como hera, colhem-se verdes e secas, e de ambas as maneiras são excelentes. (BRANDÃO, 2013, p. 49)

Este ufanismo em relação à potência agrícola viria a se reificar simbolicamente contemporaneamente na forma do Brasil como sendo um “celeiro do mundo”, por meio das grandes produções de *commodities* na atualidade, o mito não se encerra em si, mas acaba por se realizar em situações específicas, como também ocorreria em relação ao Eldorado durante a extensiva exploração do ouro nas Minas Gerais.

Por meio desta citação de Brandão (2013) vemos a relação entre o mito do Éden, terreno referido no início deste capítulo com a exploração da riqueza de tal lugar. De maneira mais direta podemos correlacionar, numa escala maior de análise, a intencionalidade econômica – que juntamente com o papel da fé – moveu a encruzilhada exploradora dos séculos XVI e XVII, e chegando aos territórios longínquos era então a hora de fazer valer o esforço pela busca de tal paraíso terreal, e assim foi nas minas de Potosí, como também o foram os engenhos de açúcar no litoral do nordeste brasileiro. Estas eram na verdade as engrenagens de uma sistemática econômica muito maior, de âmbito global e organizada segundo os interesses daqueles que detinham o poder no momento, as metrópoles, frente às colônias americanas:

O mercantilismo em expansão serviu-se das mais variadas formas de dominação, e não apenas da colônia em sua versão clássica e acabada: o Estado colonial. O campo de ação aberto para a burguesia europeia, a partir das grandes navegações do século XV, foi tão grande que as soluções encontradas para assegurar um tão amplo e diversificado comércio não podem ser reduzidas a fórmulas rígidas. O colonialismo não se manifestou apenas sob a forma por ele assumida na América portuguesa, ou castelhana.

Pelo contrário, diante da rápida multiplicação das mercadorias e dos meios de troca, as metrópoles diferentes. Todos eles, porém, com um mesmo conteúdo, buscando um mesmo objetivo: a subjugação dos povos das regiões economicamente interessantes. (LEONARDI, 1996, p. 57-58).

A lenda do ouro existente nos interiores do território colonial motivou em grande medida as incursões bandeirantes nesta empresa, devido principalmente à falência das iniciativas de operar engenhos de açúcar em São Paulo. O objetivo então dos paulistas passa a ser a caça ao índio, para posteriormente comercializá-lo como escravo aos engenhos do nordeste brasileiro; diferentemente dos jesuítas, cuja principal ambição na nova terra era aumentar o rebanho de fiéis à igreja católica – objetivo este um dos pontos destacados como cruciais pela contra reforma; daí o principal motivo de tantas sangrentas batalhas entre estes dois grupos sociais no Brasil colonial (FLORES, 1996).

Percebe-se a importância do fator mítico e imaginário dos conquistadores portugueses em permanecer com a posse das terras alcançadas a oeste, tendo em vista o fato de não encontrarem de imediato os metais preciosos tão esperados se tornar o principal motivo ao inicial desinteresse lusitano. A crença nos ainda inexplorados confins da colônia foi o que propiciou o lento e gradativo desenvolvimento econômico dos indivíduos que aqui se instalaram (BOXER; 2000, MOOG; 1966; PRIETO, 1968).

Estas crenças perduravam como resíduos daquela paisagem bíblica referida anteriormente, um lugar de oportunidades onde a abundância e a riqueza brotariam diretamente do chão. Juntamente com as crenças da riqueza a se adquirir na imensa terra veio o desejo de exploração dos nativos das terras recém-descobertas. Como visto na pintura de Brueghel e Rubens no início do capítulo, aos índios ficou a alcunha dos representantes do paraíso terreno, e era preciso haver um posicionamento do governo português para com esta situação (HOLANDA, 1958).

Neste contexto Caio Prado Júnior cita a necessidade de legislar a respeito da situação indígena para satisfazer os anseios tanto dos clérigos como dos habitantes da colônia, devido ao impasse entre a catequização e a exploração do trabalho indígena nas fazendas de açúcar. Assim foi promulgada a *carta régia* de 1570, na qual ficava firmado o aprisionamento apenas de índios adquiridos em guerra justa. Tão logo se mostrou ineficaz, que tal medida passou a ser mais uma dentre tantas que os colonos bandeirantes ignoraram, principalmente partindo em direção aos povoados jesuítas muito comuns na região sul do Brasil e nas fronteiras com o Paraguai e atual Uruguai.

Os indígenas brasileiros à época da chegada dos portugueses ultrapassavam a casa dos 5 milhões, em conjunto. A diferenciação das várias tribos e grupos pode ser

dividida de acordo com o tronco linguístico ao qual pertenciam, como, por exemplo, os *tupis* na faixa litorânea, o *macro gê* na atual região central do Brasil, o *guarani* que se mesclando com o *tupi* abrangia toda a região sul da América do Sul e as regiões banhadas pelos *chacos* paraguaios, e os *aruaques* ou *caraibas* na extensão da Floresta Amazônica (FAUSTO, 2000; RIBEIRO, 1984). A extinção destes povos antes de ser feita pelas armas e sangue ocorreu pelo contato com doenças; muitas foram as tribos devastadas pela varíola, catapora, caxumba, etc., vindas tanto do contato com os jesuítas como com os bandeirantes.

Os jesuítas eram um grupo de homens da igreja católica muito bem organizados frente à sua relação hierárquica vinda da Europa. Desde a chegada das primeiras embarcações na costa brasileira, a presença do catolicismo se fazia presente. Na armada de Cabral os sacerdotes eram comandados por Frei Henrique de Coimbra (BUENO, 1998). A primeira epístola escrita ao rei Dom Manoel já deixava à mostra que na impossibilidade, por ora, de encontrar visíveis os estimados metais preciosos, a fé cristã seria o maior feito a ser realizado por sua majestade:

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que lhe quiserem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons. E o fato de Ele nos para aqui trazer creio que não foi sem causa. E, portanto Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação deles. E prazerá a Deus que com pouco trabalho seja assim! (CAMINHA, 2012, p. 9).

Em seus estudos sobre a empresa jesuítica, Moacyr Flores (1996) ressalta que apesar de terem chegado missionários em todo o litoral brasileiro, foi no sul do país onde se estabeleceram as reduções (instalações físicas do projeto jesuíta) com maior vigor. Os objetivos eram claros: “A evangelização ou missão era um dos meios de conquistar os gentios ou índios, colocando-os a serviço de Deus e do rei” (FLORES, 1996, p. 11). Ainda seguindo as colocações de Pero Vaz de Caminha: “Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal que a de Adão não seria maior, com respeito ao pudor.” (CAMINHA, 2012, p. 10).

Tamanha a ambição de estabelecer o paraíso na terra, incrustar a utopia o

*império temporal*²⁹ pelos jesuítas que desembocou em um complexo e organizado sistema de povoamento, calcado no cultivo da lavoura e na autonomia administrativa. Para Gilberto Freyre somente a secular estrutura patriarcal dos engenhos de cana-de-açúcar poderia ser comparada em termos de instalações e sistematicidade hierárquica.

Em via de se notabilizar a estabilidade na qual viviam as reduções jesuíticas, surge o confronto de interesses e de formas de pensar entre os missionários e o povo de degredados de umas das capitanias do sul, cujo objetivo primário (o empreendimento canavieiro) faliu antes mesmo da chegada do século XVII. Júlio José Chiavenato (1991) e em certa medida Affonso de Taunay (1930) nos apresentam um panorama social e cultural destes indivíduos.

Estes homens rústicos, os bandeirantes, muitas vezes já eram descendentes de índios e brancos – mamelucos, caboclos –, com pouca ou nenhuma educação formal (o analfabetismo era praticamente total), sem vínculos de maior pudor diante da moralidade católica (a não ser no momento que precedia a morte, para livrar dos pecados) e dotados de grande presteza à vida precária de provisões básicas e quase ou nenhum contato com o restante do território colonial, com exceção das suas infundáveis investidas aos sertões (CHIAVENATO, 1991). O ímpeto bandeirante era movido ainda pela velha crença na riqueza dos metais preciosos. O imaginário do paraíso das riquezas naturais se perdurava em sua força de mito:

Os metais, que a imaginação escaldante dos primeiros exploradores pensava encontrar em qualquer território novo, esperança reforçada pelos prematuros descobrimentos castelhanos, não se revelaram tão disseminados como se esperava. Na maior extensão da América ficou-se, a princípio, exclusivamente nas madeiras, nas peles, na pesca; e a ocupação de territórios, seus progressos e flutuações subordinam-se por muito tempo ao maior ou menor sucesso daquelas atividades. Viria depois, em substituição, uma base econômica mais estável, mais ampla: seria a agricultura. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 17).

Esta foi a motivação inicial dos paulistas nas três frentes de investidas bandeiristas nas quais se lançaram: o sul do país, as minas do atual Peru, e posteriormente ao nordeste com o resultante estouro da Guerra dos Emboabas (1707-1709) frente principalmente os exploradores baianos em busca do ouro mineiro.

Muitos dos mais notáveis líderes das bandeiras foram verdadeiros mestres no ofício de conhecer técnicas de navegação fluvial, embrenhar-se mata adentro, passar dias a fio com o mínimo de alimentos possível – diga-se de passagem, até mesmo o notório Domingos Jorge, O Velho, devido aos tantos anos de convívio com os silvícolas,

²⁹ O *império temporal* é como ficou conhecido o projeto de instalação de uma nova organização doutrinária da igreja católica nas Américas.

não mais pronunciava sequer uma palavra em português (CHIAVENATTO, 1991; MOOG, 1966). Abaixo, uma síntese de Paulo Prado (1981) sobre os principais caminhos das bandeiras ocorridas no Brasil, exemplificando a vasta extensão do território trilhado por estes viajantes:

- a. bandeiras paulistas, ligando o Paraná ao Paraguai, e pelo Guaporé, Madeira, Tapajós e Tocantins atingindo o Amazonas (o Xingu, pelas más condições de navegabilidade, nunca foi frequentado) ; bandeiras paulistas, ligando o Paraíba ao São Francisco, ao Parnaíba e Itapicuru até o Piauí e Maranhão por um lado; ligando o São Francisco, o Doce, o Paraibuna, ao Paraíba do Sul, galgando a serra dos Órgãos, para terminar na Guanabara; bandeiras paulistas, entre a serra do Mar e o Paraná, todas elas atravessando o Uruguai para o Rio Grande do Sul;
- b. bandeiras baianas, ligando o São Francisco ao Parnaíba e chegando ao Maranhão pelo Itapicuru; bandeiras baianas, ligando o São Francisco ao Tocantins; bandeiras baianas, que indo do Serro e Minas Novas, procuravam o Rio pelo caminho da terra do ouro;
- c. bandeiras pernambucanas entre o Capibaribe e serra de Ibiapaba, muito menos importantes que as duas anteriores, traçadas a menor distância do litoral, pelo sertão “de fora”, recebendo muita gente diretamente do litoral, subindo os rios que nele desembocam;
- d. bandeiras maranhenses, de pouco alcance, ligando o Itapicuru ao Paraíba e São Francisco, e o Parnaíba às terras aquém do Ibiapaba;
- e. bandeiras amazônicas, que pelo Madeira se ligaram às de São Paulo; alcançaram os limites do Javari e ocuparam a Guiana (PRADO, 1981, p. 55-56).

Sendo um dos perfis dos habitantes da colônia vindos da Europa (ou descendentes destes) certamente aos bandeirantes coube um trabalho de movimento interno de todo o sistema de colonização e exploração das riquezas. Conforme vemos na citação acima de Paulo Prado percebe-se que não houve limites físicos para estes errantes do território brasileiro, fundando cidades, capturando nativos, buscando o Eldorado brasileiro, e, no fim das contas, por meio desta ação territorialmente dispersa e temporalmente extensa os bandeirantes (posteriormente os tropeiros e caixeiros-viajantes) deram uma dinâmica à totalidade da natureza colonizadora do Brasil, abrindo caminhos nas matas, exterminando sociedades indígenas inteiras, e fincando as *bandeiras* reinóis de norte a sul, leste a oeste da colônia.

As viagens dos paulistas, portanto, chegaram a percorrer quase por completo o território da colônia, por vezes passando diversos meses nas trilhas traçadas ao longo das matas e sertões com ajuda de nativos, aliados que lhes ensinavam atalhos, fontes de provisões e a localização de aldeamentos a serem atacados (CHIAVENATO, 1991). Em cada uma dessas viagens, milhares de índios eram capturados e comercializados com o senhorio para serem utilizados nas fazendas de produção de açúcar, e também eram levados aos portos para assim terem uma destinação diversa em países europeus e demais localidades que utilizariam os indígenas como mão-de-obra escrava:



Figura 15: Acampamento de bandeirantes

[Fonte: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1313307/icon1313307.jpg].

Viajantes de pés descalços, implacáveis em seus intentos, cruéis em seus métodos e temidos por onde passavam (muitos eram conhecidos por caminhar com colares de orelhas dos gentios submetidos às suas escopetas e lâminas).³⁰ Estes eram os verdadeiros aspectos dos habitantes de São Vicente e São Paulo, os quais, devido à grande miscigenação junto aos índios, levantaram a preocupação dos padres dos vilarejos frente a tal situação, determinando o urgente e necessário envio de mulheres brancas – muitas das quais prostitutas dos cabarés de Portugal – aos territórios do sul do Brasil (FLORES, 1996; NÓBREGA, 1988).

A seguir temos três ilustrações, a primeira da visão canônica do bandeirante, neste caso a figura de Domingos Jorge Velho e Antônio Fernando Abreu, de Benedito Calixto. Já na segunda imagem, do ilustrador Éber Evangelista, seguindo as descrições documentais para recriar a imagem, reforçando o caráter mestiço, cansado, desgaste e também a questão da aliança dos paulistas com certas tribos, pois não raro falavam o

³⁰ “Os bandeirantes só foram conscientes daquilo que era imediato: capturar índio, vender escravo, achar ouro, matar ‘bárbaros’. Dessa forma, eles não tiveram escrúpulos ao cometer genocídio, porque não estavam atrelados a nenhuma moral restritiva, e, assim, não seria conveniente submetê-los a um julgamento ético. [...] Ao contrário do que afirma uma operosa historiografia paulista, o bandeirante foi o inimigo do progresso de São Paulo. Alargaram as fronteiras do Brasil, sufocando o crescimento econômico de São Paulo. Mas o paradoxo transformou-se em símbolo e o símbolo ganhou foros de verdade, repetido incessantemente. O bandeirismo é uma epopeia porque revive uma imagem que serve para justificar o poder da nova classe dominante paulista.” (CHIAVENATO, 1991, p. 63-64).

tupi ao invés do português, e assim realizavam suas viagens. A terceira imagem nos apresenta dois nativos, despidos e com traços animais, isto já no século XVIII:

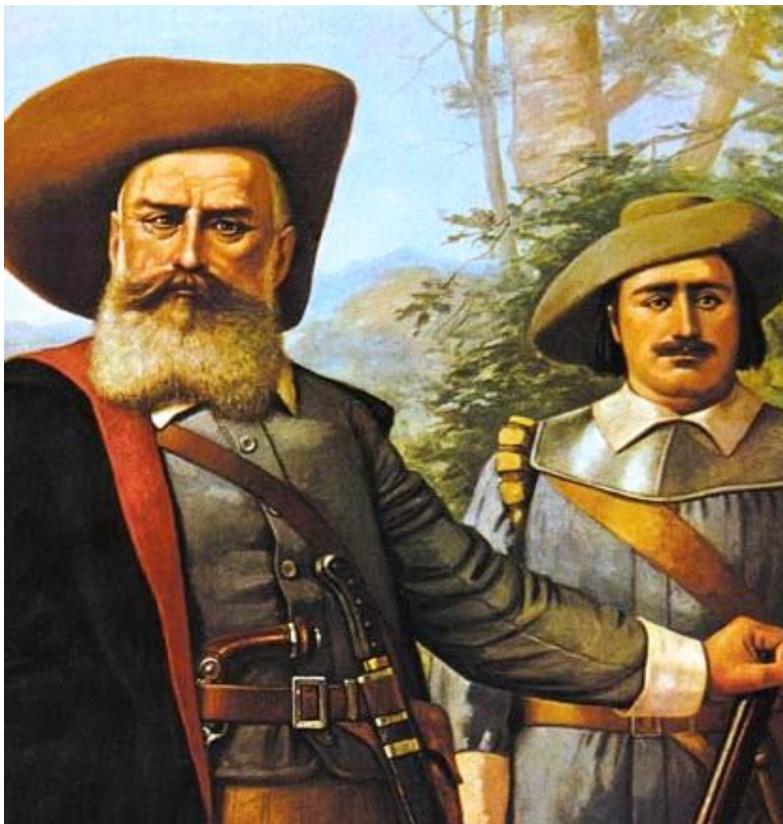


Figura 16: Domingos Jorge Velho e Antonio Fernando Abreu, de 1903, de Bendito Calixto [Fonte: Pinacoteca de São Paulo/SP (<http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca-pt/>)].



Figura 17: Domingos Jorge Velho e Antonio Fernando Abreu, de 2012, de Éber Evangelista [Fonte: <http://revistaescola.abril.com.br/historia/pratica-pedagogica/mudou-imagem-422991.shtml>]



Figura 18: *índios* (século XVIII) de Carlos Julião
[Fonte: Santos, Ribeiro e Lyra (2010, p. 81)]

Estavam postos os imbróglios nos quais jesuítas e bandeirantes travariam intensas e sangrentas batalhas, cujo objetivo último era o mesmo: os índios. Para paulistas sua principal fonte de renda, o comércio de escravos indígena garantia sua força e autonomia no sul do país, e aos missionários católicos a promessa de construir nas Américas o novo reino de fiéis, fortalecendo a sua força que havia sido abalada pelos incisivos movimentos dissidentes dos luteranos, calvinistas e anglicanos (FLORES, 1996; MOOG, 1966; GAMBINI, 1988). Sobre a força da presença dos missionários no Brasil, Zeny Rosendhal nos apresenta o contundente argumento:

A vinda dos missionários, por exemplo, ocorreu por ordem da Coroa portuguesa, que por meio de bulas papais, passou a ter a tarefa de impor a fé. A missão evangelizadora estava fortemente impregnada na ação de conversão de um único caminho da verdade e do bem. [...] Os reis de Portugal tinham a convicção bastante clara de que cabia a eles a missão de evangelizar as novas terras descobertas. A representação religiosa e política se aglutinava na conquista, posse e ocupação do território. Esse poder não emanava da qualidade do ser humano, sendo exercido por privilégio da escolha divina. [...] Durante os séculos XVI e XVII, os portugueses estiveram fortemente marcados na unidade da fé católica e no poder do Império. Caberia ao povo português conservar e expandir a fé, pois era o povo eleito, isto é, Deus havia

declarado sua opção pelos portugueses. Não apenas a dinastia lusitana fora escolhida, como também o povo português fora eleito para essa missão. Sendo um povo escolhido por Deus, os portugueses tinham a missão político-religiosa de expansão da fé e do reino de Cristo.[...] O reino de Portugal é, pois, identificado como o reino de Deus em marcha. (ROSENDAHL, 2012, p. 55 – grifo nosso).

As reduções chegavam a abrigar de forma organizada milhares de índios submetidos à nova ordem religiosa, e isto se mostrou um grande atrativo para que as bandeiras fossem cada vez mais distantes de suas terras originárias, buscando tomar posse destes redutos de acúmulo da lucrativa mão-obra-escrava vendida para os engenhos do nordeste e também exportadas para Europa. Alguns núcleos jesuítas assemelhavam-se a verdadeiras fortalezas medievais.

As atividades de letramento, o cultivo de planas e a criação de animais, bem como a proteção contra as possíveis invasões, eram detalhadamente distribuídos entre os seus habitantes. Há, portanto, toda uma preocupação com a organização, ou seja, um *modo de existência* específico desta paisagem colonial – assim como ocorria nos engenhos, os aldeamentos indígenas e as vilas dos bandeirantes –; há aqui um ordenamento da vida e do cotidiano em tal delimitação territorial:

O espaço sagrado abrange a área mais elevada, geralmente uma colina, situando-se aí a capela com a imagem do santo ou da santa. Coincidindo com a parte baixa do terreno, fica o espaço destinado ao comércio e ao lazer, num nítido arranjo entre cerimônia religiosa e atividades profanas. (ROSENDAHL, 2012, p. 165).

Esta disposição das igrejas, capelas e matrizes tem uma função espacial e social não só de ponto de referência para a implementação das missões, mas também, um centro de comando e controle da geopolítica da fé instaurada, de amplitude global mas com incrustações locais (ROSENDAHL, 2012). Até os dias atuais é possível verificar estas características de localização e protagonismo fórico e simbólico frente aos demais objetos técnicos urbanos (por vezes, dantes rurais) como na Igreja de Santa Terezinha em Carapicuíba/SP ou na Igreja Matriz Nossa Senhora do Pilar em Ouro Preto/MG.

Em meio aos interesses econômicos das riquezas do paraíso terreal na busca pelo ouro dos bandeirantes ou no aproveitamento da força da terra pelos senhores de engenho havia entrelaçado a toda a vida colonial a fé católica, como uma força subjetiva e simbólica motriz para motivação, organização, delineamento político e fonte de jurisprudência divina para a dominação, como foi o caso dos indígenas e negros africanos, ou na própria concepção da essência do novo mundo.

Em diferentes gravuras, relatos e registros sobre a relação entre a igreja católica e o processo de colonização o que percebemos é o intenso ímpeto que os clérigos tinham em sua missão nas Américas. Na retórica católica o *achamento* das novas terras provinha da própria providência divina, e assim sendo não deveria haver nenhum empecilho ao avanço da igreja nestes territórios, e isto ocorreu de fato, juntamente com as embarcações de escravos, mercadorias e colonos havia a presença de um representante da crença cristã reinol (FLORES, 1996).

Fortaleciam-se em seu discurso na conversão dos homens-animais (nativos) e em sobrepor-se à imensidão faunística e florística do paraíso terreal pelos desígnios da ordem religiosa. O padre Antonio Vieira em um sermão de 1655 reafirma seu destino missionário e dos demais clérigos, com a força do verbo divino no novo mundo:

Há-de tomar o pregador uma só matéria; há-de defini-la, para que se conheça; há-de dividi-la, para que se distinga; há-de prová-la com a Escritura; há-de declará-la com a razão; há-de confirmá-la com o exemplo; há-de amplificá-la com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências que se hão-de seguir, com os inconvenientes que se devem evitar; há-de responder às dúvidas, há-de satisfazer às dificuldades; há-de impugnar e refutar com toda a força da eloquência os argumentos contrários; e depois disto há-de colher, há-de apertar, há-de concluir, há-de persuadir, há-de acabar. Isto é sermão, isto é pregar; e o que não é isto, é falar de mais alto. (VIEIRA, 2013, p. 6).

O sermão acima do Padre Vieira nos mostra o quão profundo era o papel dos representantes da igreja durante o período colonial, não só brasileiro, mas americano como um todo. Conforme mencionado por Rosendahl (2012) a empreitada de colonização americana, além de ser uma iniciativa estatal dos reis europeus envolvidos, também foi concomitantemente uma obra religiosa – inicialmente católica e depois na porção norte das Américas de inclinação protestante.

Por isto é que é necessário relevar o papel de tal corpo religioso neste período, não apenas no âmbito da colonização em si, mas na própria conformação territorial dos habitantes das regiões onde tais representantes religiosos atuavam, fossem nas cidades praieiras, vilarejos interioranos ou nos grandes centros de trocas comerciais. Na página seguinte podemos observar uma imagem com uma típica ordenação religiosa em suas características arquitetônicas de moradia e demais organização dos seus habitantes, e, depois há uma representação da primeira missa celebrada em território brasileiro, numa pintura de Victor Meirelles.

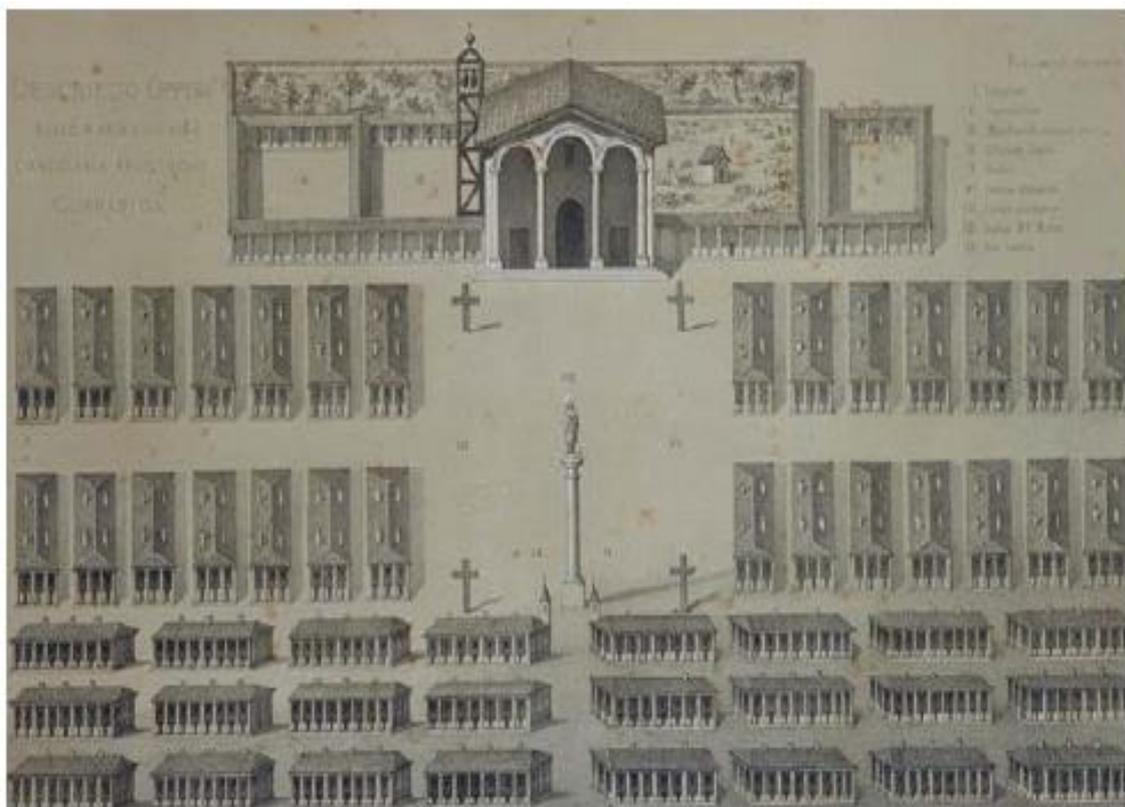


Figura 19: Planta de Missão Jesuítica (Plano de Candelária)
[Fonte: Bolcato, (2013, p. 11)]



Figura 20: *Primeira Missa do Brasil*, de 1861, de Victor Meirelles
[Fonte: <http://www.museus.gov.br>]

O afresco de Victor Meirelles nos apresenta um grande resumo do poder de influência da igreja católica no processo de colonização do Brasil. Ao centro da figura está a cruz, como assim o eram as capelas e matrizes nas futuras missões jesuíticas espalhadas pela colônia. Nas cercanias do clérigo estão os colonos brancos, de senhorios a cavaleiros, todos prestando o seu respeito à cruz e à crença, e em segundo plano dividem simultaneamente toda a pintura os indígenas e a mata, compondo uma das passagens proféticas de Caminha em 1500, ou seja, a semeadura da fé nas novas terras pelos colonizadores europeus.

Na opinião de Roberto Gambini (1988), a identidade do índio foi subjugada peremptoriamente pelos jesuítas e bandeirantes simultaneamente. Para o autor, a alma indígena foi negada desde o princípio pelos religiosos. Muitos foram os pajés e caciques que se voltaram contra as normativas dos padres e viajantes dos sertões. Como exemplo temos a Confederação dos Tamoios, entre 1555 e 1556, onde índios de origem *tupi* lutaram contra os colonos portugueses.

Na visão europeia, e também dos jesuítas, o índio era tão superior em quesito étnico quanto uma árvore ou animal da floresta; por isso renegava-se qualquer iniciativa de questionar os seus mandamentos. Este é apenas um dos tantos aspectos do projeto civilizatório empreendido pelos europeus nas novas terras conquistadas. A soberba cultural do habitante do novo mundo se mostrou em especial destaque no que tange às iniciativas religiosas (GAMBINI, 1988; EAGLETON, 2005).

Já para os paulistas o índio era um objeto, no sentido lato do termo. Aos homens indígenas reservava-se o cruel fim de serem comercializados para todo o uso de trabalho escravo existente, às crianças não se legava tal sorte, muitas eram deixadas nas aldeias após as dominações ou então eram mortas ali mesmo sem qualquer motivação contrária à carnificina do aprisionamento. E, por fim, as mulheres eram relegadas às mais vis das atitudes, como estupro e rituais cabalísticos (GAMBINI, 1988).

As principais peijas entre estes dois grupos ocorreram em sua maioria nas atuais regiões sul e sudeste do Brasil. Por onde as bandeiras passavam, reduções jesuítas eram desterradas e vilarejos e povoados eram fundados, como sinal de domínio territorial dos paulistas. Assim o foi em Itanhaém, Iguape, Paranaguá, Desterro, e outros pontos de ocupação surgiram ao longo dos atuais estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sudoeste da Bahia e norte do Paraná (MOOG, 1966; TAUNAY, 1930). A ocupação deste território já dava vários indícios das diferentes formas de vida que viriam a se desenvolver em todo o território nacional.

Sobre estas formas de vida, a geógrafa Iná Elias Castro (1997) propõe que existem *imaginários políticos* ligados ao território. Neste sentido, o Estado possui um papel de destaque por ser o principal vetor das ações determinantes no trato com a sociedade e natureza. Como vimos, o regime de cultivo de cana-de-açúcar em grandes propriedades, os errantes paulistas e os missionários jesuítas estavam cada qual em um nível maior ou menor de interação, relacionado ao poder do Estado português. A figura do Estado possuía feições ora de agenciador, financiador e facilitador, ora como expressão máxima do poder controlador e regulador das movimentações políticas, econômicas e sociais na colônia.

Todo o substrato imaginário presente antes da chegada dos navegadores e mantido com primazia pela ordem política estatal³¹, permitiu muitos dos aspectos de certo modo idealistas, fantásticos, amedrontadores da paisagem brasílica nos primeiros séculos de nossa existência: “É neste sentido que imaginário político, território e natureza encontram-se entrelaçados em situações concretas, explicando algumas questões-chave, tanto da representação territorial política como o sentido de seus discursos [...]” (CASTRO, 1997, p. 155).

Diferentes representações sgnicas da paisagem colonial alimentavam o imaginário dos diversos grupos sociais que aqui habitavam. Yi-Fu Tuan (2005) em seu livro *Paisagens do medo* exemplifica como a relação do ser humano com os elementos espaciais que o rodeiam podem variar consideravelmente da afeição total à rejeição absoluta. Em seu exemplo a respeito das imagens e paisagens que remetiam à aflição e postura temerária, Tuan mostra como isto ocorria e ainda ocorre em tribos indígenas que foram afastadas de seus povos de origem, os dogmas medievais de difícil superação até a eclosão do período renascentista e também, num plano contemporâneo, as paisagens imaginárias dos ambientes citadinos e campestres.

O papel dos jesuítas na colonização brasileira fica evidente no *Evangelho das Selvas*, de Benedito Calixto (1893), onde o Padre Anchieta é retratado em meio a uma paisagem de densa floresta e, de maneira icônica, dividindo espaço com uma onça pintada. Em outros trabalhos vê-se o missionário juntamente com índios em seu ofício de catequese, ou seja, tanto a vida silvícola como faunística eram vistas à mercê do trabalho de *domesticação* do qual os religiosos europeus eram incumbidos.

³¹ Conforme apresentado na evolução simbólica da confecção dos mapas, a preocupação com o imaginário mítico em relação ao Novo Mundo se deu até o momento em que as primeiras intervenções não se fizeram presente. Já no período canavieiro muitos destes elementos simbólicos, apesar de ainda estarem presentes no imaginário social, não mais eram respaldados pelo crédito do Estado.

A paisagem brasileira era para os missionários uma empreitada em proporções jamais visualizadas pela igreja católica e ao mesmo tempo a consagração de muitos aspectos do seu discurso doutrinário pautado na submissão do homem a Deus. Um verdadeiro pano de fundo para uma proliferação dos domínios da religião cristã romana ao redor do mundo.

Aos bandeirantes é relegada claramente a imagem do herói, o desbravador de fronteiras e desafiador de todos os desafios presentes na nova terra. Em alguns monumentos e pinturas este simbolismo heroico é exaltado; como exemplo, temos as estátuas de Antônio Raposo Tavares e Fernão Dias Paes, presentes no Museu Paulista, e o “Monumento às Bandeiras”, localizado no centro da capital paulistana. Muitas são as pinturas de outros notórios bandeirantes, como a de Domingos Jorge Velho, elaborada pelo pintor Benedito Calixto (1853-1927) e a de Bartolomeu Bueno da Silva, ilustrado por Teodoro Braga (1872-1953) (MOOG, 1966; TAUNAY, 1930).

O engenho possuía a peculiaridade de centralizar vários aspectos em um mesmo ponto de concentração. Portanto, será nas moedas que o açúcar e a aguardente surgirão como principal fator econômico da metrópole no início da colonização. Os fidalgos e senhores das terras estarão sempre envoltos em seu julgo de poder decisivo, tendo em vista a inexistência de uma referência geral de ordenação política no território brasileiro. E, por último, os escravos, vindos da África para dinamizar toda a necessidade de compulsória e infundável mão-de-obra às grandes fazendas.

Sérgio Buarque de Holanda (1984) e Gilberto Freyre (1954) destacam o núcleo social no qual giravam a casa grande e a senzala: a família patriarcal. Em sua coletânea *Viagem Pitoresca à História do Brasil* (1834-1839), Jean-Batist Debret (1768-1848) é sintético ao representar a figura do homem à frente das mulheres e escravos que o seguem; ou seja, esta era a ordem à qual todos estavam sujeitos dentro do sistema de *plantation* e das rústicas construções coloniais estruturantes dos vilarejos e fazendas da colônia. Esta era a imagem da paisagem inóspita e selvagem, a necessidade de se domar os elementos naturais e superar as dificuldades de um novo mundo; este era o encargo dado pelo rei aos seus donatários; e de tão difícil que foi a missão lhes designada, não raro muitos sequer aqui colocaram seus pés.

Um novo período da dinâmica espacial e social iniciar-se-á no Brasil com a descoberta do ouro. A vinda de aventureiros europeus juntamente com o grande fluxo interno em direção às minas localizadas na região central da colônia propiciará a fundação de centros urbanos.

A implementação de estradas para o escoamento da produção aurífera se fará necessário, e, por fim, a ação direta da coroa portuguesa como reguladora das ações de controle e gestão econômica mostrar-se-á um novo evento que irá transpassar o território em todas as relações sociais nele existentes. Território este que se mostrará mais do que nunca como sendo a representação concreta da presença do Estado lusitano; este processo se inicia com o ouro do sertão e, de forma derradeira, culmina na transferência da família real e nobreza às terras brasileiras.

CAPÍTULO 2: O OURO, O PODER ESTATAL E O PRINCÍPIO DE TERRITORIALIZAÇÃO: VIESES DA PRÁTICA E DO DISCURSO



Figura 21: *Julgamento de Felipe dos Santos* de 1923 de Antônio Parreiras
[Fonte: www.museusdoestado.rj.gov.br]

“Nas terras ibéricas, a persistência, através das mudanças a que cedo se sujeitaria, principalmente em Castela com o Cardeal Cisneros, a própria mentalidade e organização eclesiásticas, de formas de piedade oriundas da Idade Média e, ao mesmo tempo, o apego ao ideal de Cavalaria, tendiam a esbater os confins entre a realidade e a idealidade, entre o normal e o milagroso e tudo isso militava em favor daquela sedução. O esquema fixo das paisagens edênicas pode alcançar ali, desse modo, um poder de fascinação que saberá resistir ao tempo e impor-se a todos os espíritos. No *siglo de oro* espanhol ele pode apresentar-se, ainda com a vivacidade inicial, na obra ascética e mística de Malon de Chaide, por exemplo, ao descrever uma visão de sua Madalena. De início, é quase nos termos do Apocalipse de São João que se apresenta ao seu arrebatamento a cidade bem-aventurada. Os cimentos são de todas as pedras preciosas, jaspe, safiras, calcedônias, esmeraldas, jacintos, topázios. Nos muros, resplandecentes como o Sol, que se não deixam ver por olhos humanos, abrem-se doze portas, e cada qual é uma pedra preciosa. Torres e almenas surgem cobertas de cristal, com laços de ouro puríssimo onde se engastam esmeraldas e rubis, tudo retocado da luz e resplendor do verdadeiro Sol que ali resplandece. O solo, ruas e praças são de ouro limpo.” (Visão do Paraíso, Sérgio Buarque de Holanda, 1958, p. 189-190).

Dentre as várias simbologias míticas existentes nos contos e histórias ibéricas, e conforme afirma Sérgio Buarque de Holanda em sua maioria castelhana, há a perenidade da crença no Eldorado terreal. A busca pela pedra d'ouro atingiu também a região central da colônia portuguesa, encontrando-a, e, a partir disto, dando uma nova dinâmica social, política e econômica que mudaria por completo os rumos da formação histórico-geográfica do Brasil. Após mais de dois séculos com predominância do

plântio da cana-de-açúcar como principal atividade econômica em sua principal colônia, Portugal enfim se juntou à Espanha no que se referia à exploração aurífera, e em menor escala a extração diamantífera. Na pintura de Antônio Parreiras podemos observar signos diversos que juntos formam uma totalidade espacial que possui uma dialogia com o período à qual a imagem se refere, por volta do início século XVIII, agregando elementos urbanos, econômicos, políticos e culturas em uma nova fase da história da formação do estado nacional brasileiro. Analisemos mais detidamente alguns destes elementos imagéticos representados no afresco. 1) O Eldorado e a urbanidade: A visão lusitana das riquezas vegetais e minerais da América era bem menos romantizada e contemplativa em comparação com os espanhóis, postura esta evidente na azáfama com que o ouro e diamante foram extraídos da terra, sem um planejamento ou manejo das técnicas empregadas para tais ofícios, gerando assim cada vez mais taxas e cobranças de uma fonte que em menos de 30 anos após sua descoberta já dava sinais de escassez destas gemas e minérios. E Juntamente com o ouro ocorreu o movimento tropeiro (os dois cavalos à esquerda da pintura denunciam o papel do tropeirismo nesta época), que teve um grande papel na circulação de animais e mercadorias, fomentando as necessidades de provisões em diferentes regiões da colônia, um sinal dos tempos, já que neste período pulsava-se em diferentes núcleos a incipiente urbanidade no Brasil, como nas cidades sede da exploração diamantífera e aurífera e também naquelas localizadas no litoral, para o escoamento desta nova dinâmica territorial de extração mineral. E em meio à esta totalidade da representação da pintura há a capela ao centro, num único tom alvo e brilhante da gravura, demonstrando mais uma vez o poder da fé nos núcleos urbanos do Brasil, deixando até os dias atuais sua marca em forma e conteúdo nas diversas cidades históricas espalhadas em estados como Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, resistindo ao tempo a resistência fôrmica e transcendental da retórica da fé em cada novo passo da territorialização brasileira, tendo as cidades como 'nós' das trilhas deste movimento geopolítico da igreja. E como não poderia deixar de ser há o componente citadino e humano em sua estratificação arquetípica da época, esteticamente representado em suas diferenciações de classe pela posição social e cor da pele, como é o caso do escravo ao chão, um fidalgo sentado à direita, o militar com uma espada em riste sobre seu imponente alazão, e ao centro, resistindo à prisão, há o condenado Felipe dos Santos (1680-1720), um tropeiro que fez parte de uma das insurgências contra a coroa portuguesa devido às altas taxas para a exploração do ouro, a Revolta de Vila Rica (1720) ocorrida em Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto. E por fim a

grande massa humana que configura a sociabilidade urbana, que lhe dá vida, fazendo a cidade ser o que é, ou seja, uma porção do espaço onde há o encontro entre o individual e o coletivo, o material e o simbólico, a opulência e a miséria, enfim, uma dialética e complexa totalidade fática e fenomênica. 2) A posse do outro: O corpo e a alma são a escala mínima da humanidade e esta em sendo coletiva, se projeta individualmente na unidade e diversidade de cada ser humano. A figura humana de traços negros ao centro da pintura de Antonio Parreiras, de joelhos e cabeça baixa, frente à totalidade dos indivíduos brancos ao seu redor simboliza a presença da escravidão no Brasil, iniciada com os índios e levada aos seus limites durante a exploração das Minas Gerais. A escravidão opera sua ação na unidade do corpo e da alma, esfacelando a carne pelos castigos e trabalhos impostos aos escravos e também diluindo os traços culturais formadores das significâncias identitárias dos diferentes povos africanos trazidos às Américas pelos europeus, e tal ação individual na escala mínima afetava proporcionalmente a escala macro da sociabilidade de tais povos quando estes já se localizavam em terras estrangeiras, havendo logicamente em alguns casos alteridades de resistência frente a este cenário, mas, a diferenciação de costumes e idiomas aprofundava ainda mais o sofrer da condição escrava, assentada nos mais cínicos fundamentos religiosos, filosóficos e teóricos para justificar este vil ato da exploração do homem pelo homem. O trabalho escravo se infiltrou em toda a sociedade brasileira, das fazendas às vilas, era a força que movia intrínseca e extrinsecamente a economia e a vida na colônia, cenário este que só se alteraria no final do século XIX. 3) A nação nascente: durante o período em que houve a exploração do ouro na região central do Brasil podemos destacar o aumento considerável do fluxo de imigrantes para a colônia, entre trabalhadores, aventureiros e escravos, uma grande massa populacional que, acrescida à já existente, propiciou os contornos múltiplos da diversidade étnica do Brasil existente até hoje. Diversidade esta já presente nos regionalismos deste período, ou seja, a diferenciação espacial dos núcleos coloniais de acordo com os diferentes modos de existência nestas áreas, o que, no limite, inevitavelmente gerou conflitos, cada qual com uma especificidade no argumento, evolução, consequências e legado, como é o caso da situação representada por Antônio Parreiras, no julgamento de Felipe dos Santos em 1720. A diversidade étnica e cultural brasileira já se insinuava com uma das principais marcas características da formação histórica e territorial inicialmente na colônia, e permanecendo no império e república.

O primeiro capítulo ficou centralizado numa retomada dos troncos gentílicos historicamente aceitos como constituintes do povo brasileiro, são eles, o branco europeu, o negro africano e os vermelhos silvícolas, cada qual compondo à sua maneira, isolados ou conjuntamente, as paisagens coloniais, mesclando o imaginário dos sonhos e devaneios edênicos europeus à realidade concreta de vilas, capelas, engenhos, matas e sertões (BASTOS JÚNIOR; BASTOS, 2007; FAUSTO, 2000; HOLANDA, 1958; 1984). Ressaltemos que a intenção deste retorno não se pauta numa reafirmação de estereótipos metodológicos, mas sim, num respeito a uma já estabelecida tradição antropológica e histórica no campo de análise do gentílico brasileiro na contemporaneidade.

Ao final das análises precedentes, vimos a decadência das campanhas bandeiristas nos sertões brasileiros³², em especial por conta de os primeiros sinais da existência de ouro terem sido descobertos, refletindo também na queda do comércio de índios para escravização, devido à chegada dos negros africanos. (CHIAVENATO, 1991; FLORES, 1996; MOOG, 1966; TAUNAY, 1930). E neste novo cenário dinâmico das relações sociais no espaço geográfico brasileiro é que o presente capítulo irá se pautar, entre a exploração do ouro e a afirmação territorial brasileira (MORAES, 2005). Em específico será tratado o movimento dialético do poder em seu jogo de forças contrastantes neste contexto.

De um lado haverá o aumento significativo das intervenções da coroa portuguesa em solo brasileiro, pois lembremos, o sonho metalista do eldorado se concretizara nos aluviões sertanejos (COSTA, 2011; FURTADO, 1991; SANTOS, 2006) . Com um gigantesco fluxo de pessoas e capitais para a região do atual estado de Minas Gerais muitos acontecimentos de ordem jurídica, política e cultural se tornarão presentes, como por exemplo, a fundação de cidades próximas às minas, a construção de estradas ligando as minas aos centros praieiros de despacho para a Europa.

A chegada constante de aventureiros europeus e do próprio Brasil às minas, fará com que a produção artística e literária tome fôlego nos recentes núcleos urbanos formados. Haverá em concomitância a este novo cenário social a presença massiva do ordenamento regulatório da coroa portuguesa se fazendo quase que onipresente nos

³² Em uma análise extremamente profunda do termo *sertão* Fadel (2011) nos lembra que para a Geografia esta região concentra toda a extensão do atual nordeste brasileiro, em especial sua porção semiárida. Mas nos alerta o autor, que já em documentos históricos portugueses anteriores à descoberta a palavra era utilizada no sentido de porção interior do território, daí seu uso para designar inicialmente os confins amazônicos do Brasil no século XVI e XVII. Por fim, o autor nos apresenta a seguinte definição: “O ‘SERTÃO’, ao que parece, tem a conotação de um só sentido (a interioridade), mas que se expressa na fisiologia da paisagem, numa diversificação, muitas vezes sem similaridade. (FADEL, 2011, p. 87).

campos mineradores, seja por meio de fiscais e juizes ou por funcionários destacados para funções que tinham o aval de decretos dos reis para o controle da extração de ouro e também diamante (BOXER, 2000).

Às paisagens até então dialetizadas pela presença branca – e escrava – nos já decadentes engenhos e vilas em contraste com as matas, rios e cerrados somar-se-á a profusão de municipalidades que seguiam o caminho do ouro, a dinâmica territorial se torna outra, no sentido cultural e político do termo, já que é justamente no período de exploração aurífera que as fronteiras brasileiras se fixarão em delineações próximas às atuais, e também pelo fato de já no período setecentista haver uma grande diferenciação gentílica nas “ilhas” de colonização portuguesa em todo o território colonial (MAGNOLI, 1997; MATTOS, 1990; MORAES, 2005; SODRÉ, 1987).

E é a partir destas formações populacionais insulares que insurgirá o outro lado do poder social na colônia, o poder de centralização territorial por parte da coroa portuguesa. Enquanto encontro de forças díspares, o poder assim entendido, nos possibilita perscrutar algumas das nuances que tal definição acarreta. No caso do Brasil ao movimento centralizador da coroa portuguesa em detrimento da exploração do ouro mineiro haverá o movimento contrário, ou seja, em cada núcleo populacional espalhado nos quatro cantos do Brasil surgirão representantes do fortalecimento cultural de seus representantes. Em contraposição à centralização do grande território temos então as regiões se configurando natural e culturalmente diversamente umas das outras.

Neste período do século XVIII é que irão aparecer dois movimentos literários no Brasil que só nos ajudam a afirmar este fenômeno de valorização regional, são eles: o arcadismo ou neoclassicismo e o romantismo – em especial a sua primeira geração, herdeira do bucolismo árcaico (CANDIDO, 1989; CITELLI, 2004; IBGE, 2006; 2009; MAGNOLI, 1997). Poetas, romancistas, políticos, juristas, jornalistas e demais letrados utilizarão discursos altamente voltados a tendências naturalistas, nativistas, bucolistas e oníricas para representar características físicas e sociais do Brasil colônia, variando ora para a totalidade do povo e espaço geográfico, ora para específicas individualizações culturais, históricas e econômicas das regiões.

Este fortalecimento regional dará origem a profundos sentimentos de pertencimento e diferenciação cultural no âmbito interno do Brasil. Com o amadurecer destes sentimentos é que já no final do século XVIII e início do XIX grandes revoltas, insurreições e conjurações contra o governo central português irão emergir em todo o território brasileiro (ABREU, 1997; GAUDIO, 2007; MAGNOLI, 1997). O embate das forças contrárias do regional com a centralização territorial por parte da coroa

portuguesa nesta época foi de crucial importância para a determinação dos rumos da história brasileira.

O quadro situacional que se coloca neste ponto é a maneira pela qual cada vertente – poderes central e regional – se comportaram ao longo dos anos de 1700. A missão secular civilizatória dos portugueses toma novo fôlego com o ouro, seus ideários fantásticos se renovam na volúpia pelos metais e gemas preciosas, regionalismos tomam corpo e junto com eles lideranças locais e regionais hoje alçadas como heróis; mesmo que em incipiência a totalidade múltipla característica do Brasil tomava forma concreta.

2.1 A exploração aurífera e a intervenção estatal no território

Conforme enfatizado por Celso Furtado (1991) e Sergio Buarque de Holanda (1958), o sonho edênico de encontrar a riqueza metalista foi, em grande parte, o impulsor da continuidade das excursões exploratórias em direção ao interior dos sertões por décadas a fio. E é justamente o findar deste processo que dará à dinâmica política e administrativa da colônia uma nova face, antes dispersa e agora centralizada, contrariando completamente seu estágio pretérito de configuração nestes aspectos.

No entanto, esta inclinação em direção ao aumento dos instrumentos de regulação da totalidade administrativa da colônia já vinha se manifestando pelo menos desde meados do século XVII, com o final da União Ibérica e o almejar de novos rumos para a exploração do Brasil por parte dos portugueses.

Por grande influência da coroa espanhola foram implantados no Brasil organizações e instituições de controle comercial dos produtos daqui provindos ou produzidos e posteriormente exportados (HOLANDA, 1984; SODRÉ, 1984). Este quadro anterior de aumento organizacional das questões marítimas por parte da metrópole nos obriga a fazer um breve retorno situacional deste contexto, esmiuçando quais foram estes instrumentos de poder, suas funções e aplicabilidades em seus objetivos e estrutura.

Esta precaução de embasamento do substrato histórico das ações da coroa portuguesa é que nos permitirá defender a hipótese do *princípio da territorialização* (CASTRO, 2005; MATTOS, 1990), ocorrido no Brasil, fazendo com que o mesmo passasse a sofrer uma série de intervenções diretas e verticais de sua metrópole para melhor gerir toda sua extensão espacial.

Isto significa que o processo ocorrido é o de tornar território as áreas bem ou parcamente ocupadas pelos portugueses no Brasil, agenciando os vetores necessários para o controle destas extensas áreas já ocupadas e as ainda por ocupar. O território neste caso é entendido em sua faceta política e jurídica (AZAMBUJA, 2005; BURDEU, 2005), através da figuração concreta dos instrumentos de poder, no estabelecimento de fronteiras, fundação de cidades, abertura de estradas, montagens de fortes de proteção e aumento massivo de autoridades ligadas ao núcleo central de decisões políticas, seja na capital, Salvador, ou, posteriormente, no Rio de Janeiro, ou ligadas diretamente com Lisboa.

O aumento do poder central dos portugueses far-se-á presente em frentes diversas, a saber: a consolidação das fronteiras pós-União Ibérica; a regularização do

comércio de produtos agrícolas como cana-de-açúcar e algodão e também do comércio de escravos por meio dos Conselhos Marítimos; a retomada das capitâneas hereditárias que não vingaram sob o comando dos capitães donatários; e principalmente após a descoberta do ouro entre 1693 e 1695 (FURTADO, 1991; PRADO JÚNIOR, 2006), e alguns anos depois também o diamante a disposição de uma atenção especial à exploração destes recursos.

Vejamos, por ora, cada um destes acontecimentos com um pouco mais de profundidade, para então justificar a teoria da territorialização brasileira pelos portugueses a partir do final do século XVII.

A União Ibérica ocorrida em 1580 teve como causas dois motivos, um econômico e outro político. Em se tratando da economia, em fins do século XVII as feitorias marítimas portuguesas já se encontravam em franca crise³³ por conta do monopólio de transporte de mercadorias e também de escravos pela esquadra flamenca e suas Companhias comerciais³⁴. Por conta deste enfraquecimento crescente do domínio ultramar português, aumentava vertiginosamente a necessidade de incrementos materiais e técnicos para a manutenção do fluxo comercial com as colônias.

Concomitante a esta crise no domínio marítimo alinhar-se-á dois fatos políticos cruciais para a tomada de Portugal pela Espanha. Com a morte do Rei Dom Sebastião, na mítica batalha de Alcácer-Quibir, e na ausência de herdeiros para a sucessão real, findava-se a dinastia de Avis, vigente desde 1385. Com esta situação de não continuidade dos reis lusos é que Felipe II da Espanha é nomeado rei de toda a Península Ibérica (HOLANDA, 1958; 1984).

O efeito da união será a instauração de instituições de gestão territorial – mesmo que ineficientes, como por exemplo, as tentativas de fortalecimento dos poderes designados aos governadores-gerais frente aos capitães donatários e os senhores de engenho –, dantes não existentes com relação às colônias portuguesas e também com as guerras holandesas em disputa por domínios territoriais e marítimos na Ásia, África e Américas.

No Brasil notoriamente veremos as invasões acontecerem a partir de 1624 no

³³ Como é sabido pela obra de Gilberto Freyre (1954), que apenas os núcleos nordestinos tiveram sucesso na produção de cana-de-açúcar até o momento em que a concorrência nas ilhas caribenhas começasse a aumentar.

³⁴ O nome formal é Companhia Unida das Índias Orientais: "*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*". A organização desta companhia, fundada em 1602, teve como espelho a Companhia Inglesa das Índias Orientais, que viria a ser sua principal concorrente. O seu formato era majestático e financeiro, com a união de bancários, comerciantes e empresários, juntamente com representantes da nobreza e corte holandesas (HOLANDA, 1958).

nordeste até a vinda de Maurício de Nassau em 1637, fazendo as posses holandesas ultrapassar inclusive a restauração do reino português, vindo a perdurar até 1644, após intensas negociações de devolução dos territórios conquistados durante as crises de sucessões na Ibéria (PRADO JÚNIOR 2006; HOLANDA, 1984).

Quando observamos estas disputas de diferentes estados nacionais por posses territoriais isto representa um dos temas centrais dos estudos em geopolítica. Para Castro (2005) e também para Burdeau (2005) estas disputas prolongadas por todo o período de afirmação dos limites territoriais dos países europeus, no final da Idade Média e toda a Modernidade, é efeito consequente e não causador das disputas e conflitos; portanto, a profusão destes impasses entre coroas e colônias se tornará algo corrente durante séculos:

O Estado moderno europeu constituiu, na realidade, uma forma de organização do poder político com características que o tornam peculiar e diverso de outras formas históricas interiormente homogêneas de organização desse poder. O elemento central dessa diferenciação consiste 1) na progressiva centralização do poder político em instâncias cada vez mais amplas que terminam por abranger o âmbito completo das relações políticas, 2) na concomitante afirmação do princípio da territorialidade da obrigação política e 3) na progressiva aquisição da impessoalidade do comando político. (CASTRO, 2005, p. 44).

A respeito desta força de centralização do poder pelo Estado, para assim atingir os objetivos de territorialização de suas áreas de atuação. Para Paul Claval (1979) há a importância do percurso que os instrumentos do poder têm neste processo. No caso, o autor busca um fundamento do poder, entendido como sendo o conjunto assimétrico de forças dispostas em contrariedade por algum quesito disputado: alguns terão mais recursos técnicos e agenciamento de conhecimento do que outros, para o alcance de seus interesses, disponibilidade de matérias-primas, mão de obra, etc.

A afirmação territorial dos países europeus evidenciará claramente esta situação de disputa entre as coroas, inicialmente com a polarização entre Portugal e Espanha e depois com a entrada de outros países como Holanda, Inglaterra e França. O que regerá a disputa destes estados nacionais será o princípio da territorialidade ou territorialização clamado por Castro (2005); ou seja, a afirmação documental, social e bélica das terras que estejam ligadas de alguma maneira, seja historicamente ou economicamente aos que nelas tenham condições de manter seu domínio.

Apesar deste cenário de disputas entre as coroas portuguesa, espanhola e holandesa com relação ao território brasileiro, o que de fato ocorrerá será a quase anulação de alguns tratados como o de Tordesilhas, que acaba por permitir o franco avanço dos colonos para além das 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão no

arquipélago de Cabo Verde. Os limites diluíram-se, e até mesmo o avanço de paulistas para o interior foi facilitado, bem como o aprofundamento das vilas jesuíticas na bacia do Rio Amazonas e Prata ao sul.

Durante os 60 anos de União Ibérica houve o arrefecimento da política de controle no nordeste, culminando nas invasões holandesas, mas curiosamente sob o mando dos espanhóis o Brasil viu-se direcionado para uma política de controle marítimo muito mais rígida posteriormente adotado pelos portugueses, renovando suas antigas companhias marítimas e aumentando consideravelmente a militarização dos seus limites territoriais (MATTOS, 1990; MORAES, 2005).

Com a assinatura do Tratado de Madri em 1750, entre D. João V de Portugal e D. Fernando VI da Espanha, foi respeitada a premissa do *uti possidetis, ita possideatis*³⁵, isto significava que todas as incursões para além do antigo Tratado de Tordesilhas seriam legitimadas como válidas e a partir daquele momento, como por exemplo os seguintes territórios anexados à colônia portuguesa: Grão Pará, Mato Grosso, Goiás, oeste de São Paulo e atual região do estado do Rio Grande do Sul.

Os principais objetivos traçados nas linhas do Tratado foram as questões comerciais, em especial a preocupação com o contrabando de mercadorias e também com os assuntos militares, ou seja, a limitação de instauração de ordenamentos de cunho bélico marinho ou terrestre nos novos limites impostos a partir daquela data:

Em toda a fronteira será vedado, o contrabando, o comércio entre as duas nações, ficando na sua força e vigor as leis promulgadas por ambas as coroas que disto tratam. [...] E para tirar toda a ocasião de discórdia, não será lícito nos rios, cuja navegação for comum, nem nas suas margens levantar gênero algum de fortificação, nem pôr embarcação de registro, nem plantar artilharia, ou por outro qualquer modo estabelecer força, que possa impedir a livre e comum navegação. Nem tampouco seja lícito a nenhuma das partes visitar, ou registrar, ou obrigar que venham à sua margem as embarcações da parte oposta; e só poderão impedir e castigar aos vassallos da outra nação, se aportarem na sua margem; salvo em caso de indispensável necessidade, como fica dito. (SOUZA, 1939, p. 8)

O interesse da coroa portuguesa em oficializar os limites fronteiriços dos seus territórios coloniais abriga uma das mais fundamentais questões da geografia política clássica, que é a questão de o Estado agenciar os instrumentos necessários para garantir a proteção do território que o representa, neste caso sem fazer uso das armas, mas sim da diplomacia entre os governantes envolvidos. Desta maneira Moraes (1990), com base nas teorias de Friedrich Ratzel nos apresenta os seguintes argumentos:

[...] a tarefa do Estado continua sendo em última análise apenas uma: a da *proteção*. O Estado protege o território contra as violações vindas de fora, que

³⁵ Tradução: “quem possui de fato, deve possuir de direito”.

poderiam reduzi-lo. Naqueles países que alcançaram o apogeu do desenvolvimento político, servem a este objetivo não só as fronteiras e as disposições para a defesa destas, mas também o tráfico e o desenvolvimento dos recursos do solo, em suma todos os meios que servem para aumentar a potência do Estado, cuja missão última é e continuará sendo sempre a da proteção. E é ainda esta necessidade que está na base da mais elevada entre todas as formas que possam assumir as relações entre Estado e território, ou seja, do incremento territorial do Estado. (MORAES, 1990, p. 76 – grifos do autor).

Portanto é possível verificar concretamente algumas das principais alterações decorrentes do Tratado de Madri (1750), das quais podemos citar: a alteração da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763 aumentando significativamente a presença militar dos portugueses na região costeira, no extremo sul do Brasil e em alguns pontos estratégicos na bacia do Amazonas devido à extração das drogas do sertão; e principiou-se por conta deste acordo o emblemático impasse da colônia dos Sete Povos das Missões e Colônia de Sacramento, que se arrastaria até o período imperial (FERREIRA, 2007; HOLANDA, 1984).

Concomitantemente a este aumento da militarização da colônia na afirmação do território, viria também à tona a renovação cartográfica no reino de Portugal, conforme afirma Cortesão (1957) D. João V (1689-1750) foi um dos principais incentivadores desta renovação, adquirindo os 62 volumes de *La Galerie Agréable du Monde*, e contratando novos matemáticos/cartógrafos como João Batista Carbone (1694-1750) e Domenique Capacci (1694-1736) para revigorar o arcabouço das plantas marítimas e territoriais lusitanas, um momento crucial para a história da Geografia e Cartografia³⁶.

A questão da renovação da cartografia para corte portuguesa perpassa por dois motivos claros, um político na reestruturação territorial após a separação da União Ibérica e outro econômico, pois com a descoberta das gemas e minérios na região central era preciso demarcar tais circunscrições, garantindo uma maior e melhor gestão da terra por parte do Estado, fazendo da cartografia um essencial instrumento de poder e controle. A seguir vemos três imagens inseridas neste contexto da territorialização do Brasil e desenvolvimento da Cartografia, na primeira um mapa da demarcação da *Freguesia da Villa do Príncipe* (sem data) e depois duas cartas que mostram a evolução

³⁶ “A 27 de novembro de 1720, Guilherme Delisle, “Primeiro Geógrafo do Rei”, leu perante à Academia Real das Ciências de Paris uma notabilíssima dissertação com o título “Determination géographique de la situation et de l’étendue des différent parties de la Terre.” Esta obra, que marca época na história da geografia, representava a primeira e gigantesca tentativa para remodelar toda a carta da Terra, reunindo num só mapa as modificações de posição, obtidas com as longitudes observadas por meios astronômicos, desde a observação do eclipse da Lua de 23 de setembro do 1517, na América e na Europa, até às dos eclipses dos satélites de Júpiter, que números astrônomos, havia meio século, observaram nos quatro grandes continentes.” (CORTESÃO, 1957b, p. 164-165).

do apuro com as mensurações e representações cartográficas do Brasil e do mundo:

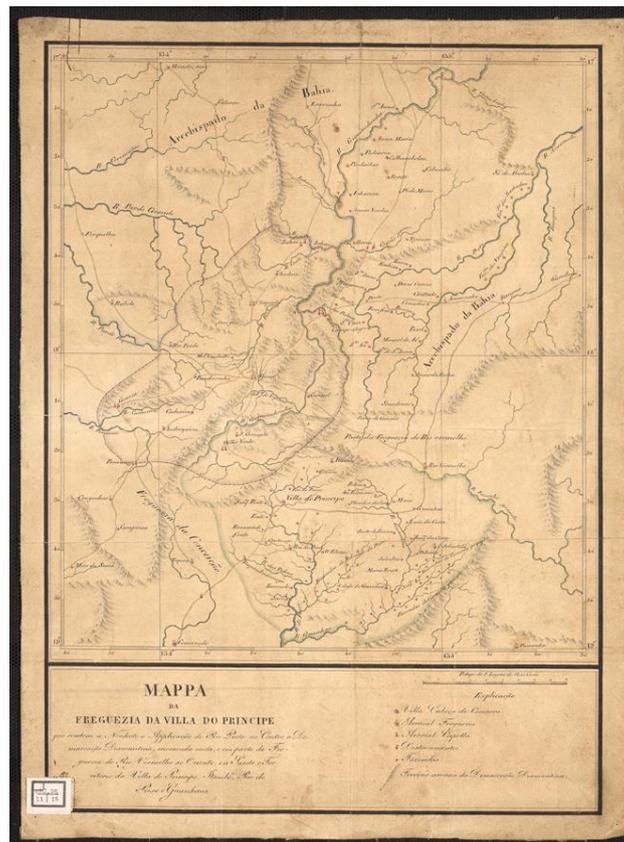


Figura 22: *Mappa da freguesia da Villa do Príncipe* (sem data)
[Fonte: www.bn.br]



Figura 23: *Amérique Méridionale* de 1750 de Didier Robert de Vaugondy
[Fonte: www.bn.br]



Figura 24: Mapa Mundi de 1720 de Guilherme DeLisle
[Fonte: www.geografia.seed.pr.gov.br]

Por fim, a principal herança espanhola deixada aos portugueses após o desmembramento dos dois reinos será a preocupação com relação ao controle territorial das colônias, esta influência do controle impulsionará a renovação do obsoleto Conselho das Índias vigente desde 1524 e a fundação do Conselho Ultramarino em 1642, logo após a desanexação da Espanha. Estas duas instituições tinham como objetivo principal organizar, controlar e prestar contas junto à coroa de toda a movimentação comercial havida entre as colônias e a metrópole, mantendo a vigência do pacto colonial, sendo mutuamente por assim dizer o vinco fiscal do pacto:

QUADRO 1: CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO COMERCIAL ENTRE PORTUGAL E SUAS COLÔNIAS

| CONSELHO DAS ÍNDIAS | CONSELHO ULTRAMARINO |
|--|---|
| De 1524 a 1834 | De 1642 a 1833 |
| Foi organismo político instaurado por D. Felipe II de Espanha durante o período da União Ibérica. Tinha como principal objetivo a administração das transações comerciais envolvendo territórios do Oriente, Ilhas Atlânticas como Madeira e Cabo Verde, pontos de exploração na costa africana e toda a extensão de terras brasileiras. | Organização comercial colocada em prática por D. João IV (O Restaurador), como uma proposta de renovação e substituição do antigo Conselho existente ainda vinculado à coroa espanhola. A principal diferença com relação a sua versão anterior é que seu foco era a colônia brasileira com sua produção açucareira e comércio de escravos. |

[Fonte: Adaptado de Holanda (1958) e Furtado (1991)]

Pois vejamos que até este ponto da história do Brasil há a ação incisiva de diferentes agentes, vetores e condicionantes que seguem o já mencionado princípio de territorialização, que se configura por estabelecer o domínio sobre a terra, fazendo uso de diferentes meios, a religião, as armas, a política – como foi o caso da unificação já mencionada – e a cultura. Em solo brasileiro durante os duzentos anos iniciais da colonização cada um destes agentes agiram de acordo com seus próprios contextos. A diferença do aumento da atenção da coroa nestes aspectos será o direcionamento de uma ordem vertical para cada uma destas esferas, da economia às tradições culturais, englobando todas as esferas do território, para atingir sua dominação:

Enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. (HAESBAERT, 2004, p. 3).

Este *continuum* mencionado por Haesbaert se aproxima da vinculação indistinguível entre tempo e espaço, formando o tempo-espaço, a totalidade. Portanto, neste processo haverá a dinâmica entre o indivíduo e a sociedade, Estado e território, a produção e o consumo, dando à realidade territorial o seu aspecto inerente de movimento interno e externo, constante e diverso:

[...] os territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 2008, p. 81).

Já num posicionamento mais do conceito de território ligado aos seus vínculos culturais, Sposito, se aproxima consideravelmente do conceito de lugar³⁷ por meio da noção de territorialidade. Para o autor as diferentes territorialidades possibilitam o surgimento de verdadeiros *habitats*, de acordo com as características de relações estabelecidas entre os indivíduos com o meio onde vivem. O pertencimento a um lugar perpassa pelos indivíduos e comunidades e seus costumes, práticas e cultura.

A característica mais importante do conceito de território é que nele se projetam duas extremidades semânticas que lhe dão um significado superior – nas quais é visível na primeira a ação dos portugueses para com o Brasil a partir do século XVIII –, são elas: a extensão política de uma determinada porção do espaço e a sua relação com o

³⁷ A proximidade entre os conceitos de territorialidade e lugar será tratada com maior profundidade nos capítulos posteriores, no entanto, utilizamos este resgate para contrapor a posição mais política apresentada por outros geógrafos e também recorrente em cientistas políticos.

poder ao qual está submetido ou submete os que nele vivem, dependem ou exercem algum tipo de vínculo; e por outro lado temos a vertente simbólica da posse, isto significa que os que se apropriam de uma porção do espaço geográfico neles incrustam seus costumes e práticas, elevam a um plano subjetivo a materialidade do meio em que vivem:

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista). (HAESBAERT, 2004, p. 3).

A funcionalidade e o simbolismo inerente ao território também são defendidos por Abreu (1997), Mattos (1990), Magnoli (1997) e Gaudio (2007), pelo fato de na união das esferas política e subjetiva do espaço geográfico se estabelecerem os fundamentos de definição e entendimento da própria noção de território, ou seja, uma porção do espaço onde estejam vigentes e enraizados a posse e o controle permeados pela valoração sgnica de pertencimento à esta área.

Da importância do conceito de território para Geografia não há o que se discutir, mas é preciso resgatar outro termo que nos ajuda a entender alguns dos porquês do protagonismo do território não só no campo geográfico, mas em ciências afins, nos conduzindo para compreensões do período histórico brasileiro do qual tratamos neste período do trabalho. A presença do território para além do bojo teórico e metodológico da Geografia se explica pela sua premissa categorial, ou seja, o espaço e a espacialidade, dos quais se dissinde o conceito de território, amplamente explorado por diferentes correntes do pensamento geográfico:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Tanto em sua vertente política – e até certo ponto jurídica – e cultural, o território está ligado à ideia de posse, domínio, mando e controle. E estas facetas irão se mostrar cada vez mais claramente nas atitudes da coroa portuguesa para com Brasil durante o século XVIII. Territorilizar significa, portanto, a procura deste domínio sobre

a terra onde haverá inevitavelmente o conflito de interesses, estes últimos podendo ser de natureza econômica, simbólica ou política. E o princípio de territorialização da coroa portuguesa no Brasil após a retomada da posse sobre a colônia é uma clara expressão da existência, desenvolvimento e complexidade deste jogo de interesses na disputa pela posse da terra:

[...] é possível afirmar que as questões e os conflitos de interesses, surgem das relações e se territorializam, ou seja, materializam-se em disputas entre esses grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um, ou seja, do modo mais adequado aos seus interesses. Essas disputas no interior da sociedade criam tensões e formas de organização do espaço que definem um campo importante da análise geográfica. Neste sentido, podemos indicar que é na relação entre política – expressão e modo de controle dos conflitos sociais – e o território – base material e simbólica da sociedade – que se encontram os temas e questões do campo da geografia política. (CASTRO, 2005, p. 41).

Em se tratando do pensamento geográfico, a ligação entre o Estado o território se dá umbilicalmente, de maneira que no histórico de formação dos estados nacionais é comum e muitas vezes necessário trazer esta questão à tona. Dentre as correntes do conhecimento da Geografia, a ala que mais se interessou por esta ligação estatal com o espaço foram os deterministas germânicos liderados por Friedrich Ratzel³⁸. Em linhas gerais a teoria defendia a completa união entre o Estado o território.

Vemos que desde já na Geografia clássica a indissociabilidade entre Estado e Território aparecia nas teorias geográficas. E esta característica irá se renovar em autores como Claude de Raffestin (1993) em sua análise sobre a ligação entre território e o poder. Também aqui no Brasil teremos autores se preocupando com esta temática, como é o caso de Moraes (1999), quando este afirma que: “sempre que rareiam as razões de ordem histórica, a geografia socorre as teorias interpretativas das realidades nacionais, que geralmente trazem em seu bojo projetos ou justificativas que implicam (ou implicaram) em intervenções sobre o território.” (MORAES, 1999, p. 44).

Retornemos, então, para o ponto do qual partimos, ou seja, da centralização regulatória das ações estatais dos soberanos portugueses para com suas colônias após sua reunificação³⁹. Primeiramente, lembremos que a regulação partiu verticalmente da

³⁸ O determinismo geográfico possui suas raízes em outras áreas que não a Geografia. Filósofos gregos – em suas diferenciações das zonas tórridas das frígidas –, pensadores renascentistas como Francis Bacon e Jean Bodin e também modernos como Charles de Montesquieu defendiam a ideia de que as características físicas do meio afetam diretamente no comportamento dos indivíduos de uma sociedade que habite determinadas regiões do globo (GOMES, 2007).

³⁹ A preocupação do reino de Portugal após a separação da União Ibérica era principalmente com a questão da delimitação das novas fronteiras de sua colônia americana, erigindo assim a natureza topográfica do Estado, transposta inclusive no renascimento cartográfico para a representação destes novos limites fronteiriços: “Mais uma vez, como tantas sucedera na história do Brasil, o português dava

metrópole, pelos decretos e emissários do rei. No entanto, se fizermos as recomendações analíticas aqui apresentadas, veremos os agentes locais reverberando os ecos do poder central em cada ação cotidiana dos colonos, da quantidade de madeira extraída de uma mata próxima aos barretes de ouro fundidos após longos dias de exploração nas minas centrais. O papel do Estado para com o território⁴⁰ se consuma:

O papel do Estado é, portanto, o de viabilizador da conquista, de indutor do povoamento das terras, de dotador de equipamentos, de gestor da ocupação do solo. E, principalmente, de guardião dos fundos territoriais e garantidor da integridade do território, valor supremo da geopolítica nacional e pressuposto geral de todas as demais funções enumeradas. A ação governamental é pensada como geográfica por excelência. (MORAES, 1999, p. 45).

Ao retornarmos historicamente em relação à importância que foi a descoberta do ouro na última década do século XVII no Brasil. Para Celso Furtado (1991) e Holanda (1958) isto representou o primeiro passo para uma nova dinâmica na história do Brasil, que culminaria com a vinda da família real pouco mais de um século depois. Mais do que a presença do poder de controle vista já nas capitânicas e companhias de exploração é com o ouro, e em menor escala o diamante, que a ação estatal se concretiza verticalmente, repressivamente, de forma latente em todo o âmbito da sociabilidade colonial até então não vista com tanta notoriedade.

Geograficamente o que houve no Brasil após o findar da União Ibérica e o período de extração do ouro foi o que Abreu (1997) denomina de apropriação do território no período colonial. Esta apropriação se fará possível pelo Estado português na confluência do alinhamento do poder documental de renovação de tratados e acordos militares, comerciais ou simplesmente diplomáticos – Conselhos Marítimos, limites fronteiriços, etc. – e também numa escala menor de atuação imediata do brasão real na colônia haverá uma profusão de punições e sentenças contra aqueles que por ventura se posicionem contrariamente à ordem dominante vigente, em especial os dissidentes regionais com seus ideais separatistas, republicanos e nacionalistas.

Para Moraes (1999), Abreu (1997), Castro (2005), Abreu (2005), Chiavenato (1991), Moog (1966) e Reis Filho (1997), dentre outros geógrafos e demais pensadores, o que se viu no período de exploração aurífera foi a completa mudança da dinâmica territorial no Brasil.

sentido político ao maravilhoso sentido topográfico dos índios, lavrando com os seus informes as primeiras pedras do edifício do Estado.” (CORTESÃO, 1957b, 157).

⁴⁰ “[...] não existe Estado sem território. No momento mesmo de sua constituição o Estado integra num conjunto indissociável, entre outros elementos, um território, de que não pode ser privado sob pena de não ser mais Estado. [...] o território estabelece a delimitação da ação soberana do Estado.” (DALLARI, 1976, p. 79-80).

Houve a construção de estradas, cidades, aprimoramento dos portos; no que diz respeito ao fator humano, a chegada de aventureiros de outras regiões da colônia e também da Europa, fiscais burocratas, escritores, jornalistas, mestres de ofício de toda utilidade, enfim, a impulsão dada pelo ouro para história brasileira ainda hoje se encontra a ser revista por sua importância e aspecto historicamente paradigmático.

Esta completa alteração na dinâmica territorial do Brasil se intensificou com a exploração do ouro, principalmente no que dizia respeito à interligação regional, mas já no início do século XVIII já havia poucas, mas importantes vias de circulação de pessoas e mercadorias. Muitas destas rotas já eram conhecidas pelos indígenas (ALMEIDA, 1971; REZENDE, 2006), e foram adaptadas em seu uso e função pelos colonos, em específico no trânsito ininterrupto de pessoas, animais e alguns tipos específicos de produtos regionais.

Estas rotas foram sendo engendradas ao longo do processo de ocupação iniciado desde a chegada dos portugueses no Brasil, principalmente pelos bandeirantes paulistas em direção a oeste, nordeste e sul da colônia e também pelas missões jesuíticas nas regiões norte e sul (HOLANDA, 1984; MORAES, 2005; REZENDE, 2006). Tanto paulistas como missionários são por assim dizer, os pioneiros dos traçados terrestres que irão cortar o território e dar limites às fronteiras do Brasil colonial.

A principal rota de transporte de pessoas e mercadorias iniciada antes do ciclo do ouro e permanecida após seu término foi a dos tropeiros do sul do Brasil, que se estendia de Viamão no Rio Grande do Sul até Sorocaba em São Paulo, onde ocorria a feira dos muares, para compradores de todos os cantos da colônia, num processo sazonal de transporte e venda de animais de carga e produtos regionais durante várias décadas:

O movimento é rítmico: sobem os baianos – resumamos todos nessa palavra para clareza – vendendo as tropas adquiridas, enquanto descem os gaúchos, paulistas, paranistas, barrigas verdes, a buscar novas tropas; sobem estes, aqueles vem encontra-los de novo. E um ano era pouco: quatro meses estão os tropeiros inversamente caminhando para os centros produtor e consumidor, outros quatro vem vindo ao ponto de encontro onde, ficam dois meses que também são férias, e em seguida recomeça a mesma história. (ALMEIDA, 1968, p. 42-23).

A importância dos tropeiros no processo de interligação de diferentes regiões do território brasileiro é imensurável. Diferente dos bandeirantes e missionários jesuítas, o papel das tropas sulinas foi de dinamizar a circulação humana e produtiva, num fundamental fornecimento de levadas de muares para todas as regiões da colônia.

Toda a região compreendida entre a rota de transporte de pessoas, animais e produtos dos tropeiros era influenciada por este fluxo, do qual e no qual os vilarejos, cidades e pontos de parada e repouso acabariam por se tornarem importantes localidades de início de urbanização no futuro, como foram o caso de Ponta Grossa no Paraná, Viamão no Rio Grande do Sul e Sorocaba em São Paulo. Cobrindo praticamente toda a região sul do Brasil, a importância do movimento tropeiro no período colonial, e em especial no ciclo de exploração aurífera é inegável (PRIETO, 1969).

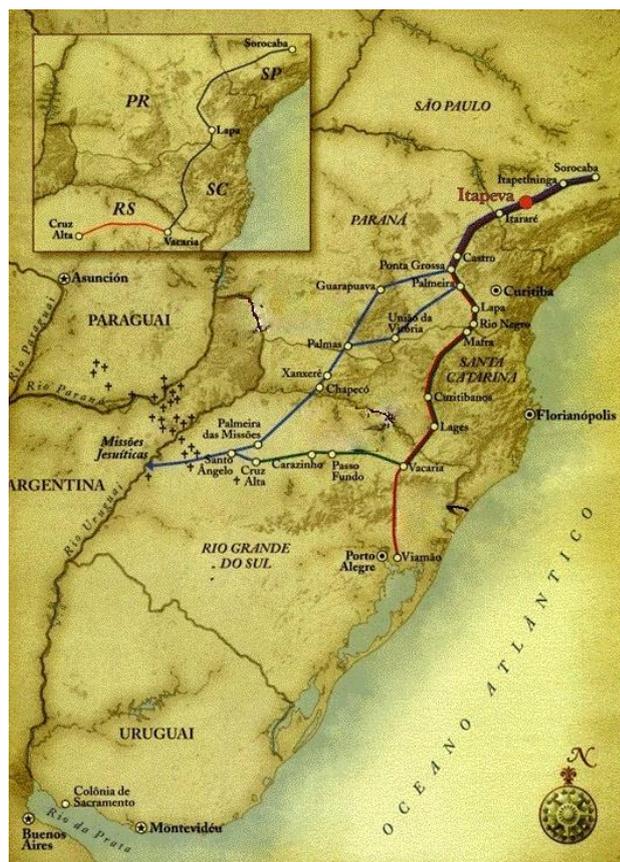


Figura 25: A rota dos tropeiros

[Fonte: Adaptado de: www.ihggi.org.br/pag.rotasdo tropeiros]

O regime cíclico de ida e volta das tropas só será diminuído a partir do final do século XIX e início do século XX com a chegada das primeiras ferrovias em decorrência da produção cafeeira. No entanto, apesar deste avanço técnico causado pelo café, nas áreas interioranas de várias partes do Brasil ainda será possível visualizar o transporte por muare (ALMEIDA, 1968; 1971).

Complementarmente à rota dos tropeiros haverá a construção da Estrada Real, ligando os centros de exportação do ouro das Minas Gerais para Europa às cidades produtoras do metal precioso e também do diamante. Com base em duas cidades, Paraty e Rio de Janeiro a Estrada Real possuía paradas obrigatórias em Diamantina e Ouro

Preto (antiga Vila Rica), e ramificações que se estendiam até Goiás e sertão baiano. Em todos os trechos da Estrada havia fortificações da coroa portuguesa para proteção e fiscalização do ouro e diamantes transportados para o litoral, garantindo assim o máximo controle da produção aurífera e diamantífera no Brasil:



Figura 26: *Estrada Real e Caminho da Bahia*
[Fonte: Adaptado de Santos (2006) p. 54]

Havia outras rotas de menor escala vincadas por todo o nordeste em consequência da criação do gado para os engenhos e para as cidades mineiras, e os caminhos fluviais dos missionários jesuítas por toda a bacia amazônica onde foram fundadas vilas, fortificações militares e estabelecendo várias rotas de circulação para a saída das drogas do sertão em direção aos portos de Belém do Pará e São Luís do Maranhão (BRASIL, 2000; MATTOS, 1990; REZENDE, 2006; SANTOS, 2007).

Por meio destas rotas que cortavam serras, capões, caudalosos rios e cerrados que haverá uma intensa troca de modos de vida, técnicas e pensamentos entre os habitantes do Brasil, mesmo com a parca estrutura integradora que o constituía enquanto unidade populacional, estes vínculos entre os núcleos demográficos gerarão as os pontos de similaridades e diversidade entre as múltiplas culturas regionais.

Por fim, cabe ressaltar uma importante característica do período de exploração aurífera em Minas Gerais: a presença da arte barroca nas cidades onde se explorava o ouro ou por onde o mesmo circulava para com destino à exportação nos portos de Salvador, Parati e Rio de Janeiro. Apesar de nas principais obras literárias da mesma época (século XVIII) estar vigente o arcadismo, os traços arquitetônicos e também esculturais destes núcleos urbanos serão predominantemente barrocos⁴¹.

O Barroco deve, portanto, ser entendido como uma situação histórica e artística transecular, onde são predominantes aspectos de alto teor fideísta por conta do movimento católico da Contra-Reforma (MARAVALL, 1997; PEREIRA, 1997).

Outro ponto característico do Barroco é que devido à sua ampla difusão em todo o mundo pelas missões católicas, em cada ponto onde foi enraizado este acabou por mesclar-se com as culturais locais, fazendo surgir expressões artísticas autóctones, e no caso brasileiro mais ligado à parcela da população mais pobre como mestiços e negros:

[...] o barroco dos países latino-americanos é a primeira forma de arte conatural e legítima na qual se exprimem a progressiva ascensão daquelas populações e a aspiração, que já não se pode deter, a uma estruturação social orgânica e civil, diferenciada da metropolitana: delas nascerá a consciência de nacionalidades autônomas e distintas. (AVIRINI, 1997, p. 26).

Até os dias atuais por meio do processo de busca de patrimônios históricos e naturais (AVERINI, 1997; COSTA, 2011), houve uma nova valorização das construções urbanas das cidades barrocas brasileiras, obedecendo em parte sua figuração enquanto demonstrativo da vida artística colonial, mas também como via de exploração do capital por meio da especulação financeira para retirada de divisas em seu uso no campo turístico. Em todo caso segundo Maravall (1997, p. 59) é “[...] possível, e talvez conveniente, nos dias de hoje, falar do Barroco de um país, mas sempre mantendo o tema dentro do contexto geral”.

Havia então diferentes vertentes contextuais no Brasil neste período, indo da arte barroca na urbanização em torno das minas à alteração da postura política dos portugueses perante sua maior colônia. Portanto, estes cenários se mesclavam; no campo político o fortalecimento regulatório da coroa, na economia a exploração

⁴¹ No Brasil a arte barroca sempre foi relacionada às classes mais desfavorecidas da sociedade, situação esta que começou a se modificar com os projetos de legitimação de uma identidade nacional no século XIX, quando principalmente nas cidades mineiras esta forma de arte passou a ser muito mais valorizada: “Assim desde sua origem, a arte barroca se encontra em palpos de aranha. Esta arte, que se baseia na liberdade de criação, é oprimida pelos doutos eruditos. E nos perguntamos se os artistas compreendem bem a si próprios. [...] A crítica será muito mais severa na Itália. Alguns chegarão a ponto de condenar as obras desta arquitetura, cuja opulência, hoje, nos deslumbra. [...] O equívoco está em seu auge no segundo terço do século XIX, quando o surto da civilização industrial acarreta uma febre de construção urbana, tanto pública quanto particular.”(BAZIN, 1997, p. 18).

máxima dos dividendos do ouro, e no campo social as paisagens predominante agrícolas passavam a contrastar com os núcleos urbanos formados nas trilhas das minas.

Um apontamento importante a ser colocado é que apesar da exploração massiva das reservas auríferas, da construção das vilas e igrejas barrocas – nossas futuras cidades históricas mineiras e goianas –, não houve uma preocupação com o caráter técnico de retirada do ouro e muito menos com a questão cultural que já se figurava nas regiões centrais antes do ciclo do ouro, mas que aumentou vertiginosamente pela grande chegada do contingente humano na região.

Sobre o aspecto da técnica, o que houve foi a desorganização e falta de planejamento em relação aos meios e práticas de extração do ouro, sendo que os portugueses se limitaram mais em retirar o ouro dos rios e não em construir sistemas que aproveitassem as riquezas do ouro presente nas rochas da área.

O papel da técnica na transformação do espaço é um dos caminhos mais profícuos da análise geográfica, pois é na realização do trabalho orientado pelas técnicas que a dinâmica espacial, ou seja, que a sucessão das múltiplas configurações temporais incrustadas na concreticidade toma forma (SANTOS, 1996).

O quadro abaixo evidencia a maneira predatória e extenuante com que o ouro foi explorado, o ciclo durou pífios cinquenta anos de irracionalidade voluptuosa pelo ideário de consumação da promessa secular do Eldorado, anteriormente não encontrado na colônia:

QUADRO 2: PRODUÇÃO DE OURO NO BRASIL SÉCULO XVIII

| Ano | Total (kg) | Ano | Total (kg) |
|-----------|------------|-----------|------------|
| 1700-1710 | 29.400 | 1750-1759 | 141.880 |
| 1711-1720 | 65.000 | 1760-1769 | 101.290 |
| 1721-1729 | 80.500 | 1770-1779 | 84.485 |
| 1730-1739 | 115.670 | 1780-1789 | 55.975 |
| 1740-1749 | 144.795 | 1790-1799 | 44.545 |

[Fonte: BOXER, C. R. A idade do ouro no Brasil, 2000, p. 160]

Para Octávio Ianni (2004) e também Prado Júnior (2006), ambos relacionando a ascendência do período de exploração aurífera⁴² como início das revoltas sociais no Brasil, o que houve neste recorte histórico foi uma profunda distensão entre a ordem

⁴² Prado Júnior (2006) é categórico ao afirmar que de maneira sutil todos os ciclos econômicos brasileiros sofreram com esta despreocupação técnica e de organização, levando mais cedo ou mais tarde todos eles a sucumbirem pela falta de mão de obra, matéria prima, investimentos, ou concorrência, assim o foi com o pau-brasil, cana-de-açúcar e o ouro.

dominante e colossal do Estado português diante da recente riqueza encontrada em contraposição à miséria do povo, a falta de instrução e o início de algumas reflexões de indivíduos livres – aqueles que foram para as minas em busca de uma mudança de vida e riqueza.

A vida nas vilas de exploração de ouro e diamante expressava esta diversidade de habitantes que direta e indiretamente estavam ligados a tal situação econômica e política. O trabalho escravo estava assentado nas prerrogativas seculares do pensamento, da cultura e religião europeia⁴³ e juntamente com a presença dos negros havia a diversidade dos demais indivíduos no princípio da vida urbana no Brasil, numa mescla de classes sociais, simbolismos e relações de trabalho. Abaixo há um trecho do *V Canto de Vila Rica* (1777) de Claudio Manuel da Costa (1729-1789) onde sinteticamente vemos expressa tal diversidade nas vilas mineiras:

Abertas as montanhas, rota a Serra,
Vê converter-se em ouro a pátria terra;
O Etíope co'os Índios misturado
Eis obedece ao pródigo mandado
Dos bons Conquistadores: desde o fundo,
De ouro e diamantes o país fecundo
Produzas grandes, avultadas somas.
Tu por empresa, nobre engenho, tomas
Fabricar inda o esférico instrumento,
Que o trabalho fará menos violento.
(COSTA, 2013, p. 56).

Conforme visto na página 100, a técnica fazia o Edorado ser explorado em seu potencial econômico, em que duas figuras ilustram momentos distintos da exploração aurífera no Brasil, inicialmente com as técnicas de aluvião, onde predominava a lavagem e secagem do material do leito do rio aproveitando a passagem das estações seca e chuvosa, típico da região central da colônia, e depois com a utilização de instrumentos como “[...] a pequena picareta de ferro, semelhante à portuguesa, chamada almocafre; o balde, ancestral evidente do *corumbé*, e, finalmente, o receptáculo destinado à lavagem do ouro, muito semelhante à bateia.” (PRIETO, 1969, p. 123), que serviam para a extração do ouro presente nas rochas das Minas Gerais.

⁴³ A principal justificativa para a exploração do trabalho escravo pelos europeus era a providência divina na dominação do homem pelo homem, no caso, como o homem branco sendo superior às outras etnias. Ao voltarmos historicamente neste argumento encontraremos ecos de tal postura já nos filósofos gregos justificando esta relação de exploração entre amo e servo/escravo, que prevaleceria como retórica civilizatória durante vários séculos. Sobre esta visão clássica filosófica temos a seguinte posição de Aristóteles em seu texto *Política*: “Há ainda, por ação da natureza e para a manutenção das espécies, um ser que manda e outro que obedece. Pois aquele que tem inteligência capaz de prever tem, de modo natural, autoridade e poder de chefe; aquele que não tem senão a força física para executar, deve, obrigatoriamente, obedecer e servir – e, portanto, o interesse do amo é o mesmo do servo.” (ARISTÓTELES, 2004, p. 12).



Figura 27: Lavagem de ouro de 1834, Gravura de Johann Moritz Rugendas
[Fonte: www.bn.br]



Figura 28: *Extração de Diamante* (séc. XVIII) de Carlos Julião
[Fonte: Santos; Ribeiro; Lyra (2010, p. 84)]

Esta busca pela riqueza repentina provocou uma das situações políticas mais importantes deste período da história do Brasil, que foi a fundação do Distrito Diamantino em 1734. O motivo pelo qual a coroa se viu na necessidade desta demarcação territorial na capitania de Minas Gerais foi a enorme quantidade de pedras de diamante encontradas nas proximidades do rio Tejuco, isto fez com que até mesmo os mineiros residentes das vilas mais afastadas voltadas à exploração do ouro rumassem para esta região rica na tão estimada gema (BOXER, 2000; HOLANDA, 1958).

Além do grande interesse econômico existente pela coroa lusitana nos diamantes, também havia a questão da sua utilização como expressão demonstrativa de status e poder perante seus subalternos e no contexto geral das casas reais europeias. O diamante, mais do que um artigo de riqueza material, ultrapassava este patamar, alcançando uma significação bem maior, uma ideia. No caso da coroa, a ideia do *status* na representatividade desta característica pelas pequenas pedras de diamantes.

Em acordo com esta quase necessidade de expressão simbólica da coroa portuguesa por meio do diamante, os argumentos do poder ativo por meio da violência apresentado por Arendt (1994) e na importância de haver preocupação regulatória do Estado perante seu território evidenciado por Burdeau (2005), a demarcação, expulsão de invasores e fiscalização do Distrito Diamantino é um dos mais incisivos exemplos da alteração da postura da corte portuguesa diante das novas riquezas agora presentes em sua gigantesca colônia.

Apesar de Burdeau (2005) afirmar enfaticamente que as ações do Estado no território é um dos aspectos definidores do mesmo, e ainda o cânone das ideias a respeito de planejamento, fica evidente o despreparo ou simplesmente displicência dos portugueses para com o devido aproveitamento das riquezas disponíveis que demandariam maior trabalho, eficiência e organização para serem alcançadas:

Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram com ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação. (HOLANDA, 1984, p. 10).

O argumento exposto acima por Holanda evidencia outra vertente da extração aurífera e diamantífera nas minas, o autor nos sugere a mesma postura adotada por Ribeiro (1995) e Freyre (1954) quando estes nos levam a refletir sobre a maneira pela qual as classes mais abastadas da colônia se comportavam em meio à totalidade social. Todos estes autores nos lembram como foi intenso o referencial cultural europeu dos senhores de engenho, comerciantes, letrados e demais representantes da classe

dominante no Brasil: ordenavam a chegada de moças para cerimônias conjugais; adotavam alianças com o clero; almejavam a fortuna com terras, escravos e amas de toda natureza; frequentavam apresentações culturais sem que soubessem o seu conteúdo; utilizam as mais pesadas e desconfortáveis vestes europeias em escaldante insolação tropical, assim mantendo a robusteza de suas origens além-mar; mesmo que em sua maioria fossem analfabetos, faziam questão de expor o seu nome nas propriedades que possuíam e em seus pertences – daí a adoção dos escravos dos sobrenomes dos seus senhores (CRUZ, 1992; FREYRE, 1954; MOOG, 1966).

O ouro e o diamante apesar de representarem um período paradigmático na história brasileira tiveram em concordância o importante papel de afirmação da classe dominante, na construção das cidades, propagação de cartórios e comarcas, importação de grandes quantidades de produtos europeus, em especial as quinquilharias inglesas, etc. ao mesmo tempo a grande multidão de mestiços livres e escravos já sustentavam seus modos de vida diametralmente opostos a esta classe dominante, distante da riqueza do ouro ou das regalias dada pela coroa aos senhores produtores de açúcar, extratores de ouro ou ao funcionalismo público já incipiente nas principais cidades da colônia

O que foi mostrado até aqui diz respeito à esfera estatal de poder, em especial em suas ações no espaço geográfico, como foi exposto em relação ao princípio de territorialização por parte do governo português. Há de se colocar em evidência agora o outro lado deste contexto, pois indo além do quesito econômico e político, chegaremos inevitavelmente na situação social das massas do Brasil colonial neste período, valorizando os aspectos simbólicos, literários e até mesmo as insurgências bélicas ocorridas durante todo o século XVIII e início do século XIX.

Se houve o aumento da força do poder central provinda de Portugal, de igual maneira também ocorreram sinalizações múltiplas de contrariedade, na forma de reivindicações, revoltas, incitações públicas e manifestações literárias que foram de encontro ao interesse da coroa. E é neste campo de correlação da esfera contrária à centralidade do poder político, econômico e cultural da coroa que o presente capítulo irá prosseguir. Da centralização e afirmação fronteiriça do poder territorial à multiplicidade cultural e histórica das regiões e seus regionalismos, o encontro da dialética da história com as manifestações culturais se fazendo presente na evolução temporal do Brasil.

2.2 A pulsão regionalista: o legado dos dissidentes

Neste segundo momento do capítulo o âmago temático a ser analisado girará em torno dos conceitos de região e regionalismo, procurando apurar seus significados clássicos com os contemporâneos. Estes dois conceitos que serão os fundamentos dos argumentos se estabeleceram enquanto escopo teórico da Geografia há pouco mais de um século; portanto, far-se-á necessária uma busca fora da área core teórica do conhecimento geográfico para esboçarmos um entendimento tanto mais amplo quanto possível de ambos os termos.

Ao fazermos a extrapolação temática do conceito de região os caminhos nos levarão a uma necessária retomada pretérita do seu uso vocálico cotidiano e também da pluralidade de áreas que se comprometem com esta conceituação para os seus campos de estudo. O uso do termo região remeter-se-á desta maneira a uma consequente do regionalismo, este último entendido como uma expressão de sentimentos para com uma determinada área num contexto específico. Isto significa dizer que, a defesa dos aspectos simbólicos regionais como valorização discursiva de características específicas de uma área é o que denominamos por regionalismo, e a região sobressai deste discurso como componente verbal de sua síntese, transformando-se assim num conceito.

Como foi explicado no primeiro capítulo, assim como o conceito de paisagem, a região e o regionalismo são extraídos como expressões de um pensamento de época. E a pergunta que nos fazemos é a qual período estamos nos referindo? E a resposta se encaixa justamente no contexto apresentado anteriormente, ou seja, os séculos XVIII e XIX, levando em consideração suas características antecedentes e legado procedente.

E a partir desta localização temporal os conceitos de região e regionalismo tão caros à história do pensamento geográfico irão se fazer visíveis num cenário macro escalar das ideias ocidentais, agrupadas magneticamente em torno do movimento romântico, abrangendo facetas da comunicabilidade do pensamento por meio da música, teatro, política, filosofia, literatura, artes plásticas e ciência.

Apresentadas estão as diretrizes que irão fundamentar a exposição neste ponto do trabalho. A asseveração suscitada anteriormente sobre a busca por uma alternativa analítica que ultrapassasse o historicismo e o economicismo vai ao encontro de uma inserção do plano subjetivo em sua relevância como condicionante vetorial de uma totalidade de pensamento num determinado período. Pensar o discurso enquanto agregador da totalidade de posturas, ações e costumes de uma sociedade numa época

exige este exercício de extrapolação epistêmica das correntes clássicas de análise da história da humanidade, não anulando-as, mas sim, complementando-as.

Neste sentido é preciso entendermos o que é região para alcançar as complexidades do(s) regionalismo(s). Se como vimos, houve um intenso movimento de centralização política e territorial da coroa portuguesa com relação ao Brasil a partir de sua reunificação e também da descoberta do ouro no centro da colônia, haverá de modo contrário e concomitante a insurgência formativa de agrupamentos regionais por todo o território, com diferenciações de costumes e técnicas, dialetos e história, enfim, já se fazendo presentes inúmeros “Brasis”.

E partir destas ilhas populacionais que ecoará os brados – prontamente calados pelo poder central – regionalistas contra a ordem dominante. A dinâmica deste choque é ao mesmo tempo histórico-dialética e cultural, de onde emergirão algumas das principais situações símbolos da própria (des) construção da identidade nacional brasileira, envolvendo edenismo, nativismo, bucolismo, esperancismo, teleologismo, renovando a herança secular do paraíso gentílico e natural dos quinhentistas juntamente com novas questões de cunho político e econômico em que a colônia perpassava neste período de afirmação identitária (IANNI, 2004; MAGNOLI, 1997; MORAES, 1999; MORAES, 2005; SOUZA, 1994).

Partamos então da passagem do século XVII para o século XVIII, que é o momento em os primeiros sinais de ouro são encontrados pelos bandeirantes paulistas nos atuais estados de Goiás, Minas Gerais, oeste de Mato Grosso e sul de Tocantins (BOXER, 2000; HOLANDA, 1958). Como foi apresentado, as primeiras reações do governo português foi de centralização do poder para melhor gerir e controlar o território, recém liberto do jugo espanhol e agora elevado em valorização por conta das descobertas.

Os engenhos de açúcar, fundações jesuíticas e vilarejos já demonstravam desgaste e sinais de franca queda desde a implementação de suas primeiras unidades (com exceção do caso pernambucano). Neste sentido o fôlego dado pelo ouro ultrapassou a esfera econômica, atingindo os níveis populacional, cultural e político de todos aqueles que se viram envolvidos no processo de organização das campanhas exploratórias (FREYRE, 1954).

No entanto, se o movimento de centralização do fluxo econômico, social, cultural e político se fazia presente em direção às minas, ocorria no restante do Brasil o inverso desta lógica, ou seja, a valorização regional dos habitantes que antes, durante e

depois do período de exploração aurífera manterão suas formas de vida, costumes e práticas sociais.

Estes núcleos populacionais se localizavam nas regiões litorâneas de Belém, Rio de Janeiro, Salvador e São Vicente; e no interior havia algumas vilas que ultrapassavam a serra do mar, como os paulistas, nos campos sulinos os gaúchos já tinham o domínio da criação e comércio do seu gado, assim como também o faziam os sertanejos do sertão nordestino; e também algumas localidades mais fincadas em regiões extremas como as vilas jesuíticas ao longo do curso dos rios Amazonas e Paraná, e os pontos avançados de paradas de tropeiros e bandeirantes que cruzavam toda a extensão territorial brasileira, chegando a ligá-lo por estas estradas à maioria dos países vizinhos a leste (HOLANDA, 1984; MAGNOLI, 1997; MORAES, 1999).

Em conjunção a esta riqueza nos modos de vida que se encontrava no litoral e interior do Brasil, surgirão importantes arautos das visões de época do período. Estes locutores da história em grande parte serão literatos residentes nas importantes regiões litorâneas produtoras de gêneros monocultores ou expendedoras das respectivas produções, nas poucas vilas de alguma expressão espalhadas pelo litoral.

A este grupo de pensadores e escritores nomeia-se *arcades*⁴⁴, que tinham como principal característica a escrita de contos, romances e poemas voltados para temas bucólicos e de referência clássica greco-romana. Estes autores e artistas acabam por ser os criadores dos registros das historicidades criadas e cultivadas pela população brasileira, o seu papel na perduração deste verdadeiro patrimônio subjetivo de nossa história:

Na medida em que se aceita que os homens agem movidos por sua consciências (sem negar toda a carga de determinações histórico-sociais presentes nessa ação), a questão da subjetividade emerge com importância na explicação do movimento das sociedades. A produção da história, poder-se-ia dizer, passa pelas formas pelas quais os homens se veem no mundo, pelos seus valores, suas crenças e concepções. Enfim, também pelo fluido das representações. O fluir da história se manifesta enquanto cotidianidade para seus agentes concretos. Por isso o fator subjetivo não pode ser desprezado. Claro que sua apreensão não se dará na ótica do subjetivismo, mas como análise objetiva do elemento subjetivo. (MORAES, 1986, p. 43 – grifo nosso).

Outro ponto a ser destacado é que estes autores são responsáveis por difundir na Europa e trazer ao Brasil as principais ideias dos iluministas, como liberdade, direito à

⁴⁴ Nome provindo do termo Arcádia, morada do deus Pã, morador e protetor dos bosques e campos, protetor dos lavradores e dos animais. (BULFINCH, 2002).

propriedade privada, enfrentamento aos déspotas e os ditames da insurgente ciência⁴⁵. Todos estes elementos trabalhados pelos árcades ou neoclássicos será o fundamento para a afirmação da geração procedente, os românticos, em especial a sua primeira geração. Vejamos no quadro abaixo seus principais representantes:

QUADRO 3: AUTORES NEOCLÁSSICOS E ROMÂNTICOS (1ª GERAÇÃO)

| Autores Neoclássicos | Principais Obras |
|--|---|
| Basílio da Gama (1741-1795) | O Uruguai (1769), Os Campos Elíseos (1776), |
| Frei José de Santa Rita Durão (1722-1784) | Caramuru (1781) |
| Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814) | Glaura (1799) |
| Cláudio Manoel da Costa (1729-1789) | Obras Poéticas (1768), O Parnaso Obsequioso (1768), Vila Rica (1773) |
| Tomás Antonio Gonzaga (1744-1810) | Tratado de Direito Natural (1770), Cartas Chilenas (1787-88), Marília e Dirceu (1792) |
| Autores Românticos (1ª Geração) | Principais Obras |
| Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882) | Suspiros Poéticos e Saudades (1836), A Confederação dos Tamoios (1857) |
| José de Alencar (1829-1877) | O Guarani (1857), Iracema (1865), O Gaúcho (1870), O tronco do Ipê (1871), Ubirajara (1874), O Sertanejo (1785) |
| Antonio Gonçalves Dias (1823-1864) | Primeiros Cantos (1846), Segundos Cantos (1848), Últimos Cantos (1851), Leonor de Mendonça (1846) |

[Fonte: Adaptado de Candido (1989) e Veríssimo (2012)]

Os escritores supracitados do arcadismo e romantismo demonstram por meio de suas obras a reafirmação da ideologia geográfica dos mitos regionais como componentes da identidade nacional:

O romantismo enraíza nas tradições imemoriais – num passado tão remoto e misterioso que só pode ser apreendido pelos sentimentos, pela afetividade, pela emoção – a comunidade de destino sobre a qual se ergue a nacionalidade. Nesse terreno fértil, inventaram-se as tradições e floresceram as mitologias e as mistificações nacionais. (MAGNOLI, 1997, p. 17).

A maneira pela qual todos estes autores irão representar o Brasil e os brasileiros em suas obras é o extensivo uso das referências renascentistas e clássicas de sublimação da natureza e também dos nativos (IBGE, 2006; 2009). Outra verificação a ser feita nestas obras é a importância dada aos gentílicos e seus modos de vida em cada porção regional do Brasil, normalmente ligadas à origem de cada um dos autores (PENNA, 1974; SOUZA; 1994).

⁴⁵ O termo árcade pode ser expandido para alguns autores do esclarecimento, em sua fase inicial de otimismo racional, como Jean Jacques Rousseau ou Denis Diderot; também se enquadram pensadores como Thomas Hobbes e Jean Bodin com relação à renovação do pensamento político, sem mencionar é claro a retomada artística em toda a Itália. Portanto o arcadismo possui um prolongamento de ao menos dois séculos, agrupando representantes de praticamente todas as áreas do conhecimento ocidental, em sua retomada das questões éticas, políticas, artísticas, filosóficas e científicas dos antigos gregos.

Uma das mais notórias características do regionalismo literário, cultural e político são o que podemos denominar de “ vaidade regional”. Isto significa dizer que em cada porção regional de toda extensão territorial brasileira – e num âmbito maior podemos expandir esta concepção para outros casos ao redor do mundo – é possível encontrar privilégios discursivos de focos valorativos de características regionais por poetas, romancistas, músicos e políticos de diferentes maneiras. Por isto há diferentes caminhos para verificarmos as expressões regionais por meio dos textos literários:

Afrânio Coutinho (1966) apresenta duas entradas para o termo. A primeira, ampla, diz que toda obra de arte é regional quando apresenta como pano de fundo um lugar ou quando parece brotar desse local particular. Mas, ele convém que nessa situação uma obra poderia ser localizada numa região, mas tratar de assunto universal de modo que essa particularidade local lhe seria apenas incidental. A segunda entrada para o termo, aquela que A. Coutinho define como o sentido do regionalismo autêntico, diz ser regional uma obra que não somente é localizada numa região como também retira a sua “substância real” das particularidades deste lugar. (ARAÚJO, 2009, p. 1).

A principal diferença entre os neoclássicos e os românticos será a profundidade dos argumentos ufanistas, edênicos e nativistas; enquanto que nos árcades a presença de poemas de elevação onírica da natureza e do amor são mais frequentes pelo *fugere urbem* – fuga do urbano, da cidade –, nos românticos haverá a introdução de um discurso com recorrência de termos mais incisivos no que diz respeito à afirmação de características de delimitação natural de regiões, a valorização das teorias do *bom selvagem* a respeito dos indígenas, a descrição detalhada de sotaques e costumes bem como o uso da influência do ideal iluminista para retomadas frequentes de temas de incitação ora nacionalista, ora separatista (ARAÚJO, 2009).

Vejam os abaixo um recorte da obra *Caramuru* do Frei José de Santa Rita Durão, onde é possível visualizar a presença do secularismo na figura de chegada do herói pelos mares, para assim se fazer fundar o Novo Mundo:

Canto VI
Príncipe do Brasil, futuro dono,
À Mãe da Pátria, que administra o mando,
Ponde excelso Senhor, aos pés do Trono
As desgraças do Povo miserando:
Para tanta esperança é o justo abono,
Vosso título, e nome, que invocando,
Chamará, como a outro o Egípcio Povo,
D. José Salvador de um Mundo novo
(DURÃO, 2012, p. 2).

No trecho abaixo há a retomada das figuras míticas das paisagens seculares do descobrimento do Brasil por meio da personagem Diogo Alvares Correia, numa estrutura de escrituração inspirada na obra magna de Luís de Camões, *Os Lusíadas*. A

exaltação da fauna, flora e a inocência dos nativos é notória em toda a extensão da obra. E o regionalismo é evidente pela valorização de toda a costa atlântica, em sua riqueza de exuberância natural na localidade do atual estado da Bahia:

Canto XXXIII
 Vêm-se dentro campinas deleitosas,
 Geladas fontes, árvores copadas;
 Outeiros de cristal, campos de rosas,
 Mil frutíferas plantas delicadas:
 Coberto o chão das frutas mais mimosas,
 Com mil formosas cores matizadas,
 E à maneira, entre as flores, de serpentes
 Vão volteando as líquidas correntes.
 (DURÃO, 2012, p. 54).

Com o arcadismo ainda haverá, como visto acima no Canto VI, as conquistas e feitos da classe dominante portuguesa ou seus descendentes. Nos românticos esta retórica europeísta se esvai num aprofundamento máximo do povo (CITELLI, 2004; CARPEAUX, 2001). Esta tendência já é o mais claro sinal da influência iluminista no pensamento literário brasileiro, ou seja, o rompimento com as classes dominantes por meio da ocorrência ou espera de uma revolução social, sendo por isto comum a busca pelas características identitária deste fundamento discursivo nas virtudes e feições das massas, sejam elas escravos, indígenas ou colonos de nula participação no alto curso dos habitantes da colônia.

Gonçalves Dias foi um dos grandes representantes do romantismo no Brasil, em sua obra Juca Pirama, há os elementos literários supracitados: “Da tribo pujante, Que agora anda errante, Por fado inconstante, Guerreiros, nasci; Sou bravo, sou forte, Sou filho do Norte” (DIAS, 2012, p. 3-4), até mesmo um dicionário português-tupi foi elaborado pelo autor em sua expectativa de fazer difundir aqueles que seriam os caracteres originais de uma cultura nacional brasileira.

E também José de Alencar, quando este sublinha a *indômita bravura* do sertanejo em lidar com as feras do mato⁴⁶. Esta perenidade do movimento romântico será notada na totalidade do século XIX⁴⁷, indo de sua fase otimista revolucionária, passando pelo período progressista racional histórico e chegando por fim na fase

⁴⁶ Estas incitações das virtudes dos habitantes mais humildes da colônia, que normalmente habitavam o seu interior distante dos grandes portos e engenhos, como os já citados sertanejos, gaúchos e indígenas.

⁴⁷ Sobre a transposição temática do movimento romântico vejamos o seguinte argumento: “O romantismo domina toda a música do século XIX. Todos aqueles românticos, são diferentes, rebelam certos traços comuns. [...] a maior liberdade de modulação, o cromatismo cada vez mais progressivo que leva os compositores até as fronteiras do sistema tonal de Bach e Rameau. [...] A música romântica vive de estímulos literários. As grandes diferenças entre o romantismo alemão, o romantismo inglês e romantismo francês também se fazem sentir na música, outras nações, que até então pouco contribuíram para a música, desenvolverão romantismos nacionais: os poloneses, os húngaros, os russos, os escandinavos não se pode falar em romantismo. Só em romantismos, no plural.” (CARPEAUX, 2001, p. 213-214).

pessimista e teleológica. Em síntese o romantismo se define por sua pluralidade e extensão temática, alcançando todas as classes sociais e redutos culturais da sociedade da época:

A cena histórica na qual deve ser pensado o romantismo é aquela cujos parâmetros estão, aproximadamente, entre os últimos lampejos da aristocracia do século XVIII e o cientificismo urbano-industrial da segunda metade do século XIX. As personagens românticas irão transitar dos salões ornamentados pelos padrões de uma cultura clássica-aristocrática para o excesso de fumaça, fogo e suor saídos das fábricas burguesas, símbolos ao mesmo tempo da glória e do poder de uma classe e da miséria de milhares de trabalhadores. [...] O período de gestação e desenvolvimento do romantismo foi extremamente rico pelas sugestões revolucionárias, pelas rápidas e profundas transformações que irão marcar a Europa e a América. O romantismo será, ao mesmo tempo, expressão dessas circunstâncias históricas e a afirmação, talvez e um de seus momentos de maior complexidade, dos descompassos entre os avanços econômicos e as tragédias humanas; as glórias revolucionárias e os desencantos com a nova ordem formam o emblema contraditório do sentimento de desajuste que marca boa parte do movimento. (CITELLI, 2004, p.14-15).

O discurso romântico, no sentido de uma maneira de pensar a época em que este figurou evidencia o quão amplo foi seu alcance. Em vários países europeus e em suas colônias surgiram representantes ligados ao movimento; na literatura houve William Blake, Johann Goethe (representante do movimento *Sturm und Drang* – tempestade e ímpeto), William Wordsworth, Lord Byron, Victor Hugo e Alexandre Dumas; no teatro, com forte influência shakespeariana, há Friedrich Schiller, novamente Victor Hugo e Almeida Garrett; nas artes plásticas já com o teor do desencanto pelos efeitos doutrinários e conservadores da classe burguesa dominante: Francisco Goya, Eugène Delacroix, Caspar David Friedrich e John Constable; e na música Ludwig van Beethoven, Franz Schubert, Carl Maria von Weber, Felix Mendelssohn, Frédéric Chopin, Robert Schumann, Hector Berlioz, Franz Liszt e Richard Wagner (CITELLI, 2004; CARPEAUX, 2001).

No Brasil houve a iniciativa de circulação dos novos conhecimentos políticos, filosóficos e literários em voga na Europa, dando fôlego de permanência ao movimento romântico por quase um século. Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto Alegre fundaram em 1836 a revista *A Niteroy - Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes*. Outras revistas fundadas nesta época foram *A Minerva Brasiliense* (1843-1845) e *Guanabara* (1849-1856) (PINHEIRO, 2009).

Na política houve um destaque considerável na figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que durante sua envergadura como primeiro ministro do rei D. João V, tentou não só influenciar a corte com algumas das prerrogativas iluministas, mas também em ordenamentos que incluíam revitalização de

idades, construção de escolas e posição contrária aos jesuítas. Todas estas medidas foram de imediato canceladas após sua morte, em 1782 (HOLANDA, 1958; 1984; PINHEIRO, 2009).

Para Benedict Anderson (1983) a importância do Marquês de Pombal vai mais além, no caso do contexto português em relação a suas colônias, pois a questão do esclarecimento europeu tinha também suas diferenciações de posicionamento, e nisto se enquadra a imposição por parte de Pombal da não utilização de denominações pejorativas ou depreciativas no que dizia respeito aos colonos descendentes de portugueses, nativos, escravos e mestiços, um claro sinal linguístico das questões que envolviam a diferenciação étnica comum no discurso civilizatório:

Indirectly, the Enlightenment also influenced the crystallization of a fatal distinction between metropolitans and creoles. In the course of his twenty-two years in power (1755-1777), the enlightened autocrat Pombal not only expelled the Jesuits from Portuguese domains, but made it a criminal offence to call 'coloured' subjects by offensive names, such as 'nigger' or 'mestiço' [sic]. But he justified this decree by citing ancient Roman conceptions of imperial citizenship, not the doctrines of the *philosophes*. More typically, the writings of Rousseau and Herder, which argued that climate and 'ecology' had a constitutive impact on culture and character, exerted wide influence. It was only too easy from there to make the convenient, vulgar deduction that creoles, born in a savage hemisphere, were by nature different from, and inferior to, the metropolitans – and thus unfitted for higher office. (ANDERSON, 1983, p. 61 – grifos do autor).

Logicamente esta postura do Marquês de Pombal iria ser revogada logo após sua morte, não só no que dizia respeito às denominações em relação aos habitantes da colônia, mas em outras questões como a instalação de manufaturas, bibliotecas, escolas, etc. Não só durante o domínio pombalino, mas em toda a extensão dos anos de 1800 muitos seriam os sinais de resistência e luta por parte desta maioria mestiça, nativa e escrava da colônia, marginalizada pelo discurso e prática dos metropolitanos.

E após este retrocesso em relação à postura de Pombal, o que perduraria em referência ao contexto do iluminismo, principalmente devido à sua vertente naturalista conforme suscitado por Anderson (1983) até o final do século XIX seriam as viagens pelos interiores das terras americanas, priorizando a descrição, classificação e catalogação de espécies florísticas e faunísticas. Por isto houve muitas expedições de cunho científico e artístico, com objetivos principalmente descritivos a respeito dos aspectos florísticos, faunístico e nativo para Ásia, África e Américas.

No que tange ao Brasil, podemos citar as viagens realizadas por Jean-Baptiste Debret e Nicolas Taunay em 1816 no litoral do Rio de Janeiro; e a vinda do príncipe alemão Maximiliano von Wied em 1817, com importantes contribuições botânicas.

Também houve a vinda da Missão Científica de História Natural com Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, em 1817, acompanhados do pintor Johann Buchberger e do paisagista Thomas Ender. Em 1825 também vieram Johann Moritz Rugendas, Adrien Aimé Taunay, Hercule Florence e o Barão de Langsdorff da Rússia (2004; KURY, 2001; HOLANDA, 1958; PINHEIRO, 2009).

A terceira geração dos românticos já se mostrava distante do legado neoclássico e do ufanismo do início do século XIX, e também do racionalismo progressista (CITELLI, 2004). Este novo panorama da postura pela qual estes pensadores e literatos enxergavam sua realidade era o reflexo do desgaste do próprio pensamento iluminista.

De um lado havia a derrocada cética da não vigência dos ideais libertários do cenário político iniciado nos fins do século XVIII, havendo apenas uma transferência do poder central dos nobres para os burgueses; e por outro lado a racionalidade técnica iniciava a mostra de suas frestas por meio da exploração máxima dos indivíduos nas fábricas e campos, a bandeira máxima da defesa da propriedade privada do liberalismo econômico se desfazia na concentração dos meios de produção nas mãos de poucos empresários, um pessimismo e senso realista de dissecação da realidade tomou conta da segunda metade do século XIX perdurando até o início do século XX:

O esclarecimento dos tempos modernos esteve desde o começo sob o signo da radicalidade: é isso que o distingue de toda a etapa anterior da desmitologização. Quando uma nova forma de vida social surgia na história universal juntamente com uma nova religião e uma nova mentalidade, derrubavam-se os velhos deuses, juntamente com as velhas classes, tribos e povos. [...] O instrumento com o qual a burguesia chegou ao poder – o desencadeamento das forças, a liberdade universal, a autodeterminação, em suma, o esclarecimento – voltava-se contra a burguesia tão logo era forçado, enquanto sistema da dominação, a recorrer à opressão. [...] Atrelado ao modo de produção dominante, o esclarecimento, que se empenha em solapar a ordem tornada repressiva, dissolve-se a si mesmo. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 79-80).

O que os filósofos Horkheimer e Adorno (1985) consideram por etapa anterior do processo de desmitologização é justamente o período da *Renascença* ao longo dos séculos XIV e XV, pois ao atravessar os mares que dividam os limites do mundo conhecido pelos europeus colocam em ponto de refutação muitas das crenças, estórias e mitos que habitam o ideário do continente ao longo dos séculos. Mas, neste ponto há de levarmos a cabo a proposta dos autores, ou seja, no limite do enfretamento dos mitos a desconstrução de tal plantel simbólico acabará por atingir a própria natureza humana, e isto se mostra por meio das ações e discursos construídos na manutenção deste pensamento, como foi o caso da escravidão, da subjugação dos novos povos e a égide de ostentação do novo modelo econômico de produção que tomava forma nos idos do

século XVIII, nos primeiros passos do capitalismo industrial em sua marcha pela mais valia, assentada na esteira do ouro e gemas extraídos das minas americanas.

Dentro deste contexto do *Esclarecimento* é que está inserido os quadros situacionais das diferenciações regionais no território brasileiro, e apesar do arrefecimento de alguns aspectos do despotismo europeu – como citado no caso do Marquês de Pombal –, a pujança pelo domínio sobre os povos coloniais tomava mais corpo no coro iluminista do naturalismo e ecologismo, o que, inevitavelmente contrariava os posicionamentos regionais dos colonos, no enfretamento da ordem central da coroa portuguesa em relação à diversidade regional da população brasileira.

Deste modo, façamos então uma breve conceituação sobre as regiões e os regionalismos, para assim podermos exercer uma a ligação, no caso brasileiro, com as expressões simbólicas dos regionalismos no Brasil; e após esta conceituação a imbricação existente entre os conceitos de região e regionalismo nos dará um entendimento da importância e consequências dos movimentos regionais dissidentes, ocorridos durante os séculos XVIII e XIX no Brasil.

A origem latina do termo região (*regere*) nos ajuda a entender o porquê de sua utilização tão corrente, por exemplo, em órgãos estatais de gestão territorial. Dividir o espaço geográfico em áreas de características físicas ou sociais distintas funciona como um importante instrumento de gestão, facilitando a distribuição das ações políticas e um melhor rendimento e aproveitamento dos recursos naturais e humanos para os interesses do Estado e também para o mercado (SPOSITO, 2004).

Esta visão clássica da região enquanto unidade administrativa é defendida por (JOHNSTON, 1986) quando este avalia que há uma necessidade em se classificar as heterogeneidades espaciais por meio do agrupamento de características semelhantes entre áreas constituintes de uma totalidade geográfica: “As regiões são caracterizadas por uma homogeneidade quanto a características preestabelecidas, selecionadas em função de sua relevância no esclarecimento das diferenças de áreas” (JOHNSTON, 1986, p. 69).

Outro ponto importante sobre o conceito de região em sua formatação clássica é a apropriação de sua essência formativa nesta linha pelos aparelhos de Estado quando, por exemplo, por meio do exercício do poder para fins de proteção, salvaguarda ou servindo ao princípio de territorialização (KAIZER, 1980). Seguindo esta linha teórica chegaremos inclusive nos atuais estudos de planejamento regional, numa clara remodelagem do papel do Estado em sua atuação no território, normalmente

viabilizando esta tarefa por diferenciação de áreas para fins administrativos e econômicos.

Desta maneira a região enquanto conceito-chave do pensamento geográfico terá duas vertentes históricas de entendimento e análise: uma mais formal, ligada aos aparelhos de gestão territorial, e por isso mais próximos de agentes de regulação espacial, como o Estado e empresas com base na qualificação de características específicas de diferenciação de áreas para melhor efetuar sua divisão em unidades territoriais menores; e também haverá a interpretação deste conceito pelo viés mais ligado às tradições culturais das áreas habitadas pela sociedade.

Estas duas vertentes seguem o que Corrêa afirma quando enfatiza: “A diferenciação de áreas, resultante tanto de processos da natureza como sociais é a razão de ser da própria geografia como um saber dotado de uma relativa autonomia, constituir-se na base da possibilidade de se poder falar em região.” (CORREA, 1997, p. 191).

Neste mesmo percurso teórico de definição do conceito de região, Gomes (2008, p. 57) afirma que: “A região é uma realidade concreta, física, ela existe como um quadro de referência para a população que aí vive.” E o autor, ao fazer um percurso evolutivo do conceito de região, que vai do possibilismo francês à análise regional, acentua a importância do incremento da região enquanto fundamento social: “Consciência regional, sentimento de pertencimento, mentalidades regionais são alguns dos elementos que estes autores chamam a atenção para revalorizar esta dimensão regional como um espaço vivido.” (GOMES, 2008, p. 67).

Apesar de haver claramente entre o meio natural e os modos de vida das pessoas, as alcunhas dos determinismos ambientais, já se mostravam ultrapassáveis pela corrente geográfica francesa clássica, adicionando aos componentes físicos do meio a concreticidade das técnicas e a profundidade abstrata das representações simbólicas.

Até mesmo correntes geográficas mais próximas da crítica marxista admitem a ineficiência em se analisar o território e suas divisões regionais apenas por seu conteúdo material, ou quando muito pela sua resultante histórica decorrente da ação técnica do homem. Ao se debruçar sobre a dinâmica do espaço geográfico, todas as facetas de sua complexidade social devem ser levadas em consideração: “ao nosso ver, a questão a colocar é a própria natureza do espaço, formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade” (SANTOS, 2009, p. 106). O que o autor chama de “ações” neste caso pode ser expandido para a totalidade

concreta e simbólica das sociedades, englobando todas as suas nuances de desenvolvimento espacial e temporal.

E ao admitirmos esta totalidade concreta e abstrata como uma necessidade em qualquer análise geográfica, logo, os modelos de diferenciação regional, podem ser elaborados com base em acidentes geográficos; limites idiomáticos (por alteração completa da língua ou dialetos); por limitação de contato entre etnias, como foi o caso de diversos povos nativos na África e Américas; pela necessidade de controle de uma área por sua riqueza vegetal, mineral, ou animal⁴⁸, etc.

Mas, assim como foi apresentado, as linhas demarcatórias de limites regionais nem sempre respeitam a dilatação das práticas culturais para além destas fronteiras, fazendo com que as representações identitárias se dilatam no tempo e no espaço. Estas representações compunham esta ultrapassagem do físico pelo simbólico, ou melhor, da mescla de ambos na formação da totalidade da relação entre o homem e o meio, pois : “Cada região da terra tem uma alma sua, raio criador que lhe imprime o cunho da originalidade. A natureza infiltra em todos os seres que ela gera e nutre aquela seiva própria; e forma assim uma família na grande sociedade universal.” (ALENCAR, 2013a, p. 3 – grifo nosso). O próprio José de Alencar (2013a; 2013b) dissertaria magnificamente sobre estas diferenciações representativas do sentimento de pertencimento em relação à terra, assim o foi nas obras citadas no quadro 3.

Os regionalismos representam a multiplicidade de diferentes narrativas do espaço habitado. O autor procurou descrever as características da vida e cotidiano dos habitantes do Brasil, o gaúcho, o sertanejo e os nativos. A preocupação principal era de apresentar as virtudes de cada um desses grupos sociais, no seu modo de existência, ou conforme cita no primeiro capítulo em suas paisagens culturais, no caso do gaúcho no ambiente do pampa⁴⁹, no uso de mulas e cavalos, no toque da viola, na subordinação à cruz e à fé, etc. Vejamos o que o autor fala sobre o estancieiro gaúcho:

Um selvagem naquelas circunstâncias subiria ao cimo das árvores, para ocultar-se no mais basto da folhagem; mas nada separa um gaúcho de seu cavalo no momento do perigo: seria o mesmo que deceparem as pernas do centauro, e o reduzirem a um tronco mutilado. (ALENCAR, 2013a, p. 90 – grifo nosso).

⁴⁸ Como por exemplo, a criação da Capitania de Minas Gerais em 1720 por conta do ouro ou do Distrito de Diamantino em 1734 (BOXER, 2000).

⁴⁹ “O dorso da coxilha é o lombo do livro; as folhas espalmam-se de um e outro lado. Aí escreveram as armas brasileiras muita coisa admirável: grandes feitos, combates gloriosos, brilhantes painéis em rude tela.” (ALENCAR, 2013, p. 66).

De igual maneira e eloquência eram descritos os outros grupos de viviam no Brasil, como os já citados sertanejos, na ordenação do comboio⁵⁰, enfrentamento das dificuldades de vida no sertão e veredas: “A luta de um homem só contra o tirano das florestas brasileiras não era novidade: sabiam que o sertanejo afronta a onça e abate-a a seus pés. Se eles não o tinham feito, conheciam ou de fama ou pessoalmente mais de um caçador para quem essa proeza era divertimento” (ALENCAR, 2013b, p. 38).

As expressões literárias, e também nas representações artísticas por pinturas e gravuras como forma de representação dos aspectos regionalistas já existente no Brasil são um dos maiores exemplos de como as regiões em seus aspectos diferenciadores ultrapassam os aspectos físicos que as compõem. Para a grande população que habitava a colônia o que é verificado é a formação de traços de territorialidade, suas próprias maneiras de se relacionar com espaço, e por isso abarcam as trocas, o pensamento político, a técnica e as outras dimensões que engendram a relação espaço-tempo:

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está ‘intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar’. (HAESBAERT, 2005, p. 3).

Para Moraes (1986), Magnoli (1997) e Ianni (2004) esta construção da territorialidade está correlacionada ao entendimento conceitual do termo historicidade, ou seja, as formas pelas quais uma sociedade se faz perdurar no espaço, construindo sua própria história. Para estes autores, defensor de um posicionamento epistemológico mais próximo do marxismo, não há a possibilidade de se negar o papel da subjetividade na construção da materialidade.

No processo de valoração territorial pelos simbolismos social e historicamente estabelecidos é que no Brasil encontramos os diversos movimentos sociais contrários à ordem dominante. Tendo então como ponto de partida o que foi apresentado até aqui, de um lado a influência do idealismo neoclássico e romântico impulsionados pela evolução da racionalidade iluminista e por outro lado a conceituação geográfica do termo região e suas aplicabilidades teóricas.

Notavelmente que essas contribuições literárias trazidas como exemplo em autores do histórico literário compõem, de forma lírica, o que na vida diária da colônia e do império acabou tomando formas mais proximais de defesa destas distinções

⁵⁰ “O gado de várias espécies, que os primeiros povoadores tinham introduzido na capitania do Ceará, se propagara de um modo prodigioso por todo o sertão, coberto de ricas pastagens. Sucedera o mesmo que nos pampas do sul: as raças se tornaram silvestres, e manadas de gado amontado, que ainda hoje na província chama-se barbatão, vagavam pelos campos e enchem as matas.” (ALENCAR, 2013b, p. 12).

identitárias nas diversas paisagens brasileiras, mais especificamente nos movimentos revoltosos e revolucionários que tomaram maior corpo e intensidade a partir da segunda metade do século XVIII, nas disputas entre o poder central da coroa portuguesa em relação aos diferentes grupos que viviam no Brasil, fosse sertanejo, gaúcho ou indígena. E, ainda sobre esta *invenção* do espaço em sua potência simbólica, de acordo com suas particularidades paisagísticas, material e imaterialmente, Maia (2008) diz que:

A mobilização do espaço na produção de discursos sobre homens, culturas e sociedades guarda duas dimensões: por um lado, o espaço é variável determinante, como em boa parte do pensamento geográfico do século XIX, preocupado em classificar os meios físicos que pudessem produzir tipos específicos. Por outro lado, o tema espacial pode ser mobilizado por meio de metáforas e analogias, como fonte para a produção de imagens e comparações sobre o mundo social. Assim, noções como “deserto”, por exemplo, não significam exatamente um deserto específico, natural, passível de ser delimitado geograficamente, mas, antes uma imagem associada a esse tipo de experiência social. (MAIA, 2008, p. 24 – grifo nosso).

A dualidade do posicionamento da força do princípio de territorialização com a pulsão regionalista, que já configurada como uma realidade, por todo o Brasil era uma das principais características deste período de assentamento da diversidade simbólica e cultural presente em toda a extensão territorial brasileira.

Há uma dialética das diferentes formas de poder que se manifestavam na totalidade do território brasileiro. De um lado havia as diversas ocasiões de contrariedade ao poder central e do outro a própria corte nas batalhas e contenções destas insurreições. Sejam com vozes, símbolos ou armas, a presença destes movimentos é talvez uma das mais ricas fontes de estudos sobre a complexidade do apoderamento territorial no processo de formação do Estado nacional brasileiro no final do seu período colonial e em quase todo império.

A seguir temos duas pinturas que sintetizam estes momentos de conflitos regionais, no primeiro caso há a Batalha dos Guararapes (1648) envolvendo colonos holandeses e portugueses, ocorrida no atual município de Jaboatão dos Guararapes do estado de Pernambuco, e na segunda imagem há a Revolução Farroupilha (1835-1845) de caráter republicano e separatista, que chegou a originar a *República Rio-Grandense* em 20 de setembro de 1836:



Figura 29: *Batalha dos Guararapes de 1879* de Victor Meirelles
[Fonte: www.mnba.gov.br]



Figura 30: *Guerra dos Farrapos* (sem data) de Wash Rodrigues
[Fonte: www.pinacoteca.sp.org.br]

Podemos enquadrar os principais movimentos regionais brasileiros contrários ao poder centralizador da coroa portuguesa durante a totalidade do século XVIII e início do século XIX, são eles: Inconfidência Mineira (1789), Conjuração Baiana (1798), Confederação do Equador (1824), Guerra da Cisplatina (1825-1828), Revolta dos Malês (1835), Cabanagem (1835-1840), Sabinada (1837-1838), Balaiada (1838-1841), (FURTADO, 1991; HOLANDA, 1984; PRADO JÚNIOR, 2006).

Esta existência de tantos movimentos contrários ao poder central português é uma clara demonstração da incompatibilidade entre a governança real e imperial em relação à situação diária da vida dos habitantes do Brasil, seja pelas altas taxas na exploração do ouro, na imposição do não desenvolvimento de atividades econômicas afastadas do eixo de comando dos soberanos (primeiramente Salvador e depois Rio de Janeiro), ou então na própria situação de precariedade das condições de vida dos brasileiros. A diversidade do argumento para a ida às armas variava dos estáveis estancieiros gaúchos, passando pelos escravos muçulmanos alforriados de Salvador à população que vivia no Grão-Pará em suas cabanas às margens dos rios:

[...] a sublevação dos cabanos é um dos mais, se não o mais notável movimento popular do Brasil. É o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província, com certa estabilidade. Apesar de sua desorientação política, apesar da falta de continuidade que o caracterizava, fica-lhe contudo, a glória de ter sido a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva do poder. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 79).

E não só este movimento popular lembrado por Caio Prado Júnior (1979) teve sua devida importância na história do Brasil, como os outros já mencionados das diferentes partes do império, de Minas Gerais à Rio de Janeiro.

De forma direta e também indireta estes movimentos funcionaram como principal fonte propulsora das ações centralizadoras do Estado, principalmente no que tangia ao controle do território, minado por diferentes revoltas, insurreições e levantes dos mais diversos tipos movidos também pelos interesses mais diversos.

As revoltas, insurreições e revoluções eram a expressão da necessidade de adaptabilidade política e econômica frente às mudanças que o Brasil passava no período em questão. Por isto afirma Caio Prado Júnior “[...] a superestrutura política do Brasil Colônia já não correspondendo ao estado das forças produtivas e à infra-estrutura econômica do país, se rompe, para dar lugar a outras formas mais adequadas às novas condições econômicas capazes de conter sua evolução” (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 47).

Os símbolos destes movimentos ficaram fincados no percurso da formação espacial e temporal do Brasil. Muitas das nuances regionais atualmente espalhadas pelo território nacional originaram-se nestas manifestações políticas, bélicas e simbólicas de grande e ímpar valor historiográfico e geográfico, mesmo carecendo de um fundo referencial primário adequado proporcional a esta importância.

Nos próprios sinais heráldicos presentes em alguns estados do Brasil contemporâneo é possível verificar sinais de alguns destes movimentos de contrariedade ao antigo poder imperial brasileiro, permanecido em símbolos, cantos, datas festivas e arquivos de memória pública espalhados por todo território nacional.

A seguir temos um claro sinal desta força regionalista e cultural por meio de exemplos imagéticos de vexilologia, neste caso, com a República Bahiense, instaurada durante a ocorrência da Revolta de Sabinada, cujas cores e importância podem ser encontradas até os dias atuais nas referências heráldicas do estado da Bahia, o mesmo ocorrendo no segundo exemplo com a República Rio-grandense (ou República do Piratini), proclamada no movimento separatista da Guerra dos Farrapos no segundo reinado, também neste caso havendo a presença do brasão de armas, da flâmula, hino e todos os demais registros da memória de tais acontecimentos:

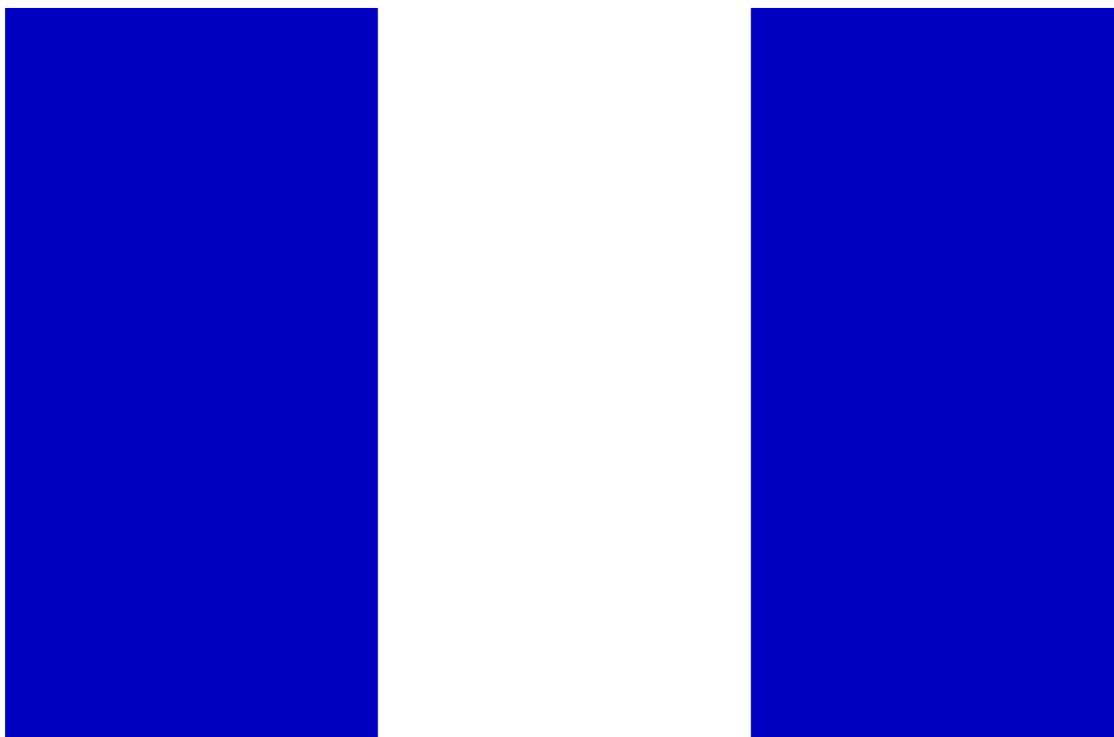


Figura 31: Bandeira da República Bahiense
[Fonte: www.bv2dejulho.ba.gov.br]



Figura 32: Bandeira da República Rio-grandense
[Fonte: <http://www.vexilologia.com.br/rs.html>]

Apesar dos brados destes milhares de dissidentes terem sido silenciados sistematicamente pela coroa portuguesa, o seu legado na história da formação territorial do Brasil será sua importância enquanto incitador da manifestação do poder real para manter a colônia indivisível, fazendo perdurar nas linhas de nosso percurso histórico o quanto relevante e fundamental foram as incitações de resistência e oposição contra a ordem dominante vigente em suas épocas.

Se voltarmos ao início deste capítulo da Dissertação, na imagem de Felipe dos Santos representado por Antônio Parreiras em meio à sua condenação frente aos crimes de insurreição contra o poder da coroa portuguesa podemos exercer uma reflexão já proposta por Buarque de Holanda (1958) em sua *Visão do Paraíso*, Rogata Gaudio (2007) em sua análise do edenismo na formação histórica e geográfica do estado nacional brasileiro e também por outros autores, que em síntese expressam a tese da perenidade do discurso edênico em diferentes momentos da história do Brasil.

No caso desta repartição de aprofundamento da argumentação vemos uma força centrípeta, de ação econômica, política e simbólica de difícil mensuração, ou seja, a descoberta, ou melhor, o início da exploração das riquezas da terra no Brasil, em conformidade com os mitos e histórias quinhentistas sobre a existência do Eldorado.

E de uma maneira ainda mais aprofundada observamos a intensidade escalar temporal e espacialmente diversificada de tal vetor geográfico e historiográfico na

constituição das principais características que viriam a se assentar como pilares formativos da nação brasileira, num movimento pendular entre a ideologia edênica historicamente estabelecida e as particularidades, aproximações e distanciamentos deste discurso no cotidiano rural e citadino, local e regional, nacional e mundial.

Por fim, fica evidente que no caso brasileiro houve uma disputa dúplice entre forças contrárias no decurso da história paralela entre a metrópole e colônia. Havia os interesses centrais dos nobres, aumentando seu poder de controle inicialmente com a fundação e renovação das companhias de exploração dos produtos agrícolas e seu transporte marítimo, e depois pelas iniciativas de regulação e fiscalização das novas descobertas metalistas no interior da colônia; ao mesmo tempo a cultura aristocrática da insurgente burguesia e também da própria nobreza fornecia o substrato para a construção de cidades, igrejas, influenciando desde artigos do vestuário até os materiais utilizados para confecção de artefatos de uso diário.

Por outro lado, os anos a fio num quase autônomo desenvolvimento social e econômico fez com que surgissem no Brasil expressões gentílicas de sutis traços culturais, étnicos, idiomáticos e também físicos. Já no século XVIII, é possível encontrar conforme nos lembra Ribeiro (1995) os primeiros indícios da proto-etnia brasileira em diferentes pontos do território colonial.

As regiões entendidas como recortes territoriais com especificidades físicas ou sociais foram e continuam sendo um importante instrumento de gestão estatal, e também contribuem para a ação de diversas iniciativas privadas para com o espaço geográfico (CLAVAL, 1979). No Brasil, desde a fundação das primeiras capitânicas hereditárias até o decreto de elevação da colônia ao título de vice-reinado houve posturas de gestão espacial por parte da coroa portuguesa para com o território colonial, ora com um teor descentralizado – quase terceirizando as ações, ficando ao seu encargo apenas a chancela da ordem jurídica dos capitães e coronéis –, ora centralizando ao máximo o poder nas colônias, mobilizando o máximo de recursos bélicos e humanos para isto, enfrentando crise, dizimando revoltosos e mantendo a unidade do poder do Estado na indivisibilidade do território.

A interação assimétrica do poder (CLAVAL, 1979) entre os insurgentes colonos e os nobres metropolitanos em conjunto com o anacronismo técnico (FURTADO, 1991) e a contrariedade cultural entre as classes dominantes e subalternas (CITELLI, 2004) darão a todo território brasileiro, sua população, trocas comerciais, quantidade de cidades e curso histórico, um novo rumo.

É em meio a este turbilhão de acontecimentos históricos e geográficos que o Brasil percorrerá o século XIX, prosseguindo à risca a continuidade de estruturas políticas e sociais, reverberando a sua condição de uma eterna promessa para o discurso progressista, mas sem fazer valer as mínimas pretensões para o alcance de um avanço técnico e tecnológico para os habitantes do recém-independente país.

Ao mesmo tempo será assistido nos meios acadêmico e político os primeiros indícios de projetos para construção e legitimação de uma identidade nacional; tais aspectos identitários serão selecionados com base em ditames históricos, culturais e econômicos, ligados às instituições estatais e aos interesses ideológicos das classes dominantes. Este será o panorama no qual o Brasil irá atravessar o século XIX, desencadeando em sua entrada republicana no século XX, perdurando ideias míticas, discursos dominantes, fossos sociais entre as classes e novos desafios para a população.

2ª PARTE – O IMPÉRIO E A REPÚBLICA



Figura 33: Terceiro Patamar e Viaduto da Grotta Funda, 1920

[Fonte: www.abpfsp.com.br/ferrovias.htm]

“A máquina, arfando em carreira vertiginosa, arrastando o tender, arrastando a longa cauda de carros, triunfante, rumorosa, sobe, galga, vence, domina, salva o declive áspero, rola em terreno plano. O ar torna-se mais fino, mais úmido, a luz mais viva, mais mordente. À esquerda, rápidas, como que levantadas, emergidas subitamente, alteiam-se montanhas, visos, picos, paredões, agruras, despedaçamentos de cordilheira. À direita, em anfiteatro pelo dorso escalavrado de uma eminência, casebres miseráveis; sobre o rechano uma igrejinha rústica, desgraçada, mal feita, com três janelas, com dois simulacros de torres, a picar de branco o céu azul e o escuro da mata. É o alto da serra.” (A Carne, Júlio Ribeiro, 1972, p. 97).

Durante o decorrer do século XIX houve o que nós podemos chamar de os primeiros ‘embates’ entre o maquinário, provindo da revolução industrial do século anterior, com a imensidão da riqueza territorial e natural do Brasil. Neste contexto a figura onde vemos uma ferrovia atravessar uma região de serra é muito sugestiva, pois, em uma só imagem vemos elementos da época a qual a mesma se refere, ou seja, a linha férrea cortando os mares de morros da então floresta atlântica, a vila com a estação de onde parte os trilhos numa já alteração da concentração humana do Brasil em direção às cidades sede das fazendas de café, e estas últimas é claro representadas indiretamente pelos vagões que subiam a serra com insumos para as lavouras e retornavam para os portos, carregando aquele que seria o produto responsável por toda a dinâmica territorial e econômica do Brasil de meados do século XIX até o início do século XX. O

que antes já havia sido alcançado pela presença humana, neste caso, em relação às cidades e as vilas localizadas nas regiões serranas do litoral brasileiro, agora eram fortalecidos pelo acréscimo da força da máquina cortando a mata e escavando a rocha, dando uma nova mistura relacional entre o humano, o natural e o artificial, um sinal daqueles tempos. “E ainda inserida nesta totalidade situacional está a obra ‘A Carne’” de Júlio Ribeiro datado em 1888 e citada em conjunção à imagem escolhida, que expressa de maneira singular um dos principais fatos deste período que foi a escalada do café em seu papel de protagonismo na economia imperial e no início da república, trazendo em sua esteira a necessidade do amparo técnico subjacente a tal cultura agrícola, e neste caso, há a presença pujante das ferrovias, que, com a força dos seus trilhos e vagões tinham como principal missão ultrapassar os obstáculos do relevo e da flora que eram vistos como principais desafios a esta nova fase do Estado nacional brasileiro, ou seja, o de enfretamento de sua riqueza edênica, sublime sim, mas, que na relação com a presença da força técnica se mostrava com toda a sua imponência enquanto barreira aos interesses dos barões e investidores da fase cafeeira. Dois principais aspectos deste período podem ser destacados, em concomitância com a riqueza lírica da citação de Júlio Ribeiro e imagética da figura que abre o capítulo, são eles: 1) o império, a técnica e a natureza: O Brasil caminhava em passos largos no que se referia à chegada de novas técnicas para o aumento da fluidez do território durante os dois reinados, este cenário deveu-se principalmente pela detecção do atraso técnico e científico no qual se encontrava o então império frente aos países europeus e até mesmo em comparação com outros países americanos como Paraguai, Argentina e Uruguai. No entanto, esta investida técnica ficaria restrita ao interesse produtivo e econômico daquele tempo, ou seja, a produção de café, e nisto se enquadra a chegada das primeiras ferrovias, que, em discurso traziam consigo a potência da tecnologia como doutrinadora da natureza selvagem da imensidão brasileira, mas que na prática se configurou apenas como um marco pontual de instalações estruturais, com vistas a fomentar o escoamento da produção cafeeira, não almejando assim maiores ambições no que tangia a sua extensão territorial ou fins de locomoção da população pelo Brasil, mas, de qualquer modo, não é possível negar o papel ativo dos trilhos, vagões e da discursividade técnica deste período de nossa história, ainda mais por sua peculiar ligação com o edenismo, visto agora pelo plano da doutrinação técnica e científica necessária para o progresso, sendo a natureza o obstáculo de tal objetivo. 2) A visão de aventureiros e viajantes sobre enfrentamento e deslumbramento da natureza selvagem: influenciados principalmente pelo movimento iluminista, de discussão dos dogmatismos

religiosos e do desvelamento da sublimação da natureza, muitos aventureiros e viajantes vieram ao Brasil e às Américas, munidos de tal ímpeto ideológico da época, em busca das características destas novas terras, e, mais que isto, deram as bases do que viriam a ser os pilares do pensamento geográfico do fim da modernidade no século XIX, com bases em suas descrições, representações imagéticas, deslumbramentos e explicações sobre a riqueza vista no paraíso terreal no que dizia respeito aos fins do pensamento racional, comercial e industrial da exploração de tais riquezas edênicas. E esta visão viria a se tornar o estandarte da política e economia dos primeiros governantes brasileiros do período republicano, mais incisivamente no período getulista, pois com a reafirmação da ufanía edênica pelo viés racionalista pela busca do progresso, agora era necessário enfim enfrentar o lado obscuro do mito do paraíso atlântico, que era a feição da natureza e sua imensidão enquanto tirantes impeditivos da modernização do Brasil no início do século XX. Assim o foi nas primeiras décadas de 1900, em movimentos exploratórios nos interiores do país no cerrado e floresta amazônica – seguindo a herança dos predecessores aventureiros europeus doutros séculos –, tendo como pano de fundo os discursos e ações militares, científicas, políticas e econômicas, na formação de uma verdadeira ‘corrida para oeste e norte’ mas agora com o intuito de subjugar a exuberância do gigantismo natural perante a força do imperativo do furor ordenatório, progressista e racional, – conforme emanava da bandeira da recente república americana – que tomava conta do mundo durante a exploração da segunda revolução industrial, que pulsava direta e indiretamente nos quatro cantos do globo.

CAPÍTULO 3: ATRASO TÉCNICO, VIAJANTES E AVENTUREIROS: FACES DO ENFRENTAMENTO DA NATUREZA SELVAGEM

O exame efetuado no capítulo anterior sobre a evolução do pensamento a respeito do que seriam os aspectos formativos da identidade brasileira expôs algumas questões de alta relevância analítica, dentre as quais podemos lembrar a dialética de forças entre o poder central metropolitano e a pulsão regionalista visível por seus registros nas obras literárias e movimentos dissidentes; a instauração de uma nova dinâmica territorial pautada no direcionamento econômico às Minas Gerais e também no novo cerne político após a transferência da capital para a cidade de Rio de Janeiro; e é claro o ápice deste período de grandes transformações no Brasil que será a vinda da família real lusitana em 1808 (HOLANDA, 1958; 1984; PRADO JÚNIOR, 2006).

Neste momento do trabalho será explorada uma nova modalidade no que se refere ao discurso ufanista em relação às riquezas naturais do Brasil. Conforme exposto anteriormente, num primeiro momento houve uma situação de contemplação e sublimação – como no caso da busca pelo eldorado –, fortalecidas pela imagem espacial onírica europeia concretizada na chegada às terras americanas (IANNI, 2004; PENNA, 1974); depois há um período – e podemos abrangê-lo a toda a América – de exploração, ou seja, da posse da terra, de fazer do espaço (re) descoberto um território, ficando os traços de regulação por meio do poder real ao qual a colônia estava submetido. No caso brasileiro tal cenário se verificou especificamente com maior latência de observação durante o período da franca exploração aurífera nos interiores da colônia (CASTRO, 2005; MORAES, 2005; RANGEL, 1981).

A alteração do status político do Brasil em sua elevação inicialmente a Reino Unido, depois à Vice Reino, já no final do período aurífero, e por fim em seu processo de independência trará profundas mudanças ao país (HOLANDA, 1969; RICÚPERO, 2008). No que tange ao nosso interesse de natureza geográfica, a principal característica desta fase será uma nova roupagem ao ufanismo edênico, ainda contemplativo, mas se manifestando muito mais como um princípio de dominação sustentado pela necessidade de um avanço técnico no trato com espaço geográfico, (re) produzindo-o e alterando-o, numa relação dialética entre o natural, as formas espaciais pretéritas e as novas estruturas construídas (MORAES, 1999; 2005).

Algo a ser destacado é justamente esta nova relação entre o homem e o meio que o circunda. No decorrer do século XIX isto ficará mais claro devido às ondas nacionalistas europeias, em especial na Alemanha e Itália, que gerará a elaboração de teorias filosóficas, históricas, sociológicas e geográficas, cuja principal palavra de ordem será o *domínio* ou *dominação* da natureza (DOMINGUES, 1991; CASTRO, 2005, MIYAMOTO, 1995, MORAES, 2005). Atrelado à ideia de dominação farão coro as ideias de *conquista*, ou seja, não basta mais apenas a posse de extensas terras, como o foi nos primeiros três séculos de colonização, há de se fazer valer a presença deste poder (BASTOS, 1939; DEFFONTAINES, 1952; MONBEIG, 1949; NASH, 1926).

E ainda na esteira da obsessão dominadora e conquistadora soma-se por fim a aclamação progressista, alimentada pelo sonho da missão histórica do ser humano no domínio sobre a Terra. As teorias gerais do pensamento deste período, de diferentes maneiras sustentaram o ideal histórico da flecha do tempo, do presente fugidio e do arauto da secularização da *epistème* no eco da racionalidade como via de acesso a este progresso (DOMINGUES, 1991; HESSEN, 1980; FOUCAULT, 2008).

Na Geografia este cenário do século XIX será mais visível no nascimento de algumas das primeiras contribuições teóricas de natureza geopolítica, nutrida pela visão determinista. Nas outras áreas ver-se-á um retorno às antigas proposições de preponderância étnica numa concepção desnivelada da situação técnica dos povos, enquadrando-os desta maneira em diferentes estamentos civilizacionais (EAGLETON, 2005). Uma nova modulação de entendimento do conhecimento como via de acesso ao poder entra em cena, no caso geopolítico, claramente visível no Brasil Imperial, isto se mostrará numa melhor apuração delimitativa das fronteiras; na execução de guerras a possíveis ameaças externas; e principalmente no aumento significativo de organizações, grupos e instituições responsáveis por angariar informações a respeito do território. O discurso contemplativo dá lugar à palavra de ordem da dominação não apenas pela exploração desenfreada, mas pela implantação técnica de transformação do espaço (CARVALHO, 2003; CASTRO, 2005; MYAMOTO, 1995; STEINBERGER, 1997).

Deste modo havia um cenário distributivo das vias de fluidez territorial influenciando; o incentivo às expedições científicas para avanço do conhecimento dos aspectos sociais e naturais do território; a crise do sistema político monárquico arcaico para uma república tardia e retrógrada nos aspectos técnicos; o surgimento das primeiras iniciativas de um pensamento geográfico incipiente e genuinamente brasileiro; e a permanência das velhas formas de pensamento a respeito do Brasil em sua permanência no ideário mítico da destinação providencial.

3.1 Os reflexos territoriais do anacronismo imperial e republicano

Nos dois capítulos iniciais foram tratadas questões referentes aos panoramas simbólico e estrutural do Brasil em seu período colonial, indo desde o imaginário europeu da recompensa secular do paraíso terreno à concretização da volúpia pela tardia descoberta do ouro no interior do atual estado de Minas Gerais.

Assim como foi apresentado, já era possível serem visualizadas na colônia demonstrações de uma rica cultura popular arraigada a aspectos religiosos, como foi o caso da arquitetura barroca, como exemplo de uma expressão artística de fronteira – a mescla entre a opulência aristocrática expressa nos adornos eclesiásticos e a simplicidade material e abrangência simbólica de alto alcance das obras populares em madeira e pedra (BOSI, 1992; PEREIRA, 1997) –, e também nas inúmeras insurgências principalmente literárias de cunho valorativo das principais características regionais presentes em todo território brasileiro como na primeira geração dos românticos (CANDIDO, 1989; CITELLI, 2004).

Estes acontecimentos culminarão na complexa passagem do século XIX para o século XX, onde ficarão explícitas questões de alto teor analítico para compreendermos alguns dos rumos tomados pelo Brasil. A começar pelo processo de independência, no qual, de ruptura houve apenas o sentido retórico, perdurando a continuidade do poder central por parte dos dois imperadores Dom Pedro I e Dom Pedro II – havendo inclusive importantes situações de embates bélicos em ambos os governos contra seus dissidentes ou contraditores. Concomitante a este período será assistido o processo de renovação agrícola, fornecendo mais um fôlego à já secular classe latifundiária brasileira (BRASIL, 2008). E por fim novos apelos surgirão, em especial, no quesito social, por parte de literatos, artistas, lideranças regionais, políticos e clérigos; estes apelos culminarão na inevitável pressão interna e externa pela abolição da escravatura, no rompimento político com os descendentes da família portuguesa e a fundação de um regime republicano (em tese renovador) e na vigente e temerária situação de anacronismo técnico, cada vez mais efusiva em todos os níveis produtivos e aspectos da economia brasileira (HOLANDA, 1969; PRADO JÚNIOR, 2006).

Iniciemos, pois, nossa reflexão partindo do panorama situacional no qual se encontrava o Brasil durante seu período imperial, marcado pelo processamento lento e faseado em direção à independência do país e também pela renovação econômica trazida pelas lavouras de café no sudeste do país (FURTADO, 1991). Após este caráter introdutório será dada uma atenção especial ao panorama técnico do território brasileiro

no período imperial, e as iniciativas políticas para a reversão de tal quadro. Desta propensão à tecnificação do Brasil é que emergirá a grande quantidade de expedições científicas, principalmente de caráter naturalista. E por fim, o ponto de discussão se voltará às aspirações culturais visíveis na produção literária e na iniciação de uma tradição geográfica brasileira com base na Geografia francesa.

Todo o processo vivido pelo Brasil no início do século XIX possui peculiaridades históricas incomparáveis internacionalmente. De início podemos levar em consideração a surpreendente ação de fuga da família real para sua colônia maior, contando para tal empresa com o total e irrestrito apoio inglês – posteriormente retribuído com calorosos beneficiamentos comerciais. Também é digno de ser destacado o processo de independência do Brasil, que surge como um projeto de união constitucional entre colônia e metrópole e acaba tendo como resultado a separação umbilical de ambos, apesar de ainda permanecer em solo brasileiro o herdeiro da coroa portuguesa (BRASIL, 2008; FURTADO, 1991; HOLANDA, 1969).

A partir do momento em que a trupe reinol atraca no litoral carioca uma nova fase de implicação técnica ocorre no Brasil. As preocupações do então primeiro príncipe – em situação de regência desde 1799 – ao trono lusitano Dom João VI, serão de imediato tomar iniciativas burocráticas de viabilização da retomada comercial, manufatureira e estrutural para com a colônia, além da ascensão política e estatal do Brasil devido à transferência da corte (NOVAIS, 2000; RICÚPERO, 2008).

Tais medidas podem ser agrupadas cronologicamente pela *Carta Régia de 28 de janeiro de 1808*, que eliminava o secular pacto colonial com a abertura dos portos às *potências e nações amigas*; a revogação do *Alvará de 3 de dezembro de 1785*, emitido por D. Maria I, que proibia a existência de qualquer produção de natureza manufaturada em território colonial (apesar de que isto não beneficia o Brasil diretamente, pois o *Tratado de Comércio e Navegação de 1810*, resultado de negociações bilaterais vigentes desde 1808, privilegiava explicitamente a entrada de produtos ingleses frente aos demais estrangeiros e aos de Portugal); ascensão do Brasil da condição de vice-reinado a reino autônomo em *16 de dezembro de 1815*, com o título de *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*⁵¹.

Em especial no *Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas de 1808*, o que há de fato é a derrocada do sistema pactual da colônia com sua metrópole, isto, ao longo prazo, levaria a inevitáveis turbulências políticas que resultariam no processo de

⁵¹Para visualização de amostras destes documentos históricos em seu formato original ver: <www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt. > Acesso: 08 dez. 2012.

independência: “No Brasil, um desenvolvimento linear e irreversível marca a passagem do sistema anterior para o dos direitos preferenciais e a consolidação deste último: a carta régia desfecha o golpe mortal no monopólio.” (RICÚPERO, 2008, p. 18)

A desvinculação entre colônia e metrópole, fará com que a primeira passe a seguir seus próprios rumos. O pensamento do período imperial – e aqui se incluía fase regencial do mesmo – seguirá os ditames do curto período de mando de Dom João VI, o foco de ação política dos governantes será a unidade de centralização do poder da nobreza e a continuidade do incentivo econômico a produtos de origem agropecuária ou de extração natural – haverá a transferência do ciclo da cana-de-açúcar pelo período cafeeiro, e no minguar das remanescentes jazidas de ouro a atenção se voltará à extração da borracha na floresta amazônica (PRADO JÚNIOR, 2006).

Apesar da concessão de liberdade produtiva de itens manufaturados fornecida em 1810, em nenhum momento o foco dos mandatários imperiais e também representantes agropastoris será o desenvolvimento técnico de ordem industrial, que já se espalhava por outros países além das ilhas britânicas, como Itália, França, Japão e Estados Unidos (HOLANDA, 1969; RICÚPERO, 2008).

Mantendo então o seu foco produtivo no setor primário o Brasil caminhava para seu próprio curso histórico apartado de Portugal. No entanto, entrará em cena o processo de independência do mesmo. Em termos gerais podemos entrelaçar alguns fatores que delinearam tal acontecimento. Já desde 1799 o então príncipe regente D. João Maria de Bragança recebia pressão por parte da corte portuguesa para assumir o lugar de sua mãe D. Maria, e principalmente após sua coroação em 1816. A fuga para o Brasil corroborou para o aumento da divisão entre apoiadores e detratores da equalização entre a colônia e a metrópole (BRASIL, 2008).

A Revolução do Porto de 1820 foi o ponto limite onde o rei português retorna para a Europa. Por fim, em motivo da grande pressão da aristocracia brasileira – principalmente localizadas nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo – para que houvesse o desligamento do país de Portugal e que fosse proclamada a independência, tal fato acaba por se concretizar em 7 de setembro de 1822, sendo então D. Pedro I nominado em 12 de outubro de 1822 Imperador do Brasil (BRASIL, 2008; HOLANDA, 1969; RICÚPERO, 2008). Este fato foi uma das tentativas brasileiras de entrar no ritmo da história, tornando-se independente e procurando se alinhar aos discursos libertários das revoluções burguesas do final do século XVIII. Tal pretensão não se consumaria

durante todo o século XIX: “Em 1822 o Brasil não conseguiu entrar no ritmo da história.” (IANNI, 2004, p. 13)⁵².

Esta breve recapitulação histórica se faz necessária para que possamos nos localizar em relação à importância deste fato ao Brasil. Esta peculiaridade deve-se à imediata condição de litígio e situações belicosas passadas pelo novo Imperador logo após sua proclamação de independência (ANTUNES, 1978; CASTRO, 2005; MORAES, 2005; MORAIS, 2004).

Também foram designadas diversas condições monetárias para que a apartação se finalizasse, e, além disto, houve pontos de resistência à independência no nordeste e era preciso levar a notícia da nova condição política aos quatro cantos do país. A Inglaterra aparece neste momento como principal financiadora do processo de independência do Brasil, fomentando os custos e apoio bélico ao novo imperador. E esta dependência numa “troca” de uma metrópole direta (a portuguesa) para uma indireta, representada pelos ingleses, é um dos principais pontos de atenção deste período:

Nenhuma nação se emancipa comprando a sua independência a peso de ouro, e nem o seu governo é cedido em legado, como aconteceu no Brasil, e por este fato pode-se chamar a D. Pedro I, fundador do Império, que a Nação o comprou “ignominiosamente” por 2 milhões de libras *esterlinas*!?! (MORAIS, 2004, p. 304).

No mais, cabe lembrarmos que o já citado anteriormente princípio de territorialização (BASTOS, 2008, CASTRO, 2005) se fez presente nos primeiros anos do Brasil independente. Os conflitos armados foram comuns e numerosos: “O reinado de D. Pedro I foi de lutas, de calamidades, de dissipações e de desastros. A corrupção governamental e a dissipação das rendas públicas, e servilismo, foram inaugurados neste reinado.” (MORAIS, 2004, p. 307). Podemos citar como exemplos destes conflitos: A Confederação do Equador (1823-1824), A Guerra da Cisplatina (1825-1828) e a Revolta dos Mercenários (1828).

A disputa pelo poder e os interstícios políticos pela legitimação, jurisprudência e exercício deste poder no período imperial no Brasil foi algo perene até a coroação de Pedro de Alcântara, primogênito de D. Pedro I, como segundo imperador. Os conflitos continuaram, na regência e no decorrer da segunda metade do século XIX.

⁵² Uma das mais interessantes obras literárias do século XIX sem dúvida é *Flatland: a romance of many dimensions* (1881), de Edwin Abbot. Nesta história em tom já vanguardista o autor relata a questão de uma organização social de evolução linear, do ponto, à linha, chegando nas formas planas e por fim nas estruturas tridimensionais – com forte influência positivista, de uma alternância entre cada nível em direção ao estágio completo de neutralidade e auto-suficiência racional –, acaba por ser um claro sinal dos tempos, ou seja, a intensa busca pela superação das condições presentes, seja pela razão ou pela técnica.

Conforme nos lembram Prado Júnior (2006), Ricúpero (2008) e Holanda (1969; 1984), entre a independência e as primeiras décadas do segundo império tivemos talvez o período politicamente mais instável da história do Brasil; conflitos estouravam em toda extensão do território por motivos que variavam da reivindicação de independência separatista como a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul (1835-1845), por afirmação religiosa, como o caso da Revolta dos Malês, na Bahia (1835), e contrariedade às condições sociais de trabalho do operariado das lavouras cafeeiras na Fazenda de Ibicaba, em São Paulo (1857).



Figura 34: Bandeira do Império do Brasil
[Fonte: <http://www2.camara.leg.br>]

Nesta bandeira do Brasil podemos observar um esboço do que viria ser a nossa atual bandeira. Um dado interessante sobre tal representação é que a raiz de suas cores estava ligada principalmente à ascendência das famílias reais de D. Pedro I⁵³, característica esta mantida no modelo republicano contemporâneo. No entanto, com a continuidade das formas geométricas e cores até a atual bandeira nacional tais cores com o acréscimo do azul acabaram por tomar um significado popular de ligação com as

⁵³ “A simbologia desta bandeira se fundamenta nas cores escolhidas e proclamadas pelo próprio D. Pedro I, o verde e o amarelo, “a riqueza e a primavera eterna do Brasil.” A cor verde estava desde o tempo da Revolução Portuguesa de 1640 na história lusa, marcando o início da dinastia de Bragança da qual Pedro de Alcântara era herdeiro; o amarelo deveu-se à Casa de Habsburgo-Lorena, família imperial da Áustria, através de D. Maria Leopoldina, esposa de D. Pedro I e filha do Imperador Francisco II. Convém citar que a forma de losango, desde o tempo de D. João I de Portugal, estava ligada às Armas das Damas, pois este formato era utilizado como suporte dos brasões femininos; o escudo com esta configuração era chamado de escudo feminino.” (SEYSSEL, 2006, p. 87).

características naturais do Brasil, verde as florestas, amarelo o ouro e o azul o céu, com a adição das estrelas e constelações do céu.

O Império brasileiro teve duração de mais de oito décadas (1822-1889), e durante este período houve fatos e situações históricas que nos possibilitam homogeneizá-lo enquanto continuidade dos ditames sociais, econômicos e políticos da fase precedente, ou seja, centralização do poder político, economia baseada na produção agrícola, forte influência cultural europeia – especialmente os cenários artístico inglês e francês – e insurgências sociais contrárias aos imperadores (D. Pedro I e D. Pedro II) ao longo de suas figurações à frente do comando governamental no Brasil. A diferenciação principal entre os dois períodos serão as implementações tecnológicas a partir de meados do século XIX, como as ferrovias e os telégrafos (BASTOS, 2008; BRASIL, 2008; FURTADO, 1991; PRADO JÚNIOR, 2006).

Dos fatos mais notáveis passíveis de análise na segunda fase do período imperial brasileiro podemos destacar também o grande desenvolvimento rural no sudeste, isto na segunda metade do século XIX por meio da instauração da produção cafeeira com suas altas taxas de importação, e o declínio do regime escravocrata, em parte devido à pressão internacional, onde o cenário já era de superação do uso da mão-de-obra escrava, e internamente houve importantes iniciativas provindas da parcela letrada da população apresentando posicionamento contrário ao modo de produção escravista vigente no país havia quase quatro séculos, sendo inclusive o último país americano independente a conceder liberdade aos seus escravos (BASTOS; BASTOS, 2007). Sobre o avanço da produção agrícola no período imperial temos que:

Dois fatos (aliás, intimamente relacionados) a constituem; um de natureza geográfica: é o deslocamento da primazia econômica das velhas regiões agrícolas do Norte para as mais recentes do Centro-Sul (o Rio de Janeiro e partes limítrofes de Minas Gerais e São Paulo). Outro é a decadência das lavouras tradicionais do Brasil – da cana-de-açúcar, do algodão, do tabaco –, e o desenvolvimento paralelo e considerável da produção de um gênero até então de pequena importância: o café, que acabará por figurar quase isolado na balança econômica brasileira. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 157).

Em contraposição à dinamização econômica necessária e urgente, por conta da decadência dos antigos produtos comercializados no Brasil, havia o posicionamento mantenedor por parte de D. Pedro II de sua condição totalitária frente aos assuntos políticos do império (BRASIL, 2008; HOLANDA, 1969; MORAIS, 2004). Apesar de haver-se instaurado em 1847 o regime parlamentarista, havia desde a Carta Magna de 1824 a presença do Poder Moderador, colocado acima da tríade jurídica formada pelo

Legislativo, Judiciário e Executivo, e garantidor de toda a potência ordenatória dos mandos e desmandos do monarca brasileiro:

O Poder Moderador é a chave de toda organização política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante [com atribuições amplas e em alguns casos, majestáticas], para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos demais poderes políticos. (BRASIL, 1824, p.3, grifo nosso).

A defesa do centralismo do Poder Moderador era aquiescida veementemente por José de Bonifácio, um dos preceptores de D. Pedro II, e importantes autores como José de Alencar (1997) em seu *Systema Representativo* de 1868 reiterava a importância da neutralidade do Poder Moderador acima dos outros poderes (BRASIL, 2008). Em contrariedade a este centralismo havia a Escola de Recife, da qual fizeram parte nomes como Capistrano de Abreu (1853-1927), Graça Aranha (1868-1931) e Silvio Romero (1851-1914), tendo como um de seus expoentes Tobias Barreto (1839-1889); outro importante fomentador de ideais republicanos foi Tavares Bastos (1997), como se nota em sua obra de 1870, *A Província*, quando declama: “Longe vão esses tempos belicosos em que fora a unidade garantia da independência, condição da força e grandeza. Una e indivisível parecia então dever ser a própria república.” (BASTOS, 1997, p. 31).

O período do segundo Império nos apresenta uma gama considerável de importantes elementos, políticos e econômicos, que juntos fornecem o núcleo necessário para uma análise a respeito da maneira como o pensamento da época se comportava em relação ao Brasil. De um lado há a manutenção da grandeza edênica, agora desconfigurada de seu romantismo e vista como obstáculo hostil frente à corrida pelo progresso; e do outro a imposição centralizadora da cultura aristocrática na figura do imperador em postura de obsessão pelo ingresso do Brasil no plantel dos principais países do cenário mundial do século XIX:

O país parece enveredar pelo caminho da ruptura. E quanto mais as coisas se fragmentam, mais a elite brasileira, bem como o sistema político no seu todo, parecem tomados por uma exasperação que Bosi chama de “obsessão do descompasso”, aquela que mede a distância entre Brasil e as sociedades capitalistas avançadas. Tal obsessão domina a mente de economistas, políticos, homens de mídia, empresários e professores universitários, expressando-se como a síndrome da modernização. A modernização é necessária, urgente e crucial; numa palavra: a salvação. (SANTOS, 1998, p. 23, grifo do autor).

Juntamente com a obsessão modernizadora o ufanismo edênico perpetuado pelos românticos renovava-se, fortalecendo os objetivos de dominação e conquista presentes no naturalismo da época. Nas palavras de Afonso Celso em seu livro *Porque me ufano do meu país* de 1881: “Devem ter ufanias os filhos de uma terra assim dotada. O belo é a

fonte essencial do amor. Amemos apaixonadamente o Brasil, pelas suas lindezas sem par. A riqueza do Brasil é proporcional à sua extensão e à beleza: extraordinária.” (CELSO, 1997 p. 62-63).

E ainda segundo o próprio autor sobrevinha à necessidade do ufanismo a disposição divina de nosso destino: “Somos filhos de um bondoso, sadio, robusto colosso. Refere a Bíblia que Saul foi proclamado rei, por ser mais alto que todo o seu povo do ombro para cima.” (CELSO, 1997, p. 31). Também vemos tal sublimação hiperbólica em Maria Graham em seus diários datados de 1824: “Se o embaixador de Nápoles que disse a Jorge III que a lua de seu país valia o sol da Inglaterra tivesse estado no Brasil, eu quase poderia perdoar a hipérbole.” (GRAHAM, 1990, p. 237). E o mesmo discurso de surpresa há em Louis Agassiz (2000), em 1868, quando este relata incrédulo quanto à grandeza dos rios amazônicos em suas profundidades colossais.

No pensamento da segunda metade do século XIX haverá a influência de movimentos literários e de viés filosófico fortemente influenciado pela harmonização do ser humano para com seus iguais e também no ambiente em que vive⁵⁴, em destaque há o grupo formado pelos socialistas utópicos, formado por Charles Fourier (1772-1837) Saint-Simon (1760-1825), Louis Blanc (1811-1882) e Robert Owen (1771-1858). Há outras obras paradigmáticas deste período, como *Moby Dick* (1851), de Herman Melville e *Caninos Brancos* (1910), de Jack London, que nos ajudam a compreender este panorama de reverência sublime à natureza, ao mesmo tempo em que são externados os desejos de domínio frente a tal hostilidade selvagem. No primeiro caso há o embate pela vida, enquanto que no segundo há o ato de domaçaõ do ser selvagem⁵⁵. Nas palavras de Eagleton (2005) consuma-se a ideia de civilizar a criatura hostil; são diferentes pontos de vista em relação ao embate entre o homem e a fera, uma herança romântica entre o sublime e o monstruoso (CITELLI, 2004; HUGO, 2007).

A questão colocada é: de que maneira é possível observarmos esta contraposição entre o dantes romântico para o agora realista e naturalista posicionamento frente às riquezas do Brasil? E a resposta a tal questionamento será a ciência, ou seja, o conhecimento e a técnica, a construção prática da instrumentação tecnológica necessária para se fazer real o sonho da conquista e a concretização do domínio das desafios da

⁵⁴ Na literatura haverá os movimentos simbolista e parnasiano que se contraporão ao realismo, naturalismo e influências do positivismo e determinismo do final do século XIX (CHAUÍ, 2003; HESSEN, 1980).

⁵⁵ Para mais especificidades sobre as obras ver MELVILLE, H. *Moby Dick or The Whale*. In: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/pp000028.pdf>>. Acesso em: 15 de nov. 2012; e LONDON, J. *Caninos Brancos*. São Paulo: Martin Claret, 2012.

natureza frente à vontade e razão humana⁵⁶: “Em geral, dentro da nossa cultura, a Ciência é responsável pelo desenvolvimento e manutenção dos conhecimentos sobre a natureza e a vida, suas leis e sua lógica, e a Tecnologia cuida de seus usos.” (VIDAL, 1988, p. 71). O fator técnico será o diferencial. Era preciso dinamizar o território, propiciar condições para que o desenvolvimento da economia se transformasse, pois os períodos de glória da extração aurífera há muito haviam se esgotado e a concorrência na produção da cana-de-açúcar com as Antilhas era um fato inegável (ANTUNES, 1978; MORAES, 1986).

Analisemos, portanto, a profundidade conceitual e histórica de algumas nuances terminológicas da técnica. Assim chegar-se-á no seu papel de transformação do espaço geográfico e no que tange especificamente o Brasil imperial a mesma será o centro motriz de toda uma forma de pensar, pois sua existência, especificidade e desenvoltura será a condição necessária para a execução do domínio espacial do território brasileiro.

A técnica é, portanto o meio pelo qual a transformação do mundo se torna possível⁵⁷. O entendimento da técnica como conceito e também em sentido concreto, por seu papel incisivo na produção do espaço e no decurso da história é inegável. O que se vê é objetivação do pensamento e da vontade por meio do domínio técnico fomentado pelo conhecimento científico e tecnológico: “En sentido amplio, deve entenderse por técnica toda práctica que se torna posible mediante la objetivación teórica del ente. Lo que llamamos tecnificación presupone siempre la reducción de mero objeto llevada a cabo por la ciencia natural exacta com el ente.” (MEYER, 1966, p. 192). E ainda sobre a técnica em seu processo de avanço pelo conhecimento científico temos que: “A tecnologia necessita da ciência, a qual constantemente a alimenta. Aquela é de maior abrangência política, enquanto a Ciência é principalmente de natureza cultural e tem no meio acadêmico o seu albergue natural.” (VIDAL, 1988, p. 71).

⁵⁶ Nas palavras de Edgar Morin (2005; 2012), o maior embate do esclarecimento, seguido adiante durante os séculos posteriores foi o de domínio, controle e superação das barreiras impostas pela natureza, esta opinião já havia sido expressada veementemente pelos pensadores de Frankfurt: “Todo esclarecimento burguês está de acordo na exigência de sobriedade, realismo, avaliação correta de relações de forças. O desejo não deve ser o pai do pensamento. Mas isso deriva do fato de que, na sociedade de classes, todo poderio está ligado à consciência incômoda da própria impotência diante da natureza física e de seus herdeiros sociais, a maioria. Só a adaptação conscientemente controlada à natureza coloca-se sob o poder dos fisicamente mais fracos. A *ratio*, que recalca a mimese, não é simplesmente seu contrário. Ela própria é mimese: a mimese do que está morto. O espírito subjetivo que exclui a alma da natureza só domina essa natureza privada da alma imitando sua rigidez e excluindo-se a si mesmo animista.” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 55, grifo do autor).

⁵⁷ Desde o processo de avanço do conhecimento racional visto na Renascença há uma crença legitimadora do poder da razão e da técnica, como garantidoras do progresso e felicidade humanas: “O princípio legitimava a autoridade epistêmica da história, do conhecimento das ações e obras, documentos e monumentos feitos por nós revelando-nos as estruturas permanentes do espírito humano numa maneira qualitativamente análoga [...]” (MARTINS, 1998, p. 150).

Transpondo tais colocações para o campo do pensamento geográfico é possível restringirmos o papel da técnica, da tecnologia e do pensamento científico como viabilizador do encurtamento das distâncias na aceleração do tempo de circulação de pessoas, mercadorias e informações:

O avanço tecnológico também minimiza o papel da distância nas interações espaciais. É isto que, sistematicamente, tem ocorrido de modo crescente a partir da Revolução Industrial, viabilizando interações mais rápidas e mais eficientes, envolvendo cada vez mais maiores volumes de mercadorias a distâncias maiores em menor tempo e custo. (CORRÊA, 1997, p. 302).

A procura pelo avanço técnico visava o aumento da comunicabilidade entre os diferentes pontos do território brasileiro. Conforme nos lembra Moraes (1999) era preciso interligar as “ilhas” populacionais espalhadas pelo Brasil. Milton Santos (1980) irá chamar esta dinâmica interacionista de relação entre os fixos e os fluxos, que significa a localização dos pontos produtores e exportadores, além das localidades urbanas em concomitância com as vias de acesso entre estes pontos, por rodovias, ferrovias e hidrovias:

As técnicas participam na produção da percepção do espaço, e também da percepção do tempo, tanto por sua existência física, que marca as sensações diante da velocidade, como pelo seu imaginário. Esse imaginário tem uma forte base empírica. O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de “viver bem”. Como meio operacional, presta-se a uma avaliação objetiva e como meio percebido está subordinado a uma avaliação subjetiva. Mas o mesmo espaço pode ser visto como o terreno das operações individuais e coletivas, ou como realidade percebida. Na realidade, o que há são invasões recíprocas entre o operacional e o percebido. Ambos têm a técnica como origem e por essa via nossa avaliação acaba por ser uma síntese entre o objetivo e o subjetivo. (SANTOS, 1996, p. 55, grifo do autor).

A presença das ilhas populacionais era o sinal latente do anacronismo brasileiro, principalmente no que dizia respeito à interligação de seu imenso território (MAGNOLI, 1997). O atraso técnico era uma realidade no Brasil imperial, registrada nas crônicas dos viajantes e sentida em cada núcleo urbano ou lavoura: “[...] em tudo que usamos ferramentas são empregadas aqui as mãos nuas dos negros” (GRAHAN, 1990, p. 237). O mais importante é que o incentivo às expedições científicas partia do próprio imperador. Em face de sua participação na Exposição Científica Universal, na Filadélfia⁵⁸ em 1876, sobre os aspectos naturais e sociais, D. Pedro II via nitidamente a questão deste atraso no qual o Brasil se encontrava e a necessidade de superação desta

⁵⁸ Há inclusive a notória frase do imperador em relação ao seu primeiro contato com um aparelho telefônico de Graham Bell: “Meus Deus, isto fala!”. O primeiro aparelho telefônico seria instalado no Brasil em 1877 (IBGE, 2012).

imagem frente aos norte-americanos, já em processo de industrialização, e aos europeus.

Um dos seus objetivos, portanto era:

Retirar a imagem de “reino distante e selvagem” e instaurar definitivamente o país entre as nações civilizadas e modernas. O fato de ser uma monarquia escravocrata, tropical e mestiça impedia isso. Nas várias participações brasileiras nessas feiras o que se ressaltou foram os aspectos exóticos e agrários do país, nunca seus aspectos “modernos”. (BASTOS, 2008, p. 48-49).

Trazendo as experiências internacionais pautadas pelas mais recentes correntes de pensamento da época, como o positivismo, o evolucionismo e o determinismo ambiental, D. Pedro II tentará instaurar alguns destes avanços no Império. Estas teorias são contemporâneas ao período imperial (DOMINGUES, 1991; THUILLIER, 1994). Estas teorias eram na verdade os desdobramentos dos esclarecidos germânicos, franceses e ingleses desde o século XVIII. A secularização do domínio humano do mundo tomava nova roupagem, e nesta toada histórica o Brasil se mostrava em posição inercial – lembremos que houve uma tentativa pretérita de trazer tais ideias com o Marquês de Pombal, no século XVII (BRASIL, 2008; PRADO JÚNIOR, 2006; HOLANDA, 1958; 1969; 1984), mas foi prontamente anulada pela retomada do poder central português da época –, portanto: “O sistema visado pelo esclarecimento é a forma de conhecimento que lida melhor com os fatos e mais eficazmente apoia o sujeito na dominação da natureza”. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 72).

Estas teorias científicas e filosóficas eram as herdeiras do esclarecimento e da ode à racionalidade científica do século XVIII. Durante a modernidade, e seguindo à risca tais diretrizes era preciso trazê-la ao Brasil e assim assumir de fato o domínio territorial do império que representava:

Se o modernismo significava, entre outras coisas, a sujeição do espaço a propósitos humanos, a ordenação e o controle racionais do espaço como parte integrante de uma cultura moderna fundada na racionalidade e na técnica, e na supressão de barreiras espaciais e da diferença, tinham de ser fundidos com alguma espécie de projeto histórico. (HARVEY, 1992, p. 254).

E o projeto histórico do Brasil era a ideia de domínio e expansão do conhecimento sobre seu território. Pensamento este que já vigorava na segunda metade do século XIX com algumas das principais teorias geopolíticas germânicas e anglo-saxãs (ANDRADE, 1989; CARVALHO, 2003, STEINBERGER, 1997), que influenciaram a Geografia brasileira da época. Esta influência da geopolítica germânica é extensível ao Brasil: “[...] notadamente onde a dimensão espacial parece jogar importante papel nas formas de legitimação do poder estatal.” (MORAES, 2005, p.

109), pois conforme exposto, a manutenção do Poder Moderador tinha como predisposição a necessidade de um centralismo de D. Pedro II, viabilizado pelo aumento das vias de acesso, comunicação e circulação do império. Ou seja, o meio físico como sinônimo de da força do Estado⁵⁹, unidade matriz do pensamento político, estratégico e geográfico da segunda metade do século XIX:

Em sua origem, ao contrário da atualidade, a geografia política se colocou o compromisso de compreender o modo pelo qual a política era influenciada pela geografia. No final do século XIX, quando da sua institucionalização como ramo da geografia, a geografia política procurou na natureza o marco teórico para explicação da vida política. A tradição do determinismo da natureza na disciplina foi, na realidade, um prolongamento de uma velha preocupação dos filósofos, entre eles Montesquieu, sobre a possibilidade de explicar a fluidez da vida política com argumentos fundados em fatores estáveis, quase imóveis, como meio físico. Por muitas décadas tentou-se mostrar como a distribuição dos continentes e oceanos, cadeias de montanhas, rios, climas e outras características da superfície da Terra afetavam o modo pelo qual a humanidade dividia o mundo em Estados e Impérios e como estas unidades competiam entre si por poder e influência. (CASTRO, 2005, p. 18-19).

O aumento do controle do território para o seu fortalecimento se fez então por esta busca pela técnica enquanto chave deste objetivo. Segundo Corrêa (2005), Santos (2009), Moraes (1986) e Sodré (1984) este é o efeito da produção e organização do espaço, sua modulação de acordo com os interesses dominantes e preponderantes da sociedade que o habita e que o transforma, na construção dos objetos (fixos) das vias de circulação (os fluxos) e na produção de ideias (as ações, ideologias, e formas de pensamento)⁶⁰. Portanto, geograficamente:

[...] esse domínio surge justamente da singularidade do homem em eficazmente tornar elementos da natureza extensões de si mesmo. Assim ele projeta nas coisas naturais, que lhe são exteriores, suas necessidades interiores. E assim ele constrói a sua humanidade. E concomitantemente constrói marcas, artefatos que se estendem ao seu redor, cumprindo funções. Esses objetos concretizadores e plenos de intencionalidade humanas formam os lugares. São geografias. Extensos humanos. (SANTOS, C., 1986, p. 28).

⁵⁹ Nas palavras de Shiguenoli Miyamoto (1995, p. 53, grifo do autor): “O determinismo esteve presente em todas as suas colocações. O espaço e a posição – noções retiradas de Ratzel – ocuparam lugar importante para entender a *equação geral do Brasil*”. Esta visão era a base da geopolítica da época, calcada segundo o autor no controle e manipulação do solo, do clima e do homem. Estes eram os fundamentos ideários fomentadores e sustentadores de toda a ação política no Brasil durante os períodos colonial e imperial: “Na ótica geopolítica, a história brasileira se caracterizou, todo o tempo, por ser expansionista, ora pela política colonial das entradas e bandeiras, ora pela ocupação de territórios no período imperial, com posterior negociação na República, quando praticamente todos os problemas fronteiriços do Brasil foram solucionados.” (MIYAMOTO, 2003, p. 71).

⁶⁰ A conquista e domínio do território além do viés naturalista continha também a questão herdada da geopolítica europeia da garantia de unidade e expansão territorial como sinal da força do Estado. Esta postura fortaleceu nomes como o Marechal Luís Alves de Lima e Silva, O duque de Caxias e o Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, ambos com ampla participação nas campanhas de “pacificação” e “apaziguamento” internos e externos do território brasileiro nos período imperial (MATTOS, 1975).

É importante frisarmos um alerta sobre a questão do discurso, do poder e o do entendimento de geopolítica. Isto significa dizer que o conhecimento geográfico produzido em um determinado período da história não estará alheio às influências da forma de pensar desta época⁶¹. Tal posicionamento é partilhado por Lacoste (2007), Escolar (1993) e Sodré (1987); e nas palavras de Castro temos que:

Para além do debate sobre o determinismo na geografia, é impossível ignorar que o conhecimento produzido por qualquer disciplina certamente poderá ser apropriado e utilizado pelo poder – por qualquer poder. Neste sentido, é importante reconhecer os limites ideológicos do debate em torno dos modos de apropriação do conhecimento geográfico pelos poderes instituídos e não confundir a geografia, ciência que se propõe dar a conhecer o espaço da humanidade, com os geógrafos e seus interesses como atores intelectuais, sociais e muitas vezes políticos. (CASTRO, 2005, p. 66).

Tendo como pressuposto esta cautela interpretativa dos discursos históricos e seus fundamentos ideológicos, podemos observar claramente a concreticidade da assimilação das ideias da época por parte de D. Pedro II, pois a visibilidade do quadro retrógrado do Brasil em comparação com o restante do mundo se mostrava cada vez mais gritante. Apesar de manter os sinais do tempo pretérito do padrão econômico do país, principalmente por meio da manutenção do regime escravocrata, o imperador trará estas novidades técnicas ao Brasil, como, por exemplo, o telégrafo, as linhas férreas e o incentivo à instalação de manufaturas. Vejamos algumas das principais ações do imperador para com o aumento dos meios de circulação do território brasileiro:

O aparelhamento técnico se desenvolvera bastante. As estradas de ferro, cujo estabelecimento data de 1852, somavam cerca de 9.000 km de linhas de tráfego, e outros 1.500 em construção. A navegação a vapor se estendera largamente, e além das linhas internacionais, articulava todo o longo litoral brasileiro desde o Pará até o Rio Grande do Sul [...] Esta navegação somava ao redor de 50.000 km de linhas em tráfego regular. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 196).

Estas ações efetuadas por D. Pedro II tinham por objetivo um alinhamento desigual (MAGNOLI, 1997; MORAES, 1986). De um lado havia um país escravista, atrasado em seu sistema econômico integralmente rural e fortemente marcado pela dispersão regional de lideranças aristocráticas que dominavam o cenário político.

Do outro começa a haver uma clara pressão pela ordenação progressista da economia, no patamar historicamente ruralista e escravagista, de modo a ser alcançado o desenvolvimento técnico ocorrido desde a Revolução Industrial inglesa no século XVIII: “O progresso quantitativo da cultura cafeeira no Brasil não foi contudo

⁶¹ Para Hilton Japiassu (1975) o que ocorre é a inevitável influência do julgamento de valor do pesquisador em seu estudo. E isto é um fato perceptível tanto nas ciências exatas como nas humanidades, mesmo que na segunda a visibilidade de tais interferências possam se mostrar de maneira mais explícita.

acompanhado de igual progresso qualitativo. Continuarão sendo empregados, mais ou menos, os mesmos processos agrícolas rudimentares do passado.” (PRADO JÚNIOR, 2006. p. 227). Vejamos abaixo esta expressividade quantitativa por meio das linhas férreas instaladas no Brasil:

QUADRO 4: RITMO CÍCLICO DAS CONSTRUÇÕES FERROVIÁRIAS IBERO-AMERICANAS

| Ciclo | Km. Construídos | Média Anual | Índice (Média=100) |
|---------|-----------------|-------------|--------------------|
| 1837-55 | 635 | 34,6 | 2,2 |
| 1856-75 | 7.671 | 383,6 | 31,5 |
| 1876-80 | 2.764 | 552,8 | 45,4 |
| 1881-90 | 26.606 | 2.660,6 | 218,7 |
| 1891-00 | 17.390 | 1.739,0 | 143,0 |
| 1901-15 | 45.936 | 3.062,4 | 251,8 |
| 1916-20 | 1.091 | 218,2 | 17,9 |
| 1921-30 | 14.788 | 1.478,8 | 121,6 |
| Média | 14,610,1 | 1.216,3 | 100 |

[Fonte: PAULA (2012, p. 5)]

Observamos na tabela acima como os dois processo – de área plantada e colheita junto a construção das ferrovias – estavam interligados, de forma que o auge e queda de ambos se tornou concomitante onde houve a presença do café como ponto de produção e importância econômica no Brasil, principalmente na região Sudeste. Além de a produção cafeeira ter trazido ao Brasil as ferrovias, houve outro fato importante na segunda meta do século XIX, conforme aponta Scarlato:

O café e a ferrovia foram, por sua vez, importantes fatores de criação de cidades no Sudeste brasileiro. [...] Deve-se ressaltar que, se a economia e a política criaram os estímulos para a fundação dessas cidades, o sítio e a situação definiram o lugar para sua implantação e crescimento. As condições favoráveis do relevo, os bons solos e o clima, juntamente com os sistemas de transportes, definiram aqueles lugares. (SCARLATO, 2005, p. 423).

Por isso concomitante ao grande incremento econômico trazido pela produção do café foi a fundação de diversas cidades no interior dos estados beneficiados pela produção cafeeira, no caso São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, formando novas lideranças, e dando início a uma nova dinâmica de produção espacial desvinculada dos centros urbanos litorâneos e destoados também das já obsoletas municipalidades localizadas nas Minas Gerais (SCARLATO, 2005; MORAES, 1999; PIRES, 2007). Sobre a importância da produção do café para estas regiões, inclusive já dando os indícios de onde se iniciaria o futuro processo de industrialização do país, Hildete Pereira Melo (2008) reitera a respeito da produção de cafeeira:

O café vai caminhando para o interior do país. O deslocamento da fronteira de expansão do café a partir do Vale do Paraíba seguiu duas direções, uma para as terras roxas do Oeste Paulista e a outra caminhou nas terras fluminenses no sentido do Norte em direção a Minas Gerais e o Espírito Santo. Até a Abolição da Escravatura (1888) a Zona Rio tinha a hegemonia nacional como porto exportador de café. Na segunda metade do século XIX o café iria provocar uma profunda revolução econômica em São Paulo, transformando-a na mais opulenta região do País. (MELO, 2008, p. 53).

A produção do café no Brasil também representava em certa medida a vitória de alguns importantes incentivadores desta produtividade, como o Barão de Mauá (1813-1889), que em 1854 inauguraria a primeira ferrovia brasileira a Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis⁶² e também podemos citar a figura de Teófilo Benedito Ottoni (1807-1869), importante empresário fluminense que incentivava a criação de empreendimentos empresariais e industriais no Brasil – da introdução de um espécime vegetal de difícil adaptação às hostilidades de uma terra tropical:

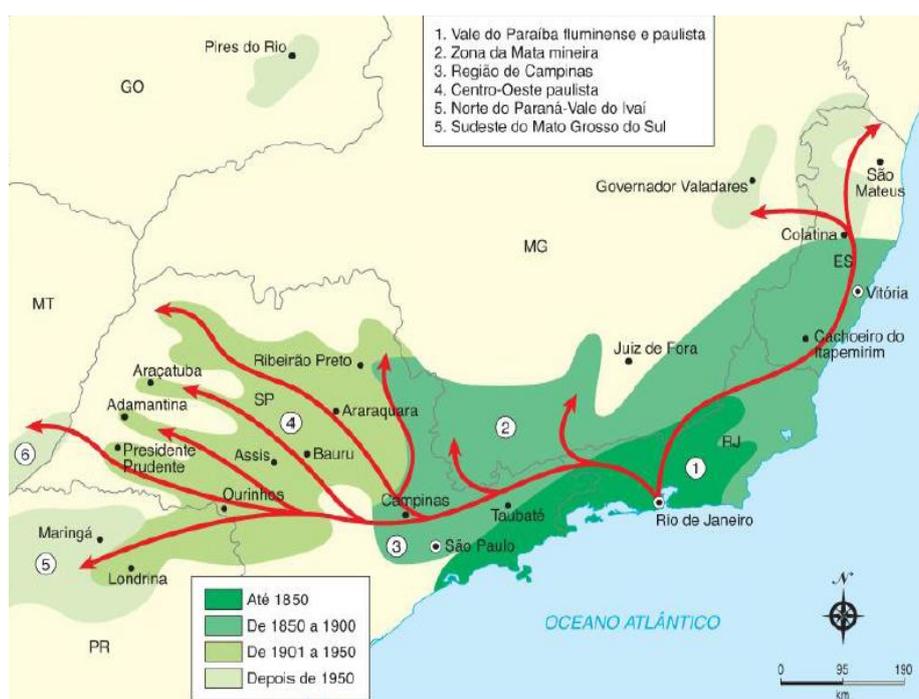


Figura 35: Expansão do Cultivo de Café no Brasil

[Fonte: Rodrigues (1978, p. 26)].

⁶² No livro “A Carne” Júlio Ribeiro pela voz de Manuel nos apresenta um rico relato deste período, neste caso em relação à ferrovia Santos-São Paulo, e seu funcionamento funicular: “Divide-se a subida da serra em quatro planos uniformes de dois quilômetros cada um. Para a tração, empregou-se um sistema adotado em algumas minas de carvão da Inglaterra. Máquinas fixas de grande força recolhem e soltam um cabo fortíssimo, feito de fios de aço retorcidos. Presos as duas pontas desse cabo giram dois trens: um sobe, outro desce. A agulha de um odômetro indica com exatidão matemática o lugar do plano em que se acham o trem, indica o momento de encontro de ambos eles. Um brake de força extraordinária permite suspender-se a marcha quase instantaneamente, e um aparelho elétrico põe os trens em comunicação imediata com as respectivas máquinas fixas. O cabo, resfriado ao sair por um filete de água, corre sobre roldanas que se revolvem vertiginosas, com um ruído monótono, metálico, por vezes forte, por vezes muito suave. (RIBEIRO, 1972, p. 100).

Conforme vemos na figura acima, fica evidente que apesar de ter uma distribuição territorial concentrada nos estados de Rio de Janeiro, São Paulo, e regiões sul de Minas Gerais e Espírito Santo, a produção do café, assim com antes fora a exploração do ouro, carregará consigo toda uma dinâmica de ações no espaço que circundava os seus centros de produção, distribuição e consumo como também a totalidade do Brasil – a distribuição das ferrovias ainda influenciaram muitas das rotas rodoviárias dos dias atuais nesta região do país.

Interessante ressaltar que o capital agenciado pelos produtores de café alcançou tamanho patamar que em menos de duas décadas após a derrocada dos grandes produtores deste gênero agrícola (entre 1940-1960), muitos destes antigos barões se tornariam os incentivadores, investidores ou proprietários, das primeiras empresas representantes do que viria a ser o início do processo de industrialização do Brasil.

E isto sem contar é claro a herança das diversas cidades situadas ao longo da passagem das vias férreas responsáveis pelo carregamento da produção cafeeira, um sistema citadino visível ainda hoje ao longo da originária trilha do café na região. Nas trilhas e trilhos do café havia o desenvolvimento daqueles que estavam envolvidos com a produção cafeeira, tanto em sua importância interna como externa, para a exportação.

Na página seguinte temos duas imagens que ilustram bem este cenário de domínio dos barões do café no Brasil. No primeiro caso há a Estação Central de Ponta Grossa no estado do Paraná, onde ainda se localizava importante entroncamento de trilhos que escoavam a produção cafeeira do sul do país. Já na segunda imagem vemos a presença humana na Estação Central de Rio Claro (ainda hoje existente, mas num aspecto com a mesma função para o transporte público coletivo da cidade), que ligava as produções de café da região central e oeste de São Paulo com as vias de escoamento da produção localizadas a partir da capital paulista já na região serrana do estado.

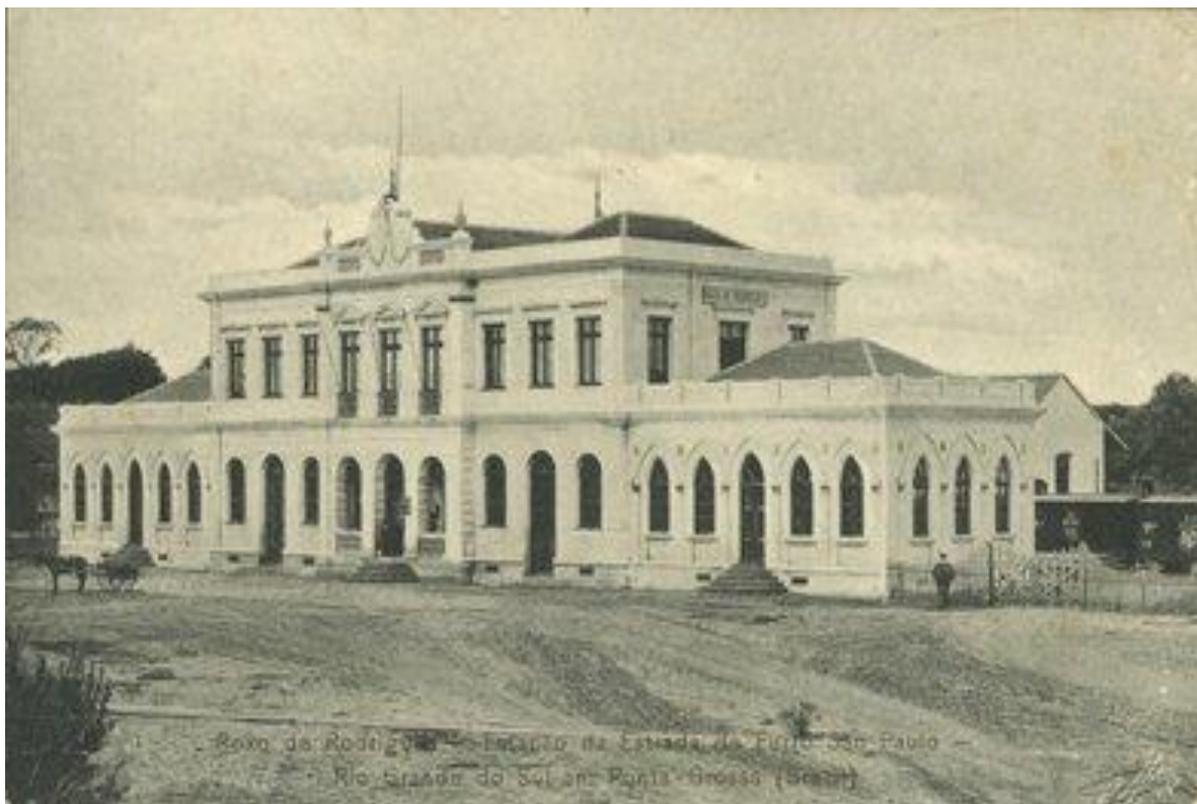


Figura 36: Estação Central de Ponta Grossa/PR em 1935
[Fonte: Disponível em: <www.estacoesferroviarias.com.br/pr-tronco/pontagrossa-nova.htm>]



Figura 37: Estação Central de Rio Claro/SP
[Fonte: Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/r/rioclaro.htm>>]

Mesmo com a chegada das primeiras ferrovias nas zonas cafeeiras tal cenário não se alterou significativamente. Este desequilíbrio era o desnível entre o tempo histórico e o tempo real, ou seja, o período da segunda metade do século XIX era o da mudança dos modais de transporte e combustível em todo o mundo – as ferrovias, o vapor, os primeiros motores de combustão, e a telegrafia –, enquanto que na vida cotidiana dos brasileiros tais avanços eram quase inexistentes:

O elemento subjetivo, enquanto componente da realidade social, não é perdido, pois tem-se que os modos de produção não se realizam externamente à prática dos homens em cada momento histórico. Essa prática é realidade *socialmente* por sujeitos individuais no curso de sua vida cotidiana. (o “tempo histórico” coincide com o “tempo real”). (MORAES, 1986, p. 42, grifo do autor).

Algumas décadas depois do Império tal opinião a respeito da desigualdade temporal e material ainda perdurava: “O Brasil avançava materialmente, aproveitava-se dos benefícios da civilização, mas, no plano da cultura, não renunciava ao passado.” (BRITO, 1971, p. 32). O trabalho escravo, a precariedade dos engenhos, a insalubridade dos centros urbanos, a extrema dependência do financiamento monetário anglo-saxão e a manutenção de uma economia primordialmente monocultora (o café) eram o espelho de tal situação do Brasil no século XIX⁶³.

Apesar de seguir claramente os ditames da demanda produtiva do sistema capitalista industrial da época – o caso brasileiro enquadrado no grupo dos países exportadores de matérias-primas às potências europeias –, em certo sentido houve um considerável aumento do aparato técnico disponível na época para a ligação destes pontos, concretizando a interação espacial entre as principais cidades do litoral com os vastos interiores, todos interligados de alguma maneira à ordem econômica internacional:

As interações espaciais contextualizadas e tornadas inteligíveis na sociedade capitalista a partir do desvendamento da dimensão espacial do ciclo de reprodução do capital, apresentam padrões distintos no espaço e no tempo. Em outras palavras, os diferentes fluxos que articulam os fixos socialmente criados são caracterizados por lógicas que lhes conferem regularidades espaço-temporais que se reportam à organização social e a seu desigual movimento de transformação. (CORRÊA, 1997, p. 285).

⁶³ “[...] ao fim do século XIX o Brasil ainda parecia viver no fim do século XVIII. As estruturas jurídico-políticas e sociais tornaram-se cada vez mais pesadas. Revelaram-se heranças carregadas de anacronismo. Eram evidentes os sinais de uma mentalidade formada nos tempos do colonialismo português. A relação dos setores dominantes e do próprio governo com a sociedade guardava os traços do colonialismo.” (IANNI, 2004, p. 19).

E apesar deste certo alinhamento interacional, estas transformações espaciais dos países latino-americanos carregavam em sua sombra o espectro das fábulas e mitos europeus datados da época colonial. De terra prometida passava-se para um conceito de vir-a-ser, uma perseguição ao futuro (BOSI, 1992; PENNA, 1974), daí advém a queda ao discurso da busca pelo progresso, da ocupação necessária do território hostil e selvagem, do fazer valer para si e aos outros o real valor da grandeza dos países abaixo da linha do equador de colonização ibérica:

Quando os latino-americanos despertam (no século XIX) para a consciência nacional, não encontram pronta uma base mítica que lhes servirá para tentar reivindicar como próprio, o passado, para tentar desculpar ou mascarar o fracasso relativo da América Latina, filha do Bom Selvagem, esposa do Bom Revolucionário, mãe predestinada do Homem Novo.” (RANGEL, 1981, p. 29).

Outras nuances discursivas, ideológicas e históricas são passíveis de análise quando o olhar se volta ao período destacado, o século XIX e suas transições de pensamento e complexidade historiográfica. Com isto, a escolha pela especificidade do cenário imperial brasileiro justifica-se como amplo campo de discussão de diferentes embates temáticos da época, o anacronismo e o progresso, o conservadorismo burguês e o radicalismo naturalista, etc. Há obras importantes que marcaram a passagem do ideário idealista romântico para uma postura de maior crítica da sociedade da época como *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) e *Quicas Borba* (1891), ambas de Machado de Assis, no Brasil, o pioneiro *Madame Bovary* (1856), de Gustave Flaubert, e as obras já inflamadas pelo realismo de derrocada da *belle époque*, como *A Carne* (1888), de Júlio Ribeiro e *O Cortiço* (1890), de Aluísio de Azevedo (ASSIS, 2010; AZEVEDO, 2012; FLAUBERT, 2010; RIBEIRO, 1972).

Nas obras supracitadas há a permanência do ufanismo edênico como afirmação nacional na terceira geração romântica, que apesar de pessimista dava continuidade ao espírito romanesco do século XIX, mas a visão realista começava a tomar conta da produção literária da época, como reflexo do cenário econômico e político do país (BRITO, 1971; CANDIDO, 1989; IANNI, 2004; MAGNOLI, 1997; PENNA, 1974).

Neste sentido de renovação do sublime romântico pela racionalidade realista e naturalista, os relatórios faunísticos, florísticos, hidrológicos e geológicos dos viajantes davam outro teor ao edenismo, agora pautado na mensuração da real grandeza do Brasil, até mesmo para servir de suprimento teórico às instalações técnicas almejadas pelos governantes. Para além da aclamação mística, era preciso dar vigor técnico na aplicabilidade dos objetivos de dominação de toda a riqueza disponível:

É preciso considerar, particularmente nas nações recém-independentes, o fato que exaltar a natureza passou a ser sinônimo de afirmação nacional; de certo modo, o romântico confundiu os conceitos de terra e nação, a dimensão física e a dimensão política. Se a terra era boa, a nação também teria que ser. Por isso, aquilo que possuía uma dimensão vegetal ganhou eficácia ideológica. As florestas viraram símbolos de uma virtualidade: o Brasil, por exemplo, poderia vir a ser, com a majestade de sua natureza, uma espécie de paraíso do futuro. (CITELLI, 2004, p. 79, grifo nosso).

Tanto no movimento romântico como no realista haverá também uma nova maneira de se encarar a situação escravagista do Brasil⁶⁴. Dentro destes posicionamentos realistas anti-metafísicos, o positivismo sem dúvida foi o mais expressivo, e era de se esperar que partissem daqueles que apoiavam tal teoria: “Aos tradicionais argumentos fornecidos pelo pensamento ilustrado, pelas doutrinas da economia clássica e pelo romantismo somavam-se agora argumentos oriundos do positivismo” (HOLANDA, 1969, p. 181).

O próprio Machado de Assis (2012) já em ampla difusão de suas ideias humanistas protesta por meio de seu conto *A Sereníssima República* (1882) as idiossincrasias das formas de governo, do processo de elaboração das leis, da jurisprudência e do centralismo de decisão dos representantes do poder executivo. E este era também um dos principais traços do governo imperial, onde a oligarquia regional continuava a exercer seus plenos poderes – apesar de que durante toda a República Velha o coronelismo ter continuidade –, mas principalmente um regime marcado pela paradoxal situação técnica, social e política, quadro este que começará a se alterar paulatinamente a partir dos militares da República da Espada, culminando posteriormente na sucessão dos presidentes mineiros e paulistas durante as primeiras décadas do século XX.

⁶⁴ No final do século XIX há no Brasil um forte movimento de contrariedade às condições escravistas, já concomitantes ao trabalho livre em certas fazendas de café, a permanência da mão-de-obra escrava era um dos últimos desígnios de todo o quadro arquetípico do atraso social, político e cultural brasileiro. Dentre alguns dos principais nomes entusiastas da abolição da escravatura podemos citar: Rui Barbosa (1849-1923), José do Patrocínio (1853-1905), Joaquim Nabuco (1849-1910), André Rebouças (1838-1898), Castro Alves (1847-1871), Luis Gama (1830-1882) e Artur Azevedo (1855-1908).

3.2 Aventureiros e viajantes: os relatos do encanto e óbices das selvas, serras e sertões

A passagem do período imperial para o regime republicano representou uma importante fase no processo histórico brasileiro, e em especial, ao desenvolvimento da Geografia. Ainda na segunda metade do século XIX será observada a presença de aventureiros em suas expedições de exploração geológica, botânica e faunística em toda a América do Sul. No entanto, haverá uma sutil alteração no modo de se pensar o mundo e o próprio ser humano. Esta alteração de reflexão será o resultado direto de algumas correntes de pensamento como o positivismo, o historicismo e em específico ao Brasil aos movimentos modernista e progressista/desenvolvimentista.

E seguindo este cenário as ciências naturais e sociais terão um lugar de destaque nesta renovação ou fundação de uma maneira de pensar o Brasil. Nos primeiros anos do novo século, já será visível a preocupação de pensadores europeus com relação às especificidades naturais e sociais brasileiras deslocadas da carga mítica secularmente engendrada pelos seus antecessores (MAGNOLI, 1997; MORAES, 1999). O ponto máximo deste cenário será a vinda de intelectuais de diferentes áreas do conhecimento com o objetivo de estruturarem um projeto universitário e de angariação informacional no país, principalmente na década de 1930, como quando da fundação da Universidade de São Paulo. O pensamento geográfico crescia com a fundação do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (1934)⁶⁵, à época chamado de Instituto Nacional de Estatística, e de outras sociedades e institutos científicos voltados ao conhecimento das características geográficas do país (EVANGELISTA, 2006).

Faz-se necessário uma incursão histórica e epistemológica neste profícuo período de profusão de informações, teorias e importantes trabalhos voltados para as mais diferentes temáticas. Desta maneira, serão lembrados exemplos da reminiscência do romantismo descritivo nas narrativas dos viajantes, com destaque para as obras *Viagem ao Brasil* (1868), de Luíz e Elizabeth Agassiz (2010), *Brasil: a terra e a gente* (1871), de Oskar Canstatt (2010), *Diário de uma viagem ao Brasil* (1824), de Maria Graham (1990) e *Dez anos de Brasil* (1825-1834), de Carl Seidler (2003).

Os relatos dos viajantes, a riqueza do tempo e espaço cristalizados nas linhas e páginas dos cadernos, transformados em obras de ricas coletâneas de inigualável riqueza

⁶⁵ É importante salientar que devido à existência de três datas importantes (fundação do INE em 1934; instalação do INE em 1936 e mudança do nome para IBGE em 1938) relacionadas à fundação do IBGE é comum encontrar divergências destas datas nos autores que tratam da história do instituto,

histórica. Neste ponto é necessário abrir uma exceção sobre a demasia da recorrência em citações, pois somente dando o poder da palavra a expressão destas narrativas é que conseguiremos captar a singularidade de tais descrições destes aventureiros do território brasileiro. Começamos com esta extração dos diários de Maria Graham, escritora e ilustradora britânica (1785-1842), sobre a presença dos produtos ingleses nas principais cidades costeiras por onde passou no Brasil, um sinal daqueles tempos de domínio inglês sobre a economia brasileira desde a *abertura dos portos às nações amigas* em 1808 por D. João VI:

As ruas estão, em geral, repletas de mercadorias inglesas. A cada porta as palavras *Superfino de Londres* aos olhos: algodão estampado, panos largos, louça de barro, mas, acima de tudo, ferragens de Birmingham, podem-se obter um pouco mais caro do que em nossa terra nas lojas do Brasil, além de sedas, crepes e outros artigos da China. Mas qualquer coisa comprada a retalho numa loja inglesa ou francesa é, geralmente falando, muito caro. (GRAHAM, 1990, p. 231).

Já no que se referia ao constante encantamento dos viajantes em relação ao Brasil, também haverá em vários momentos das narrativas da autora a menção a tais características das terras brasílicas. No trecho abaixo temos um rico relato das características dos recifes de corais na costa da cidade de Olinda, no litoral de Pernambuco em 24 de setembro de 1824, no momento em que seu navio aguardava a ancoragem no porto:

A água é funda junto à rocha e ali costumam os barcos fundear. Há uma barra na entrada do porto, na qual, em marés ordinárias, há dezesseis pés d'água, de modo que os navios de tonelagem considerável podem ali fundear. [...] O recife é certamente uma das maravilhas do mundo; tem escassamente dezesseis pés de largura ao alto. Inclina-se mais violentamente que o quebramar de Plymouth, até uma grande profundidade para o lado de fora, e é perpendicular, pelo lado de dentro, por muitas braças. Aqui e ali, umas poucas irregularidades, ao alto, devem outrora perturbado o porto nas marés altas ou nos ventos fortes. (GRAHAM, 1990, p. 130).

Outro recurso que auxiliava em imenso grau de importância os relatos de viagem não só de Graham, mas de outros que pelas Américas passaram, eram as detalhadas gravuras, esboços e pinturas sobre as paisagens que viam no decorrer de seus percursos. Tal prática iniciada pelos viajantes mais tarde seria utilizada, por exemplo, em viagens de teor mais científico como o fizeram Alexander von Humboldt e Charles Darwin. A palavra de ordem nos relatos era a descrição, tanto no detalhamento dos aspectos físicos, naturais, sociais e culturais observados como no caso das imagens, num esforço pela maior proximidade possível entre o imagético representado e a contemplação do olhar na concreticidade da viagem em curso.

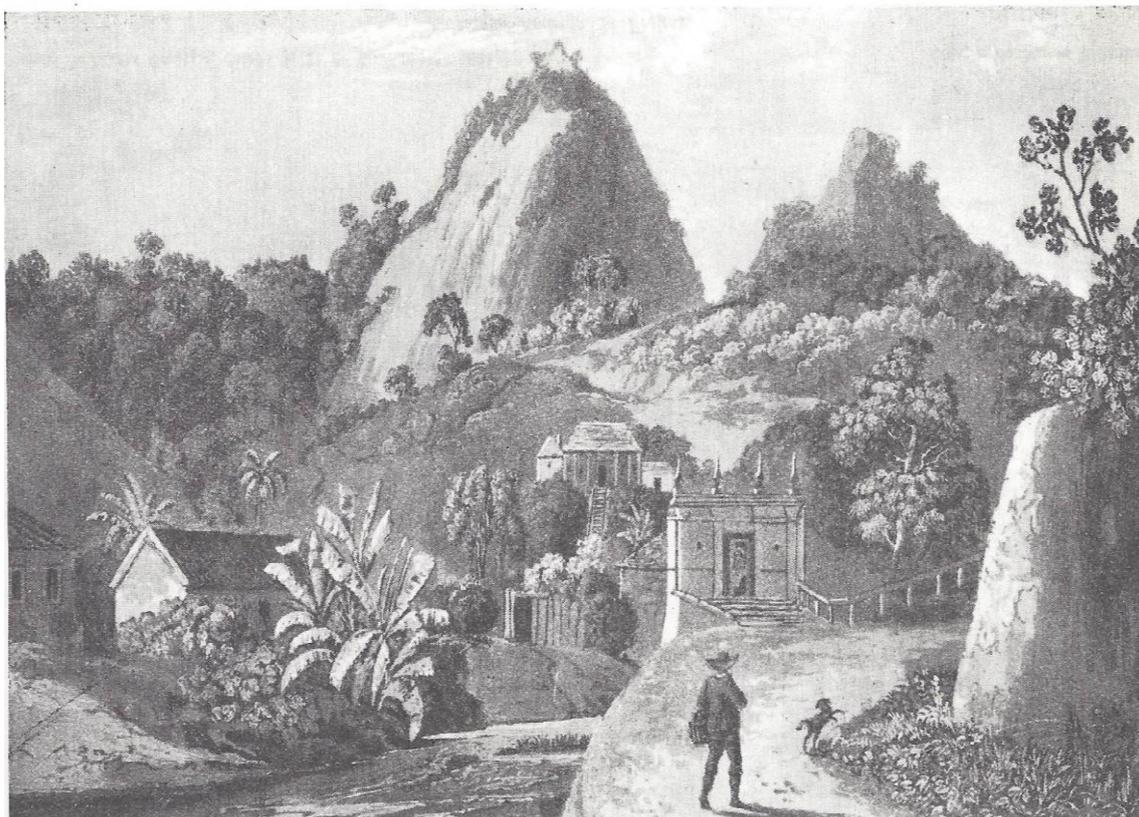


Figura 38: Laranjeiras, gravura de Maria Graham de 1821.
[Fonte: Graham (1990, p. 197)]



Figura 39: Árvore no bairro da Graça (Bahia), gravura de Maria Graham de 1824.
[Fonte: Graham (1990, p. 147)]

O encantamento com os aspectos naturais mesclava-se de igual maneira à tentativa de expressar as formas pelas quais a vida se dava neste novo ambiente no olhar dos estrangeiros. Por isto é que percebemos nos viajantes muitas vezes uma preocupação em observar este aspecto relacional entre o humano e o natural, em tentativas de representar narrativamente e imgeticamente estas paisagens culturais – neste caso o conceito se aproxima do seu uso e explanação no primeiro capítulo –, ou os modos de existências das terras americanas. Nestes termos é que Luíz (1807-1873) e Elizabeth (1822-1907) Agassiz – ele suíço, zoólogo e geólogo, ela uma educadora e estudiosa de história natural norte-americana –, fazem tal descrição imagética entre o natural e o humano já na sua *'primeira vista-d'olhos num interior brasileiro'*⁶⁶ nas seguintes palavras:

Por nossa parte fomos flunar ao acaso numa pequena ilha, a Ilha das Enxaas, junto à qual o nosso navio ancorou para tomar carvão antes de prosseguir viagem. Ao lado dos armazéns de carvão está a casa do proprietário da ilha, uma bonita habitação rodeada de jardim e encostada a um a pequena capela. Foi aí que lancei as minhas primeiras vistas sobre a vegetação tropical e a vida brasileira, e essa primeira impressão teve todo o encanto de novidade. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2010, p. 64).

E mais uma vez nesta simbiose descritiva entre o deslumbramento com as mitologias fantásticas das maravilhas do paraíso terrenal com seus habitantes é que os autores conclamam a esta fusão uma alcunha de espetáculo cênico, neste caso em relação à urbanidade e à presença do verdejante florestal e azul marítimo em contraste e integração, devido às singularidades componentes deste caleidoscópio de significados em sua interpretação de tal representatividade em relação às terras subequatoriais:

Nesta latitude, as luzes do crepúsculo se extinguem rapidamente, porém, mal a obscuridade desceu sobre a cidade, inúmeras luzinhas se acendem ao longo de todo o litoral e nos flancos das colinas. O Rio de Janeiro se desdobra em forma de crescente, na margem ocidental da baía, e os seus bairros se estendem por distâncias consideráveis, à beira-mar, ou serpenteiam mais para dentro da vertente dos morros. Em consequência dessa disposição das casas, que se espalham por vasta área e se disseminam ao longo das praias, em vez de se concentrarem numa aglomeração compacta, o aspecto da cidade vista da baía à noite é extraordinariamente belo. Uma espécie de efeito cênico. As luzes sobem acompanhando as elevações, coroam aqui e ali os cimos das colinas reunindo focos mais brilhantes ou se afastam, apagando-se, nos contornos das praias, de cada lado da zona comercial, situada no centro. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2010, p. 66).

Já no trecho abaixo vemos um claro indício do que mais tarde, nos séculos XX e XXI, se tornaria o mais novo eco de renovação da ufanía edênica em relação ao Brasil,

⁶⁶ Palavras de destaque dos autores neste ponto do relato à altura da página 64, a mesma da extração do diário de viagem.

ou seja, a sublimação simbólica paradisíaca em relação à região da floresta amazônica⁶⁷. Aqui há um relato do casal Agassiz sobre o rio Amazonas, sua imensidão, imponência e o estranhamento que tal monumentalidade causara nos descritores de tais características colossais do curso d'água no interior da selva:

Hoje, porém, é impossível fazer outra coisa que não seja olhar e admirar. Agassiz se mostra surpreso: “Este rio não parece um rio; a corrente geral, neste mar de água doce, é dificilmente perceptível à vista e mais se parece com as vagas dum oceano do que com o movimento dum curso d'água mediterrâneo.” Entretanto, é verdade que estamos constantemente entre duas margens; mas essas margens não são as do grande rio, mas sim os bordos das ilhas inumeráveis que se acham espalhadas sobre a superfície de sua imensa extensão. [...] Agora mesmo, estamos passando em frente de uma pequena clareira situada à beira d'água e onde uma cruz de madeira indica uma sepultura. Que solidão em volta dessa sepultura única! (AGASSIZ; AGASSIZ, 2010, p. 164).

E somados a estas importantes descrições de Maria Graham e Luíz e Elizabeth Agassiz temos também a contribuição de Oskar Canstatt (1842-1911), viajante alemão especialista em botânica e geologia, que de igual modo percorreu regiões do Brasil, e em tais percursos nos forneceu peculiares relatos sobre sua percepção frente ao lugar que visitara, percebe-se inclusive que por vezes estes autores colocam a avides de sensações de momento em seus relatos, dando assim uma cinética tempo-espacial alçada à posteridade, pois em seus detalhes e remissões de furor presentes nestes relatos de viagem, registrados nos vários diários, cartas e demais documentos semelhantes.

No caso de Canstatt, o mesmo inicia sua argumentação com uma dose de oferendas vassalãs à corte portuguesa, uma referência ao seu vigor exploratório frente ao continente americano – o eurocentrismo aparece realçado em poucas palavras –, segue a fala do autor: “Deve-se antes de tudo aos portugueses, que com sua primazia como navegadores e com o seu comércio tinham alcançado extraordinário surto de prosperidade, a descoberta do Brasil.” (CANSTATT, 2010, p. 27).

Após este coro inicial de referência Oskar Canstatt irá voltar sua atenção, assim como os outros viajantes, aos aspectos naturais e sociais do Brasil. Na extração a seguir percebe-se no discurso do autor uma preocupação em dar um tom de maior

⁶⁷ Mais tarde diria Euclides da Cunha sobre o rio Amazonas e a Amazônia em geral, e sobre seu aspecto hipnotizante, belo e imponente frente ao ser humano: “A volubilidade do rio contagia o homem. No Amazonas, em geral, sucede isto, o observador errante que lhe percorre a bacia em busca de variados aspectos, sente, ao cabo de centenas de milhas, a impressão de circular num itinerário fechado, onde se lhe deparam as mesmas praias ou barreiras ou ilhas, e as mesmas florestas e igapós estirando-se a perder de vista pelos horizontes vazios; o observador imóvel que lhe estacione às margens sobressalteia-se, intermitentemente, diante de transfigurações inopinadas. Os cenários, invariáveis no espaço, transmudam-se no tempo. Diante do homem errante, a natureza é estável; e aos olhos do homem sedentário que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espontaneamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o.” (CUNHA, 2000, p. 113).

cientificidade em seu relato, por meio de uma descrição mais profunda de particularidades das rochas e dimensões do relevo da cidade do Rio de Janeiro. Mas, ao mesmo tempo em que procura tal objetividade em sua descrição, Constatt novamente e de igual modo aos outros diários de viagem daquela época se rende a um caudaloso elogio à baía da entrada via mar pela capital do império do Brasil no século XIX:

As montanhas distinguem-se pelas suas formas altamente originais, e apresentam-se sempre segundo sua formação, ora em longas cadeias semelhantes a atáides, ora em altos picos em forma de agulhas, que excitaram vivamente a imaginação dos navegantes e dos naturais. No interior do país, onde ao lado do granito aparecem também rochas xistosas, as montanhas são denticuladas e como subindo para o céu, embora suas alturas não sejam muito grandes; ao passo que as montanhas da costa, as dos arredores do Rio de Janeiro, por exemplo, assemelham-se mais a altos zimbórios. A baía do Rio de Janeiro, um dos mais belos portos do mundo, deve exatamente às formas curiosas das montanhas que circundam sua incomparável beleza. (CANSTATT, 2010, p. 31).

Além desta preocupação pela linguagem mais apurada em relação às características observadas, o autor não deixará de observar e fazer críticas à situação da precariedade das estradas no Brasil, apesar de que, novamente estas afirmativas a tal situação o autor sublima ao fim a beleza das serras observadas:

As estradas e as vidas férreas, que ainda hoje não alcançaram grande ramificação, são no Brasil, depois da navegação fluvial, da maior importância para seu comércio interno. Estradas, conforme a concepção europeia, niveladas e cuidadosamente conservadas, existem poucas. Eu mesmo só conheço uma boa estrada real, que é a que vai da Raiz da Serra, perto do Rio de Janeiro, ao palácio de verão do Imperador, na colônia alemã de Petrópolis, seguindo daí para Juiz de Fora. É também a primeira estrada real que existiu na América do Sul. Embora na sua construção tivessem que ser superados obstáculos formidáveis, conseguiram, conquanto não podendo evitar todos os defeitos do traçado, principalmente graças ao valente esforço de trabalhadores alemães, abrir larga estrada por cima da maravilhosa e elevada serra da Estrela. (CANSTATT, 2010, p. 180 – grifo nosso).

Observa-se também a menção à questão do enfretamento da natureza e seus obstáculos frente à intencionalidade técnica para a dominação deste meio selvagem, tido ao mesmo tempo como maravilhoso e hostil aos interesses daqueles que ali queriam fincar seus postos de habitação e exploração. Talvez não por acaso que o próprio Canstatt fizesse questão de representar imagetivamente a presença dos tropeiros, em meio ao cenário europeu de desenvolvimento das ferrovias, e mais que isto a já mencionada precariedade das estradas que cortavam o território brasileiro, numa menção da necessidade de se levar tal progresso ao Novo Mundo:

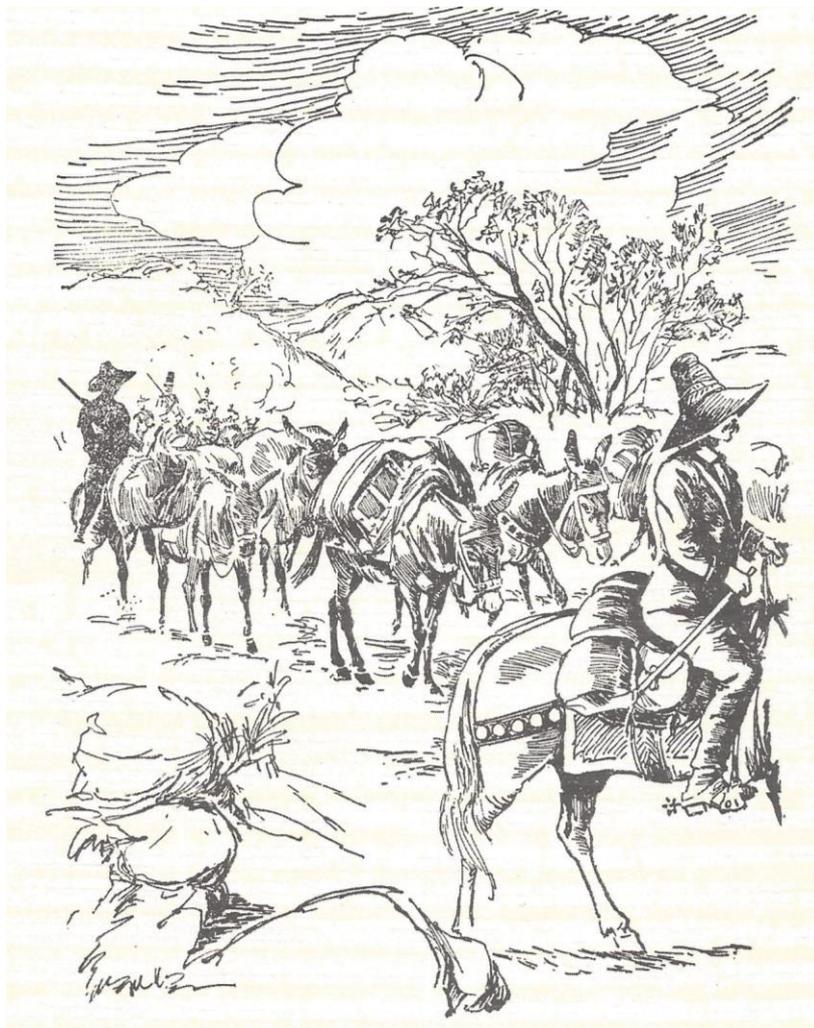


Figura 40: Marcha de uma tropa no interior do Brasil, gravura de Oskar Canstatt (sem data).
[Fonte: Canstatt (2010, p. 173)]

Mas não apenas de flores permeavam estes relatos dos viajantes no Brasil, no caso de Carl Seidler há uma rigorosa análise dos principais problemas dos aspectos sociais, estruturais e econômicos do império. O autor citará, por exemplo, a precariedade, rarefação e despreparo das forças militares, a falta de uma estrutura de recebimento e instrução dos jovens, e a já na época contestada escravidão, etc. No trecho abaixo vemos a referências a situação de castigo militar e como consequência uma inquietante consternação em meio a tais cenários observados no território brasileiro:

Esta é, pois, a tão gabada liberdade do Novo Mundo; sem receio de punição e sem dar contas, um tenente-coronel se atreve a encarcerar três oficiais de seu batalhão numa prisão que excede em nojeira à pior casa de cachorro, onde o pobre preso sofre não só a privação da liberdade, mas o flagelo físico de numerosas, martirizantes pragas de insetos. Realmente, em terras onde pode imperar semelhante arbitrariedade as leis mais sábias tomam-se inoperantes. Os brasileiros ostentam no seu orgulhoso escudo o globo terrestre e 19 estrelas e nas suas moedas inscrevem: “In hoc sig no vin - ces ” [sic] mas, certamente enquanto essa massa de castrados [sic] não adquirir outra mentalidade, jamais vencerá com este signo, como será difícil, por outro lado, transformar repentinamente toda uma nação, como por milagre. (SEIDLER, 2003, p. 297-298).

E em meio a um ou outro elogio como o fizeram os outros viajantes⁶⁸ Seidler novamente tece amargas críticas ao monopólio do chá inglês no Brasil, e mais que isto, a baixa qualidade daquele produzido no império bem como a falta de estrutura e iniciativa política para o cultivo de tal especiaria. Fora isto o autor menciona a situação de pobreza em que vivem a maior parte dos habitantes das cidades visitadas em sua excursão, principalmente o litoral do Rio de Janeiro:

O chá aqui produzido é pouco inferior ao chinês. Mas aqui falta ordem e fiscalização: os chineses nunca desmentem sua natureza de ladrões e conservam para si a melhor parte da colheita, que em seguida vendem a resto de barato nas ruas da cidade. Se essa cultura do chá fosse realizada com algum cuidado e inteligência, o império muito breve estaria em condições de produzir todo o chá necessário ao seu próprio consumo, muito considerável, e assim o país teria anualmente uma forte despesa a menos. Entretanto se conhece que o governo, apesar de finanças completamente derrocadas, acha que não vale a pena um melhoramento dessa espécie, que podia trazer um dia as maiores conseqüências. Naturalmente os ingleses também fazem quanto podem para estorvar tais plantações; mas será possível que um grande império independente, como o Brasil, por meio de medidas enérgicas não possa combater esse vil espírito de especulação de seus hóspedes não convidados! De um modo geral, o mesmo se passa com todas as outras produções dessa natureza: reproduz-se o caso da montanha a parir um rato. Assim como as especiarias antes mencionadas medram bem no Jardim Botânico, com facilidade poderiam ser cultivadas em todos os arredores do Rio de Janeiro, quiçá em toda a província, e nas regiões mais setentrionais, como Pernambuco, Ceará, Maranhão ou Pará, ainda muito melhor ha viam de aclimar-se. Mas o desleixo do governo não permite coisa diferente e a preguiça inata dos brasileiros não se coaduna com as mais úteis reformas. Só a mais premente pobreza, a mais profunda miséria, o mais alto grau de desespero sem saída, poderá determinar esse povo infeliz, por meio de aplicação, cultura e indústria, a reerguer da lama do caos atual a sua pátria, tal vez então demasiado decaída. (SEIDLER, 2003, p. 89-90 – grifo nosso).

A importância destes relatos, diários, descrições, representações imagéticas e demais documentos produzidos por estes viajantes e aventureiros no continente americano é imensurável. O registro discursivo eternizado pelas linhas destas cartas, tratados e memorandos ainda hoje possuem uma relação íntima das muitas interpretações históricas e geográficas a respeito da América dentro do ideário europeu sobre estas terras, e, no caso específico do estudo aqui efetuado, vemos a perenidade da ideologia espacial da ufanía edênica, apesar de que, em alguns momentos como nos relatos de Carl Seidler e Luis e Elizabeth Agassiz, por exemplo, não ficarem imunes

⁶⁸ Como é o caso deste trecho em que o autor cita um dos palácios do imperador na cidade de São Cristóvão: “A viagem por água, da cidade a S. Cristóvão, é quase igualmente bela, e sem dúvida é muito mais cômoda. Com a maior facilidade deslizam os botes por sobre a serena superfície líquida. À esquerda tem-se uma parte da cidade, à direita duas pequenas ilhas interessadamente cultivadas, e bem em frente ergue-se o encantador idílico S. Cristóvão. Num morro em frente ao palácio fica o já mencionado convento transformado em quartel, de melancólica memória. Atualmente está abandonado e provavelmente em breve estará em escombros, pois não é mais habitado nem por monges nem por soldados.” (SEIDLER, 2003, p. 92).

enumerações dos problemas de ordem principalmente urbana encontrados no Novo Mundo.

No que tange ao pensamento geográfico moderno a influência destas descrições se fará presente na própria metodologia dos primeiros geógrafos do século XIX, no uso de minuciosos relatos, gravuras e correlações entre o natural e o humano, e no caso brasileiro, o estandarte do desbravamento dos confins da natureza como ode a ser cumprido pelo labor científico será amplamente utilizado como justificativa na fase de afirmação da Geografia e também História do Brasil nas primeiras décadas do século XX, conforme veremos no próximo capítulo desta Dissertação.

Por fim, no discurso destes viajantes e aventureiros podem ser detectados aspectos da permanência dos traços ideológicos de ufanismo edênico em relação ao Brasil. No entanto, a diferença implícita em suas teorias e conceitos será uma alteração no modo de encarar esta sublimação das qualidades naturais e também sociais, voltando-se a atenção para uma aplicação incisiva de uma ambição organizacional e racionalista destas provisões físicas e humanas.

Desta nova visão em relação ao espaço geográfico é que surgem as correntes de pensamento que vão do possibilismo francês ao neopositivismo austríaco e determinismo germânico, como estruturantes do escopo epistemológico geográfico da época, e mantenedores de muitas das visões arquetípicas dos períodos colonial e imperial no caso do Brasil.

Como aporte de auxílio às teorizações supracitadas far-se-á necessário um itinerário de consulta referencial em outras obras e autores contemporâneos do período circunscrito pelo final do período imperial brasileiro e início do republicano. Com isto nomes de outros campos do conhecimento e representantes da produção literária da época serão e terão fundamental grandeza para o enriquecimento da argumentação.

A racionalização perante a grandiosidade dos recursos naturais disponíveis no Brasil já era algo visível desde a vinda da família real à sua maior colônia, em 1808. De D. João VI partiram as primeiras ordens do domínio da natureza, vigente desde a retomada renascentista, renovada no esclarecimento, idealizada no romantismo e racionalizada durante o século XIX. Era preciso expandir as fronteiras do mundo conhecido, enfrentar os desafios impostos pelo desconhecido. No que tange à Geografia, e em especial no caso brasileiro, este será o papel cumprido pelos inúmeros viajantes, de cronistas a pintores que cruzaram os quatro cantos do país:

O governo de D. João VI, acolhendo com interesse as iniciativas que neste sentido se tomavam, ia ao encontro de uma atmosfera propícia que a situação pós-napoleônica desenvolvera nos países europeus. A maior parte das

explorações que daí em diante se fizeram em todas as partes do Brasil tinham por objeto os problemas da Geografia, da Geologia, da Botânica, da Zoologia e de outras ciências naturais, mas foram tomando corpo também, ainda que em menor escala, as investigações sobre a língua e a cultura dos primitivos habitantes da terra. (HOLANDA, 1969, p. 426).

Conforme mostrado anteriormente há um percurso de interesse científico em relação Brasil, migra-se do aclamativo para o quantitativo e descritivo por meio das inúmeras expedições científicas (HOLANDA, 1958; 1969). Esta alteração do posicionamento dos intelectuais está ligada à passagem do romantismo, parnasianismo e simbolismo, enquanto panoramas de uma forma de pensar o mundo, para o realismo e naturalismo (influenciados, em grande medida, pelas teorias do final do século XIX como o positivismo, o evolucionismo e o determinismo ambiental) (PINHEIRO, 2009; REZENDE, 2006). A relação de proximidade da aclamação do sublime executada pelos autores romanescos, parnasianos e simbolistas levará de forma resultante ao interesse pelos aspectos científicos da natureza. Esta é em suma a característica matriz do naturalismo progressista:

O século XIX testemunhou a associação entre “naturalismo” e “naturalista”. O culto romântico à natureza despertou interesse pelo estudo do meio natural. Os estudiosos das ciências naturais, como a botânica e a zoologia, passaram, então, a denominarem-se naturalistas. Foi assim que, ao longo do século XIX, o avanço da ciência fez com que os vocábulos “naturalismo” e “naturalista” deixassem de lado a acepção filosófica para adquirir um sentido científico. A associação com a ciência permitiu que os termos perdessem o tom pejorativo de ateísmo e epicurismo, adquirindo respeitabilidade. (CORRÊA, C. 2012, p. 3047, grifo nosso).

Esta realidade da presença do pensamento naturalista chegou ao Brasil. Conforme já mencionado anteriormente, é com o rei D. João VI que a busca por conhecimentos a respeito do Brasil em seus aspectos naturais e sociais irá se intensificar, mas também haverá continuidade deste pensamento com D. João I e II. Dentre os principais intelectuais que passaram por solo brasileiro neste período de valorização naturalista no século XIX, podemos destacar a relação apresentada abaixo:

QUADRO 5: PRINCIPAIS VIAJANTES NO BRASIL NO PERÍODO IMPERIAL E INÍCIO DA REPÚBLICA

| Viajante | Estudos Realizados |
|---|---|
| Barão de Langsdorff (1774-1852) | Formação em Ciências Médicas; visitas às regiões litorâneas do Sul e Sudeste; foco em coleta de dados botânicos e entomológicos. |
| Príncipe Maximiliano de Wied (1782-1867) | Viagens por Rio de Janeiro e Bahia; interesse em etnologia e zoologia em companhia de Georg Freyreiss (1789-1825) e Friedrich Sellow (1789-1831) |
| Friedrich Sellow (1789-1831) | Naturalista; fez missões no interior de São Paulo e Minas Gerais. |
| Georg W. Freyreiss (1789-1825) | Naturalista missionário do Museu de Berlim, enviado às Américas como angariador de exemplares para o plantel botânico e zoológico. |
| Pierre A. Delalande (1787-1823) | Enviado pelo governo francês; interesse principal na fauna brasileira. |
| Auguste P. de Saint-Hilaire (1779-1853) | Companheiro de Delalande; além de se interessar pelos aspectos físicos, perscrutou as condições sociais das populações das regiões visitadas em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul e Bahia. |
| W. Swainson (1789-1855) e Charles Waterton (1782-1865) | Ingleses naturalistas, se ativeram à região nordeste; além de coletarem amostras botânicas e zoológicas, fizeram grande número de desenhos, pinturas e algumas crônicas. |
| Expedição Austríaca (primeiras décadas do séc. XIX) | Vários cientistas compuseram a expedição (Pohl, Mikan, Natterer, Schott, Sochor, Ender, Buchberger, Spix, Martius e Raddi); amplas viagens com fins naturalistas e também etnográficos pelo Brasil. |
| Peter W. Lund (1801-1880) | Dinamarquês considerado o pai da paleontologia brasileira, fez expedições no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. |
| Alcide d'Orbigny (1802-1857) | Enviado francês do Museu de História Natural de Paris às regiões sulinas da América; fez importantes coletas geológicas, pedológicas e florísticas, com grande especificidade descritiva. |
| Eduard F. Poeppig (1798-1868) | Naturalista germânico e paisagista percorreu quase toda a extensão da bacia amazônica de Belém do Pará ao sopé dos Andes. |
| Theodore Descourtilz (1796-1855) | Naturalista francês; percorreu as Antilhas e várias regiões brasileiras coletando informações ornitológicas. |
| Charles Darwin (1809-1882) | Um dos maiores naturalistas da Inglaterra, viajou por toda a América com fins a confirmar seu ideário evolucionista. |
| George Gardner (1812-1849) | Botânico e zoólogo inglês, percorreu todo o Brasil coletando informações de animais, vegetais e dados populacionais. |
| Francis Castelnau (1810-1880) | Naturalista inglês taxidermista; se interessou por questões de engenharia hidráulica (transposição de cursos d'água) na Amazônia e Paraná. |
| Alfred R. Wallace (1822-1913) e Henry W. Bates (1825-1892) | Jovens naturalistas ingleses, influenciados pelas teorias darwinistas; viajaram pela bacia amazônica para análises de cunho evolucionista. |
| Richard Spruce (1817-1893) | Botânico inglês, darwinista; percorreu a Amazônia para seus trabalhos. |
| Hermann Burmeister (1807-1892) | Zoólogo alemão com interesse em paleontologia; por suas contribuições, foi convidado a dirigir Museus Naturais no Brasil e Argentina. |
| Louis Agassiz (1807-1873) | Naturalista suíço de importante papel na angariação de informações naturais (especificamente na coleta de peixes e dados etnológicos do Brasil). |
| Charles Hartt (1840-1878) e Orville Derby (1851-1915) | Importantes geólogos norte-americanos; elaboraram teorias sobre efeitos de glaciação e classificação estratigráficas das rochas brasileiras; participaram de Comissões Geológicas em todo o Brasil. |
| Clyde H. Smith (1876-1940) | Geólogo e naturalista norte-americano; além de se interessar por aspectos péticos do Brasil, estudou questões patológicas e climáticas do nordeste. |
| Carl Von D. Steinen (1855-1929) Paul Ehrenreich (1855-1914) | Etnógrafos alemães; viajantes pela região sul da Amazônia, coletando informações sobre os nativos. |

[Fonte: Adaptado de Holanda (1969, p. 445-467)]

Com base no quadro apresentado acima o que fica claro é que houve de fato um considerável movimento de exploração científica, predominantemente naturalista, mas também etnográfica em todo Novo Mundo. Por meio dos dados acumulados por estes viajantes, ou nas palavras de Baulig (1982) os aventureiros, é que serão elaboradas as primeiras teorias de valorização das características físicas destes países visitados⁶⁹. No caso do Brasil a resultante será uma ideologia espacial e espacialista da identidade nacional (GAUDIO, 2007), que passa a ser muito mais geográfica territorial do que histórica:

É interessante assinalar que, contrastando com esse quadro de dispersão no século XIX, tem-se o discurso geográfico como uma ideologia eficaz no contexto periférico, gerando argumentos de base naturalizante bastante úteis numa situação de identidade histórica problemática como era o caso brasileiro. Com a emancipação política em 1822 era necessário consolidar o Estado nacional, numa situação onde quase metade da população era constituída de escravos. Na dificuldade de identificar-se numa nação, o Estado brasileiro vai tomar o território como centro de referência da unidade nacional, tomando o seu povoamento como a tarefa básica a ser realizada no processo de construção do país. Tal concepção especialista enraíza-se na cultura política do Brasil estimulando argumentações de forte conteúdo geográfico que adentram pelo século XX, fundamentando algumas das principais interpretações do país nas primeiras décadas republicanas. (EVANGELISTA, 2006, p. 7).

Por grande influência da filosofia positivista e das teorias evolucionistas e organicistas das primeiras décadas do século XX, o naturalismo assim como o realismo, será o enfretamento do mítico, do fantástico, abalando o sublime resguardado na selva e no selvagem⁷⁰, o objetivo era enfrentar a face monstruosa do cândido, a ferocidade da beleza, domando-a e relegando a sua potência para as vontades e interesses dos que assim podiam levar a cabo tais patamares (em nosso caso, primeiramente o Estado reinol, imperial e posteriormente republicano). Vejamos a figura a seguir que se enquadra neste contexto:

⁶⁹ As extrações dos relatos de alguns destes viajantes anteriormente expostas faz uma referência a este quadro, pois era evidente a preocupação e o encantamento com as características naturais, mas, de igual modo eram suscitados outros aspectos dos locais visitados como a urbanidade, a população, o comércio e os meios de transporte destes lugares, por isto que, alguns destes diários são verdadeiros compêndios de diferentes aspectos da vida colonial e posteriormente imperial do Brasil e América como um todo.

⁷⁰ “Para o romântico, a razão é um limite que importa superar pelo arranco das potências obscuras do ser. [...] Daí uma dialética da vida e do pensamento, que o Neoclassicismo atenuou ao postular a equivalência dos dois termos. Alguns românticos acentuarão a primazia da natureza, outros a do espírito [...] De qualquer modo, a natureza é algo supremo que o poeta procura exprimir e não consegue: a palavra, o molde estreito de que ela transborda, criando uma consciência de desajuste.” (CANDIDO, 1989, p. 32).



Figura 41: *Alexander von Humboldt et Aimé Bonpland (Orinoco, Venezuela)*, de Eduard Ender
[Fonte: <http://www.uni-leipzig.de>]

Nesta figura temos a representação daquele que é considerado um dos pais da Geografia Moderna, ou seja, Alexander von Humboldt – localizado ao centro, exaltado pelo foco da luz da tela que sobre sua imagem recai; ao seu lado está Aimé Bonpland. O mais importante a destacarmos nesta tela de Eduard Ender é a maneira como o artista ilustra magistralmente o enfrentamento entre a ciência e a técnica – aqui representada pelos instrumentos espalhados pelas acomodações dos cientistas – com a grandeza e exuberância das terras do Novo Mundo.

Desta maneira fica fácil perceber a importância dada a estes componentes imagéticos: a figura humana do sábio desbravando pelo conhecimento o mundo desconhecido, os instrumentos técnicos que permitem tal ação destes detentores do labor mental para a sistematização dos estratos informacionais colhidos nas várias viagens ocorridas no decorrer dos séculos XVIII e XIX; e por fim, como pano de fundo, e também numa relação simbiótica aos outros elementos, a natureza em sua onipresença para aqueles que nela se aventuraram durante tais explorações.

É interessante notarmos que em todas as crônicas e diários de viagem analisados, apesar de se tentar manter o tom sóbrio da argumentação, volta e meia os autores ainda

se rendem à exuberância natural dos trópicos⁷¹. O naturalismo para além de uma delimitação terminológica temporal e conceitual abarca em si um período de grande influência das ciências naturais, para com as outras ciências e na vida social como um todo (DOMINGUES, 1991; KUHN, 2007), enunciar naturalismo e naturalista é inevitavelmente entoar um epicentro terminológico polissêmico recheado de desdobramentos históricos e culturais:

Não podemos ver no conceito de “naturalismo” uma noção unívoca. Entre seus vários sentidos, destacaremos dois: o filosófico e o epistemológico. Do ponto de vista filosófico, o “naturalismo” se apresenta, antes de tudo, como doutrina que exclui por completo toda e qualquer referência a um saber de ordem “espiritual”, vale dizer, toda ingerência do sobrenatural ou do transcendente na interpretação dos fenômenos naturais. Do ponto de vista epistemológico, o “naturalismo” designa a teoria do conhecimento que nega radicalmente, por uma questão de princípio, a especificidade das ciências humanas e a validade de seus conhecimentos, sob o pretexto de que o único modelo de ciência possível de ser aceito como verdadeiro, deve ser o das ciências naturais. (JAPIASSU, 1975, p. 78).

O naturalismo perdurará no período histórico conhecido como República Velha (1889-1930), no qual não há grandes alterações no que dizia respeito ao quadro econômico brasileiro⁷². No entanto é importante assinalarmos algumas peculiaridades durante os governos encabeçados pelos altos escalões militares da época, a saber: a extinção do poder moderador e equalização dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) uns para com os outros; alteração da condição de províncias para estados, de acordo com a influência federativa estadunidense na constituição de 1891; incentivo à fundação de manufaturas, principalmente nas cidades por onde passavam as linhas férreas, fomentado as demandas de bens de consumo e produtos perecíveis para o grande número de trabalhadores das lavouras; a continuidade de incentivo de grandes contingentes de imigrantes para as lavouras de café, no chamado “branqueamento” da população brasileira; a separação do Estado e Igreja, conforme a diretriz positivista servida de alcunha diretiva dos ideias políticos dos governantes de origem militar deste

⁷¹ “É o Amazonas também o rio mais profundo da Terra. Nalguns pontos a sonda, conforme asseguram exploradores dignos de crédito, não encontrou fundo nem mesmo a 600 e 800 pés. Contudo, pode haver algum exagero nisso. Em todo caso, é certo que excede tudo o que a fantasia puder engendrar nesse sentido.” (CANSTATT, 2002, p. 34). Mesma admiração é vista em Granham (1990, p. 194-195): “Nada do que vi até agora é comparável em beleza à baía. Nápoles, o Firth of Forth, o porto de Bombaim e Tricomalee, cada um dos quais julgava perfeito em seu gênero de beleza, todos lhe devem render preito porque esta baía excede cada uma das outras em seus vários aspectos. Altas montanhas, rochedos como colunas superpostas, flores luxuriantes, ilhas de flores brilhantes, margens de verdura, tudo misturado com construções brancas, cada pequena eminência coroada com sua igreja ou fortaleza, navios ancorados, ou em movimento, e inúmeros barcos movimentando-se em um tão delicioso clima, tudo isso se reúne para tornar o Rio de Janeiro a cena mais encantadora que a imaginação pode conceber.”

⁷² “O aproveitamento improdutivo do solo, a conquista do mundo vegetal e da vida animal, e, finalmente a economia destrutiva. Em seu conjunto, esses fatores talvez retratem perfeitamente a civilização material brasileira, cem anos após ter conquistado à metrópole sua independência política.” (NASH, 1939, p. 230).

período⁷³; permanência dos favorecimentos às oligarquias antes provincianas e agora estaduais – como, por exemplo, no voto de cabresto nas eleições⁷⁴; e talvez um ditame político almejado desde o Império e tornado constitucional, que era a transferência da capital do país do litoral para o interior, que seria concretizado algumas décadas depois (BASTOS, 1997; BRASIL, 2012; 2008).

Apesar de todas estas mudanças no quadro político, econômico e social, a mazela do atraso técnico herdada da fase imperial continuava a barrar os principais objetivos dos governantes. Se de um lado havia visionários no governo que tentavam modernizar as estruturas produtivas do país, a mentalidade ruralista, coronelista e baronesa se configurava como o maior entrave para tais pretensões. A promessa da nação do destino ordenado e progressivo esbarrava-se assim com a anacronia da aristocracia espalhada em todos os estados do país:

Em suma, a República, rompendo os quadros conservadores dentro dos quais se mantivera o Império apesar de todas suas concessões, desencadeava um novo espírito e tom social bem mais de acordo com a fase de prosperidade material em que o país se engajara. Transpunha-se de um salto o hiato que separava certos aspectos de uma superestrutura ideológica anacrônica e o nível das forças produtivas em franca expansão. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 209).

Um dos meios pelos quais o governo republicano encontrou para o enfrentamento da hostilidade da natureza brasileira, em especial o cerrado, a caatinga, o pantanal e a floresta amazônica – dos verdadeiros sertões clássicos do território brasileiro segundo Fadel (2011) – foram as campanhas militares, das quais podemos citar dois representantes, considerados pais do sertanismo nacional: Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), que enveredou grandes campanhas de mapeamento físico e social das atuais regiões Centro-Oeste e Amazônia brasileira; e os irmãos Villas-Bôas: Orlando (1914-2002), Cláudio (1916-1998) e Leonardo (1918-1961), que tiveram grande participação em explorações no atual parque do Xingu (MATTOS, 1975; VILLAS-BÔAS, O.; VILLAS-BÔAS, C., 2012). Vejamos uma opinião concernente a este contexto de enfrentamento das forças hostis da natureza nefasta:

BRASIL – imenso, fantástico, verde, seco e pardacento. Florestas onde o silêncio é sepulcral. Uma campina florida, uma tropa que passa, uma viola que geme... Cidades gárrulas onde o modernismo se expande; cidades que

⁷³ Ressalta Edgar Morin (2005), que, apesar de já no ano de 1900 as bases do ordenamento físico do universo terem sido abaladas pelas teorias atômicas renovadas e posteriormente pela relatividade einsteiniana, no Brasil persistirá o pensamento de ordenamento territorial, social e cultural, como matriz política, cultural e econômica nas primeiras décadas da República.

⁷⁴ Esta prática de subversão do processo eleitoral é ironicamente retratada na obra *Triste Fim de Policarpo Quarema* (1916), de Lima Barreto (consultada por nós em edição de 2010).

gritam pelos apitos das caldeiras. “Gaiolas” singrando rios vagarosos, imensos; álas de cafeeiros que se se perdem no horizonte. Ouro no cascalho, ouro no cacauero, ouro na frondosa copa do ipê. Por tudo um tom melancólico. E, depois, a marcha contínua de legiões de homens contra as forças hostis da natureza. (NASH, 1939, p. 13).

No entanto, apesar desta tendência de valorização dos aspectos naturais e sociais do Brasil, uma questão que fica em voga é a aceção mais intensa ou branda, a depender do autor, em relação a uma aceleração temporal, ou seja, os indícios de uma necessidade em se propor caminhos para a modernização brasileira, colocando o país nos trilhos do tempo e do que havia de mais atual à época. Esta aceleração temporal em direção ao futuro prometido ao Brasil está diretamente ligada ao discurso do progresso. A Semana de Arte Moderna de 1922 é um mosaico destas tendências que variam em transições propositivas pautadas tanto num passado saudosista como na aclamação de um porvir de prosperidade aos brasileiros:

Os campos estão claramente divididos, já em 1920: de um lado, as forças do futuro, a defesa dos anseios dos tempos novos, e, do outro, os conservadores, os saudosistas de uma época ultrapassada. Estão em conflito, enfim, o velho e o novo. À inércia opõe-se o dinamismo, ao passado o porvir, à tradição a renovação (ou talvez a revolução), ao ontem o hoje. É, numa palavra, a ruptura. [...] Os modernistas não têm mestres no Brasil. Ou porque estão mortos ou porque, menos vivos, são como praticamente inexistentes para eles. (BRITO, 1971, p. 136-137).

Esta dualidade entre o velho (na superestrutura, na mentalidade da época) e o novo, no crescimento urbano e industrial, refletirá no maior fato paradigmático do pensamento da época, que é o movimento modernista brasileiro. O movimento literário modernista do início do século XX no Brasil teve como principal traço a busca pela identidade nacional brasileira, na releitura de contribuições estrangeiras como visto em seu Manifesto Antropográfico de 1928 de Oswald de Andrade (2012) ou criação e retomada de temas com teor originário, como o selvagem, a natureza e as características culturais das regiões brasileiras. Em certa medida era visível nos modernistas influências que iam do romanesco ao realismo, e do naturalismo ao simbolismo da *belle époque* (BRITO, 1971; CITELLI, 2004).

Entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1922, ocorreu em São Paulo a Semana de Arte Moderna, com ideias e propostas inovadoras para arte, história e política brasileira, mas além dos já notáveis nomes presentes neste importante fato histórico, havia um grupo ainda maior de representantes deste movimento, eram eles: Mário de Andrade (1893-1945), Menotti del Picchia (1892-1988), Guilherme de Almeida (1890-1969), Tarsila do Amaral (1886-1973), Plínio Salgado (1895-1975), Oswald de Andrade (1890-

1954), Cândido Mota Filho (1897-1977), Sérgio Milliet (1898-1966), Anita Mafalatti (1889-1964), Di Cavalcanti (1897-1976), Vicente do Rêgo Monteiro (1899-1970), John Graz (1891-1980), Victor Brecheret (1894-1955), Patrícia Rehder Galvão (1910-1962), Antônio Moya (1891-1949) (BRITO, 1971; CANDIDO, 1989). Vejamos abaixo uma definição resumida do que foi o movimento modernista do início do século XX:

Naturalismo, Modernismo, Mundonovismo, se presentan, así, como tres etapas dialécticas de una mesma época de transición del siglo XIX o, mejor, de la época de romanticismo y realismo (1830-1880) conduce a la del realismo mítico (1930-1980), cumpliendo con una función de bisagra que permite e inicia un cambio fundamental de orientación. (POLLMAN, 1994, p. 12).

Como já exposto anteriormente na passagem do século XIX para o XX houve todo um contexto situacional de ambição progressista aliada ao pensamento racional. Esta inclinação dominante na maneira de se pensar neste período pode ser denominada de “novomundismo” ou “mundonovismo”, do qual os países sul-americanos foram os principais representantes. Para Rangel (1981) e Ianni (2004) tal posição pode ser observada também na permanência de certos posicionamentos arquetípicos em relação à maneira como o continente americano e seus habitantes eram vistos pelos europeus e pela própria aristocracia destes países (CHAUÍ, 2005; MAGNOLI, 1997).

O “novomundismo” ou “mundonovismo” é, portanto, uma ideologia fagocitada pelo simbolismo parnasiano e modelada racionalmente ao realismo naturalista como símbolo de continuidade do ufanismo edênico brasileiro e americano em geral (RANGEL, 1981)⁷⁵. O simbolismo abstrato dava lugar ao simbolismo de proximidade ao real, transcendido do físico natural fantástico, fortalecendo ainda mais a permanência do fardo do mito: “Um símbolo nem se impõe com uma necessidade natural, nem pode privar-se em seu teor de *toda* referência ao real [...] Enfim, nada permite determinar as *fronteiras do simbólico*.” (CASTORIADIS, 1982, p. 144). O Brasil como fazedor parte da ideologia do Novo Mundo se reconveria no símbolo do *locus* do vir-a-ser, mas agora pautado na plausibilidade de toda sua potência e riqueza natural desvelada pela técnica, racionalidade e pensamento científico⁷⁶:

⁷⁵“Ou o simbolismo é visto como simples revestimento neutro, como instrumento perfeitamente adequado à expressão de um conteúdo preexistente, de ‘verdadeira substância’ de relações sociais, que nem acrescente nem diminui nada. Ou então a existência de uma ‘lógica própria’ do simbolismo é reconhecida, mas esta lógica é vista exclusivamente como a inserção do simbólico em uma ordem racional, que impõe suas consequências, quer desejemos ou não.” (CASTORIADIS, 1982, p. 142-143).

⁷⁶“O ‘tom idílico’ conferido à natureza, o destaque de sua beleza e potencial vão, de modo sutil, construindo as futuras imagens que darão embasamento ao nacionalismo patriótico veiculado pela geografia escolar, sobretudo a partir de 1930. Ou seja, ainda que não se possa falar que havia uma geografia escolar brasileira no período imperial ou mesmo no início da República, a Geografia – das riquezas e belezas brasileiras, dos montes e vales, dos rios e mares, do povo pacífico, ordeiro, sem

Este simbolismo mítico encontrava sua renovação nas Américas por meio do já mencionado discurso tecnicista do século XIX, início do século XX. Este período seria propício para a busca das bases reais de afirmação ou reafirmação da potência simbólica do mito edênico herdeiro do utopismo seiscentista no Novo Mundo. Daí a força do mito em sua reconfiguração histórica na garantia de sua permanência e influência:

O alcance da utopia europeia que presidiu nosso ato de batismo é muito mais longo do que a vigência dos enunciados em que se formulou pela primeira vez. [...] A visão de paraíso com que os europeus descortinam a paisagem de nossas terras não é nem uma visão puramente medieval, nem puramente renascentista. É este amálgama de passado e futuro que fornece o material de que as utopias são construídas. Projetada na América, a utopia europeia rouba de nosso continente a possibilidade de experimentar o presente que nos gerou. O mito do Paraíso Terrestre torna-se assim o vetor utópico que orienta uma ação desenfreada voltada apenas para o futuro, ao mesmo tempo em que se presta a exorcizar os fantasmas de um passado desenraizado da história. (SOUZA, 1994, p. 100).

E com base nesta explanação da renovação do utopismo por meio do discurso edenista mencionada por Souza (1994) é que, mesmo com o passar dos séculos, muitos foram os autores que reincidentemente buscaram na valoração mítica da natureza, típica do deslumbramento paisagístico do século XVI, um ponto de partida para exaltação do próprio Brasil enquanto estado-nacional, e também como justificativas endossáveis de valorização identitária pela população⁷⁷.

Algumas dessas obras ufanistas, e muitas vezes alheias ao intenso processo dialético dos interesses e forças desiguais que agiram em toda formação nacional brasileira, temos *Porque me ufano do meu país* (1900), de Afonso Celso e *Retrato do Brasil* (1928), de Paulo Prado. Estas e outras obras fundamentam-se em austero teor ufanista do edenismo ideológico; não raro as veremos sendo bancadas por órgãos governamentais dos quais o interesse ideológico presente no ato de explorar esta capacidade simbólica da paisagem quinhentista, visível em políticas de governo voltadas para a produção de heraldismos pátrios.

A pequena obra de Afonso Celso é uma das mais ilustrativas neste quesito ufanista, como no trecho a seguir: “Não há no mundo país mais belo do que o Brasil.

preconceitos, mestiço – e seu destaque na literatura, por exemplo, fornecerão a matéria-prima para a construção posterior dos estudos de geografia brasileira. Estes em geral, até hoje, apesar das mudanças, assentam-se em discussões acerca do estudo dos limites e extensão do Brasil, passam por suas características físicas – suas belezas? – desembocam no seu povo/população e deságuam na riqueza econômica e na crença no ‘país do futuro’”. (GAUDIO, 2007, p. 56-57).

⁷⁷“Doado pela Providência, recebeu o Brasil aquilo que outros países, derramando rios de sangue, imensas dificuldades tiveram em alcançar. [...] Somos filhos de um bondoso, sadio, robusto colosso. Refere a Bíblia que Saul foi proclamado rei, por ser mais alto que todo o seu povo do ombro para cima. O Brasil sobreleva em tamanho quase todos os países do globo. Quando lhe falecessem outros títulos à precedência (e esses títulos abundam) bastava-lhe a grandeza física. (CELSONO, 1997, p. 30-31).

Quantos o visitam atestam e proclamam essa incomparável beleza. Dentro do enorme perímetro brasileiro, encontra-se tudo o que de pitoresco e grandioso oferece a terra.” (CELSO, 1997, p. 33).

No entanto, nas demais obras mencionadas tal teor de sublimação das características físicas perduram, fazendo jus ao cuidado nas descrições de tais características nas cartas quinhentistas e seiscentistas, principalmente no que dizia respeito às riquezas existentes em cada região do globo. E este edenismo será recorrente e presente durante toda nossa história, na perduração “d’A Visão do Paraíso” que menciona Holanda (1958). Abaixo um relato desta expressividade edênica na obra de Paulo Prado, que data de 1928, ou seja, do mesmo período da obra de Afonso Celso:

Habita o vastíssimo território a mais variada fauna, tão extensa como a própria flora. Representam-na como tipos característicos as 19 espécies de Edentados: tatus, preguiças e tamanduás. Pássaros, das mais vistosas plumagens — com as suas 72 espécies de papagaios, beija-flores e bandos de borboletas, acordam e animam araras, periquitos e maitacas, — com os seus tucanos, o silêncio da mata feito de mil ruídos de insetos. Nos primeiros tempos, cardumes de baleias freqüentavam a miúdo as praias e recôncavos da costa: das janelas do Colégio da Bahia os primeiros jesuítas as avistavam “saltando tantas e tão grandes, que era para ver”. Mais para dentro, além da antecâmara suntuosa da floresta, se estendia a vastidão da terra desconhecida — caatingas, catanduvás, cerrados, cerradões, carrascos, campos-gerais, pantanais, — donde desciam ou se afundavam pelos sertões os largos rios, cheios de promessas misteriosas, convergindo nas três grandes bacias do Amazonas, do Prata, e na do Oceano Atlântico em que avultam o Parnaíba e o S. Francisco. Por esse interior, em Minas, Goiás, Mato-Grosso, S. Paulo e todo o Sul, recomeçava a mata, aproveitando os grandes acidentes de relevo, o paredão do planalto, a umidade das cabeceiras, as condensações frequentes (PRADO, 1981, p. 23-24).

E o simbolismo do novomundismo citado por Porrata e reforçado por Paulo Prado e Afonso Celso também ocorria em relação ao componente humano das novas terras, e neste sentido entra o misticismo como fonte de tal defesa⁷⁸, apesar de que, não só no Brasil mas em outros países sul-americanos como Uruguai e Argentina ter havido uma ampla política governamental de “branqueamento” da população.

Em síntese de disto que foi exposto em relação à nova roupagem do utopismo faunístico, florístico e humano é que Porrata (2002) afirma haver em toda a América do Sul, nas primeiras décadas do século XX um “realismo mágico” – a obra de Afonso Celso mencionada é um claro exemplo deste quadro situacional da discursividade utopista do período – ao mesmo tempo simbolista, naturalista, racionalista e

⁷⁸ “É hoje verdade geralmente aceita que, para a formação do povo brasileiro, concorreram três elementos: o selvagem americano, o negro africano e o português. Do cruzamento das três raças resultou o mestiço que constitui mais de metade da nossa população. Qualquer daqueles elementos, bem como o resultante deles, possui qualidades de que nos devemos ensoberbecer. Nenhum deles fez mal a humanidade ou a deprecia. E se não, vejamos.” (CELSO, 1997, p. 83).

regionalista⁷⁹ e ávido pelo encontro de um retrato das características físicas e sociais legítimas dos países dos quais os autores eram originários. No Brasil, um embate entre a figura do bom selvagem (RANGEL, 1981; HOLANDA, 1984) com uma realidade mais próxima da vida social vigente é a obra *Macunaíma*, de 1928, de Mário de Andrade (1982), que demonstra bem esta busca pela dialética desconstrutiva e remodeladora dos mitos coloniais do país.

O movimento modernista brasileiro à sua época foi vanguardista e assim é considerado até os dias atuais: “Propunham os modernistas uma revisão do conceito de beleza e abalavam a noção do belo imutável, fundamentado na filosofia de Platão, segundo afirmavam os teorizadores acadêmicos.” (BRITO, 1971, p. 211).

Uma das questões visíveis nas obras modernistas era o dilema temporal de saudosismo do passado, do nativismo, do bucolismo e dos aspectos regionalistas em contraposição ao contexto da época de futurismo, da valorização da vida citadina, da ideia do progresso como meta política, econômica e cultural; do “novomundismo”⁸⁰ e da continuidade secular do destino mítico da sociedade brasileira como promessa de continuidade à civilização ocidental

Os modernistas poupam o simbolismo em seu organizado ataque às correntes estéticas anteriores. Na verdade respeitam a escola simbolista, chegando mesmo a considera-la inspiradora de muitas de suas atitudes e a admitirem até estarem dando prosseguimento aos princípios por ela formulados. (BRITO, 1971, p. 207).

⁷⁹ Esta dualidade conceitual do movimento modernista pode ser observada na considerável gama de correntes surgidas neste período, assim no caso brasileiro tínhamos o regionalismo contraposto ao futurismo, impressionismo, cubismo, dadaísmo, abstracionismo, etc. É interessante lembrarmos que este discurso futurista seria levado à concreticidade por meio da construção da nova capital do Brasil, Brasília, na década de 1960.

⁸⁰ A ideologia do novomundismo ou mundonovismo como chama Pollman (1994), acompanhará o Brasil por todo o século XX, de forma perene: “Eis a América, o continente se impõe. Ele é feito de todas as presenças que animam ao crepúsculo o horizonte nebuloso da baía; mas, para o recém-chegado, esses movimentos, essas formas, essas luzes, não indicam províncias, lugarejos e cidades; não significam florestas, campos e vales e paisagens; não traduzem os passos e os trabalhos de indivíduos que se ignoram uns aos outros, cada um fechado no horizonte estreito da sua família e do seu ofício. Tudo isso vive numa existência única e global. O que por todos os lados me rodeia e me esmaga, não a diversidade inesgotável das coisas e dos seres, mas uma só e formidável entidade: o Novo Mundo.” (LEVI-STRAUSS, 1957, p. 79). Vemos o mesmo posicionamento em épocas mais recentes (décadas de 70, 80 e 90 do século XX) em expedições à floresta amazônica, o mesmo discurso se repete: “Perto de mim eu sabia que morcegos haviam voado através das copas das árvores em busca de frutos, que cobras das palmeiras, prontas para o bote, haviam se enroscado nas raízes das orquídeas, que as onças haviam passado pela margem do rio; em torno deles lá estavam 800 espécies de árvores, mais do que as nativas em toda a América do Norte; mil espécies de borboletas, 6% de toda a fauna do mundo, esperavam a aurora. Das orquídeas do lugar sabíamos muito pouco. Dos mosquitos e besouros quase nada, dos fungos nada, da maior parte dos organismos nada. Cinco mil tipos de bactérias poderiam ser encontrados num punhado de terra, e deles não sabíamos absolutamente nada. Isto era a selva no sentido quinhentista do termo, tal como de ter se formado nas mentes dos exploradores portugueses, com seu interior ainda amplamente inexplorado e cheio de plantas e animais estranhos, geradores de mitos. De um lugar destes o piedoso naturalista enviara longas e respeitadas cartas a seus protetores reais sobre as maravilhas do novo mundo como testemunho da glória de Deus. E eu pensei: ainda há tempo para ver esta terra desse modo.” (WILSON, 1992, p. 7 – tradução livre).

O aspecto de transição entre o futurista e o arcaico, visível no movimento modernista, faz parte de um quadro social, político e econômico bem maior. Ao analisarmos, por exemplo, o governo do presidente Getúlio Vargas, tal imbricação entre passado e futuro é facilmente perceptível em suas ações, que procuravam superar as oligarquias regionais, para assim fazer valer o lema político do progresso e de enfrentamento das dificuldades impostas ao Brasil por suas próprias características naturais. Tal política será denominada “Marcha para o Oeste”, em referência aos antigos bandeirantes e pioneiros norte-americanos (MOOG, 1966; GUALBERTO, 1995). Nas palavras do próprio Getúlio Vargas, os objetivos de tais ditames políticos se davam:

Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente de cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar: – dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial (VARGAS, 1938, p. 124).

Esta marcha para o Oeste, incluía também a região do bioma amazônico como última fronteira a ser explorada na grandeza natural do Brasil. Seguindo a pulsão pela aceleração do tempo perdido pelos séculos de colonização, o presidente conclama a continuidade pela busca do Eldorado, entendido não mais apenas como o ouro do bulionismo seiscentista, mas englobando toda e qualquer riqueza passível de ser angariada como dividendos econômicos rentáveis, e de preferência susceptíveis à produção em escala industrial.

A Amazônia herdava desta forma a herança da territorialidade edênica, na já presença secular do paraíso terreal. Mas, em sua grandeza, tal região do Brasil precisava ser redescoberta, estudada, mapeada para assim ser possível sua dominação e principalmente exploração econômica, com o viés de desenvolvimento e crescimento do país com o estabelecimento de tais medidas de exploração na floresta equatorial.

A seguir vemos uma imagem que denota ricamente esta nova fase de “conquista” do paraíso terreal, neste caso, o bioma amazônico, junto ao discurso ufanista, militarista e econômico amplamente utilizado nas primeiras décadas da república em diferentes campanhas exploratórias nesta região:



Figura 42: Marechal Cândido Rondon com índios Paresi de 1912.

[Fonte: Haag (2013, p. 1)]

A imagem acima do Marechal Cândido Rondon na Amazônia tem uma importância especial, a fotografia faz parte da pesquisa de Carlos Haag (2013)⁸¹, que numa exposição junto ao site da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) dos seus estudos nos traz exatamente o caráter de continuidade desta empreitada do governo brasileiro republicano em consonância do que já havia sido feito anteriormente pelos próprios viajantes, ou seja, não apenas relatos, diários, figuras e gravuras eram feitas.

Mas também uma busca profunda pelas potencialidades do território brasileiro, e neste sentido, as incursões militares como as efetuadas por Rondon estavam intimamente ligadas ao poder e interesses do Estado frente ao território brasileiro e sua imensidão ainda a ser explorada principalmente no quesito econômico:

A pesquisa concluiu que o propósito da Comissão Rondon era de que seus membros não estavam encarregados apenas da expansão da rede telegráfica nacional, mas da definição das distintas potencialidades do território da porção norte do país para a discriminação entre áreas de exploração e conservação de recursos naturais e humanos. O projeto, nesse contexto, traz à luz a importância da comissão na institucionalização das ciências no país e no papel crescente do Estado como fomentador das pesquisas científicas, em

⁸¹ O título do artigo não seria mais sugestivo sobre a significância do trabalho do autor, ou seja a “Ciência para criar uma nação”. O simbolismo destas tropas, cientistas e seu contato com a selva e nativos ia muito além do que as imagens podem sugerir, um significado que possui reminiscências com a já citada algumas vezes ideologia espacial do ufanismo edênico.

especial a ciência aplicada, pensada como instrumento de modernização nacional. (HAAG, 2013, p. 2).

E além destas campanhas de cunho militar e governamental houve igualmente um fato histórico dos mais curiosos na década de 1920 digno de nota, que foi a instalação de um complexo industrial do megaempresário Henri Ford na cidade de Aveiro, no estado do Pará, às margens do Rio Patajós, para a produção de látex e fornecimento de matéria-prima para os pneus dos automóveis montados nos Estados Unidos (GRANDIN, 2009).

Devido a conflitos de natureza cultural, a dificuldade de adaptação e implementação do instrumental necessário para a extração, transporte e exportação do látex⁸², o empreendimento foi cancelado com pouco mais de dois anos de atividade. Era uma das derrotas do progresso bradado pelos governantes brasileiros.

A corrida para o Oeste, na qual se incluíam as incursões à Amazônia, tinha explicitamente o discurso de integração e domínio do território nacional, mas internamente esta fala possuía o imperativo do viés econômico, pois o objetivo principal era a exploração do látex presente em grande escala naquela região do país. E outros produtos seriam catalogados, e mais do que isto, recursos hídricos, minerais e naturais eram registrados, para que, em um momento oportuno no futuro fossem fincados novas frentes de atividades econômicas na região amazônica em suas diferentes potencialidades naturais, espalhadas pelo imenso território dentro das fronteiras do Estado nacional brasileiro.

Além das questões econômicas de exploração da região amazônica, houve outros incidentes de cunho social naquele período, como a morte de mais de 6 mil trabalhadores na ferrovia Madeira-Mamoré, que nunca chegou a ser concluída, e também constantes conflitos com seringueiros da região fronteira à de exploração, como peruanos e bolivianos. Abaixo vemos uma figura da Fordlândia, a maior tentativa de transformar exploração do látex em algo a ser feito de forma industrial:

⁸² Grandin é categórico ao citar a dificuldade em se transpor as barreiras fluviais, para o transporte do produto até o porto mais próximo: “Unfortunately, the Rouge’s synchronized industrial efficiency didn’t Always spill over to the company’s administration. No one told Sorensen that an underwater rock ledge cut across the Tapajós fifty miles downriver from where they planned to establish the plantation, making it impossible for ships the size of the *Ormoc* to reach the site during the dry season, when the water was low [...]” (GRANDIN, 2009, p. 121 – grifo do autor).



Figura 43: Vista aérea de Fordlândia no estado do Pará (Rio Tapajós à esquerda)

[Fonte: <http://www.arquitetonico.ufsc.br/fordlandia>]

A empreitada de Henri Ford superou várias das expectativas políticas daquela época, ao ponto de o empresário norte-americano receber diversos tipos de incentivos fiscais e produtivos, com o objetivo de levar a cabo sua tentativa de produção industrial do látex. No entanto, com o crescente aumento da competitividade com o mercado asiático as instalações fordistas fatalmente cederam e foram abandonadas por todos que fizeram parte do projeto, hoje em dia o que restou foram apenas restos das construções que servem como ponto turístico e de curiosidade região. Nas palavras de Grandim (2009), foi a queda da utopia fordista na floresta amazônica.

Em meio a todo este contexto de reafirmação da ufanía edênica, da postura em ação e discurso do tecnicismo em relação às áreas inexploradas do Brasil e também do olhar territorial dos viajantes e aventureiros posteriormente transformados em base para o pensamento geográfico nacional, e a preocupação com as bases simbólicas do povo brasileiro é que o Brasil adentra as primeiras décadas do século XX com uma nova dinâmica social, política, econômica e cultural.

A partir desta base de apresentação deste cenário e principalmente da força destes diferentes atores e vetores do discurso da sublimação territorial do país é que fica clara a maneira pela qual a mística do paraíso terreal, apesar de momentos de inflexão, acaba por retornar e conquistar novos horizontes de expressão de seu alcance

ideológico. A corrida para o oeste no cerrado e posteriormente ao bioma amazônico é um sinal desta reificação, assim como o foi a chegada das embarcações durante o período das grandes navegações no século XVI, trazida para esta discussão no primeiro capítulo desta Dissertação. A perenidade temporal do mito se apoia também na sua abrangência espacial, incorporando as alternâncias de significações territoriais ao seu núcleo inquebrantável, ou seja, o eco referencial de uma identidade nacional pautada no orgulho de sua terra como invenção simbólica (MAIA, 2008).

E este ponto da questão identitária pautada nas características do território frente ao cânone histórico do país é um dos principais focos no qual a atenção se deve voltar, pois, por meio de uma herança de ufania edênica o coro geográfico para com tal cenário de representatividade de tal mística será tão mais forte quanto maiores e mais diversificados forem as formas de interpretação de tal simbologia, vindo daí talvez a mutabilidade mítica ao longo tempo, a depender de contingências econômicas, políticas, científicas e culturais que permitam a intangibilidade de sua essência, e neste caso, o retorno a tal fonte de profusão simbólica será sempre o paraíso terrenal americano.

Para o exercício de tal análise, tendo como base o que foi exposto até aqui e incorporando esta fase de fundamental importância da Geografia no discurso edênico, será necessário um exercício de retomada de alguns temas trazidos nesta divisão capitular, como os geógrafos que incorporaram o movimento dos viajantes e aventureiros.

A influência de teorias de pensamento como o naturalismo e positivismo nas teorias geográficas, além é claro das influências das ideologias geográficas expostas discursivamente em diferentes momentos de expressão, que de alguma maneira se enquadram nesta totalidade da influência do edenismo territorial como ideologia espacial, mencionado por autores como Hélio Evangelista (2006), Rogata Gaudio (2007), Demétrio Magnoli (1997) e Nelson Werneck Sodré (1984), pela sua dilatação dentro do pensamento geográfico brasileiro, e mais que isto, na reificação na mística do paraíso terrenal alcançando com sua retórica a própria complexidade da contemporaneidade.

CAPÍTULO 4: OS ECOS EDÊNICOS DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: DAS BASES MODERNAS À GEOGRAFIA BRASILEIRA

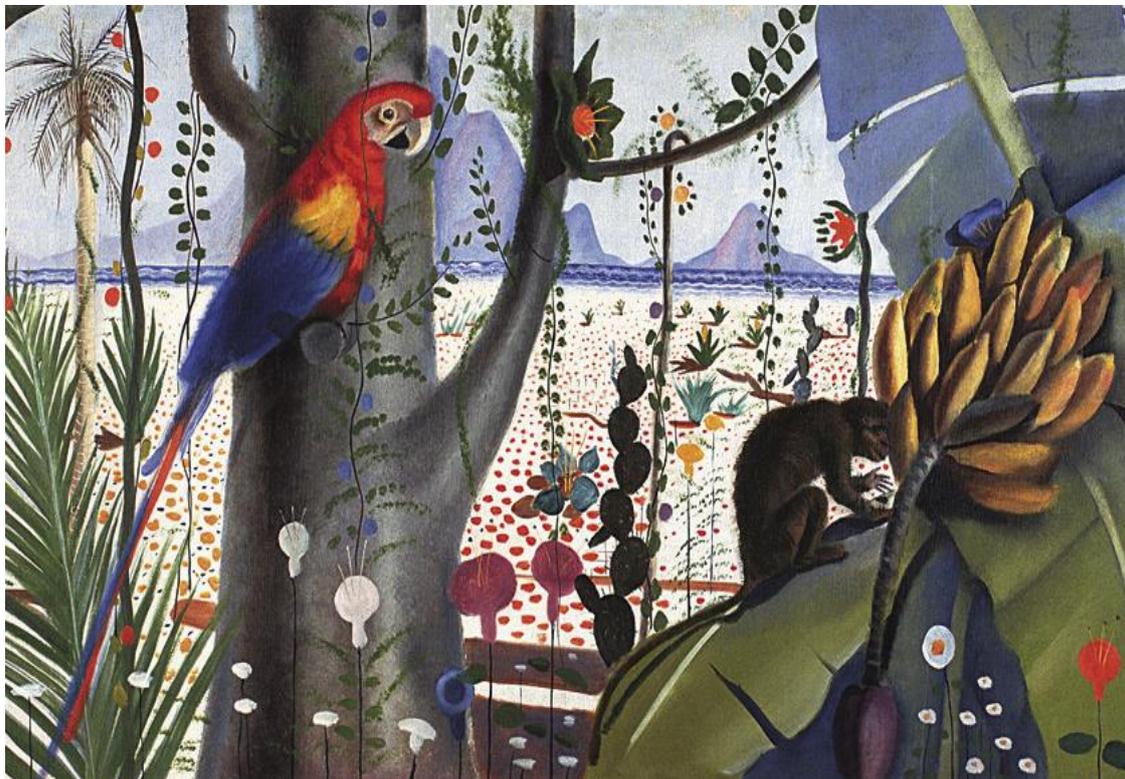


Figura 44: *Meio Ambiente* de Cândido Portinari de 1934.
[Fonte: <http://www.portinari.org.br/>].

“Muitas vezes a impressão que nos causa a vista da natureza, deve-se menos ao próprio caráter da região do que ao dia em que nos aparecem as montanhas e planuras aclaradas pelo azul transparente dos céus, ou veladas pelas nuvens que flutuam perto da superfície da terra. Do mesmo modo as descrições da natureza impressionam-nos tanto mais vivamente, quanto mais em harmonia com a nossa sensibilidade; porque o mundo físico se reflete no mais íntimo do nosso ser, em toda a sua verdade. Tudo quanto dá caráter individual a uma paisagem: contorno das montanhas que limitam o horizonte num longínquo indeciso, a escuridão dos bosques de pinheiros, a corrente que se escapa de entre as selvas e bate com estrépito nas rochas suspensas, cada uma destas coisas tem existido, em todos os tempos, em misteriosas relações com a vida íntima do homem.”(Quadros da Natureza, v. 2, Humboldt 1952b, p. 211-212).

A tela do pintor brasileiro Cândido Portinari possui uma potência simbólica que extrapola sua coloração e formas. Chama a atenção o jogo de plano e sobreplano entre duas grandes paisagens representadas. No primeiro caso e é a que se apresenta mais pulsante aos olhos do observador é, talvez, um findar da borda de uma mata fechada, neste ponto a diferenciação das folhagens – espigadas, amplas, bipartidas e até mesmo uma xerófita ao centro em conjunto com as diferentes florações em forma, cor e posição – mesclam-se com as figuras animais. E em maior destaque está uma imponente arara vermelha e à sua direita encontra-se um mico dividindo seu espaço com o amarelo pujante de um cacho de bananas. No segundo plano temos a paisagem da praia, o que

explicaria a mata primeiramente apresentada como sendo, por ora, uma restinga de vegetação mais densa, no fundo da pintura é a praia e lá além do azul do mar desta última se localiza um agrupamento de morros de clara imponência dimensional frente ao que está ao seu redor. Poderíamos supor que tal quadro paisagístico refere-se – pelas suas características imagéticas explícitas – a alguma região da costa do estado do Rio de Janeiro, São Paulo ou Espírito Santo –, mas esta jurisprudência imaginativa Portinari delega aos olhos que se pousam sobre sua obra, que em sua proposta edênica abre mão inclusive da presença de figuras humanas, diferentemente do que fizeram Brueghel e Rubens em sua obra de 1615. Por esta representação imagética do início do século XX vê-se que o aspecto cênico de contemplação da natureza em relação aos países do Novo Mundo permanece como mito, mística, herança e fardo ao longo da história, mesmo que neste caso o artista tenha optado por uma visão própria de um edenismo sem a presença humana, talvez, já como uma crítica a ação do ser humano ao meio ambiente. Os dizeres de Alexander von Humboldt sobre o estado sublime ao qual o ser humano se encontra em seu contato com os elementos da natureza nos ajuda a compreender o tamanho grau de influência que a dimensionalidade monumental dos aspectos edênicos podem alcançar até mesmo nos representantes da ciência, e neste caso a Geografia aparece em destaque pelas palavras do seu principal interlocutor fundacional no século XIX. No olhar humboldtiano a visualização e posterior descrição desta riqueza dos ambientes naturais possibilitaria ao homem tanto chegar à ‘verdadeira verdade’ das coisas como também exprimir por meio da linguagem descritiva de tais objetos e fenômenos a natureza em suas “misteriosas relações com a vida íntima do homem”. E neste ponto o geógrafo alemão complementa e nos dá uma possibilidade de interpretação que vai além da ausência dos filhos do demiurgo no paraíso apresentado na tela de Portinari, pois estes últimos, os seres humanos, segundo a influência do organicismo e também do próprio determinismo característicos do período de onde surgem as postulações humboldtianas buscam não somente integrar o social ao natural, mas também, encontrar as formas pelas quais possa haver uma relação de domínio do primeiro frente ao segundo. A tradição clássica da Geografia caminhará ora mais próxima ora mais distante desta premissa naturalista e organicista do mundo, e, no decorrer do século XX, principalmente, tal maneira de ver o mundo encontraria novas modulações de aplicação retórica e desenvolvimento prático, como o foram as ideologias militaristas de dominação da natureza ou desenvolvimentistas de exploração econômica dos recursos fornecidos pelo Éden terreno doado pela providência. No Brasil tal eco do edenismo encontraria novíssimo fôlego na fronteira

amazônica presente em praticamente metade de seu território. A grandiosidade da floresta equatorial fornecerá um arcabouço mimético para o discurso ufanista, mesmo que, por influência das teorias de dominação da natureza esta postura de sublimação vise principalmente a intervenção e exploração desta área. Este ponto de avanço em relação à Amazônia é fundamental para compreendermos a primazia territorialista do labor geográfico que dominará o cenário brasileiro ao longo do século XX, e mesmo havendo outras visões pioneiras para tal prática e discurso como o cerrado na área central do país, é para a floresta que o olhar da dominância e domínio do território irá se voltar, dando forma ao mais atual formato do edenismo do território brasileiro. E é neste recorte fático da totalidade fenomênica da ufanía edênica secular que tal capítulo voltar-se-á nas próximas laudas dos clássicos às franjas atuais desta ideologia espacial do imaginário canônico do paraíso terreal como fonte de ufanía nacional.

4.1 A Geografia Moderna e seu olhar para o Novo Mundo

O desenvolvimento da argumentação deste trabalho até aqui se pautou em um alinhamento duplo entre as informações historiográficas com sua relação ao escopo reflexivo do pensamento geográfico, sendo utilizado para tal labor o auxílio de fontes imagéticas, numéricas, documentais, literárias, líricas, etc. Com o estabelecimento da Geografia enquanto ciência oficialmente reconhecida a partir do século XIX é imprescindível retomarmos temporalmente até este período a fim de buscar alguns dos principais autores deste movimento de afirmação, e, após este primeiro momento as bases explanatórias da Geografia brasileira se mostrarão melhor localizadas em suas fontes, inspirações e influências, principalmente referente às escolas geográficas germânica e francesa, ambas com alto grau de difusão de seus postulados.

A fim de melhor aproveitar a força de tais correntes de pensamento da Geografia procurar-se-á ao máximo encontrar as nuances da visão de tais pensadores em relação ao Novo Mundo, pois o eco místico edênico revestido pela roupagem do enfretamento técnico diante da natureza selvagem manifesta-se nas escrituras de tais autores, num movimento que, apesar das particularidades, expressou-se amplamente em diferentes ramos do saber, e no que tange à ciência geográfica, o fluxo de influência desta forma de ver o mundo é de fundamental importância para este trabalho.

É importante que se ressalte o objetivo deste capítulo como uma retomada de algumas das principais bases clássicas do que viria a ser, ao menos em seu início, o pensamento geográfico brasileiro, e, mais que isto, buscar-se-á correlacionar tal matriz de pensamento com o que foi exposto até aqui, principalmente no tocante ao volume histórico apresentado, em relação à perenidade de uma forma específica de voltar em pensamento e ação sobre o Brasil em toda a complexidade do edenismo secular advindo desde o período pré-colonização e chegando até os dias atuais (CARVALHO, 1998; GAUDIO, 2006; PENNA, 1974).

A presença da menção das características naturais das paisagens nos autores da Geografia Clássica será uma constante. O vitalismo, organicismo e determinismo encontram força nas regiões onde a floresta equatorial do continente sul-americano alvo de grandes expedições, ensaios e representações imagéticas. Ao menos os representantes que tiveram contato com estas terras, como Élisée Reclus e Alexander von Humboldt, em algum momento expressaram em suas obras e considerações geográficas características deste contato com a natureza do Novo Mundo e conseqüentemente da inevitabilidade de ufanar sobre sua riqueza. Neste contexto o papel da floresta

amazônica será fundamental no âmbito do recorte analítico em relação ao espaço geográfico brasileiro, tanto para geógrafos clássicos como também para os primeiros profissionais da Geografia do país.

Deste modo, conforme apresentado a partir do segundo capítulo desta Dissertação, muitas foram as alterações na forma de se pensar a relação entre o homem e a natureza, o racionalismo fomentando a tecnificação é a principal característica na passagem do século XIX para o XX. Diversos autores assinalam a importância destas mudanças como Kuhn (2007), Domingues (1991) Morin (2005) e Thullier (1994).

E aliada ao cientificismo típico do racionalismo iluminista (JAPIASSU, 1975), havia a aplicação prática da ciência para os interesses ideológicos (HABERMAS, 1982), e isto ocorria sob a alcunha da tecnologia. Estes eram os reais motivos impulsionadores das expedições científicas: conhece-se, domina-se, planeja-se, explora-se e, por fim, consume-se.

Portanto, o rito do domínio da natureza pela razão era mantido como componente cultural da forma de pensar da época: “A tecnologia necessita da ciência, a qual constantemente a alimenta. Aquela é de maior abrangência política, enquanto a Ciência é principalmente de natureza cultural e tem no meio acadêmico o seu albergue natural.” (VIDAL, 1988, p. 71).

Esta relação entre a ciência e a tecnologia se insere no momento histórico de afirmação da Geografia Moderna (século XIX), pois para se chegar à dominação, conquista e exploração da natureza, havia a procura pelas leis e a ordem desta última, sendo tal prerrogativa uma das principais premissas dos geógrafos clássicos, a procura pela lógica do mundo, tendo como fundamento o escopo geográfico de base para tais objetivos: “L’existence du lien commun qui enlace tout l’univers, et le gouvernement des lois éternelles de la nature” (HUMBOLDT, 1856, p. 2)⁸³.

Ainda seguindo a influência do positivismo e do organicismo, o autor ainda complementa sua posição de ordenação lógica do pensamento geográfico com a seguinte colocação: “L’idée de l’ordre et du gouvernement de l’univers ressort dans toute sa pureté et dans toute son élévation des écrits d’Aristote.” (HUMBOLDT, 1856, p. 13). Esta busca pelo conhecimento total, sintético e lógico na Geografia presente no discurso de Humboldt é influência direta das contribuições pretéritas nesta temática fornecida

⁸³ É importante lembrarmos que a obra magna de Alexander von Humboldt *Cosmos* (ou *Kosmos*) publicada entre 1845 e 1862 faz menção à palavra *cosmos* derivada do vocábulo grego *κόσμος* que possui em sua significação a ordem, organização, simetria e perfeição do universo, diferentemente de *Caos* (ou *Khaos*) do grego *χάος* divindade grega que era responsável pela desorganização e confusão. (BULFINCH, 2002).

por Immanuel Kant (1724-1804) em seus cursos na Universidade de Kognisberg (VITTE; SILVEIRA, 2010). A influência kantiana em Humboldt será notada principalmente na condição apriorística do espaço (na obra do filósofo também há ao tempo esta consideração), na possibilidade de conhecimento, com o exercício da razão. Sobre esta influência Antônio Carlos Vitte e Kalina Springer (2009) nos dizem que:

O que perpassa a ciência humboldtiana e que a geografia física é a grande herdeira, é a crença ontológica no conceito de espaço, que se manifesta na noção de espacialidade, criada por Humboldt, onde a noção de paisagem será a síntese do transcendental, manifesta em princípios mecânicos e estéticos. [...] Para Humboldt, o uso de instrumentos precisos, mensuração precisa, demandava o uso de uma linguagem precisa e uma sensibilidade especial para o registro da organicidade e totalidade da natureza. Para isso, o trabalho geográfico necessitava de um amplo realismo matemático com equações algébricas desenvolvidas, criações gráficas e cartográficas, de tal forma que se pudesse “transcendentalizar” a existência de substâncias puras em compostos, sempre utilizando a sensibilidade para a construção de arquetipos da natureza. (VITTE; SPRINGER, 2009, p. 126).

Esta ideia de ordem, ou melhor, a busca por esta ordenação será a principal constante do pensamento de Alexander von Humboldt (1769-1859), e de certa maneira é possível encontrar traços desta forma de se pensar o mundo nos seus contemporâneos germânicos. A citação de abertura deste capítulo nos dá as pistas para esta presença do trabalho do geógrafo na visão de Humboldt como abertura para esta transcendentalização por meio do entendimento dos fenômenos espaciais.

Especificamente no caso de Humboldt veremos o autor percorrer este objetivo teórico e metodológico como um estandarte nas suas principais obras, como é o caso dos *Quadros da Natureza* (volumes I e II na edição brasileira de 1952) onde é possível encontrar não só a primazia pela defesa de uma teoria geral os fenômenos e objetos espaciais mas também o apuro do autor com a premissa descritiva como condição apriorística da explanação desta objetividade e fenomenicidade, que, sem uma linguagem universal, racional e cientificamente estabelecida estariam longe de ser expressadas corretamente:

Seguindo a tradição do modo descritivo pictórico holandês, não interrompido através do século XVIII, Humboldt guardara dessa tradição, cujo gosto exaltava, justamente as formas menos incompatíveis com a sensibilidade ora triunfante: os quadros da natureza americana reunindo em si qualidades opostas podiam ser diretos e descritivos, nem por isso deixavam de ser ideais e abstratos. São dessa espécie os “quadros” que constituem as imagens e os mapas pictóricos de Humboldt sobre a América. (PEDRAS, 2000, p. 103-104).

Num âmbito maior de análise da obra de Humboldt é possível observar de um lado a correlação da ordenação com a teoria, dominante na época, do organicismo, e do

outro a busca em relação à linguagem de universalização do pensamento geográfico, ou estabelecimento da descrição como via para tal objetivo:

Descrever é fixar e relacionar analiticamente certos aspectos ou manifestações das coisas, aquilo precisamente que elas oferecem de mais expressivo e perdurável aos nossos sentidos [...] e permanece em nosso espírito como fotogravura da realidade. (MOREIRA, E. 2012, p. 47).

A primazia do método descritivo daria o sentido essencial da Geografia moderna, alemã e francesa, permanecendo enquanto premissa para os principais geógrafos desta época. Abaixo a importante edição brasileira de 1952 dos *Quadros...*, imprescindível para o entendimento dos pilares do pensamento humboldtiano:

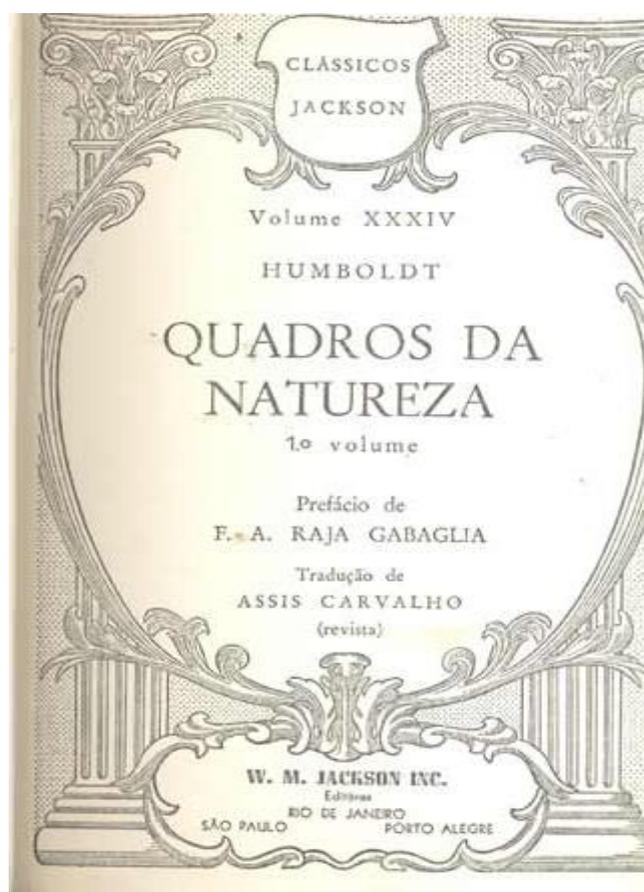


Figura 45: Capa do Livro de *Quadros da Natureza* de Alexander von Humboldt. [Fonte: Humboldt (1952)].

Nesta obra Humboldt reafirma sobre a importância da passagem da descrição poética e ufanista para o tom, ainda descritivo, mas voltado para uma apuração de linguagem mais científica do que se remete ao observador. Apesar da demasia em dimensão o trecho abaixo é o mais claro possível no que se refere a tal argumento de defesa da busca pela *linguagem* primitiva ou original das coisas observadas pelo cientista. E para isto o autor cita a diversificação idiomática de um lado e a utilização de lirismos ufanistas de outro como empecilhos para se chegar a tal objetivo, assim como

trouxera em sua obra magna *Kosmos*, o fim último deve ser a chegada a esta nomenclatura única, a ordem e a lei da coisa vista⁸⁴:

Se o sentimento da natureza, cuja vivacidade varia em todas as raças, se a fisionomia das regiões habitadas pelos diversos povos, ou que eles têm atravessado nas suas emigrações de outro tempo, vem enriquecendo mais ou menos as línguas com expressões pitorescas, próprias para caracterizar as formas das montanhas, o estado da vegetação, o aspecto da atmosfera, o contorno e agrupamento das nuvens, por outro lado o prolongado uso e os caprichos literários têm desviado grande número dessas expressões do seu primitivo significado. Pouco a pouco se vai tornando costume considerar como sinônimos termos que deveriam conservar sentido distinto, as línguas perdem um tanto de graça e energia com auxílio das quais reproduziam, na descrição da natureza, o caráter peculiar às paisagens. Para mostrar preferentemente quanto contribuem para a riqueza das línguas o convívio íntimo com a natureza e as necessidades da vida nômade, recordarei o infinito número de palavras características com que nas línguas árabe e persa, se distinguem as planícies, as estepes e os desertos, conforme o solo está completamente nu ou coberto de areia, eriçado de rochas e entrecortado por penedias, ou apresenta vastos espaços uniformemente adornados de plantas sociais. São igualmente quase surpreendentes os numerosos vocábulos que, nos antigos idiomas castelhanos, pintavam a fisionomia das massas de montanhas e em particular as formas que se reproduzem em todas as regiões e revelam a natureza dos rochedos a distância considerável. [...] Tudo quando tende a reproduzir a verdade da natureza, dá nova vida à linguagem, quer se trate de descrever a impressão sensível produzida em nós pelo mundo exterior, quer os nossos sentimentos íntimos e as profundidades em que se agita o nosso pensamento. (HUMBOLDT, 1952a, p. 259-260 – grifo nosso).

A influência do pensamento de Immanuel Kant se expressa pulsante neste posicionamento, já que há uma objetivação pelo o que seria a “verdade” das coisas observadas e descritas. Neste ponto o autor se distancia dos viajantes e aventureiros trazidos nos capítulos anteriores, pois para este a narrativa necessita de um vigor e rigor metodológico em sua descrição que permita a chegada a este patamar de alcance da verdade das coisas.

E neste ponto há também a alusão tanto ao modelo metodológico cartesiano de particularização do objeto estudado como também o comtiano de levar às ciências voltadas aos estudos relacionados aos seres humanos – e nestas se inclui a Geografia – a necessidade de uma padronização e ordenação dos procedimentos de pesquisa no seu cânone prático e teórico:

A investigação constante desta verdade é o fim de toda descrição que tem por objeto a natureza. É preciso manter incessantemente essa tendência ou para se compenetrar melhor dos fenômenos, ou para escolher, ao pintá-los, a expressão característica. O meio mais apropriado de realizar esse fim consiste em que o observador, aquele que sentiu pessoalmente a impressão, a conte singelamente, e circunscreva e particularize o lugar ou as circunstâncias a que se liga a narração. (HUMBOLDT, 1952a, p. 262 – grifo nosso).

⁸⁴ A influência da filosofia kantiana neste ponto não poderia ser mais clara, apesar de que neste ponto Humboldt pretende ir além do filósofo de Kognisberg, pois almeja via descrição chegar a esta essência da nomeação dos objetos e fenômenos espaciais observados (VITTE; SPRINGER, 2009).

Mais que descrever, segundo o autor é necessário haver a preocupação e esmero com as representações de igual maneira⁸⁵. Conforme exposto no capítulo anterior os viajantes e aventureiros já praticavam a representatividade em gravuras como reforço aos encantamentos ou estranhamentos havidos no momento das experiências relatadas nos diversos diários. Mas a questão defendida por Humboldt não é o esquecimento da representação imagética das paisagens, mas sim, fortalecer este recurso narrativo com base em seu olhar organicista⁸⁶ e racional:

Representar o mais fielmente possível, em Humboldt, não significa que a descrição trabalhe em favor do extravio da emoção e, portanto, em prol da documentação neutra, pois é justamente o contato direto e a presença do viajante junto à natureza que lhe sugerem uma amplitude de acesso à ordem do sensível. Aí, o que resulta novo é o aparecimento de uma articulação diversa da imagem, em que a descrição, sendo registro material de conhecer e representar o fenômeno visual captado no contato direto, inclui um dado de notória importância: a sensibilidade do observador. O que repõe, por sua vez, o valor adquirido pela instantaneidade do olhar dentro desse modo técnico e cognitivo da descrição, ao fazer do fato imediato, da paisagem vivenciada e coletada, princípio para sistematicidade, produção e conhecimento das imagens desse novo cenário americano. O que se vê e o que se sente constituem aqui atributos mensuráveis a serem transmitidos pela descrição. (PEDRAS, 2000, p. 101).

Seguindo desta maneira o exposto em relação à importância da descrição e representação, evidentemente que os defensores de tal prerrogativa metodológica colocariam, ou ao menos procurariam defender ao máximo, tais procedimentos de análise dos elementos geográficos como prioritários. A palavra e a imagem tomam lugar de destaque teórica e metodologicamente, assim como reafirmado por Pedras (2000) em sua citação acima apresentada.

Ao lembrarmos da citação de Humboldt que abre o capítulo vemos então como a preocupação procedimental – onde se inserem a linguagem e descrição – toma primeiro lugar de importância para este autor, e isto se repetiria para os seus contemporâneos. No já citado livro *Quadros da Natureza* o que ocorre é uma verdadeira epopeia na direção da essência das diferentes paisagens (naturais e humanas) presentes no globo.

⁸⁵ De mesma opinião partilhou Euclides da Cunha em sua viagem à região Amazônica, pois em sua defesa do olhar científico e da neutralidade descritiva o autor se posiciona da seguinte forma: “Realmente, para o engenheiro, num reconhecimento, a rocha, a flor, o animal surpreendido numa volta do caminho, um recanto de floresta, um pedaço de rio enevoado em corredeira ou desatado em esteirões, e as mesmas estrelas que ele prende por um instante nas malhas dos retículos, tudo o que se lhe agita em roda deve impressioná-lo e interessá-lo mas não o prende, não o manietta e não o rêmora.” (CUNHA, 2000, p. 328).

⁸⁶ “Além das vantagens especiais que lhes são próprias, cada zona tem também o seu caráter determinado. Deixando certa liberdade ao desenvolvimento anômalo das partes, o organismo, em virtude de um poder primordial, submete todos os seres animados e todas as plantas a tipos definidos que se reproduzem eternamente.” (HUMBOLDT, 1952a, p. 283).

E mais importante do que esta preocupação com a descrição das paisagens é o lugar que serviu de fonte para tal teorização, ou seja, a bacia do rio Orinoco na Venezuela. Em suas viagens pela região amazônica deste país andino o geógrafo alemão teve contato não apenas com a floresta equatorial, mas também com o extremo norte das elevações da cordilheira dos Andes.

Por isto não é difícil de supor o efeito que estas paisagens teriam dado a composição das obras dos *Quadros da Natureza*⁸⁷ fornecendo assim toda a inspiração para a busca da verdade pela descrição das paisagens. No trecho abaixo podemos observar não só a surpresa do autor com os aspectos naturais, mas também este faz remissões à presença humana na região situada entre as montanhas e a floresta equatorial:

Uma circunstância, imprevista e de grande interesse, aumenta a severa impressão que produzem as solidões selvagens das Cordilheiras. É precisamente nestas regiões que subsistem ainda os admiráveis restos da grande via reconstruída pelos Incas, dessa obra gigantesca que estabelecia comunicação entre todas as províncias do império, em uma extensão de mais de 400 léguas. Em diversas paragens, e quase sempre com intervalos iguais veem-se habitações talhadas regularmente em pedra, espécie de caravancarás, chamados *Tambos* ou *Inca Pilca*, da palavra *Pircca*, que provavelmente significa *muralha*. [...] Encontramos restos ainda magníficos das antigas vias peruanas, na que conduz de loja ao rio das Amazonas, perto dos Banhos dos Incas, sobre o páramo de Chulucanas, pouco distante de Guancabamba, e em redor de Inyatambo, junto a Panahuaca. (HUMBOLDT, 1952b, 210-211).

Na próxima página temos duas gravuras que ilustram bem a importância dada pelos geógrafos modernos ao ato da descrição, representação e fidelização da realidade objetiva observada como ferramenta de funcionalização da cientificidade da Geografia. Neste caso apresentamos gravuras da montanha Chimborazo no Equador feito por Humboldt e em seguida há o Vulcão Cotopaxi A. Stuebel exposto por Ratzel em sua obra *La Terra e La Vita: Geografia Comparativa*:

⁸⁷ No segundo volume da referida obra o autor chega a destinar várias laudas para a descrição técnica da região, principalmente em seus aspectos botânicos, que era a área de concentração dos estudos de Humboldt. Mas, apesar de sua área core o autor se aprofunda em questões geomorfológicas, climáticas, culturais e até mesmo políticas, para que por meio da descrição destes aspectos fosse possível encontrar a verdadeira essência das diversas paisagens que eram encontradas em seu percurso, mesclando a presença humana com as diferenciações naturais, fossem elas biomáticas, de relevo, de temperatura ou de qualquer outro aspecto de influência na vida dos humanos que ali habitavam.

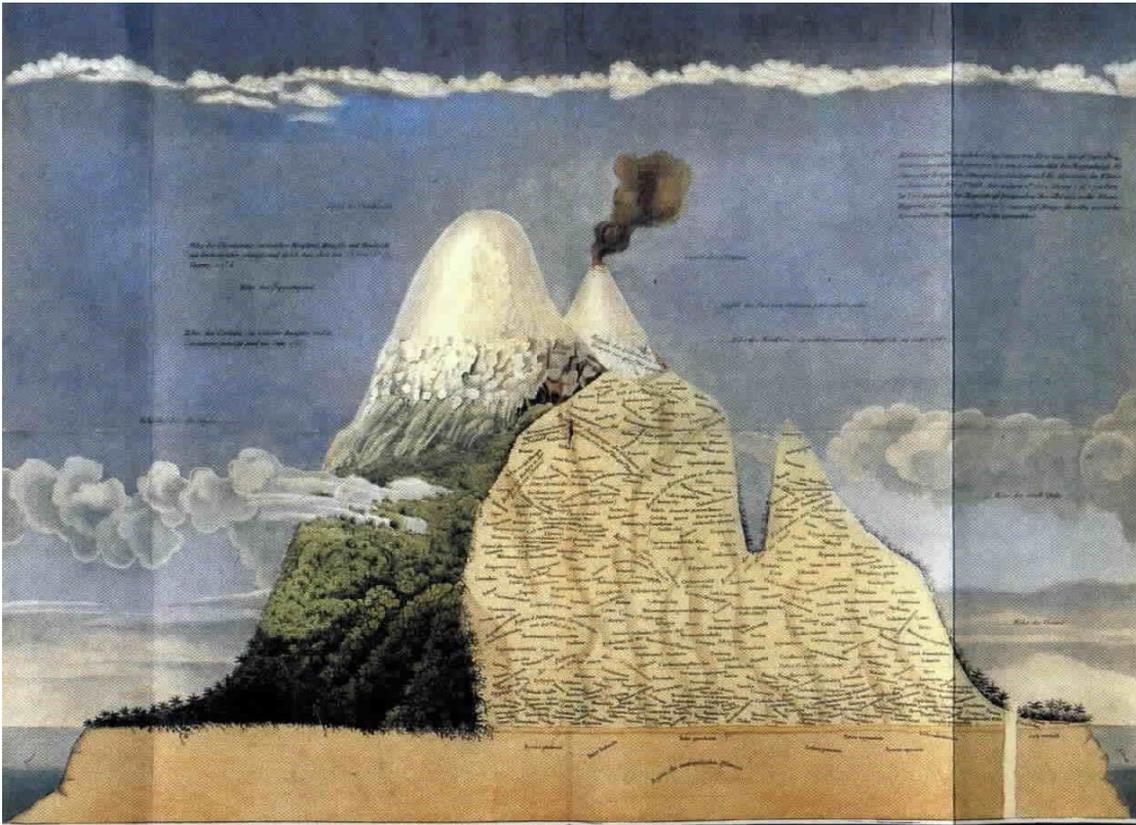


Figura 46: Gravura de Humboldt do Chimborazo (Equador) – York University
 [Fonte: <http://www.math.yorku.ca/SCS/Gallery/images/humboldt/humboldt1805-chimborazo.jpg>]



Figura 47: Gravura do Vulcão Cotopaxi (Equador) de A. Stuebel
 [Fonte: Ratzel (1905, p. 167)].

Nestas imagens de Ratzel e Humboldt percebemos justamente uma diferenciação em relação às outras gravuras trazidas como exemplo no capítulo terceiro desta Dissertação, pois, naquele momento de efervescência das viagens de exploração de aventureiros pelo território brasileiro, não havia uma rigidez ou busca por esta padronização das representações imagéticas elaboradas, diferentemente do que ocorre no caso destes dois geógrafos, onde a preocupação com tais aspectos é evidente.

E ainda, se tratando da região amazônica e andina das Américas, muitas foram as representações, ensaios e monografias descritivas, e inevitavelmente foram alvo de grande parte das especulações supra dimensionais dos cronistas que precederam as obras e estudos dos geógrafos modernos.

Ainda como exemplo desta diferenciação entre a Geografia mitológica e a científica, e em acordo com o contexto das imagens da página anterior, em um capítulo intitulado *A geografia real e a mitológica* (presente nos ensaios amazônicos do auto originalmente publicados em 1904) o escritor Euclides Cunha (2000) tece importantes considerações sobre a Amazônia, desta que é talvez nos últimos 100 anos a mais pulsante fronteira da mítica edênica da América austral, que se enquadra justamente no movimento geográfico desta época, ou seja, na afirmação científica da Geografia, pela descrição, representação e estabelecimento de uma linguagem universal para o seu cânone teórico.

Não por acaso, este será o grande exemplo de explanação que será explorado neste capítulo, enquanto cerne de exploração da retórica territorialista desta imagem ora real ora feérica desta região da América e mais especificamente do Brasil⁸⁸. No que tange a Cunha vejamos o que diz o autor sobre esta sua postulação de desconstrução do mito, neste caso em relação ao mapeamento das dimensões e extensões do rio Amazonas:

Em resumo, a geografia do Purus durante longos anos ficou inscrita nas linhas traçadas por Willian Chandless em 1867. Depois, o que é inverossímil, retrogradou. Forrando-nos a uma empresa malévola, não explanaremos um caso originalíssimo de cartografia; a planta do notável viajante, copiada de todos os modos, calcada e recalçada por sem-número de fabricantes de mapas, acabou de todo falseada. A geografia do Purus volvia, regressiva, aos tempos anteriores a Manuel Urbano. À medida que surgiam as cartas – dos que nunca se afoitaram com o grande rio – embaralhavam-se novas linhas, apagavam-se outras, retorcia-se caprichosamente o leito principal, esticava-se seu traçado até 12° ou mais, revolviam-se afluentes de uma para outra margem, alteravam-se nomes, trancavam-se embocaduras. (CUNHA, 2000, p. 290-291).

⁸⁸ Este exercício desconstrutivo e ao mesmo descritivo do autor em relação a ambientes, cotidianos, fatos históricos e lugares se repetiria em outras obras do autor, como em *Os Sertões* publicado originalmente em 1902.

Vê-se neste trecho a crítica veemente do autor em relação ao certo descuido de mensuração representativa herdado das descrições e relatos dos viajantes e aventureiros que passaram pelas paisagens americanas ao longo dos séculos XVIII e XIX. De igual maneira será a preocupação dos geógrafos modernos em relação a esta fidelidade e esmero com dados, medições, precisão, comparação, síntese e análise das informações geográficas, e neste ponto o ufanismo dimensional em relação às terras amazônicas – o mesmo aconteceria com as montanhas dos Andes, os mares caribenhos, os desertos e prados ameríndios, etc. – é um dos mais claros exemplos de onde este olhar da necessidade de cientifização da Geografia irá se voltar.

A enormidade da floresta amazônica afetaria direta ou indiretamente os geógrafos que com ela tiveram contato, assim o foi com Humboldt e Reclus. A seguir vemos um mapa do Ewald Banse (1882-1953), onde se percebe claramente esta influência até mesmo naqueles que defendiam o caráter mais realístico deste aspecto natural das Américas, e neste sentido há a extrapolação descritiva de tal quadro por meio da nomeação de toda porção sul do continente com a nomenclatura amazônica:

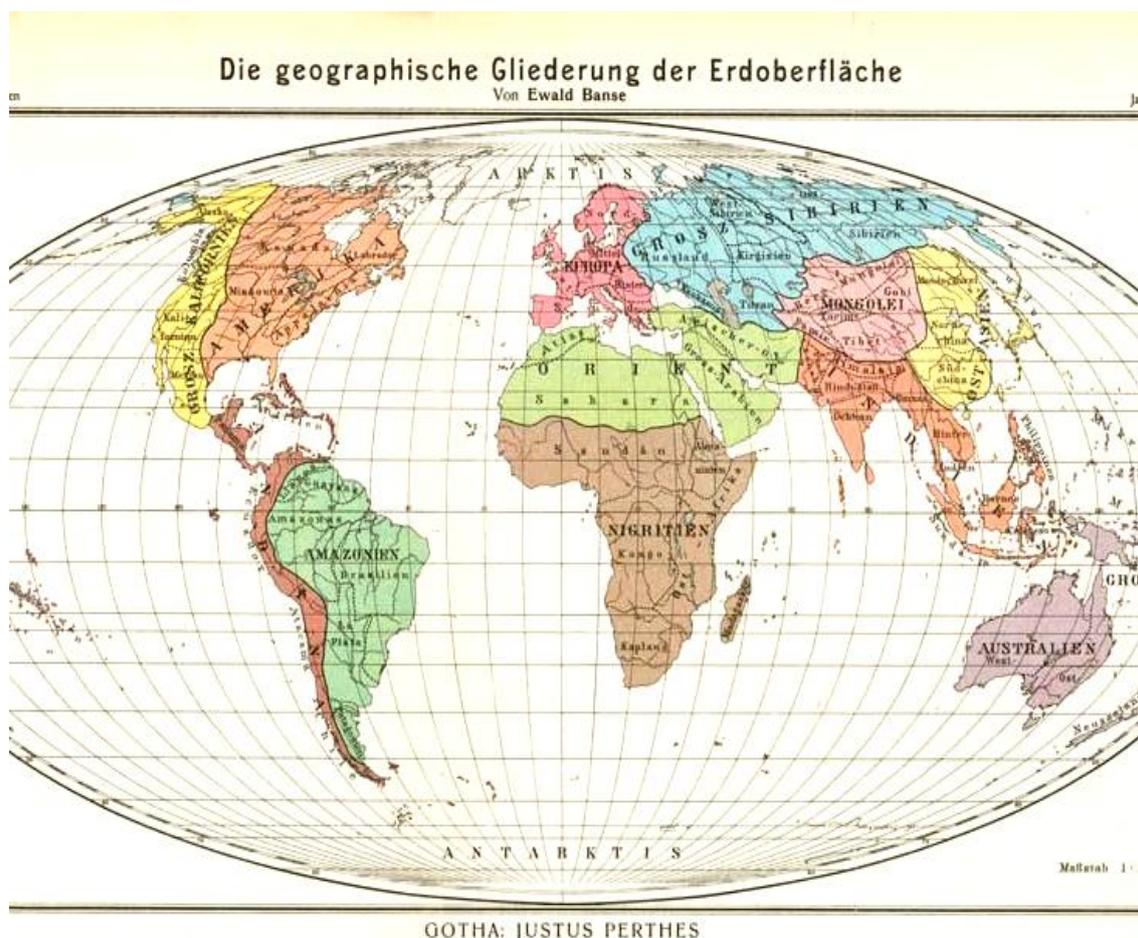


Figura 48: Mapa-mundi de Ewald Banse de 1905
[Fonte: Araújo (2012)].

O que há de mais interessante nesta imagem de Banse é que apesar da tendência até mesmo ideológica da presença dimensional da Amazônia em contornos superlativos há o diálogo com o teor representativo no esforço de demonstrar cartograficamente as imagens paisagísticas de cada regionalidade – verde/selva América do Sul, azul/gelo Sibéria, etc. – apesar da necessidade de um olhar crítico sobre tal carta, é inegável o seu alinhamento de elaboração perante o contexto da ciência geográfica no qual o mesmo mapa estava inserido no momento de sua concepção.

Prosseguindo então com os autores clássicos da Geografia, a Carl Ritter (1779-1859) coube arguir sobre a maneira de a Geografia lidar com seu aspecto inerente de olhar tanto para a síntese como para a análise, mas, segundo o autor, tendo como base o exercício de uma prática comparativa entre os diferentes aspectos sociais e naturais dos ambientes geográficos espalhados pelo mundo. Segundo Gomes (2007) Ritter buscou em seus estudos a organização do todo e suas partes e a relação lógica e necessária entre tais facetas:

Um dos primeiros traços é a busca de uma ordem geral, de uma harmonia, que define a finalidade última de toda pesquisa. A tarefa fundamental da ciência é a de resgatar uma coerência metafísica a partir da organização geral da natureza, uma coerência que possa exprimir e explicar todas as causalidades particulares. A geografia, enquanto domínio responsável pelo estudo da Terra em seu conjunto e das manifestações fenomenais, é a disciplina capaz de estabelecer a relação lógica entre o todo e suas partes. Segundo o raciocínio de Ritter, a simetria, a perfeição geométrica e a simplicidade funcional, percebidas pela botânica e pela biologia nas plantas e na anatomia dos animais, devem estar em correlação com a ordem e a harmonia da Terra tomada em seu conjunto. As leis dessa harmonia geral constituem o objeto fundamental da geografia. Se em todos os domínios dos três reinos (animal, vegetal e inorgânico) a coerência, a perfeição e a harmonia são características constantes, então, a Terra, mão desse conjunto, por sua forma e por sua matéria, deve também exprimir esta mesma perfeição e harmonia. (GOMES, 2007, p. 165).

Ainda sobre as contribuições de Ritter ao pensamento geográfico alemão, estas almejavam: “[...] chegar a uma harmonia entre a ação humana e os desígnios divinos, manifestos na variável natureza dos meios.” (MORAES, 1986, p. 48). Esta harmonia ordenada seria garantida pelas leis, o advento do natural sublime e divino e a missão secular do ser humano como detentor do poder de conquista e dominação destes recursos. Era preciso investigar, mensurar e analisar todos os dados e fenômenos possíveis para se chegar a este objetivo.

Por isso a necessidade de diálogo com outros campos do conhecimento como a Geologia, Mineralogia, Demografia etc., para se chegar ao conhecimento total, cosmológico visionado por Ritter: “Wherever our home is, there lie all the materials which we need for the study of the entire globe.” (RITTER, 1865, p. xxv). Tanto na

obra de Ritter como na de Humboldt prevalece a importância do método descritivo – a preocupação com a linguagem e a discursividade de expressão de tal prática – e a coleta quantitativa dos dados geográficos. Esta característica vigorará por muito tempo no pensamento geográfico europeu (BAULIG, 1982; GOMES, 2007; MORAES, 1986; SODRÉ, 1984).

E dentro da defesa do domínio humano frente à natureza Ritter busca explicar sobre a importância desta correlação de comparação entre as diversas localidades do mundo. Mas, seu discurso se alinha à totalidade de visão de mundo da época em que vive, ou seja, não apenas o organicismo está presente, mas também a premissa da dominância humana frente à natureza aparece em sua obra, como destaque a ser seguido aos estudos sobre a superfície terrestre:

In fact whole constitution of Man is thoroughly connected with Earth on which the dwells; the roots of his being run down into it in uncounted numbers. Man receives at birth from the Earth not only a spiritual but a physical dowry, from which he cannot free himself, and of whose Worth he becomes conscious more and more. It is, therefore, of course one of the first legitimate studies to learn the limits of the realm which Man makes his home, and to understand all its secrets, all its forces, so as to turn them to his own uses. (RITTER, 1865, p. xviii-xix – grifo nosso).

Percebe-se neste trecho a íntima relação de concepções entre os geógrafos alemães da época, com a reincidência do termo “segredos” e agora também “forças” da natureza a serem descobertos, conhecidos e dominados pelo homem para o seu devido uso e desenvolvimento. Deste modo o conhecimento destes aspectos principalmente naturais (e também sociais) toma corpo central não apenas na obra de Humboldt (em seus *Quadros...* publicados originalmente em 1808), mas também de Ratzel (1905) e Ritter (1865). De diferentes maneiras a presença deste discurso era visível na obra destes autores.

No que tange a outro geógrafo alemão, que foi fortemente influenciado pelas ideias deste período, Friedrich Ratzel (1844-1904), mesmo vindo das precedentes obras de Humboldt e Ritter daria a estes o seu devido respaldo de influência não só na sua obra mas no conhecimento geográfico como um todo, afirmando o poder de incrustação das contribuições deste autores na composição de uma verdadeira escola geográfica: “La geografia dello Humboldt e quella del Ritter rimasero, l’uma accanto all’atra, due

organismos a sè, autônomos, rispecchiando ambas as duas concepções demasiado originais para poder fazer escola no costumeiro sentido da palavra.”⁸⁹ (RATZEL, 1905, p. 58).

A Geopolítica de Ratzel dava ao Estado o vínculo ao território como fundamento de sua força, o espaço “*Raum*” enquanto fonte primeira desta virilidade estatal, nas palavras do próprio autor (GOMES, 2007). Ainda sobre o papel do arcabouço procedimental da Geografia do período, Ratzel irá dissertar sobre seus aspectos descritivos – neste ponto as gravuras de Humboldt e do próprio Ratzel não nos deixam enganar sobre esta postura defendida pelo autor –, representativos e na importância de tais procedimentos no seu fortalecimento enquanto ciência:

Un grande tratto caratteristico dello svolgimento della geografia nel secolo scorso è il suo staccarsi dall’arte: è un processo, questo, che vediamo compiersi tanto nelle descrizioni di viaggi quanto nelle carte. La concezione idilliaca della vita dei popoli allo stato di natura e la reboante ammirazione della natura tropicale sono ormai divenute cose vietate quanto la consuetudine di riempire le lacune nelle carte geografiche con figure di mostri marini e di selvaggi. La descrizione di viaggio si è trasformata sino a divenire relazione di viaggio, e la carta vuol essere l’immagine fedele del terreno anziché offrirci quadri fantastici degli accessori. In quella vece, l’arte è divenuta la cooperatrice autonoma della geografia. L’esplorazione delle montagne, la geografia botanica, la climatologia hanno prefisso a sè il compito di rappresentare fedelmente mediante il disegno vedute e panorami, quadri delle vegetazioni, cieli di nuvole. (RATZEL, 1905, p. 59).⁹⁰

O que Ratzel irá defender que em outras obras aparecerá, por meio destes estudos sobre o espaço, é a ligação entre o conhecimento geográfico e a força do poder estatal, recurso discursivo muito utilizado, por exemplo, no processo de unificação e dominação territorial da recém-formada Alemanha no início do século XX. Desta forma é que o *espaço vital* é concebido, ou seja, transfere-se ou adaptam-se as formas e características do Estado nacional a sua própria força, e neste sentido a Geografia teria um papel fundamental em tal processo⁹¹.

⁸⁹ “A geografia de Humboldt e Ritter mantiveram-se uma próxima a outra, dois organismos em si, refletindo ambas as duas concepções muito originais capazes de fazer escola no sentido usual da palavra.” (RATZEL, 1905, p. 58 – tradução própria).

⁹⁰ “Uma grande característica do desenvolvimento da geografia no século passado, é a sua proximidade com a arte: e um processo, este, que podemos ver realizado nas descrições de viagens no que se refere aos mapas. A concepção da vida idílica dos povos no estado de natureza e a reinante admiração da natureza tropical são coisas que se tornaram impróprias devido ao costume de preencher as lacunas em mapas com figuras de monstros marinhos e selvagens. A descrição da viagem tornou-se um relatório de viagem e o papel está destinado a ser uma imagem fiel à terra, ao invés das fantásticas pinturas como recursos. Em seus lugares, a arte tornou-se o colaborador independente da geografia. A exploração das montanhas, a botânica, geografia e climatologia têm a possibilidade para ser a tarefa de representar fielmente mediante desenhos de vistas panorâmicas, os quadros de vegetação e o céu de nuvens.” (RATZEL, 1905, p. 59 – tradução própria).

⁹¹ Podemos lembrar neste ponto que justamente na eclosão destas teorias é que houve o processo de unificação do Estado nacional alemão, no período de 1848 a 1871, onde uma das bases teóricas para tal acontecimento foi a de fortalecimento e reconhecimento territorial do povo alemão.

Alinhar o discurso político ao geográfico para assim erigir o fortalecimento de um Estado nacional fora conclamado por Claude de Raffestin (1993) – com base principalmente nas teorias de Ratzel. É possível inclusive trazer tal discussão ao âmbito do interim da temática do edenismo territorialista brasileiro, já que não seria este o principal ponto de acordo dos autores já trazidos que advogam a favor de tal comportamento histórico do ideário pátrio nacional do Brasil? Como no caso dos militares durante sua estadia nos mandos e desmandos do poder nacional principalmente. A ideologia espacial aliada à canonização do território como reflexo do orgulho nacional encontra já nas teorias de Ratzel e colocações de Raffestin uma ponte lógica que contribui para o nosso entendimento sobre tal reflexão.

O que Raffestin irá explorar amplamente em suas teorizações será o potencial da produção do espaço tendo como ponto de partida a presença das disputas de poder com base no espaço geográfico, e a partir do momento em que este é apoderado por uma destas forças é que surge o território, ou territórios, ou seja, o espaço apoderado:

O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. “Local” de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Esta prerrogativa do espaço produzido para sua apoderação e consequente produção de território seria utilizada amplamente por teorias geopolíticas, inclusive no caso brasileiro, onde houve o alinhamento de tal teoria com a ideologia espacial da ufania edênica, em consonância com esta premissa geopolítica principalmente nos períodos desenvolvimentista e militar de nossa história.

E, retomando a apresentação de outros geógrafos clássicos, podemos citar Alfred Hettner (2000), Elisée Reclus (2012) e Richard Hartshorne (2012) que também se juntaram à premissa de Ritter e Humboldt de cientificização da Geografia⁹², da busca pela lógica em seus discursos, a afirmação do seu método (o descritivo) e a mensuração e análise dos dados. Portanto: “[...] a unidade do pensamento geográfico tradicional adviria do fundamento comum tomado ao positivismo, manifesto numa postura geral, profundamente empirista e naturalista.” (MORAES, 1986, p. 24).

⁹² No século XIX houve o surgimento de diversas Sociedades Científicas, dentre as quais encontravam-se algumas “geográficas” como a *Société de Géographie* (França, 1821), *Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin* (Alemanha, 1828), *Royal Geographical Society* (Inglaterra, 1830), a *Real Sociedad Geográfica* (Espanha, 1876). No Brasil podemos citar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), a Comissão Geológica do Império (1874) e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1883) (EVANGELISTA, 2006; PEREIRA, 2005).

Apesar de seus posicionamentos políticos de concordância com a Comuna de Paris de 1871, o geógrafo francês Elisée Reclus (1830-1905), também engrossava o coro da relação entre o enfrentamento das forças da natureza para alcance do progresso, mas nunca excetuando o caráter selvagem da natureza humana⁹³. Seguindo esta tendência de enfrentamento da natureza, Reclus diz o seguinte sobre as inundações dos rios e seu incrível poder de destruição: “[...] es el más terrible espectáculo que puede presenciar” (RECLUS, 2012, p. 47). Reclus realizou muitos trabalhos voltados aos temas naturalistas dominantes, e por esta razão não é de se surpreender quando vemos o autor reforçar o discurso a respeito da influência das forças da natureza no almejado progresso da humanidade:

Sí; la historia de las naciones nos enseña como la fuente y el arroyo han contribuido directamente al progreso del hombre más que el océano, los montes y toda otra parte del gran cuerpo del planeta que habitamos. Costumbres, religiones, estado social, dependen, sobre todo, de la abundancia de aguas corrientes. (RECLUS, 2012, p. 11).

O autor chamaria a bacia hidrográfica do grande amazonas de “A Glória do Planeta”, e por meio da citação acima a ligação orgânica e ambiental de desenvoltura social dos povos que se alinham historicamente a importantes cursos d’água ganha claro vigor de defesa nas palavras do autor.

Já para Richard Hartshorne (1899-1992), em sua defesa da análise regional como matriz teórica da aplicação dos estudos geográficos, além da importância das pesquisas geográficas voltadas para as temáticas físicas e econômicas, era preciso revelar o papel dos estudos relacionados às questões culturais, que se mostrará com grande tradição norte-americana. Nas palavras do autor a relevância do estudo da cultura no âmbito geográfico se dava porque “These are therefore geographically significant features, and, in order that their relationships to others may be known with certainty, they need also to be studied systematically.” (HARTSHORNE, 2012, p. 162).

⁹³ A selvageria do ser humano: “Ora, senza nemmeno discutere la questione, per semplice abitudine intellettuale, si va ripetendo che "tutti gli uomini sono fratelli", ma quando i bianchi e i neri, i rossi e i gialli si trovano di fronte, quando sono in conflitto i loro interessi, essi dimenticano volentieri questa fraternità tutta teorica, e si abbandonano a quel vecchio istinto di odio, che fa dello straniero un essere di origine assolutamente differente, una specie distinta e nemica. L'Inglese che massacrò lo Indou, o uccide un Australiano, il Francese che trucidò un Tonchino o un Malgascio, non vedono certamente in essi dei fratelli "fatti sulla stessa immagine". (RECLUS, b. 2012, p. 2) que em tradução própria ficaria desta forma: “Agora, sem sequer discutir a questão por simples hábito intelectual, ele foi dizendo que "todos os homens são irmãos", mas quando os brancos e os negros, vermelhos e amarelos são confrontados quando os seus interesses estão em conflito, eles voluntariamente esquecem toda essa fraternidade teórica e entram naquele velho instinto de ódio, o que torna o estrangeiro um ser de origem completamente diferente, uma espécie distinta e hostil. O inglês massacrando o hindu, ou matando um australiano, um francês que abate tonchino ou um malgaxe, certamente não os vê como irmãos "fatos sobre a mesma imagem.” – os fatos aqui seriam as representações do preconceito étnico.

A defesa do autor é de que por meio destes estudos a diferenciação das áreas geográficas tomaria um novo ponto analítico além dos já vigentes, físico e econômico: “As a social organization any political form, whether a state, a government, or other commonalty, is a feature that differs, to be sure, in different parts of the world, but the differences have but little relation to those of other features”. (HARTSHORNE, 2012, p. 163). Em Reclus⁹⁴ há a importância dos fatores físicos nas análises geográficas, enquanto que em Hartshorne, como sinal mesmo da evolução do pensamento em relação à Geografia na passagem do século XIX para o século XX, ficava mais clara a admoestação do domínio do fator humano à natureza, nas diferenças desta manifestação por meio das múltiplas culturas existentes nas regiões do globo.

Desta forma, a Geografia Tradicional se configurou com o que se denominou por Geografia Geral (CORREA; 2005; CHRISTOFOLETTI, 1982; GOMES, 2007), e neste período já haviam as dicotomias epistêmicas pautadas na relação entre o geral e o regional, e entre o humano e o físico nas análises geográficas⁹⁵.

No entanto, apesar destas divisões temáticas a Geografia mantinha seu timbre de *Ciência da Síntese* por excelência (BAULIG, 1982; JENSEN, 2009). O pensamento geográfico almejava colocar o espaço como principal via de acesso à explanação dos fenômenos físicos, e posteriormente sociais, para o enfrentamento dos desafios do ainda por conhecer, ordenar, analisar e descrever no mundo; era a Geografia entendida enquanto pivô da história. E sobre este papel da Geografia como ciência de síntese Alfred Hettner (1859-1941) fará a seguinte consideração:

Em situação semelhante ao desenvolvimento no tempo, o ordenamento das coisas no espaço tem direito a uma consideração especial. E é significativo observar que os especialistas em lógica que reconheceram a necessidade do primeiro não tenham se dado conta do segundo. A realidade é um espaço tridimensional que observamos desde três pontos de vista. Em primeiro lugar, vemos as conexões de uma interrelação material; em segundo, vemos o desenvolvimento no tempo; e em terceiro, a distribuição e a ordem no espaço. Na medida em que renunciamos à utilização da terceira perspectiva, a realidade se torna bidimensional. Não a vemos em toda a sua extensão e variedade. Daí se deduz que devem aparecer ciências corológicas junto às ciências sistemáticas e cronológicas. (HETTNER, 2000, p. 145).

A Geografia Tradicional, além de sua origem germânica também terá grande expressão na França, cujo principal representante é Paul Vidal de La Blache (1845-

⁹⁴ Apesar de que hoje em dia a obra do autor está recebendo uma releitura, devido a seus posicionamentos de questionamento social na época, sendo por vezes referido como precursor da corrente crítica na Geografia.

⁹⁵ A diferenciação entre Geografia Geral e Regional ainda é debatida até os dias atuais, principalmente quando a questão envolve a classificação dos geógrafos clássicos nestas alcunhas, como no caso Ritter, Humboldt sendo da primeira e Hettner, La Blache e Hartshorne seriam pertencentes à segunda.

1918). O autor será influenciado pelas colocações dos geógrafos germânicos, mas adicionará a importância da comparação das ordens dos fenômenos terrestres, levando em consideração a contribuição do apelo pela busca de uma lógica do mundo pertencente ao escopo do conhecimento geográfico: “Eu acrescentaria que, desse ponto de vista, toda uma ordem de relações novas se abre ao espírito.” (LA BLACHE, 2012, p. 7). Além de buscar a ordem, o autor primava pelas inter-relações dos fenômenos:

O geógrafo não pode contentar-se com os números publicados nas estatísticas oficiais. É necessário que lhes junte os dados que diversas fontes lhe podem fornecer, uma vez que se trata de determinar, pela comparação dos espaços disponíveis e dos efectivos, até que ponto está realizada, actualmente, a ocupação da Terra pelo Homem. Todas as partes da superfície terrestre devem ser consideradas, o que aliás, apesar da insuficiência de certas informações, não tem hoje nada quimérico. Só o conjunto, precisamente pelas diferenças, contrastes e anomalias que permite descobrir, tem pleno significado. (LA BLACHE, 1954, p. 45).

E seguindo a influência germânica, La Blache irá além, acrescentando um maior grau de importância à ação humana na alteração e relação ao meio, dando origem aos seus *gêneros de vida*, pelos quais haverá a diferenciação da maneira pela qual esta ação é efetuada em diferentes áreas, sendo interpretado também como um indício culturalista introduzido na tradição geográfica francesa, seguida por seus herdeiros na Geografia (CORREA, 2005; GOMES, 2007; HASBAERT, 2012).

La Blache também utiliza o termo “tipos” para se denominar de forma sinônima aos já referidos *gêneros de vida* e *modos de existência*. Vejamos abaixo um exemplo do próprio autor desta diferenciação tipológica das sociedades humanas:

Notemos primeiro que as formas de estabelecimento, quaisquer que sejam, não estão representadas isoladamente. Se pusermos de parte algumas explorações mineiras situadas em plena floresta ou no coração de montanhas, é por enxames, de certo modo por famílias, que certos tipos se distribuem na superfície. Se é o regime de *habitat* disseminado que prevalece, as casas, herdadas ou herdades ou casais não se contam por algumas unidades, mas por centenas: é como uma poeira de habitações a cobrir o solo. [...] Mesmo as cidades têm tendência para se multiplicar e comprimir em certos pontos, como se fossem atraídas umas pelas outras. Assim, abstração feita das formas que podem surgir inopinadamente, distingue-se facilmente, que os mesmos tipos se encontram, nas regiões, ocupadas, em grande número de exemplares. Por isto, é lícito dizer que entre os sinais que contribuem para caracterizar uma região, para marcar um país de um cunho próprio, este índice não é para desprezar. (LA BLACHE, 1954, p. 232 – grifo nosso).

Outro ponto a ser observado nesta colocação de La Blache que merece nota são ao menos três menções de pilares linguísticos da Geografia de sua época, são eles: a ligação entre o meio ambiente e os seres humanos, numa relação quase simbiótica de produção de singularidades culturais; em segundo lugar há a correlação com o primeiro aspecto, ou seja, a partir destas singularizações o autor já deixa a esteira do que viria a

ser o grande avanço da Geografia francesa de seu tempo com base nos estudos regionais de diferenciação do espaço geográfico; e por último temos de certo modo uma relação com o que Humboldt já havia mencionado no século XIX na busca de leis gerais de comportamento dos objetos e fenômenos espaciais, neste caso, a nomenclatura utilizada são os tipos de ocupação humana do meio e suas similaridades e singularidades.

Em conformidade com estas colocações de Vidal de La Blache há as contribuições de Maximilien Sorre (1880-1962), que, em suas teorias avançou nas proposições dos gêneros de vida e regionalização lablachianas e, ao mesmo tempo, evidencia em suas propostas a influência da Geografia germânica – como visto no caso de Humboldt e Ritter.

Nas palavras do autor vemos, por exemplo, este diálogo das escolas, onde releva a possibilidade da homogeneidade relacional entre as características naturais do espaço terrestre, mas assevera ao mesmo tempo em que tal posicionamento deve se valer de casos particulares onde tais lineamentos homogêneos podem ser detectados, numa provável relativização da lei geral e universal humboldtiana:

Théoriquement l'aire d'extension d'un climat, d'une espèce animale ou végétale est une fraction de l'espace terrestre, homogène, enveloppée par une ligne continue. En réalité, il n'y a là qu'une ligne vue l'esprit et bien des discussions stériles eussent été évitées si l'on était parti des données d'expérience: les limites linéaires et les aires homogènes ne se présentent qu'exceptionnellement. (SORRE, 1957, p. 89).

Já no que tange ao ofício representacional por meio de cartas generalistas e temáticas Max Sorre reafirma a importância de tal metodologia, afastando-se um pouco do tom paisagístico em proximidade maior com o mapeamento em si: “A representação cartográfica é um instrumento específico de expressão e de investigação. A Geografia traça, comenta e compara mapas.” (SORRE, 2003, p. 138)⁹⁶. A cartografia teria assim em suas mãos uma das essências do labor geográfico na busca pela compreensão dos fenômenos espaciais transpostos para as cartas:

La notion d'espace est, pour ainsi dire, consubstantielle au géographe. D'où une conséquence pratique: son activité repose au premier chef sur l'emploi des procédés cartographiques. [...] tous progrès de l'esprit géographique ont été précédés ou accompagnés par le perfectionnement de la cartographie. Le géographe reste l'homme qui dresse des cartes, qui localise les phénomènes sur des cartes: en un sens, pour lui, tout commence et tout finit par l'établissement ou l'explication d'une carte. Les corrélations entre les divers ordres de phénomènes lui sont suggérées par la comparaison de plusieurs cartes. Il en tire ses hypothèses de travail. Non pas des certitudes quant aux rapports de causalité, mais des hypothèses qui le conduisent à d'autres

⁹⁶ Vê-se que em Sorre (1957) há também exposta a afirmativa da busca pela ordem dos fenômenos espaciais, algo que podemos denotar como sendo uma influência ou até mesmo herança da Geografia alemã clássica.

explications. La prudence en effet reste de règle. (SORRE, 1957, p. 99-100).

Jean Brunhes (1869-1930) outro importante geógrafo francês fazendo uso amplo das teorias geográficas propostas por Humboldt elaborará um compêndio das principais características teóricas e metodológicas da Geografia. A busca do autor será a dos princípios da ciência geográfica, e dentre estes se destaca o da conexão como vinco lógico para os estudos espaciais efetuados pelos representantes da Geografia.

Percebe-se na obra do autor um amadurecimento das teorias regionais da época. A principal obra do autor *Geografia Humana* publicada em 1910 evidencia este amadurecimento. Há nas páginas deste livro uma preocupação em identificar e classificar as paisagens existentes no globo, e a premissa utilizada será a do princípio de conexão como sendo o fio condutor para todas as postulações e explanações presente neste extenso volume da literatura geográfica.

As múltiplas conexões, sejam elas físicas ou humanas, dariam o respaldo para a ideia do *todo terrestre*, mais uma vez – com exceção da ressalva da excepcionalidade – assim como Sorre (1957; 2003) a busca por uma lei geral de alinhamento lógico dos fenômenos e objetos espaciais surge como carro-chefe destes geógrafos tradicionais:

Não basta estudar isoladamente essas séries diversas de fenômenos; elas não existem isoladas na realidade; estão ligadas umas às outras. A ideia da conexão deve dominar qualquer estudo completo dos fatos geográficos; não nos podemos contentar com a observação de um fato em si ou de uma série isolada de fatos; depois dessa observação inicial, trata-se de recolocar a série no conjunto natural, no conjunto complexo dos fatos em meio as quais ela se produziu e desenvolveu; é preciso procurar como ela se prende às séries de fatos que a cercam, em que medida os determinou, e, reciprocamente, em que medida ela sofreu a sua influência. (BRUNHES, 1962, p. 32 – grifo nosso).

Brunhes (1962) também elencará os fatos essenciais da Geografia Humana dos quais destacará aqueles de ocupação produtiva e improdutiva, e no primeiro caso ressalta a importância dos fatos da conquista da Natureza em suas vertentes animal e vegetal. O que chama a atenção é que na defesa do labor agrícola e pastoril – e posteriormente da industrialização – enquanto atividades de domínio da natureza o autor dá ao Estado o papel de gerenciador destas ações, em concordância com os estudos geográficos e históricos, formando assim uma tríade que contempla científica e politicamente o empreendimento de busca pelo domínio do meio:

As condições gerais das culturas e das criações, isto é, às condições de vida dos agricultores e dos pastores, estão estreitamente ligados, pelo menos em sua origem, todos os fenômenos tão complexos das emigrações e das invasões. A eles se juntam, depois, muitos outros fatores, notadamente necessidade de mão-de-obra industrial. Ainda mais, os fatos históricos, tão importantes, que procedem da emigração lenta ou da migração brusca foram

acentuados ou restringidos, favorecidos ou interditados pelos grupos humanos: cidades, tribos, sociedades políticas modernas. Hoje, mais do que nunca, deve-se constatar a que ponto os Estados tendem a fixar e a regular, segundo seus interesses ou paixões, a emigração e a imigração. Tal é, de qualquer forma e por excelência, um dos mais importantes capítulos da política dos Estados e da Geografia da História. (BRUNHES, 1962, p. 289).

O autor também trará o conceito de vilas-tipo que herdaram claramente a teorização lablachiana dos modos de existência ou gêneros de vida, e alinhando a esta premissa a sua defesa da necessidade do domínio do homem frente à natureza o autor nos traz várias figuras ao fim de sua obra, cada qual exemplificando imagetivamente o que foi descrito teoricamente. Abaixo há uma destas figuras, neste caso, uma fazenda do Brasil, ou seja, a agropecuária como meio para a conquista do meio natural dominante:



Figura 49: *Colônia da Fazenda São Martino em Ribeirão Preto/SP*
[Fonte: Brunhes (1962, p. 521)].

A figura acima, de um vilarejo agrícola no interior de São Paulo, não nos deixa dúvidas sobre a influência lablachiana em Brunhes (1962), pois assim como o seu precursor, este afirmava a importância na descrição, identificação e busca pelas alternativas de desenvolvimento para as diferentes regiões do globo.

O autor menciona não apenas esta imagem, mas várias outras ao final de sua obra, justamente com o intuito de dar visibilidade imagética às suas argumentações sobre os tipos de comunicação humana em sua diversidade e homogeneidades, para que

assim o papel da ciência geográfica fosse cumprido seguindo tal premissa metodológica e teórica. Como podemos ver, em Deffontaines, tal prerrogativa de descrição destas paisagens ou vilas-tipo foi uma constante no pensamento geográfico francês:

[...] o homem tornou-se, no domínio geográfico, um agente dinâmico; há já muito tempo não tem unicamente uma atividade de coleta; conquistou um poder cada vez maior sobre a Natureza; sabe utilizá-la, transformando-a. Assim é que aparece como elemento cada vez mais ativo da paisagem terrestre. O Globo começa a ostentar uma nova cobertura de origem humana, uma fisionomia devida ao trabalho humano. Para compreender e explicar a maior parte das paisagens dos continentes, é preciso considerar a sua ação, tanto quanto, e algumas vezes mais, a intervenção das forças físicas, climas, hidrologia, orogenia, vulcanismo. Este *homo faber* tornou-se, também, o *homo geographicus*. (DEFFONTAINES, 1962, p. 10).

Conforme podemos observar nesta citação de Deffontaines (1962), este *homo geographicus* seria, portanto, a interação entre o poder de dominação e transformação da natureza pelo ser humano, e nesta dialogia entre o natural e o antrópico é que surgem as diversas paisagens – de opinião aproximada são outros geógrafos franceses como Pierre George e Pierre Monbeig –, fazendo com que a visão global clamada pelo autor fosse passível de alcance nesta acepção de união entre estas duas esferas de análise dos fenômenos espaciais pelos geógrafos.

Em todos estes autores elencados até aqui podemos perceber alguns similaridades teóricas e metodológicas. Como exemplo a tal permanência de conceitos e práticas podemos citar a descrição, que é elevada como um dos principais senão o principal método geográfico; também há a referência à conectividade dos fenômenos geográficos, sejam eles físicos ou humanos; outro ponto a ser destacado é a permanência da ideia da Geografia como uma ciência responsável pela síntese dos conhecimentos acumulados pelo ser humano, dentre outras menções de natureza epistemológica e histórica dentro destas obras e autores da Geografia Tradicional que podem ser observados, estudados e correlacionados.

A busca pela sistematização e estabelecimento de um cânone metodológico para a Geografia, pode ser considerado então, como sendo o principal estandarte dos representantes clássicos desta ciência, que, conforme trazido anteriormente, parte desde a ideia geral de uma lei universal ou entendimento orgânico do mundo, chegando até os estudos da heterogeneidade deste ambiente, seja física ou socialmente.

No que tange ao recurso edênico presente na retórica de alguns destes autores como Humboldt e Reclus a sua manifestação se dará principalmente pela assertiva organizacional da riqueza natural do mundo frente à capacidade de racionalidade – de ordenação e elaboração teórica como ação e projeção de práticas e técnicas – nesta ou

nestas paisagens de ampla exuberância natural, posicionamento este que seria trazido, por exemplo, para a Geografia brasileira, no momento de sua institucionalização no início do século XX.

Neste momento é importante que se faça a ponte analítica desta influência clássica com a própria Geografia brasileira e seus representantes de fato. Após uma apresentação inicial focar-se-á em dos principais alvos da retórica ufanista do paraíso terreal, que foi a Amazônia. Deste modo espera-se esmiuçar os sinais do edenismo geográfico do Estado nacional brasileiro.

4.2 A Geografia brasileira e a retórica ideológica da ufanía territorial

Partindo agora para a Geografia produzida no Brasil, iniciada principalmente nos primeiros anos do século XX, esta será representada por geógrafos franceses vindos especialmente para a difusão dos métodos e teorias geográficas vigentes na Europa no início do século XX – conforme já demonstrado, houve até mesmo incentivo estatal às pesquisas de natureza geográfica no período imperial, em especial sob o mando de D. Pedro II, e os próprios trabalhos dos viajantes, no entanto comumente é dado a esses geógrafos franceses o papel de fundadores da Geografia institucional nacional, conforme podemos ver em textos dos geógrafos Manoel Fernandes de Sousa Neto (2001), Hélio Evangelista (2006) e Eli Alves Penha (1993).

Desta maneira, os geógrafos incumbidos de tal empreitada foram Pierre Deffontaines (1894-1978) e Pierre Monbeig (1908-1987). São contemporâneos de ambos, importantes nomes da Geografia francesa da época como Emmanuel de Martonne (1873-1955), Albert Demangeon (1872-1940), Maximilan Sorre (1880-1962) e André Cholley (1886-1968) (EVANGELISTA, 2006; PEREIRA, 2005; SODRÉ, 1986).

A missão dos geógrafos franceses era fomentar teoricamente e metodologicamente os novos profissionais da Geografia brasileira aos desafios impostos pelos governos republicanos, que incentivavam a criação de cursos de graduação, institutos, centros de pesquisa e expedições de exploração no território nacional.

Começando então com o papel de Pierre Deffontaines (1894-1978), seguindo este contexto o mesmo irá afirmar que: “A mais bela história é a do longo combate em que a caravana humana se empenha contra o meio físico, cada geração trazendo o seu auxílio, combate cheio de domesticacões desconhecidas!” (DEFFONTAINES, 1952, p. 16). Na visão do autor o objetivo era disciplinar a natureza hostil – e aqui se encontra a premissa geográfica de tal posicionamento –, abrindo o caminho para a técnica e a chegada do progresso aos mais longínquos sertões:

Esses campos, com seu revestimento vivo, alterado e disciplinado pela mão do homem, ocupam áreas enormes, muito mais extensas do que as recobertas pelos elementos geográficos de pura ocupação improdutiva. As cidades são pequenas manchas perdidas na imensa extensão das áreas agrícolas. E as estradas e os caminhos são simples traços quase imperceptíveis na amplitude dos campos cultivados. (CASTRO, 1969, p. 125).

Portanto, a Geografia brasileira tem o seu berço teórico na matriz geográfica francesa, regional e descritiva; não à toa em suas obras os autores irão se preocupar em

fazer uma diferenciação regional das características físicas e naturais do Brasil, procurando relacioná-las umas com as outras: “Nos anos 1920 e 1930, essa Geografia é feita de maneira multidirecional: formas de utilização do solo, *habitat* rural, gêneros de vida, sistemas de cultura, etc.” (DANTAS; MEDEIROS, 2008, p. 4, grifo do autor). Os gêneros de vida serão presentes nas obras de Monbeig, o qual irá inclusive enveredar-se sobre temáticas relacionadas às questões culturais de identidade territorial dos brasileiros:

Os elementos da unidade nacional, todavia, são mais fortes que os ressentimentos transitórios. Há uma força de união e esta resulta do fundo étnico comum, de origem portuguesa, e do passado de lutas pela conquista do solo, idêntico em todo o país. Os “Bandeirantes” são heróis nacionais e o “grito do Ipiranga” tem o mesmo significado de Manaus a Porto Alegre. O Brasil possui seus mitos, aos quais os imigrantes recém-chegados não foram os últimos a aderir. A formação da consciência nacional se manifesta na procura feliz de uma música e de uma literatura brasileiras. Passou já o tempo em que artistas, escritores e pensadores seguiam a reboque o navio da Europa [...]. O sentimento nacional não repousa apenas sobre a ideologia; apoia-se sobre uma infra-estrutura sólida que é aquela que os historiadores, sociólogos e escritores analisam. Os fatores e as modalidades da conquista do solo foram, “grosso modo”, idênticas, no tempo e no espaço. Todas as regiões do país participam de uma mesma estrutura econômica de origem colonial e as estruturas sociais, legadas pela sociedade dos senhores da terra, são da mesma essência em todo país. Nelas é que devemos buscar os fundamentos da sociedade brasileira. Nelas, também, estão as fontes dos seus problemas.” (MONBEIG, 1958, p. 77-78).

E assim como nos lembra Gaudio (2007), Sodré (1986), Penna (1974), Magnoli (1997) e Ianni (2004), é na imensidão territorial que o discurso geográfico irá pautar sua ideologia de perduração do ufanismo edênico presente desde os viajantes do século XIX, perpassando pelos sertanistas e chegando em suas obras geográficas do século XX. A roupagem do fantástico persiste: “Já se disse algumas vezes que o país era tão grande que não estava na dimensão do homem, que sua enormidade ultrapassava os limites habituais da vida humana. É verdade que é preciso mudar aqui a escala de medidas.” (DEFFONTAINES, 1952, p. 25), mas reina agora a cautela com tal dimensão monumental da natureza. E de mesma opinião, mas com um teor de enfrentamento destes mitos, Monbeig reitera que:

Pensamos, sobretudo, em destruir os mitos exóticos e em colocar à disposição do europeu curioso os elementos necessários, se não suficiente, para uma ideia clara do que são a natureza e a nação brasileiras, e dos problemas que o país enfrenta. (MONBEIG, 1958, p. 7).

E neste esforço de fundação, cientificização e institucionalização do pensamento e conhecimento geográfico brasileiro é que serão criados tanto o IBGE quanto a AGB (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística e Associação dos Geógrafos brasileiros

respectivamente), instituições que darão continuidade à Sociedade de Geografia Rio de Janeiro e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, indo além dos encontros fechados e contribuindo para o aumento da produção geográfica no país.

A fundação IBGE em 1934 está relacionada diretamente a uma influência da busca pela mensuração de dados estatísticos (presente no positivismo clássico e também neopositivismo, ou positivismo lógico). Nas palavras de Eli Alves Penha (1993) o período referente ao Estado Novo representa para o Brasil uma busca pela “racionalidade administrativa” pautada principalmente na angariação das informações necessárias para o devido controle das ações governamentais no país, indo da destinação regional dos planos orçamentários ao incentivo de construção de novas infraestruturas no território nacional. Portanto, para o autor a palavra de ordem que liga a criação do IBGE ao contexto do Estado Novo é a “integração socioespacial”, tendo como carro chefe para tal empreitada os levantamentos estatísticos do referido órgão:

A criação do IBGE em 1938 refletiu, de forma significativa, o papel que os levantamentos estatísticos e a pesquisa geográfica poderiam desempenhar no tocante à administração do imenso território brasileiro, em via de integração socioespacial. Suas atribuições principais consistiam em realizar levantamentos e sistematizar informações do quadro territorial em todos os seus aspectos: físico, econômico, jurídico, político e populacional; realizar trabalhos cartográficos em variadas escalas; divulgar a cultura geográfica brasileira e promover a reorganização do quadro das unidades político-administrativas tal como a definição de limites, racionalizar a toponímia dos municípios e distritos e estabelecer uma nova divisão territorial. (PENHA, 1993, p. 21 – grifo nosso).

Uma das principais características do Estado Novo foi a sua relação com o contexto histórico mundial da época. Lembremos que alguns anos antes da subida de Getúlio Vargas ao poder, houve a grande quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, resultando numa grande retomada da necessidade da intervenção estatal no mercado, pensamento este amparado pelo keynesianismo. No Brasil o federalismo promulgado na Constituição de 1891 travou em suas próprias limitações de surgimento, ou seja, calcado nas oligarquias regionais que apoiaram a queda do império e que não abdicaram dos seus privilégios de poder durante toda a República da Velha.

E é neste sentido que o IBGE como instrumento técnico e científico fortalece o centralismo do poder por meio da acumulação informacional sobre o país. Outras ações foram efetuadas, como a deposição de lideranças regionais e a forte propaganda em relação ao nacionalismo como via de desenvolvimento do país, Getúlio Vargas defendia em seus discursos a ideia de: “Governo forte e com alto grau de liberdade de ação como

forma de combater os particularismos de ordem local e de forças dispersas internas e externas do desenvolvimento nacional” (PENHA, 1993, p. 52).

A liberdade defendida será o do mando do governo e não necessariamente da vontade da população, como ficaria claro no avanço do Estado Novo ao longo dos anos de 1930. Vê-se, portanto a importância do IBGE neste contexto político e ideológico, tendo um importante papel de fomentador informacional para os fins estabelecidos pelo governo da época.

Já no caso da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), seu processo fundacional está ligado à presença dos geógrafos franceses no Brasil, em especial no estado de São Paulo. Em 1937, Pierre Deffontaines funda a AGB concomitante ao início da ministração das aulas dos cursos de História e Geografia da Universidade de São Paulo (USP), aumentando consideravelmente o contingente de trabalhos acadêmicos de natureza geográfica a respeito do Brasil (EVANGELISTA, 2006).

Segundo Evangelista (2006) tanto a fundação do IBGE como da AGB estão intimamente ligados à nova postura política do Brasil vista durante o Estado Novo getulista, voltada principalmente ao “projeto político” governista buscando fornecer novos conhecimentos e dados estatísticos sobre os aspectos físicos e humanos do país.

No entanto o autor ressalta que a difusão da Geografia fundacional paulista como pioneira acaba por ocultar os importantes avanços do pensamento geográfico, notadamente físico, antes do início do século XX, como por exemplo, as Comissões Geológicas de São Paulo (1875) e do Império (1875) e o Serviço Geológico e Mineralógico do Rio de Janeiro (1892). É notório que esta Geografia pré-republicana ainda carece de maiores aprofundamentos e reconhecimento por parte da historiografia do pensamento geográfico brasileiro.

Estas sociedades geográficas representam o passo anterior para a afirmação da Geografia oficial no Brasil (EVANGELISTA, 2006; SOUSA NETO, 2001). No fundo, o que tais sociedades geográficas, geológicas, botânicas tinham em comum era justamente a herança europeia de sua natureza estatista de busca pelas características de homogeneização ou diferenciação das áreas que compunham os Estados-nacionais europeus, e neste sentido sua função no Brasil não poderia ser de maior similaridade, tendo em vista as dimensões do território ainda a ser delimitado, explorado, cartografado e estudado pelos componentes de tais organizações:

Depois as sociedades geográficas européias e aquelas surgidas nos países de passado colonial, embora possam guardar muitas semelhanças, pois estas se espelham naquelas, guardam algumas diferenças importantes que é preciso assinalar. Entre essas diferenças poderíamos levantar que os interesses das

sociedades geográficas não-européias estavam mais voltados para a clara delimitação das fronteiras dos Estados Nacionais, os quais haviam sido antigas colônias, como forma de assegurar a própria soberania e estabelecer um controle interno sobre as populações indígenas e os recursos naturais de que se podia dispor. Essa distinção entre sociedades geográficas européias e não-européias pode ser assim assinalada, grosso modo: no primeiro caso, um imperialismo externo que anexava novas possessões, um imperialismo interno que buscava garantir as possessões; no segundo, desses novos Estados nacionais. (SOUSA NETO, 2001, p. 131).

O projeto político presente direta e indiretamente, implícita e explicitamente nos trabalhos efetuados no âmbito da AGB e IBGE visavam além da consolidação da Geografia no Brasil, também a sua valorização enquanto instrumento de angariação, estudo e gerenciamento das informações e conhecimento a respeito do território nacional. As outrora sociedades geográficas existentes com a influência do pensamento europeu para suas respectivas motivações científicas davam lugar a estes órgãos muito mais organizados e amparados tecnicamente para a efetuação de seus intentos:

O IBGE, uma das primeiras instituições, no mundo, a possuir um quadro de geógrafos profissionais, desempenhou o seu papel, de vez que realizou, em 1940, um censo bem mais organizado que os anteriores – 1872, 1900 e 1920 – e estabeleceu um alinha em que a cada dez anos se realizaria um novo censo. Infelizmente esta linha, indispensável para o conhecimento científico do processo demográfico nacional, foi interrompida em 1990. O levantamento cartográfico do país foi feito com rigor científico e os estudiosos passaram a dispor de mapas para trabalho de campo e aplicação em estudos científicos; os estudos regionais foram sendo feitos em escalas diversas, fazendo com que a geografia brasileira se impusesse nos congressos e reuniões científicas internacionais. Os trabalhos de geografia de campo se valorizaram muito porque deram ao brasileiro o conhecimento de uma realidade viva e fiel, bem diversa da usada por filósofos sociais que estudavam o Brasil como se estivessem estudando a Europa e procurando, no país, categorias europeias ou americanas. (ANDRADE, 1995, p. 171).

A maneira pela qual estes trabalhos eram realizados já denotava sua essência tanto para os geógrafos neles envolvidos como para também aos agenciadores de tais estudos, ou seja, os representantes do poder estatal nos postos do governo.

No período de domínio destes órgãos no âmbito da produção do conhecimento geográfico brasileiro, que foi da década de 1930 até meados dos anos de 1970, muitas foram as obras elaboradas, e nas quais a principal característica era o seu caráter enciclopédico e o mais importante, a preocupação em expressar as potencialidades econômicas, delimitação de fronteiras e limites e os tipos regionais naturais e culturais existentes no país.

Leo Heinrich Waibel (1888-1951) geógrafo alemão radicado no Brasil – veio ao país a convite do Conselho Nacional de Geografia à época –, em seu livro *Capítulos de*

Geografia Tropical e do Brasil (1979) agenciado pelo IBGE e pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República busca classificar e angariar as características físicas e o potencial econômico do território brasileiro de norte e a sul.

Dentre suas proposições há inclusive a de *zonas pioneiras*, que segundo o autor possuem em comum um alto potencial de exploração econômica normalmente associada aos seus aspectos naturais.

Um aspecto interessante de se notar é que até a data de publicação da primeira edição da obra, em 1958, o limite para tal *front* de pioneirismo estratégico ainda não tinha adentrado a região amazônica, o que viria a ocorrer de fato durante o período da ditadura militar, em meados da década de 1960:

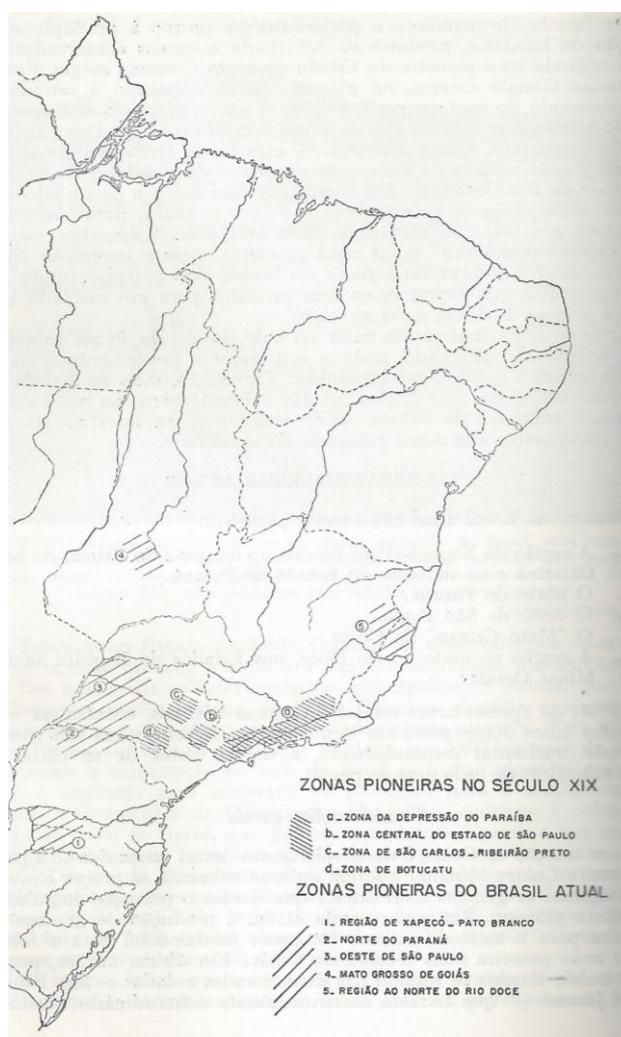


Figura 50: Zonas Pioneiras do Brasil
[Fonte: Weibel (1979, p. 296)].

Muitos destes trabalhos acadêmicos efetuados pelos geógrafos europeus nas primeiras décadas do século XX, vindos para o Brasil fortaleciam o amadurecimento da empreitada de conhecimento territorial empreendida até aquele momento pelos antigos viajantes (BAULIG, 1982; MORAES, 1986) alçada à categoria quantitativa pelo IBGE. Era necessário haver a contribuição da Geografia no projeto de consolidação do Estado nacional brasileiro. Conforme nos lembra da filósofa Marilena Chauí (2005) historiadores, escritores, arqueólogos, geólogos uniram-se a eles os geógrafos com conhecimentos sobre o: “[...] território, densidade demográfica, expansão de fronteiras, língua, raça, crenças religiosas, usos e costumes, folclore e belas-artes foram os elementos principais do ‘caráter nacional’, entendido como disposição natural de um povo e sua expressão cultural.” (CHAUÍ, 2005, p. 13).

Mesmo pertencendo a um período um pouco à frente do supracitado, a evocação edenista de Lévi-Strauss é enfática e nos auxilia a compreender a dificuldade em se atingir os objetivos pelos recém-formados geógrafos brasileiros e pelas incipientes instituições de mesma alcinha:

Essa impressão de enormidade é própria da América; sente-se por toda a parte, nas cidades como nos campos; tive-a diante das costas e nos planaltos do Brasil Central; nos Andes bolivianos e nos Rochosos do Colorado; nos arrabaldes do Rio, nos subúrbios de Chicago e nas ruas de Nova Iorque. Em toda a parte, recebe-se o mesmo choque; esses espetáculos evocam outros, essas ruas são ruas, essas montanhas são montanhas, esses rios são rios: donde vem a sensação de expatriamento? Simplesmente de que a relação entre o porte do homem e o das coisas se distendeu a um ponto em que a medida comum é impossível. (LEVI-STRAUSS, 1957, p. 77).

E ao contrário do que afirma Magnoli sobre a revalorização do edenismo ufanista em relação ao Brasil ter sido inventada, nas primeiras décadas da república, talvez o mais coerente seja a utilização do termo reinvenção e modelação dos elementos míticos europeus secularizados a respeito não só do Brasil, mas de todo o continente americano: “Nesse terreno fértil, inventaram-se as tradições e floresceram as mitologias e as mistificações nacionais.” (MAGNOLI, 1997, p. 17).

Na ausência de um mito fundador originário ou também da presença histórica de centralização de grandes nomes elevados à condição de heróis nacionais, coube ao próprio território a condição de abarcador dos elementos necessários para o embasamento do discurso geográfico em relação às riquezas naturais brasileiras:

A geografia, a partir do estudo, mapeamento, caracterização, individuação do território brasileiro frente a outros estados nacionais, fornecerá a base efetiva da construção da ideologia nacional brasileira. Não apenas pelo discurso da “grandeza territorial” a geografia auxilia a construir essa relação entre ideologia nacional e território. Desse modo, à “relativa ausência” de um “mito fundador” assentado na história, apresenta-se o “mito fundador”

assentado na natureza, na extensão territorial, nas benesses do clima e das águas, nas riquezas naturais (minerais) brasileiras, em suma, em sua geografia. (GAUDIO, 2007, p. 51).

Com base nesta colocação de Gaudio (2007) podemos então correlacionar este momento histórico com o próprio surgimento da AGB e IBGE, e, principalmente sua importância no que diz respeito ao fomento científico e técnico deste mito fundador territorialista e edênico. Estes órgãos possuíam não só o aparato técnico disponível para a empreitada de busca por informação sobre o território brasileiro, mas, também tinha ao seu lado os melhores profissionais das áreas de Geografia para colaborar com os estudos sobre o espaço geográfico brasileiro.

O papel dos geógrafos da AGB e IBGE neste agenciamento de informações foram fundamentais, geopoliticamente e economicamente, pois estes dados contribuíram para que os governantes elaborassem seus planos de intervenção no território brasileiro, e também na própria busca por referenciais simbólicos de cunho espacial para a população foram buscados e encontrados nas pesquisas e estudos efetuados por estas organizações geográficas (MAGNOLI, 1997).

Como já exposto, no discurso de conquista e domínio do território dos representantes da Geografia fundacional brasileira, e também em acordo com as colocações de Chauí (2005), Magnoli (1997) e Gaudio (2007), o que se observa no início do século XX é a renovação da visão edênica do Brasil, engendrada em mais de quatro séculos de colonização lusitana e presente desde a literatura modernista, nas campanhas militares de apaziguamento dos “sertões desconhecidos” até a produção artística da época (HOLANDA, 1984; MATOS, 1975). A seguir podemos ver dois mapas do geógrafo Jorge Ribeiro (1930) do IBGE, em que a preocupação com a questão territorial, e neste caso com as fronteiras se evidencia claramente:



Figura 51: Mapa limites territoriais entre Brasil e Argentina
[Fonte: Ribeiro J. (1930, p. 37)].

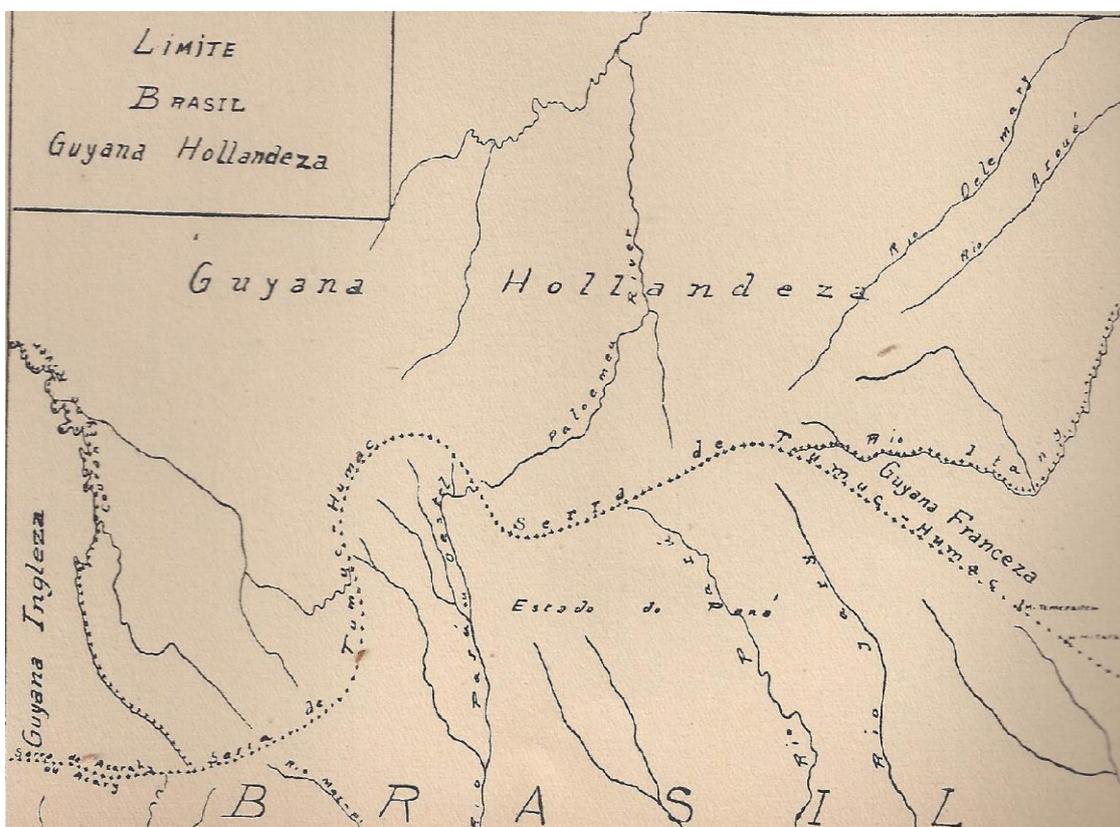


Figura 52: Mapa Limites territoriais entre Brasil e as Guianas
[Fonte: Ribeiro J. (1930, p. 131)].

O discurso de domínio do território, já numa franca herança da Geografia Moderna e tradicional francesa⁹⁷, daria a base para o que Maia (2008) denomina como a chave territorialista da formação do Estado nacional brasileiro, sendo que tal ranço histórico deriva do mito fundacional do paraíso terreal e a possibilidade e efetivação de domínio deste (RIBEIRO, 1930).

O que ocorreu no início dos anos de 1930 foi justamente uma nova fase desta base de pensamento, mas, neste caso, dentro do contexto de afirmação da Geografia oficial brasileira e o seu papel na elevação e/ou sublimação do significado e importância do território para o país: “Nessa chave, o Brasil teria sido produzido por uma lógica territorialista, e nossas auto-interpretações subsumiriam a história à geografia, como se o espaço suprisse a ausência de uma tradição cultural consensual.” (MAIA, 2008, p. 46).

O fundamento territorialista da Geografia ganha força pelo seu escopo histórico de estabelecimento enquanto ciência, ou seja, no contexto de sua afirmação científica no século XIX a mesma esteve aliada à questão de estabelecimento de fronteiras entre os países europeus de formação tardia como Itália e Alemanha, e tal lógica é visível nas figuras de Ribeiro (1930), ou seja, no tocante a afirmação da Geografia brasileira no fechamento das questões territoriais de fronteira do país, como demanda cultural, política, econômica e estatal.

Na outra vertente temos a própria concepção de território que supera a sua denotação de demarcação estatal, ou de vinculação necessariamente ao poder de uma ordem dominante de governança espacial estabelecida. Neste ponto o território é alçado também em sua potência de abarcar o substrato simbólico ou de significação das populações que ali se estabeleceram, superando assim a sua própria materialidade e fundando bases de enraizamento social, natural e histórico muito mais profundas:

O homem age no território, espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social e historicamente organizado e produzido e a paisagem é o nível do visível e percebido deste processo. O território é chão, formas espaciais, relações sociais, e tem significados; produto de ações históricas (longa duração) que se concretizam em momentos distintos e superpostos, gerando diferentes paisagens. Há, no território: identidade e/ou enraizamento e conexões nos níveis nacional e internacional; heterogeneidade e unidade; natureza e sociedade; um processo histórico com definições territoriais específicas para cada organização social e o aparente, que corresponde à paisagem. (SAQUET, 2007, p. 142).

⁹⁷ “[...] raciocinando como geógrafos sobre o conceito de território, podemos entender melhor muitos problemas que a geografia teve como ciência. De fato, as concepções territorialistas da geografia mais recente, absorvem e reelaboram as diferentes concepções da geografia do passado: como ciência da diferenciação do espaço terrestre, ciência das relações multiescalares entre o ambiente físico e a sociedade humana, ciência da paisagem e assim por diante.” (DEMATTEIS, 2007, p.7).

O que os órgãos de representação da Geografia oficial brasileira do início do século XX exercitaram foi justamente estas facetas estatísticas e estatal juntamente com o lado simbólico e imaterial do território, advindo então como diz Hélio Evangelista (2006) uma ideologia espacial com o fundo de ufania junto ao território brasileiro como identidade nacional do povo.

Nesta chave territorialista herdada dos órgãos de gestão dos estudos geográficos do início do século XX – amparados pelos preceitos metodologias da Geografia Tradicional – é que a ufania edênica encontrará novos ecos ideológicos por meio do discurso geográfico, pois como diria o geógrafo paraense Ediorfe Moreira (2012) é necessário que a Geografia se posicione. E neste territorialismo para além da materialidade, buscando a ligação imaterial do homem com o meio que este vive, ou a Natureza no dizer do autor, formando assim o substrato identitário com base na sublimação telúrica do país:

É pelo amor, portanto, que a Natureza se torna uma linguagem altamente expressiva e atraente para o homem, “um vocabulário disperso que será preciso recolher para exprimir e realizar a própria alma”, com diz o insigne pensador-poeta português. Em suma: é por ele que o Mundo se converte numa linguagem transcendente. [...] Como elemento de reforço e de expressão, a paisagem constitui por isso mesmo um requisito cênico ou figurativo do idílio. (MOREIRA, 2012, p. 139).

E ainda o mesmo autor escreveria o seu argumento para *O sentimento pátrio como compromisso telúrico*⁹⁸. Nesta premissa de interpretação da ciência geográfica esta seria mais contemplação das paisagens, e por ter o aparato técnico, metodológico e teórico para o exercício de tal contemplação – e por demanda, a descrição – cabe aos geógrafos buscar esta fonte de ufania da identidade nacional nos elementos territoriais do Estado nacional. Estabelecendo a fidelidade do povo com o seu espaço habitado:

E quando falamos em “fidelidade telúrica”, não queremos significar com isso uma simples preferência ou inclinação dos nossos sentimentos com respeito à terra em que nascemos, pois não se trata no caso de mera atitude ou disposição sentimental, senão que de alguma coisa mais profunda e vinculativa, algo que lembra um compromisso implícito do nosso ser com a paisagem e as condições originais do seu aparecimento na vida. (MOREIRA, 2012, p. 132).

Este orgulho telúrico se assemelha, de maneira terminologicamente diferente, à

⁹⁸ “Geograficamente considerado, portanto, o sentimento pátrio é um sentimento específico de vinculação telúrica, através do qual nos filiamos moralmente a uma determinada paisagem ou condição planetária, independentemente dos seus atrativos. Não se trata conseqüentemente de uma simples vinculação lírica a uma paisagem, pelo que possa ter de belo ou sugestivo, mas do reconhecimento efetivo de uma imposição moral em relação a ela, como condição original da nossa vida. Não há nisso apenas uma necessidade vinculativa, senão que também um anseio de identificação.” (MOREIRA, 2012, p. 135).

sublimação territorial vista nos relatos dos viajantes; também alinha-se ao histórico de ufania edênica em relação às terras a oeste dos grandes mares desde os tempos pré-colombianos.

Conforme ressalta Chauí (2005) e Penna (1974), estas diferentes designações sobre a natureza e seus atributos se fará uma constante na história dos países americanos e, em especial, ao Brasil devido a sua conformação territorial mais avantajada no aspecto dimensional, capaz de abrigar toda a profundidade dos mitos, lendas e estórias que, com releituras ao longo do tempo, dariam ao mito edênico interesses econômicos, políticos e culturais dos mais diversos.

O debate territorial sobre o Brasil segue pelas décadas, e um dos seus principais argumentos é a discussão a respeito da formação, estabelecimento e manutenção do quadro fronteiriço do Estado nacional brasileiro. Tal forma de pensamento tomava fôlego também na esteira das políticas governamentais de ocupação e uso da totalidade do território brasileiro, principalmente na segunda metade do século XX⁹⁹, possibilitando assim o uso “vivo” dos limites fronteiriços da enormidade territorial do país:

Se a fronteira é o condicionamento resultante de uma política, então se impõe ter em linha de conta, como imperativo vivencial, a existência de uma “política de fronteiras”. Esta política deve ser vigilante, previdente, construtiva, para que as fronteiras sejam estáveis e protegidas, bem como sensibilizadas demográfica e economicamente. Serão as fronteiras *vivas*, zonas de alta sensibilidade política. O contrário delas serão as fronteiras mortas, ermas, desprotegidas, esquecidas. As fronteiras vivas serão sempre afirmações de um espírito forte de nacionalidade. Fronteiras mortas darão imagem pouco favorável de um país que não cuida das suas lindes como deveria cuidar, porque fronteiras protegidas e povoadas enaltecem o espírito de previdência e de organização de um povo. (SOARES, 1972, p. 18 – grifo do autor).

Alguns elementos desta citação pertencente a Teixeira Soares em sua obra *História da Formação das Fronteiras no Brasil*, nos fazem arguir sobre componentes linguísticos de tal fala, são eles: a preocupação com o que Castro (2005) e Lacoste (2007) mencionam sobre a ligação direta entre a força do Estado-Maior e o território de um país. Como visto no capítulo 2 desta Dissertação, o princípio de territorialização ocorrido principalmente no século XVIII voltaria a aparecer no século XX, mas, desta vez a prerrogativa do resguardo estatal do território caberia aos governos populistas, desenvolvimentistas e militares.

A questão da segurança nacional como necessidade de ser colocada como

⁹⁹ Vide os programas SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), e SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste).

prioridade dos planos estatais de gestão e por último, e em nosso caso mais notável, o argumento que fortalece o percurso analítico apresentado ao longo desta Dissertação, que é, no caso brasileiro, a busca por um ode de justificativa de orgulho popular por meio do dimensionamento territorial de seu país e ter esta dimensionalidade colossal.

E nesta premissa do territorialismo, após a devida preocupação com sua ocupação, proteção e uso, é que haverá a inclinação deste aprofundamento de conhecimentos e práticas em relação ao território como fonte da sublimação identitária do povo, na confirmação da já citada ideologia espacial da retórica ufanista. (EVANGELISTA, 2006, GAUDIO, 2007; PENNA, 1974).

Ao IBGE mais do que à AGB coube desde o seu início de trabalho a função da cientifização de tal ufanía edênica em relação ao território brasileiro, mesmo que de forma implícita, indireta ou até mesmo crítica. Era preciso mapear, reconhecer, estudar e apontar os lugares onde a atenção do poder estatal poderia ou deveria se voltar, para assim efetivar a exploração do imenso território brasileiro.

Os mapas de delimitação de fronteira de João Ribeiro (1930) fazem parte desta preocupação e função dada aos geógrafos do IBGE, que ao longo dos anos foi se mesclando ao mapeamento das potencialidades territoriais do país, no fomento às políticas públicas de ação nestas localidades. O ponto máximo de desenvolvimento de tal visão em relação ao Brasil, ainda ufanista, mas dentro de uma lógica de descoberta e exploração dos seus recursos, foi o período da ditadura militar, onde a Geopolítica providencial do regime alocou em si mesma a destinação edênica do Brasil como recurso retórico para o desenvolvimento do país.

A seguir um exemplo desta preocupação com o território brasileiro, seu mapeamento e identificação de potencialidades para a ação do Estado. Neste caso – assim como o fizera Waibel (1979) – temos uma representação cartográfica do general Meira Mattos (1975), adaptando uma proposta anterior do general Golbery do Couto e Silva, que, em sua defesa do Brasil enquanto potência mundial traz tais cartas como respaldo para os seus argumentos teóricos, onde podemos perceber que a antiga zona de expansão pioneira já se encontra em significativo avanço na direção norte do Brasil:

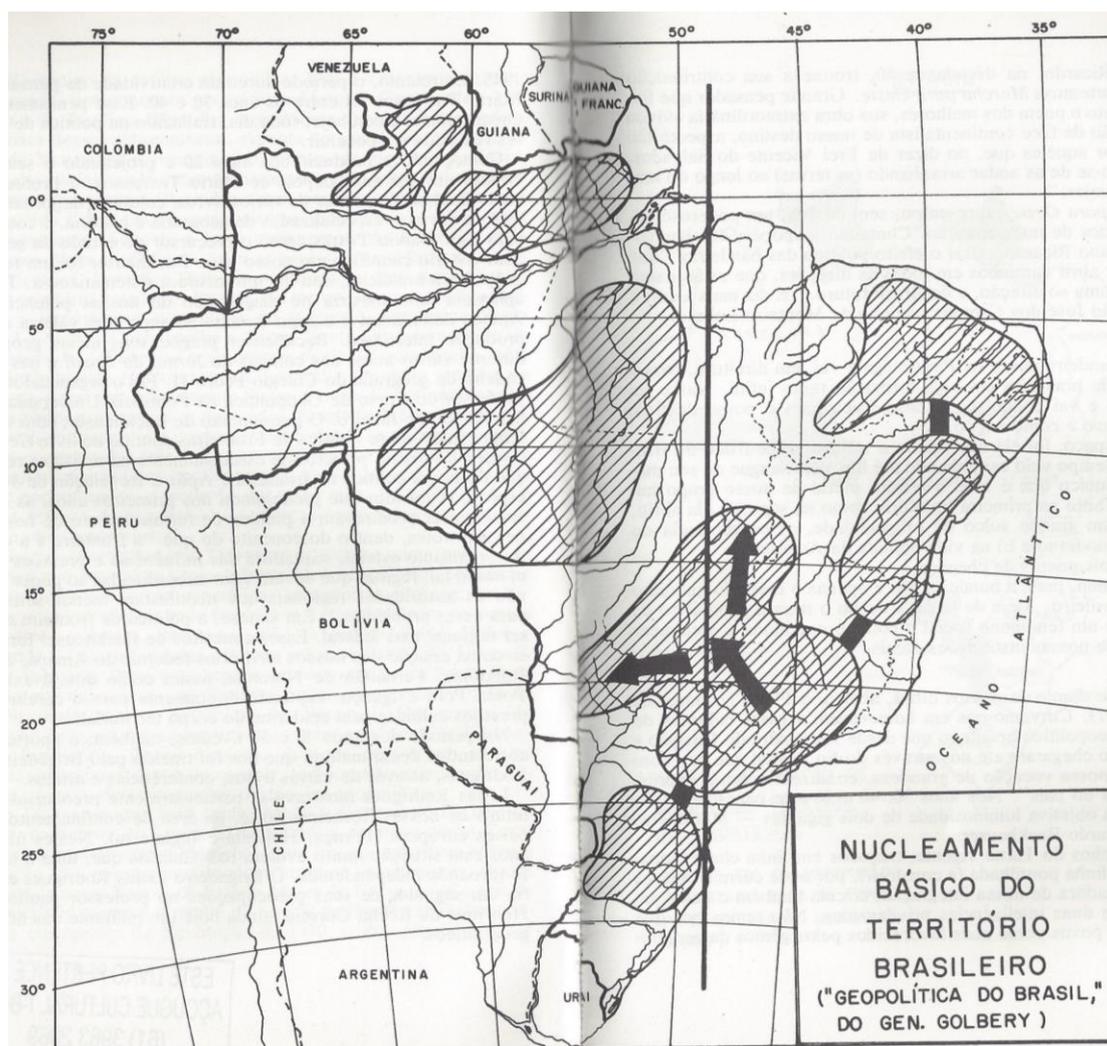


Figura 53: Mapa do Brasil General Golbery do Couto e Silva.
[Fonte: Mattos (1975, p. 55)].

As flechas indicando o movimento vetorial das áreas de expansão dos interesses geopolíticos no Brasil é um sinal daqueles tempos. Basta lembrarmos que neste período (entre as décadas de 1960 e 1970) houve a chamada Revolução Verde, que se instalou principalmente na região Centro-Oeste do Brasil, e ao chegarmos nos dias atuais a destacada região amazônica foi e ainda é palco de grandes investimentos de capital nacional e internacional, sem contar a expansão do controle estatal na região por meio de programas de governo para o seu desenvolvimento.

O período ditatorial no Brasil elevou ao máximo esta fonte mítica da fundação nacional brasileira como argumento de exercício do poder político e agenciamento de uma retórica simbólica altamente pautada na fonte imaterial chamada por Eidorfe Moreira (2012) de identidade telúrica inserida na sua doutrina máxima da segurança e integração nacional.

Conforme demonstrado na primeira parte deste capítulo, a região amazônica já

há muito maravilhou o olhar geográfico que nela deitava-lhe a atenção, e assim é que no decorrer do século XX a Amazônia serviria de amparo territorial para o fortalecimento da mística edênica secular do Brasil, e neste contexto o conhecimento geográfico une-se ao poder estatal na permanência de tal maneira de se ver o Estado Nação¹⁰⁰.

Algumas das obras de teor histórico, geográfico e sociológico que circulavam nesta época – principalmente durante os governos populistas e desenvolvimentistas e posteriormente os militares – já denotam explicitamente esta inclinação para a preocupação com o *Projeto Nacional* ou então em releituras sobre a destinação providencial do futuro áureo da nação brasileira, assim o é no *Brasil: Geopolítica e Destino*, do General Meira Mattos (1975), no *Caminhos do Desenvolvimento: Contribuição para um Projeto Brasileiro*, de Antonio Dias Leite, ou o *Brasil: problemas e perspectivas*, de Celso Antunes (1975).

Em uma extração da obra de Antonio Dias Leite (que foi ministro de Minas e Energia durante a ditadura militar) podemos observar esta preocupação territorialista, até certo ponto ufanista em relação à dimensão do país, mas voltada para o olhar do progresso, ou a busca deste:

A dimensão territorial de uma nação define, até certo ponto, a variedade de recursos naturais, de solos agricultáveis e de climas de que a mesma dispõe para as suas atividades econômicas. Os recursos próprios de origem mineral, energética, vegetal e animal de um grande território admitem, assim potencialmente, ampla diversificação das atividades econômicas da sociedade que os domina. Os recursos do pequeno território não favorecem essa diversificação. (LEITE, 1966, p. 115).

Há desta forma uma linguagem, ou melhor, uma retórica territorialista voltada para as vertentes política, ideológica, cultural e econômica. O papel da Geografia neste alinhamento do seu discurso junto ao discurso estatal e governamental vai ao encontro das colocações de Escolar (1993) e Andrade (1984) de que há neste âmbito do conhecimento geográfico a *produção do espaço* no sentido amplo do termo.

Isto significa que esta produção abrange os aspectos material e imaterial, sendo no primeiro caso em referência aos objetos geográficos em si, aos dados e informações teóricos, estatísticos e cartográficos no segundo ponto apresenta-se a concepção da ideologia espacial, que no caso do brasileiro encontrará força no extrato ufanista e territorialista. Sobre este papel da Geografia na produção, reprodução e reificação do

¹⁰⁰ Como o próprio mapa do General Meira Mattos nos demonstra, a área de expansão para a ação do Estado no território brasileiro alcançava regiões do Nordeste, Sul e Centro-Oeste, mas, como já destacado anteriormente, o recorte na região Amazônica se fará necessário para o âmbito da discussão proposta no presente trabalho em relação à ideologia espacial do ufanismo edênico.

espaço afirma Andrade¹⁰¹:

Implantada uma forma de utilização da terra e, conseqüentemente, um tipo de espaço, este nunca se torna definitivo, estático; com a evolução da economia e da sociedade, outras utilizações vão sendo dadas à terra, ora visando a modificar a produção, ora visando a acelerar a atividade produtiva, modificações essas que se exteriorizam no tipo do espaço produzido. Por isto a produção do espaço nunca fica perfeita e acabada, havendo uma constante reprodução da mesma. E cabe ao geógrafo analisar e estudar o espaço produzido, sem esquecer que o processo de produção é permanentemente acompanhado de um processo de reprodução, de reorganização da categoria espaço. (ANDRADE, 1984, p. 17).

E há também a produção do espaço pelo poder estatal como argumento de expansão, unificação e controle territorial. Neste sentido é que Marcelo Escolar (1993) buscará desenvolver (e problematizar criticamente) a consolidação científica do discurso geográfico como respaldo teórico e metodológico para a angariação de informações e conhecimentos passíveis de serem utilizados no argumento nacionalista de um Estado na *produção do espaço*. Segundo o autor temos que:

A “produção do espaço” no sentido em que previamente caracterizamos tal proposição, realiza-se em determinados produtos que são o resultado de um conjunto mais ou menos articulado de “práticas geográficas”. Do ponto de vista histórico, e correndo o risco de ser excessivamente simplista, poder-se-ia dizer que a Geografia, como discurso autônomo, surge no contexto do processo político da unidade alemã. Durante um século, mais ou menos, a disciplina irá paulatinamente tomando corpo no ensino superior prussiano, até ao ponto de contribuir para justificar “cientificamente”, tanto a necessidade “natural” do Estado alemão como a expansão e/ou consolidação de seus limites territoriais. Nessa perspectiva a geografia *junker* (tal como a Hermenêutica e a historiografia genética) construirá um discurso teórico bastante unitário em sua concepção. (ESCOLAR, 1993, p. 29 – grifo do autor).

Do ponto de vista ideológico esta produção do espaço com base nos conhecimentos geográficos – lembrando que aqui se faz a referência ao sentido amplo de tal assertiva, ou seja, indo desde a angariação de informações cartográficas, e imagéticas como a dos satélites, até as pesquisas de identificação, classificação e interpretação das características regionais do território nacional – aplica-se ao já referido amparo simbólico do fundo identitário populacional brasileiro, mais especificamente à ufania ao seu território já que: “Na dificuldade de identificar-se numa nação, o Estado brasileiro vai tomar o território como centro de referência da unidade nacional.” (EVANGELISTA, 2006, p. 7).

¹⁰¹ Importante lembrar que a titulação da obra do autor dá o tom de sua premissa analítica, ou seja *Poder Político e Produção do Espaço*, onde entram em questão a discussão sobre o papel, afetação ou influência inclusive do Estado maior neste papel de produção do espaço do conhecimento geográfico, conforme apresentado, por exemplo, nos mapas anteriormente expostos. Mas, assim como Escolar (1993), a proposta apresentada nesta obra versa sobre uma visão crítica da participação do conhecimento geográfico dentro da dinâmica de ação e gestão do território pelo Estado.

Por isto é importante olharmos com ressalva à imposição ideológica dominante do territorialismo como causa nacional, a ser entendida e defendida por toda população. Neste ponto, se somam de igual maneira a sublimação do território frente à escassez de referências simbólicas e heroicas. O espaço pensado, produzido e alterado se incorpora deste modo ao projeto político da nação forte, rica naturalmente e herdeira do mito secular do paraíso terreal como seu destino geopolítico.

E este argumento da ufanía edênica juntamente com a ideologia espacial do territorialismo foi amplamente explorado desde o período de afirmação da Geografia no Brasil na década de 1930 e chegando até o discurso integracionista dos militares em sua destinação providencial (ou determinista) do futuro e grandeza do país:

Há assim uma sequência de organização e produção e de reorganização e reprodução do espaço, à proporção que a sociedade deseja atingir determinadas metas, determinados fins, procurando utilizar o território de que dispõe com o fim de atingir essas metas. Ocorre, porém, que antes que as metas sejam atingidas, geralmente elas são reformuladas, o espaço desejado hoje, não o é amanhã, provocando uma reformulação dos fins a serem atingidos e dos métodos que visam a alcançar estes fins. O processo de produção do espaço é, conseqüentemente, dinâmico, está permanentemente em ação e permanentemente em reformulação. Em sendo dinâmico é também dialético, de vez que a evolução da sociedade e a ação do Estado que a representa não se procedem de forma linear, mas sofrem contestações, contradições que reformulam os princípios e ações. (ANDRADE, 1984, p. 17).

O papel da ciência geográfica dentro do âmbito da produção do espaço brasileiro, e aqui se alinham tanto a parte teórica como o angariamento das potencialidades do território, foi de fundamental importância desde o seu reconhecimento e oficialização no início do século XX.

Conforme vimos anteriormente, trazendo a visão da natureza e a exploração dos seus recursos juntamente com o fundamental papel de agenciadora dos limites e aspectos físicos e naturais do país, os primeiros geógrafos brasileiros contribuíram enormemente para o engendramento desta ciência no Brasil, produzindo assim uma visão de mundo, ou nos dizeres de Gomes (2007) uma cosmovisão, ou seja: “A Geografia tem um compromisso fundamental que é o de produzir uma cosmovisão. Ela é assim o campo de conhecimento onde se procura uma ordem para o diverso, para o espetáculo da dispersão espacial original.” (GOMES, 2006, p. 34).

A produção deste espaço por meio de uma visão de mundo subjaz a inquirição feita por Marcelo Escolar (1993) sobre o importante papel da Geografia enquanto detentora de um dos mais incisivos poderes de angariação ideológica, poder este normalmente direcionado para a conformação do projeto ou dos projetos (no caso

brasileiro foram muitos nas diferentes fases do poder estatal estabelecido) nacionais, sendo colocado em primeira importância dentro de tal contexto:

O pré-requisito necessário para a conformação material de qualquer Estado-Nação moderno corresponde à apropriação exclusiva de um território onde montar, *a posteriori*, o processo de integração social ligado à hegemonia do capital e da burguesia como classe dominante. Esse “marco referencial” geográfico, cuja delimitação obedece a um sem-número de causas alternativa, é, no entanto, uma parte imprescindível da formação nacional. (ESCOLAR, p. 103, 1993 - grifo do autor).

Pois bem, esta cosmovisão telúrica, territorialista ou no seu limite ideologicamente espacialista, desenvolveu-se com grande sucesso ao longo da história do Brasil. E este triunfo antes de ser material se fez imaterialmente, no âmbito das representações e interpretações dos significados dados à terra habitada, e aí se enquadra a ufanía edênica como receptora, reificadora e difusora do fundo espacial como respaldo identitário para a nação.

Desta maneira, tendo como base esta força do discurso geográfico e do papel da Geografia na produção do espaço, é que podemos buscar o principal eco contemporâneo de tal retórica ufanista, que é justamente a Amazônia, região esta explorada no início do século XX, que passa despercebida nos governos populistas e ganharia grande visibilidade cultural, simbólica e econômica a partir dos anos de governo militar – conforme demonstrado no mapa do general Meira Mattos sobre as zonas pioneiras do Brasil diferentemente das indicações de Leo Waibel. Vejamos assim alguns dos aspectos desta presença mítica, ideológica e econômica da Amazônia no âmago de sua representatividade dentro da ideologia espacial secular do paraíso terreno nas Américas.

A exposição do maravilhar-se com os aspectos naturais do Brasil tomou novo fôlego no decorrer do século XX, principalmente devido à redescoberta e exploração da floresta amazônica, sendo que, como vimos, já nos geógrafos clássicos tal referência de sublimação já era explícita, como o mapa de Ewald Banse.

A literatura também expôs este novo fôlego ao mito edênico, ora com caráter de questionamento para tal grandiloquência retórica, como é o caso do *Paraíso Perdido: Ensaio Escolhidos*, de Euclides de Cunha (de 1902) e *Amazônia: Paraíso e Inferno*, de Renato Silva (1970), ou então na reafirmação de tal discurso místico como em *O Paraíso é Aqui*, de Murilo Azevedo (1997), entre outros.

Azevedo (1997), em sua obra, se assemelha muito, discursivamente, a Afonso Celso – em seu ensaio *Porque me ufano do meu País*, de 1881, trazido neste trabalho anteriormente – sublimando e enaltecendo todo o vigor edênico natural e antrópico das terras brasileiras, numa alusão cronista banhada nos mais fulgurosos detalhes edênicos

dos quadros de Jan Bruegel e Paul Rubens (como no seu quadro sobre a Queda do Éden no primeiro capítulo desta Dissertação), e nestes termos o autor procura respaldar e justificar a alcunha de paraíso ao Brasil nos dias atuais, como se vê no trecho abaixo:

O PARAÍSO É ISSO. Uma nova visão de nós e do Mundo
 Quando os nossos olhos verdadeiramente se abrirem,
 E ouvirmos pela primeira vez o som natural das coisas.
 Pois no Paraíso todas as coisas falam entre si
 E cantam a canção da sua essência
 Pois tudo vibra. Tudo é música. Tudo é energia.
 Tudo emite Luz como uma estrela, e som também.
 Pois o mundo é uma imensa Sinfonia Acabada
 Onde cada um de nós é um instrumento importante
 Quando realmente despertos estivermos.
 Sem ter mais ilusões. Nem ódio no nosso coração.
 Apenas o Amor que une a tudo.
 Amor-Luz, Amor-Paz. Nascido de uma grande Unidade [...]
 O Amor é então uma constante brisa em que mergulhados
 Estamos em pleno deserto do que nos parecia ser a Vida.
 E quando temos essa Visão de como deverá ser o Mundo,
 Deste mundo de amanhã que agora ao poeta foi revelado,
 Um mundo que pode ser visto e sentido
 Pelos que no AGORA despertaram.
 (AZEVEDO, 1997, p. 234).

No caso de Silva (1970), o autor, dentro do pensamento geopolítico providencial da ditadura militar – contexto no qual sua obra está inserida e segue à risca – há praticamente um manual de como sobreviver no ambiente hostil amazônico e faz seguidas referências a tais extensões aumentativas aos aspectos da região¹⁰². Este olhar crítico também podia ser observado no caso de Euclides da Cunha, que em sua busca pela real descrição e análise da região amazônica não poupa ressalvas aos textos, relatos e estudos dos viajantes, aventureiros e também cientistas já consagrados que por lá passaram principalmente nos séculos XVIII e XIX:

Destarte a natureza é portentosa, mas incompleta. É uma construção estupenda a que falta toda a decoração interior. Compreende-se bem isto. [...] Tem tudo e falta-lhe tudo, porque lhe falta esse encadeamento de fenômenos desdobrados num ritmo vigoroso, de onde ressaltam, nítidas, as verdades da arte e da ciência – e que é como que a grande lógica inconsciente das coisas. Daí esta singularidade: é de toda a América a paragem mais perlustrada dos sábios e é a menos conhecida. De Humboldt a Emílio Goeldi – do alvorecer do século passado aos nossos dias, perquirem-na, ansiosos, todos os eleitos. Pois bem, lede-os. Vereis que nenhum deixou a calha principal do grande vale; e que ali mesmo cada um se acolheu, deslumbrado, no recanto de uma especialidade. Wallace, Mawe, W. Edwards, d’Orbigny, Martius, Bates,

¹⁰² “Corsários e traficantes, ingleses, holandeses, franceses, portugueses e espanhóis misturavam-se na verde mata com improvisados cronistas, autores de ingênua literatura de fascínio e de terror onde tudo era deturpado; a flora, a fauna, os costumes, as águas, as lendas. Não faltavam também os sensacionais pregadores de mentiras; protegidos de reis e de rainhas, como o inglês sir Walter Raleigh, favorito da rainha Isabela, que ‘viu’, aqui, tribos de homens sem cabeça, ou com a cabeça no peito, ou melhor: ‘men whose heads to grow beneath their shoulders’. ‘Homens, cujas cabeças crescem para baixo dos ombros’. Navegadores que, depois de por aqui andarem, deveriam voltar às cortes europeias contando coisas onde a fantasia atingia alturas imprevisíveis.”(SILVA, 1970, p. 238).

Agassiz, para citar os que me acodem na primeira linha, reduziram-se a geniais escrevedores de monografias. A literatura científica amazônica, amplíssima, reflete bem a fisionomia amazônica: é surpreendente, preciosíssima, desconexa. Quem quer que se abalance a deletreá-la, ficará, ao cabo desse esforço, bem pouco além do limiar de um mundo maravilhoso. (CUNHA, 2000, p. 117 – grifo nosso).

Dentro desta visão crítica do edenismo, que encontra força de impacto na Amazônia, surgem os primeiros sinais do que viria a ser um dos principais posicionamentos a tal cenário até os dias atuais, ou seja, a preocupação ambiental com a visão mítica do paraíso mas que no seu interior guardava a potência de ação estatal e empresarial de exploração dos recursos de tal território a todo custo, sem medir ou se precaver os possíveis impactos de tais ações e ambições.

Apesar de nesta época ainda ser incipiente, esta visão em relação ao edenismo ganhava corpo – principalmente pelo aspecto mimético na materialidade da floresta amazônica como símbolo do mito fundacional edênico –, conforme podemos observar nesta asseveração de Renato Silva (1970), nos idos dos anos mais duros da Ditadura Militar brasileira:

Todo lugar da Terra possui fauna característica: canguru na Austrália; girafa na África; colibri nas Américas, sujeitas a extinção total quando a matança é desenfreada! E é o que está acontecendo com alguns animais da Amazônia, notadamente com o jacaré e a onça. Inconscientemente, as feras com seus impulsos e instintos matam por autoconservação, mas o homem do século vinte não tem essa desculpa! Pode-se destruir cidades, e reconstruir-se, mas uma espécie animal, cujo último casal morre sem descendência, não pode ser ressuscitada nem com esforço da Humanidade inteira! (SILVA, 1970, p. 264).

Logicamente que tal postura estava associada discursiva e metodologicamente aos interesses maiores, ou, sendo mais específicos ao Estado Maior brasileiro. Isto se deve as áreas pioneiras anteriormente comentadas, nos casos de Weibel (1979) e Mattos (1970), pois era necessário haver uma regulação dos imensuráveis recursos presentes nesta região ainda a ser explorada dentro da totalidade do território nacional brasileiro. Sobre esta Geografia do Estado Maior – que desde o início do século XX já fortalecia a Geografia oficial por meio do IBGE e a AGB – o geógrafo Ariovaldo de Oliveira faz a seguinte consideração digna de nota:

Dessa forma, sobretudo nos vinte anos de governos militares, a economia brasileira foi alimentada por e para essa ideologia, com destaque para a geopolítica da integração nacional, em que o desenvolvimento das três grandes regiões geoeconômicas brasileiras – Centro-Sul, Nordeste e Amazônia – previa diversas estratégias. O Centro-Sul deveria solidificar os processos de industrialização e agricultura modernizada, além de participar do esforço nacional de “desenvolvimento do Nordeste”, via industrialização, e da ocupação, via “Operação Amazônia”, da região amazônica. Os militares entendiam que o desenvolvimento regional só seria possível pela reestruturação dos órgãos de planejamento regional, o que aconteceu com a

Sudene e com a Sudam, sucessora da SPVEA. As justificativas partiram de uma concepção da Amazônia como um “vazio” a ser “rapidamente” ocupado. (OLIVEIRA, 2005, p. 69).

Observamos que apesar de haver uma visão geral da gestão territorial brasileira, tendo como base as principais áreas de projeção de tais interesses, como o Centro-Oeste e a Amazônia, é esta segunda que terá até os dias atuais o fardo de carregar em sua existência a carga mítica do paraíso terreal, visto e explorado agora com o olhar de intervenção direta e incisiva a todos e qualquer recurso natural, energético ou mineral passível de aproveitamento em seus domínios. E ainda sobre este período, Bertha Becker (1995) irá compartilhar o mesmo posicionamento de Oliveira (2005) quando diz que:

Entre 1960-80, a região foi alvo de um projeto nacional geopolítico de desenvolvimento aliado ao capital internacional. A ausência de organizações sociais capazes de resistir à nova apropriação e as condições geográficas, resultaram num ritmo acelerado de sua ocupação em larga escala, configurando-a como grande fronteira de recursos nacional e mundial. Foi o espaço-tempo em que o Estado pode promover mais rapidamente a modernização sem afetar a estrutura social nacional hierárquica. (BECKER, 1995, p. 46 – grifo nosso).

A produção do espaço pode ser entendida desta maneira – tendo como base o exemplo amazônico – tanto do ponto de vista simbólico como material. Isto significa que a força da Geografia se faz no poder que esta ciência possui na angariação de informações sobre o espaço geográfico, sejam estas físicas ou humanas. E a depender da proximidade com a geração deste conhecimento, se o mesmo estiver alinhado com o poder e interesse estatal ou empresarial podendo surgir assim intervenções no território de uma maneira muito mais incisiva.

A região amazônica brasileira senão a maior foi certamente uma das mais importantes áreas do país a receber tal interesse nas últimas décadas, e para este objetivo de dominação e exploração são utilizados todos os recursos possíveis, indo desde a reificação do mito edênico como o incentivo a ocupação destas áreas, ou como diria o governo militar, o *deserto verde* (MATTOS, 1975).

A seguir vemos dois mapas que demonstram dois momentos distintos, um atual, de Ariovaldo de Oliveira analisando a força da presença estatal e empresarial na exploração amazônica no início do século XXI, por meio das rodovias BR 230 e BR 163, e no outro caso há uma carta ainda do período militar, que contrasta com as observações de Oliveira (2005), mas que é um claro sinal do que viria a ser a atenção dada a tal porção do território brasileiro nas décadas posteriores:

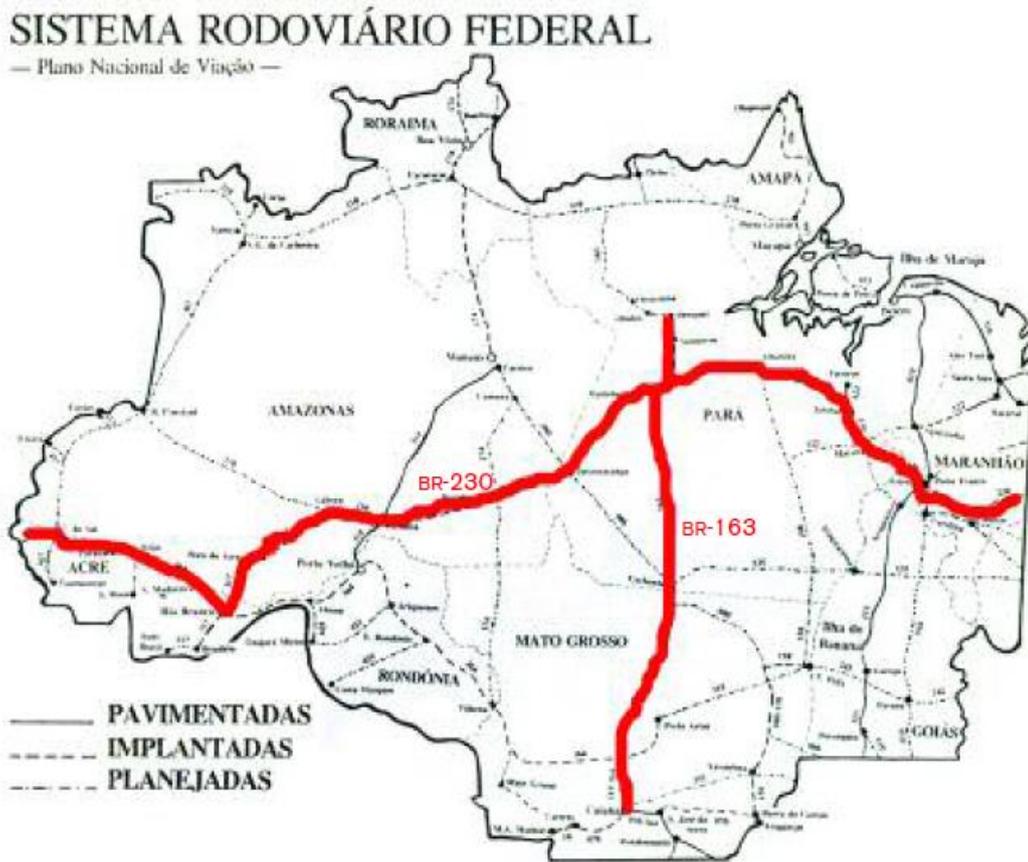


Figura 54: Plano Nacional de viação.
 [Fonte: Oliveira (2005, p. 78)].

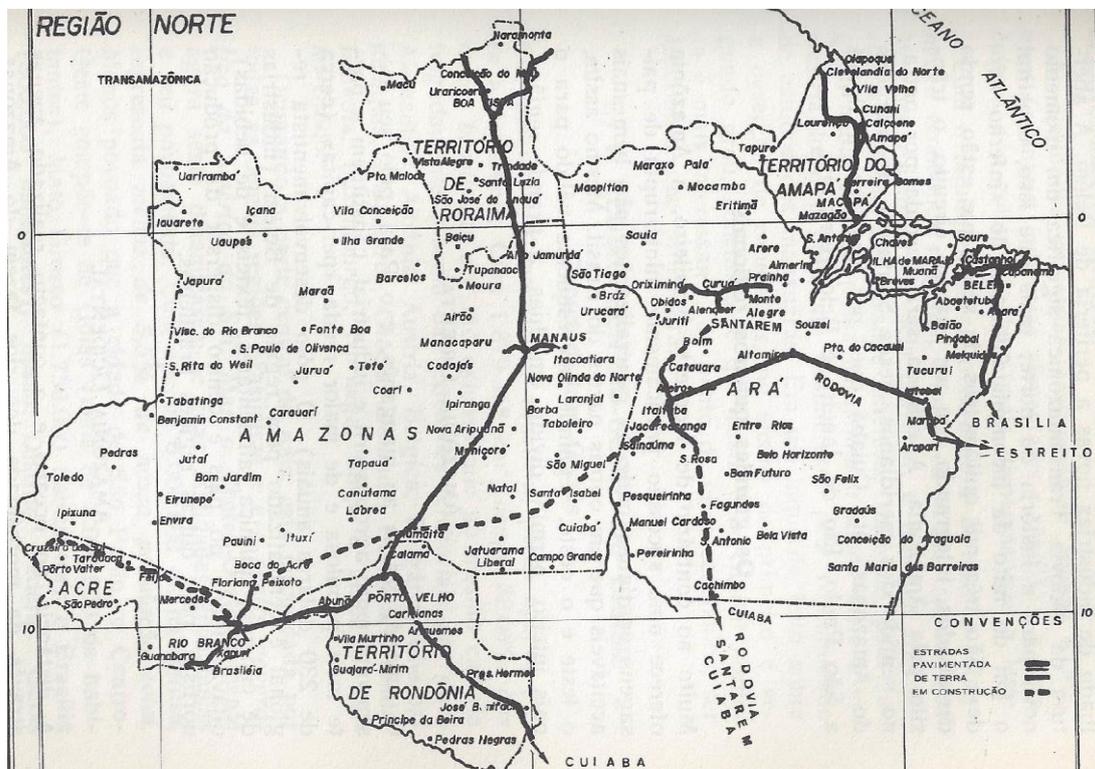


Figura 55: Território Amazônico
 [Fonte: Antunes (1975, p.161)].

Os dois mapas possuem objetivos de representação diverso, no primeiro há a preocupação das vias de circulação e seu papel no projeto nacional de adentrar do território amazônico brasileiro, e no segundo num momento ainda precedente ao primeiro nos mostra como tal região já havia sido cartografada, estudada, delineada e especificada para os fins econômicos aos quais viria a se destinar décadas após a construção de tal mapa.

Estes mapas têm, portanto, em seu âmago o pulso imagético da representação simbólica de uma ideologia espacial há muito presente em relação ao Brasil, a do edenismo territorial, mas, nesta situação específica, na conformidade da ação de exploração de tal mito pelo viés principalmente econômico.

E tal exploração era respaldada militar e politicamente, através da presença do mito fundacional do paraíso visto pela representatividade material e imaterial – já que reifica o imaginário canônico do âmbito nacional de tal mito – de tal retórica simbólica na Amazônia. E em diálogo com Bertha Becker (1995) sobre estas imagens, Gil Filho (2003) nos trará importante contribuição sobre tais representações espaciais simbólicas:

Muito mais que uma observação ou opinião sobre o mundo, o ato de representar é a expressão de uma internalização da visão de mundo articulada que gera modelos para organização da realidade [...]. O espaço de representação refere-se a uma instância da experiência originária na contextualização do sujeito. Sendo assim, trata-se de um espaço simbólico que perpassa o espaço visível e nos projeta no mundo. Desta maneira, articula-se ao espaço da prática social e de sua materialidade imediata. (GIL FILHO, 2003, p. 3).

A base material do espaço geográfico – que ao fazermos uso da acepção de Raffestin (1993) aliado ao poder de intervenção e interesse de qualquer espécie, conformando assim sua natureza territorial – subjaz então o simbolismo das representações em suas diversas facetas, sejam elas imagéticas, cartográficas, literárias, líricas ou míticas.

Segundo Becker (1995) há um projeto político nacional e internacional da Amazônia, devido ao seu caráter exótico, sua mística territorial e o ainda infindável e imensurável estrato de recursos naturais passíveis de exploração econômica.

Este é senão o preço pago pelo território amazônico por ser o herdeiro do ranço mítico do paraíso terreal, tendo assim uma exposição, especulação e até mesmo espetacularização de seus aspectos físicos e naturais como jamais houve em relação ao território brasileiro, principalmente nas outras representações edênicas havidas anteriormente à fase amazônica de tal retórica – como foram o caso das fases agrícola nos séculos XVI e XVII, aurífera no início do século XVIII e técnica cafeeira no século

XIX e início do século XX¹⁰³ –, eclodindo assim do mito o projeto de arrebatamento deste simbolismo, sob a égide do mais alto poder de infiltração, exploração e aproveitamento material de tais riquezas naturais:

As formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos, interesses, necessidades, utopias. São projeções dos homens (reais, seres históricos, sociais e culturais), na contínua e cumulativa antropomorfização da superfície terrestre. Um processo ininterrupto onde o próprio ambiente construído estimula as novas construções. (MORAES, 1991, p. 22).

E mais especificamente em relação à exposição internacional, Becker (1995) irá acompanhar não só Moraes (1991), mas também Escolar (1993) e Moreira E. (2012), quando estes afirmam o papel direto e indireto, intencional ou não (pois não se deve generalizar a proximidade, por exemplo, de órgãos como IBGE e AGB, necessariamente a uma inclinação ideológica estatal específica) do conhecimento geográfico na permanência destas representações imagéticas – materiais e imateriais – do paraíso terreal agora projetado na Amazônia, e mais que isto, lembrando o que Silva (1970) já comentara anos antes, assevera sobre os impactos de tal postura de exploração principalmente econômica nesta região do Brasil e da América do Sul como um todo:

Hoje, a Amazônia voltou à cena internacional, na questão ambiental, colocada em termos de seu futuro com implicações para a vida no planeta: destruição ou desenvolvimento sustentado? Na verdade, a questão ambiental é complexa e excede essa visão polarizada e técnica. O debate ambiental expressa conflitos de interesses que devem ser desvendados para escapar de imagens generalizadas sobre a região. Sob o mito e as representações simplistas, jaz a percepção da Amazônia como área exótica. No entanto ela é parte do Brasil, e os conflitos que aí ocorrem, embora mais agudos e transparentes, são comuns à toda a nação, e decorrem das contradições intrínsecas ao modo de inserção do país na economia-mundo e à dinâmica interna da sociedade brasileira. (BECKER, 1995, p. 46).

Estas imagens da região amazônica que a autora se refere é justamente a permanência ideológica do paraíso terreal, estabelecido por uma retórica ufanista secular, que encontra na região amazônica uma zona de conforto atual para sua permanência enquanto discurso de sublimação da natureza:

Um dos últimos grandes e ricos espaços pouco povoados do planeta, a Amazônia representa imensa disponibilidade de recursos que se tornam escassos: terras, águas, minérios e florestas. Essa imensa e conflitiva região revela a estrutura transicional do Estado brasileiro e da ordem mundial. Ela é o palco de novas territorialidades regionais que se articulam diretamente ao espaço transnacional, alvo de movimentos sociais globais, e instrumento de pressões externas para adesão do Brasil do “Norte”. Por sua vez, essas pressões refletem as contradições entre as próprias potências na redefinição de suas zonas de influência. (BECKER, 1995, P. 57-58).

¹⁰³ Tal repartição propedêutica do mito edênico está exposta nos capítulos anteriores da presente Dissertação.

Deste modo há uma profundidade geopolítica na discussão a respeito do potencial econômico da região amazônica, envolto na mística do paraíso terrenal tal certame toma ares de uma verdadeira competição estratégica de posturas, ações e discursos empresariais e estatais, todos com o objetivo de aproveitar este potencial da Amazônia, alçado a condição de monumento patrimonial, mas que ao mesmo tempo localiza-se no limiar da dialética da produção e destruição de sua própria existência por posturas contemporâneas em relação a sua importância cultural, natural e política:

Vista a partir do cosmos, a Amazônia sul-americana corresponde a 1/20 da superfície terrestre, 2/5 da América do Sul e 3/5 do Brasil; contém 1/5 da disponibilidade mundial de água doce e 1/3 das florestas latifoliadas, mas somente 3,5 milésimos da população mundial. E 63,4% da Amazônia sul-americana estão sob soberania do Brasil. A Amazônia brasileira é, pois, patrimônio natural da sociedade nacional e um dos últimos grandes e ricos espaços pouco povoados do planeta, significando disponibilidade de recursos que se tornam escassos. (BECKER, 1995, p. 58).

Com base na citação acima da autora não deixa de ser instigante o fato de ao elaborar sua crítica a um modelo de interpretação do desenvolvimento sustentável Becker (1995) novamente buscar no elemento natural, desta vez no âmbito de alcance dimensional da região amazônica como ecrã de enaltecimento nacional para os brasileiros, ou seja, em ação e discurso a ufania edênica é mantida pela autora, mesmo que esta parta de uma premissa crítica sobre os moldes de exploração desta área do território brasileiro. Ainda sobre esta herança edênica da Amazônia, diz Penna (1974):

A América do Sul é mosto ou fermento da Criação. O contato com a natureza é aqui direto, violento, dominador. Mais do que em qualquer outro lugar do mundo a imaginação se fixou aqui nas formas da natureza. “Nenhum continente, escreveu Keyserling, produz um número tão enorme de ervas medicinais, de venenos, de plantas nutritivas. Em parte alguma se mostra o mundo das plantas e do sangue frio tão rico e tão invasor – rico em todos os sentidos da palavra. A pele dos sapos brasileiros possui faculdades que poderia invejar o maior gênio técnico e medicinal. O Amazonas hospeda, ao que se diz, mil e cem espécies de peixes que só lá existem; e as florestas virgens que lhes cobrem a bacia são habitadas por espécies de pássaros e de insetos quase tão numerosas quanto as que vivem no resto do mundo. (PENNA, 1974, p. 101).

Novamente o que podemos observar é a sobreposição da realidade à ficção, da imagem material a imaginação simbolista. A projeção do paraíso terreno às terras brasileiras se reifica com o tempo, encontra novos assentos e se prolifera nos redutos espaciais que possam em seus aspectos físicos fomentar a base sustentadora de tal retórica secular do mito fundacional do Brasil. Sobre esta atemporalidade do mito diz ainda o autor que:

Quatrocentos anos passaram desde o início da colonização mas a Visão edênica persiste sobre o litoral brasileiro. O Rio de Janeiro desenvolveu-se

sob uma auréola alucinante, desde o posto fortificado contra os franceses, fundado por Estácio de Sá, na cidade Maravilhosa que pretende reconstituir o paraíso tropical à imagem dos tempos modernos. O Rio é como uma encantada praia das fabulosas ilhas dos Mares do Sul, recanto sibarítico segundo o modelo de Miami, das Bahamas e da Côte d'Azur. O calor é tórrido e úmido. Mas as praias fornecem alívio e Copacabana adquiriu reputação internacional como centro de sensualidade agitada e *dolce vita*. Triunfa a filosofia epicurista, como se todos os cariocas fossem discípulos de Aristipo de Cirene que, na antiga Alexandria, pregava o perfeito gozo de cada *monochronos hedone*, de cada momento de prazer. (PENNA, 1974, p. 107-grifo nosso).

O autor ressalta a perenidade do Rio de Janeiro em tal mitologia edênica do paraíso terreal brasileiro, mas, esta força simbólica seria transferida para a região amazônica já na segunda metade do século XX, conforme vimos na ascensão da atenção dada a tal território pelos governos desenvolvimentistas, militares e neodemocráticos. Ao paraíso, visto pela presença da Amazônia, cabia entregar aos seus habitantes toda a riqueza possível, presente em suas camadas terrenas do Éden.

De todo modo o que houve neste interim nada mais foi que o processo de modulação mítica da ideologia espacial edênica de um lugar para outro, mantendo a essência do seu fundamento simbólico, mas, contemporaneamente revestido pelas particularidades doutro contexto.

O que podemos observar em relação ao Brasil, juntamente com o seu mito fundacional do paraíso terreno (CHAUÍ, 2005; MAIA, 2008), é que esta base material do espaço se fortalece em níveis mais elevados que em outros casos de Estados nacionais, pois, na ausência do fundo identitário personificado em figuras antrópicas é ao território que se volta a retórica ideológica da afetação simbólica nacional para efeito de identificação do povo com o seu país.

A região amazônica obteve sobremaneira nos últimos anos a responsabilidade de manutenção – com a maior potência possível, se a compararmos com as outras regiões e seus aspectos naturais característicos, como a Caatinga, Pampas, Cerrado, etc. – deste substrato representacional do mito fundacional do edenismo em relação ao Estado nacional brasileiro, por vezes assumindo posturas de crítica ambiental ou de asseveração da exploração na região, mas, na maior parte dos casos, a sua potencialidade de residente mítico do Éden terreno ultrapassa até mesmo a sua proteção, ficando sob o encargo estratégico estatal e empresarial a exploração máxima do mito edênico pelas mais variadas vias de acesso a suas características naturais e sociais.

O percurso de argumentação exposto até aqui nos oferece algumas pistas da permanência destas imagens. E, quando a atenção se volta sobre a ideologia espacial do

ideário canônico brasileiro, encontramos a presença, parafraseando Maia (2008), da chave territorialista na composição e defesa dos principais simbolismos pátrios do país. O exemplo trazido neste capítulo em relação à Amazônia é um dentre outros que poderiam ser demonstrados e aprofundados, que juntos corroboram para o fomento desta discussão a respeito da ufanía edênica em relação não só ao Brasil, mas à América como um todo, numa visão histórica e geográfica mais ampla.

O papel da Geografia em tal processo por vezes se expressa mais indireta do que necessariamente pessoal, pois a sublimação telúrica (MOREIRA E., 2012) é uma prerrogativa amplamente utilizada pelos meios de comunicação ao longo das décadas, fortalecido principalmente pelo desenvolvimento da circulação informacional contemporânea, mas, desde o estabelecimento oficial da ciência geográfica nas primeiras décadas do século XX até os dias atuais, o papel do conhecimento geográfico no fomento ao mito edênico é inegável e passível de maior exploração em estudos, nos diferentes momentos históricos da história do Brasil e mais especificamente dentro do desenvolvimento da Geografia nacional brasileira. E sobre os ecos contemporâneos do edenismo, por ora, vejamos as figuras abaixo:



Figura 56: Folders de divulgação da Copa de 2014, sedes de Manaus e Rio de Janeiro
[Fonte: <http://pt.fifa.com/worldcup/index.html>]

A força temporal e espacial de uma representação é imensurável, nas figuras acima temos dois folders de divulgação da próxima copa do mundo de futebol que ocorrerá no Brasil em 2014. O interessante a ser observado nestas duas sedes, Manaus e Rio de Janeiro, é que em suas artes escolhidos foram elementos pertencentes ao panteão imagético do edenismo secular brasileiro, sendo que no primeiro caso às araras coube tal trabalho e no segundo a união de planos e sobreplanos colorais do conjunto geomorfológico do Pão de Açúcar, e, em ambas as figuras, há necessariamente o diálogo de significância das mesmas ao evento ao qual as mesmas estão vinculadas, ou seja, as traves e a bola; a reificação de um mito nos dá a resposta da representatividade de sua essência, pois em suas diversas releituras a estória se adapta ao conjunto espaço-temporal a qual está inserida, movida pelos mais diversos interesses sejam eles econômicos, culturais ou políticos, como é caso das imagens acima expostas.

Cabe ressaltar que o seu alcance ainda está para ser compreendido, nas diferentes escalas de sua manifestação, sejam elas de uma comunidade no interior do país ou nos discursos políticos nacionais de campanhas eleitorais, havendo assim ainda um sinuoso, mas profícuo caminho analítico passível de análise para tal temática sobre a presença, importância e nuances do edenismo nos projetos de inserção, estabelecimento e até mesmo refutação deste no ecrã identitário da população brasileira.

Em detrimento da extensão da discussão até aqui desenvolvida alguns pontos de abertura para a sua ampliação foram preteridos. Um exemplo de uma destas aberturas é a maneira pela qual a retórica edênica passou a ser vista e até certo ponto criticada principalmente nas últimas duas ou três décadas. E no âmbito do pensamento geográfico tal postura se verifica na adesão das questões ambientais, principalmente quando as reservas naturais do Brasil são colocadas em pauta dos grandes empreendimentos comerciais do capital internacional, como é o caso da região amazônica, conforme demonstrado nas colocações de Becker (1996).

Por fim, a permanência histórica de um mito é complexa e permeada por uma gama infindável de variáveis que vão do cenário político e ideológico à situação econômica do recorte social e espacial estabelecido para a análise. Sobre o edenismo territorial, como recurso retórico para o estabelecimento de uma ideologia canônica do Estado nacional brasileiro temos de primeira instância as volatilidades da essência simbólica do mito fundacional do país, ou seja, o de paraíso terreno, fardo este carregado deste o momento em que os primeiros europeus aqui chegaram trazendo consigo esta carga imaginária. Ao longo dos anos este fundo mítico se alterou, modificou-se e adaptou-se a diferentes contextos, historicidades e espacialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate envolvendo a identidade nacional de um país é complexo e denso. Quando tal discussão é direcionada ao Brasil encontramos ao longo de sua história com suas particularidades, nuances e especificidades. E ainda há a presença de um mito fundacional, ou seja, de ser este país o paraíso terreal, o Éden do firmamento onde vivemos, mito este secularmente entoado pelas estórias europeias, nas quais a América e o Brasil em particular receberam tal alcunha a partir do momento da chegada destes povos nos séculos XV e XVI.

A representação do mito iniciada na Renascença se refez e remodelou a depender de diferentes contingências históricas e geográficas, ecoando suas principais características até os dias atuais.

Na proposta desta Dissertação ficou exposto que o objetivo da mesma era analisar os elementos geográficos presentes na conformação, modulação, permanência e até mesmo refutação deste fundamento mítico iniciado nas estórias da *Ilha Brasilis*. Procurou-se assim os sinais e indícios edênicos através da análise dos aspectos sígnicos – imagéticos, líricos, científicos, poéticos, etc. – que pudessem fundamentar a base para tal premissa de estudos.

A linguagem e suas diferentes formas de manifestação, representação e interpretação, histórica e geograficamente, foi o principal suporte para a efetivação do traço metodológico da presente pesquisa, pois, na busca pelos signos do edenismo é importante que se abra o leque de ocorrência dos mesmos nas diferentes formas de expressão de significações, e no que se refere ao recorte deste trabalho, a ideologia espacial do imaginário canônico brasileiro (como o paraíso na Terra) foi a base para o exercício analítico efetuada ao longo dos quatro capítulos do trabalho.

Esta proposta teórica e metodológica – apresentada mais a fundo nos fundamentos da Dissertação, nas laudas anteriores ao início da exposição argumentativa propriamente dita. Isto significa que é possível encontrar nas linguagens, representações e significações explanações sobre os próprios fenômenos espaciais, ou os recortes fáticos – regional, paisagístico, territorial – para a confirmação de tal busca destas *marcas textuais* presentes no mundo e passíveis de perscrutação pelo labor teórico e metodológico da Geografia.

E neste espaço visto como um texto é que estão e são manifestadas a retórica discursiva das diferentes visões de mundo sobre diversificadas espacialidades, que em detrimento de uma elevação de dominância perante outras se estabelece enquanto

sobressalente na multiplicidade de representações espaciais promovidas pelo ser humano. O edenismo territorial brasileiro é, portanto, justamente um ato de elevação ideológica de uma destas cosmovisões, com origem no período pré-colombiano, e que encontra nas Américas um lugar onde se modificará ou permanecerá a depender do contexto de diferentes realidades e situações.

O que se observa no caso da ideologia espacial da ufanía edênica no Brasil é a projeção de uma sublimação territorial que acompanha a história do país e de sua formação territorial desde os primórdios do seu processo de ocupação – como visto principalmente nos capítulos 1 e 2 – e de certa maneira isto acaba por gerar obstáculos para a uma profusão simbólica e identitária que poderíamos arriscar denominar de genuína (as narrativas regionais poderiam se enquadrar nesta classificação), advindo de uma fonte não estatal, ou no nosso caso, de um mito fundacional exterior ao nosso tempo e espaço, apesar de estar fincado em um cânone espacialista de lugar ideal.

À Geografia, ou melhor, aos elementos práticos e discursivos da teoria e labor geográfico coube a função de respaldar tal ideologia espacial do cânone identitário brasileiro que busca – na ausência ou escassez de referências heroicas –, fornecer o substrato simbólico para a composição do panorama de ligação material e imaterial do povo com sua nação, e, neste caso, com seus aspectos naturais principalmente.

A relação de afetividade e proximidade do ser humano com a materialidade que o circunda, não deve estar associada em sua essência a um determinado uso ideológico – principalmente estatal – de tal referência simbólica espacial, mas, sim na profusão simbólica advinda da relação do ser humano com o ambiente que este vive, alimentando uma infinita possibilidade de significações avindas desta relação.

No entanto, como observamos ao longo dos quatro capítulos expostos neste trabalho, a evolução do mito fundacional brasileiro encontrou nestes marcos espaciais ou semióforos toda a potência do recurso de retórica e intervenção no interior da essência espacial do edenismo em relação ao Brasil.

Os projetos políticos colonial, imperial, republicano e da nova democracia, demonstram cada qual a sua maneira muitas das formas pelas quais o territorialismo simbólico fora utilizado, ou melhor, representado, indo desde o Eldorado em relação ao ouro e diamante encontrados na região central do país, até a retomada do edenismo – melhor olhar de domínio da natureza – no final do século XIX e início do século XX (respectivamente capítulos 3 e 4 desta Dissertação).

Por isto, o imaginário canônico presente no constructo imaterial de constituição simbólica de um Estado nacional é inegável em toda miríade de países existentes. O

Brasil possui uma diferenciação neste cenário por haver uma ligação direta, histórica e geográfica, desta abstração ao outro lado, o material, devido à dominância do territorialismo simbólico que segue o país desde o seu achamento na Renascença, dando assim, o ponto de partida para o mito de origem perene até hoje.

O que fica como interessante contradição neste percurso é que apesar de se pautar na força da natureza, com sua materialidade, para o engendramento da filiação entre povo e seu Estado nacional, o Brasil possui a presença histórica de uma ausência, ou seja, uma incompletude identitária, principalmente de cunho social.

Por haver esta historicidade do mito edênico como principal alternativa de defesa simbólica para a nação, a própria população muitas vezes foi posta à margem, até mesmo da sua própria escolha perante a dominância do espacialismo edênico como símbolo nacional. Um dos maiores desafios, e neste ponto se insere um paradoxo de reafirmação identitária, seria a necessidade de um posicionamento contrário à projeção ideológica secularmente dominante do edenismo, dando assim a abertura para significações regionais ou locais de resistência, múltiplas isoladamente, mas unas na essência dos aspectos materiais e imateriais do Estado nacional brasileiro.

Por fim, o mais provável é que na busca por esta dureza material o que realmente fique à mostra é a verdadeira força da identidade nacional brasileira, ou seja, a sua inegável e inerente condição de volatilidade temporal e espacial, fornecendo uma plêiade incalculável de representações e conseqüentemente de interpretações sobre a própria condição simbólica de identificação do povo consigo mesmo e com seu país.

E esta identificação com a terra habitada teria sobremaneira sua importância inerente, mas, numa posição de maior força de afirmação de existência superior a qualquer projeto, ideologia, mitologia ou cosmogonia que por ventura estejam ou permaneçam no enalço da referência sgnica nacional do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOT, E. **Flatland: a romance of many dimensions, by A Square**. London: Seeley Editors, 1884.

ABREU, M. A. **A apropriação do território no Brasil colonial**. In: Explorações Geográficas: percursos no fim do século. [Org.] CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1985.

AGASSIZ, L; AGASSIZ, E. C. **Viagem ao Brasil (1865-1866)**. Trad. Edgar Sússekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal Conselho Editorial, 2000.

ALENCAR, J. **O Systema Representativo**. Brasília: Senado Federal, 1997. (Coleção Memória Brasileira).

ALENCAR, J. **O Gaúcho**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000134.pdf>> Acesso em 25.06.2013a.

ALENCAR, J. **O Sertanejo**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000140.pdf>> Acesso em 25.06.2013b.

ALMEIDA, A. **O tropeirismo e a feira de Sorocaba**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1968.

ALMEIDA, A. **Vida e Morte do Tropeiro**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1971.

ANDERSON, B. **Imagined Communities: reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. London/New York: Verso, 1983.

ANDRADE, M. C. **Apropriação e uso do território Brasileiro**. In: **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. (Orgs.) CHRISTOFOLETTI, A; BECKER, B; VIDOVICH; F. R; GEIGER, P. P. Rio de Janeiro/São Paulo: Hucitec, 1995.

ANDRADE, M. C. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ANDRADE, M. C. **Poder Político e Produção do Espaço**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana Editora, 1984.

ANDRADE, M. **Macunaíma (O Herói sem nenhum caráter)**. 7ª Ed. São Paulo: Martins Editora, 1972.

ANDRADE, O. **Manifesto Antropofágico (1928)**. In: <<http://www.fafich.ufmg.br/manifestoa/pdf/manifestoa>> Acesso 6 dez. 2012.

ANTUNES, C. **Uma aldeia em perigo: um ensaio sobre os grandes problemas geográficos do século XX**. 2ª Ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1978.

ANTUNES, C. **Problemas e Perspectivas: elementos de Geografia Física, Social e Econômica do Brasil**. 2ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

ARANHA, M. L. A; MARTINS, M. H. P. **Temas de Filosofia**. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 1998.

ARANHA, M. L. A; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: Introdução à filosofia**. 3ª Ed. São Paulo: Moderna, 2003.

ARAÚJO, A. F. B. **Anotações para um estudo sobre o engajamento literário em Avalovara**. In: XIII Seminário Nacional e IV Seminário Interacional Mulher e Literatura, 2009, Natal - RN. Anais XIII Seminário Nacional e IV Seminário Interacional Mulher e Literatura - Memórias, Representações, Trajetórias. Natal - RN, 2009. p. 83-88.

ARAÚJO, R. **A Formação da Memória Territorial Brasileira (1838-1860)**. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 2001.

ARAÚJO, S. **Geografia Cultura Alemã**. Palestra apresentada no V Colóquio Temático de Geografia da UnB: Geografia Cultural no Brasil e na Alemanha. Brasília, 2012.

ARENDT, H. **Sobre a Violência**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ASSIS, M. **A Sereníssima República**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000239.pdf>> Acesso em 03 de dez. 2012.

ASSIS, M. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Editora Abril, 2010. (Coleção Clássicos).

AVERINI, R. **Tropicalidade do Barroco**. In: Barroco Teoria e Análise, [Org.] Affonso Ávila. Trad. Sérgio Coelho, Perola de Carvalho, Elza Cunha de Vincenzo, Eldécio Mostaço, Marise Levy. São Paulo: Perspectiva, 1997. (p. 23-29).

AZAMBUJA, D. **Introdução à Ciência Política**. Ed. 17. São Paulo: Editora Globo, 2005.

AZEVEDO, A. **O Cortiço**. In: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000015.pdf>>. Acesso em 05 de dez. 2012.

AZEVEDO, J. **Metodologias Qualitativas: análise do discurso**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

AZEVEDO, M. N. **O paraíso é aqui**. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 1997.

BACHELARD, G. **A Epistemologia**. Trad. Fatima L. Godinho & Mário C. Oliveira. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARRETO, L. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Editora HARBRA, 2010. (Coleção da literatura brasileira).

BARRETO, L. F. **Descobrimientos e Renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI**. 2ª Ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

BARTHES, R. **Aula Inaugural da Cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França**. 14ª Ed. Trad. Leyla Perrone Moysés. Editora Cultrix: São Paulo, 2008.

BASTOS, J. A. JÚNIOR. & BASTOS, S. R. L. **Negros: Realidade, proveniências e reconsideração**. São Paulo: Senac 2007.

BASTOS, M. R. Retratos do poder imperial no Brasil. In: **Revista FACOM-nº19-1º semestre de 2008**.

BASTOS, T. A. C. **A Província: estudos sobre a descentralização no Brasil**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Comissão de Publicações/Academia Brasileira de Letras, 1997. (Coleção Afrâncio Peixoto).

BASTOS, T. A. C. **Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro**. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939.

BAULIG, H. **A Geografia é uma Ciência?** In: *Perspectivas da Geografia*. [Org.] CHRISTOFOLETTI, A. São Paulo: Difel, 1982.

BAZIN, G. **Barroco: um estado de consciência**. In: *Barroco Teoria e Análise*, [Org.] Affonso Ávila. Trad. Sérgio Coelho, Perola de Carvalho, Elza Cunha de Vincenzo, Eldécio Mostaço, Marise Levy. São Paulo: Perspectiva, 1997. (p. 17-22)

BECKER, B. K. **A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônica**. In: **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. (Orgs.) CHRISTOFOLETTI, A.; BECKER, B.; VIDOVIČH; F. R.; GEIGER, P. P. Rio de Janeiro/São Paulo: Hucitec, 1995.

BOLCATO, C. L. A. Missões Jesuíticas Arquitetura e Urbanismo. In: **Cadernos de História n 21**. Porto Alegre Memorial do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/missoes.pdf>> Acesso em 25.06.2013.

BORNHEIM, G. **Introdução ao filosofar: o pensamento filosófico em base existencialismo**. 9ª Ed. São Paulo: Globo, 1998.

BOXER, C. R. **A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Tradução de Nair de Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Ed. 12. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRANDÃO, A. B. **Diálogos das Grandezas do Brasil**. Disponível em: <http://www.geocities.ws/CollegePark/Library/7019/1500_carta_pero_vaz_de_caminha.pdf> acesso em 15.05.2013.

BRASIL. **Brasil: Império dos Trópicos**. Curadoria e textos de Cláudia Beatriz Heynemann e Maria do Carmo Teixeira Rainho. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)**. In: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm> Acesso 15 dez. 2012.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. In: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm> Acesso 10 dez. 2012.

BRITO, M. S. **História do modernismo brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

BRUNHES, J. **Geografia Humana**. Trad. Ruth Magnanini . Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

BUENO, A. **A Viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1998.

BULFINCH, T. **O Livro de Ouro da Mitologia: histórias de deuses e heróis**. 26ª Ed. Trad. David Jardim Júnior. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

BUNEYTO, J. **Informação e Sociedade: os mecanismos sociais da atividade informativa**. Trad. Maria de Lourdes Allan. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1974.

BURDEAU, G. **O Estado**. São Paulo: Editora Martins Fontes 2005.

CAMARGO, J. C. G. & ELESBÃO, I. **O problema do método nas ciências humanas: o caso da geografia**. In: Mercator – Revista de Geografia UFC, ano 3 nº 6. Fortaleza: UFC, 2004.

CAMARGO, J. C. G.; REIS, JUNIOR, D. F. C. **Filosofia (Neo) Positivista e a Geografia Quantitativa**. In: Contribuições à história do pensamento geográfico. [Org.] Antonio Carlos Vitte. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007. p. 83 – 99.

CAMINHA, P. V. A **Carta**. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000283.pdf>> - Acesso em 18 de Abril de 2012, às 10h30.

CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira**. V. 1 e 2. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1989.

CANSTATT, O. **Brasil: Terra e Gente. (1871)**. Trad. Eduardo de Lima e Castro. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

CARDOSO, A. C. S. **Linguagem, discurso e ideologia**. Linguagens e Diálogos, v. 1 n. 1 p. 122-127. Rio de Janeiro: UFRN, 2010.

CARPEUAX, O. M. **O livro de ouro da história da música: da Idade Média ao Século XX**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

CARVALHO, J. M. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. RJ: Campus, 1980.

CARVALHO, J. M. **A Formação das Almas – o imaginário da República no Brasil**. SP: Cia. Das Letras, 1990.

CARVALHO, J. M. **O motivo edênico no imaginário social brasileiro**. Revista Brasileira de Ciências Sociais – Anpocs n° 13 pág. 63-79 out/dez. 1998.

CARVALHO, J. M. **Teatro das Sombras: a política imperial**. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, L. A. **Geopolítica e Relações Internacionais**. Curitiba: Juruá, 2003.

CASTRO, I. E. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, I. E. **Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação**. In: Explorações Geográficas: percursos no fim do século. [Org] CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CELSO, A. **Porque me ufano do meu País (1881)**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1997.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. 2ª Ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAUÍ, M. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. 1ªed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2005. (Coleção História do Povo Brasileiro).

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia?** 2 Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos)

CHRISTOFOLETTI, A. **As Perspectivas dos Estudos Geográficos**. In: Perspectivas da Geografia. [Org.] CHRISTOFOLETTI, A. São Paulo: Difel, 1982.

CELSO, A. **Porque me ufano do meu País**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1997.

CHIAVENATO, J. J. **Bandeirismo: dominação e violência**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Moderna, 1991.

CITELLI, A. **Romantismo**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

CLAVAL, P. **Espaço e Poder**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CORRÊA, R. L. **Interações Espaciais**. In: [Org.] CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, R. L. **Trajétórias Geográficas**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, P. A. C. O Realismo e Naturalismo: a questão terminológica. In: **Cadernos do CNLF**, Vol. XIV, Nº 4, t. 4, 2012.

CORTESÃO, J. **História do Brasil nos Velhos Mapas. Vol. I**. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco/Ministério das Relações Exteriores, 1957a.

CORTESÃO, J. **História do Brasil nos Velhos Mapas. Vol. II**. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco/Ministério das Relações Exteriores, 1957b.

COSTA, C. M. **Vila Rica**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000043.pdf>> Acesso em 20.06.2013

COSTA E. **Totalidade urbana e totalidade-mundo: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2011.

COSTA, J. C. **Contribuição à História das Idéias no Brasil (O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

COSTA, E. B; SUZULI; J. C. **A ideologia espacial constitutiva do estado nacional brasileiro**. In: XII Colóquio Internacional Geocrítica – Las Independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX. Bogotá, Colômbia, 2012.

CORRÊA, R. L. Carl Sauer e a Geografia Cultural. In: **Trajétórias Geográficas**. CORRÊA, R. L. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (p. 261-285).

CRUZ, M. B. Europeísmo, Nacionalismo, Regionalismo. In: **Revista Análise Social**, vol. XXII, p.118-119, 1992 (4.º-5.º).

DALLARI, D. A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 3 Ed. São Paulo: Saraiva, 1976.

DANTAS, A; MEDEIROS, T. H. L. **Introdução à ciência geográfica**: Geografia. Natal/ RN: EDUFRRN, 2008.

DEFFONTAINES, P. **Geografia Humana do Brasil**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1952.

DEFFONTAINES, P. **Prefácio**. In: **Geografia Humana**. BRUNHES, J. Trad. Ruth Magnanini . Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

DELEUZE, G. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. 1ª Ed. 7ª Reimpressão. São Paulo: Editora 34, 1992.

DEMATTEIS, G. **O Território: Uma Oportunidade para Repensar a Geografia**. In: SAQUET, Marcos A. *Abordagens e Concepções de Território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. pp.7-11.

DIAS, G. **Juca Pirama**. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. Disponível em: www.domíniopublico.gov.br. Consultado em 21/09/2012.

DOMINGUES, I. **O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

DOMINIC, S. **Cultura popular: uma introdução**. Trad. Carlos Szlac. 1ª Ed. São Paulo: Hedra, 1999.

DURÃO, S. R. **Caramuru: poema épico**. Fundação Biblioteca Nacional/Ministério da Educação. Disponível em www.domíniopublico.gov.br. Consultado em 21/09/2012.

DURANT, W. **A história da filosofia**. Trad. Luiz Carlos do Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Nova Cultura, 1996.

EAGLETON T. **A ideia de cultura**. Trad. Castello S. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

EAGLETON, T. **Ideologia: uma introdução**. Trad. Luís Carlos Borges; Silvana Vieira. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

ESCOLAR, M. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1993.

ESPAS, **Citizens in an Interconnected and Polycentric World**. Institute for Security Studies European Union, 2010.

EVANGELISTA, H. A. Geografia tradicional no Brasil: uma geografia tão mal-afamada quanto mal conhecida. In: **Revista Geo-Paisagem**, Ano 5, nº 10, Jul/Dez, 2006.

ÉVORA. **Lugares e Regiões em Mapas Antigos**. XVII Congresso Internacional de História da Cartografia. Biblioteca Pública de Évora, 1997.

FADEL, D. A. F. Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). In: **Ciência Geográfica - Bauru - XV - Vol. XV - (1)**: Janeiro/Dezembro, 2011.

FAUSTO, C. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FERREIRA, M. C. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. In: **Revista Varia Historia**. Vol.23 no. 37. Belo Horizonte Jan./Jun 2007.

FIORIN, J. L. **Elementos de Análise do Discurso**. 14ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FLORES, M. **Colonialismo e missões jesuíticas**. Porto Alegre: Edições EST, 1996.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 8ª Trad. Laura Fraga Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2002. (Coleção Leitura Filosóficas).

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **O que são as Luzes?** In: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. 2ª Ed. [org.] Manuel B. da Motta. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008. (Coleção Ditos e Escritos II p. 336-351).

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1954.

FREYRE, G. **O Manifesto**. In: Manifesto Regionalista. 7ª Ed. [Org.] Fátima QUINTAS. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1996.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1991.

GAMBINI, R. **O Espelho Índio: os jesuítas e a destruição da alma indígena**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

GAUDIO, R. S. D. **Ideologia nacional e discurso geográfico sobre a natureza brasileira**. Belo Horizonte: UGMG, 2007.

GEORAMA. **História da cartografia**. Rio de Janeiro: Codex, 1967.

GIL FILHO, S. F. **Espaço de representação: uma categoria chave para a análise cultural em geografia**. Artigo apresentado originariamente no 5º Encontro Nacional da ANPEGE sob o título: Espaço de Representação: Epistemologia e Método. 2003.

GODOY, P. R. T. Algumas considerações para uma revisão crítica da História do Pensamento Geográfico. In: **História do Pensamento Geográfico e epistemologia em Geografia**. [Org.] Paulo Roberto T. de Godoy. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GOMES, P. C. C. **Geografia fin-de-siècle: O discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões** In: CASTRO, I. E. **Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação**. In: Explorações Geográficas: percursos no fim do século. [Org] CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GRAHAN, M. **Diário de uma viagem ao Brasil. (1824)**. Trad. Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Editora Universidade de São Paulo, 1990.

GRANDIN, G. **Fordlandia: the rise and the fall of Henry Ford forgotten jungle city**. New York: Metropolitan Books, 2009.

GUALBERTO, J. **A invenção do coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro**. Espírito Santo: UFES/SPDC, 1995. (p. 7-55).

HAAG, C. **Ciência para criar uma nação: Presença pouco conhecida de naturalistas na Comissão Rondon ajudou a institucionalizar a pesquisa científica.** Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/05/11/ciencia-para-criar-uma-nacao/>>, consultado em 30.08.2013.

HABERMAS, J. **Conhecimento e Interesse.** Trad. José N. Heck. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: nov. de 2012.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** Trad. Adail Ubirajara Sobral & Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARTSHORNE, R. **The Nature of Geography (1939).** Lancaster, Penn. Association of American Geographers. Reprinted with permission. Text converted by Cari Breton, Scott Dunham, and Colin Scarff. Washington/DC, 2012.

HETTNER, A. O sistema das ciências e o lugar da Geografia. Trad. Ruy Moreira. In: **GEOgraphia** – Ano. II – No 3 – 2000.

HESSEN, J. **Teoria do Conhecimento.** 7ª Ed. Trad. António Correia. Coimbra, Portugal: Armênio Amado Editora, 1980. (Coleção Studium).

HOLANDA, S. B. **História Geral da Civilização Brasileira: Reações e Transações.** 2ª Ed. 3º Vol. Tomo III. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** 17ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Olympo, 1984.

HOLANDA, S. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e Colonização do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora José Olimpyo, 1958.

HOLZER, W. **A Geografia fenomenológica de Eric Dardel.** In: **Matrizes da geografia cultural.** (Org.) ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HUGO, V. **Do grotesco e do sublime.** 2ª Ed. Trad. Célia Berretini. São Paulo: Perspectiva, 2007.

HUMBOLDT, A. **Introduction.** In: **Cosmos: essai d'une description physique du monde.** Trad. Par H. Faye. Paris: Gide Et J. Baudry, Éditeurs, 1856. (p. 1- 27).

HUMBOLDT, A. **Quadros da Natureza Vol. 1.** Trad. Assis de Carvalho, Editores W. W. Jackson INC: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, 1952a.

HUMBOLDT, A. **Quadros da Natureza Vol. 2.** Trad. Assis de Carvalho, Editores W. W. Jackson INC: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, 1952b.

IANNI, O. **A ideia de Brasil Moderno.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

IBGE. **“Meu Deus, isto fala!”**. In: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/telefone/meudeus.html>>. Acesso em 10 dez. 2012.

IBGE. **Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras. Brasil Meridional**. Vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE. **Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras. Sertões Brasileiros I**. Vol. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

JAPIASSU, H. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

KAGAN; R. L; SCHMIDT, B. **Maps and the Early Modern State: Official Cartography**. In: The History of Cartography Vol. 3(Cartography in the European Renaissance, part 1. [Org.] David Woodward. London/Chicago: The University of Chicago Press, 2007).

KAYSER, B. **A região como objeto de estudo da geografia**. In George, P.; Kaiser, B. (Orgs.) A Geografia Ativa. São Paulo: Difel, 1980.

KANT, I. **Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento? (Was ist Aufklärung?)**.. Disponível em <http://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/b47.pdf>> Acesso em 21 de março de 2012, às 14h30.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9 Ed. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007.

KURY, L. Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. In: **História, Ciências e Saúde – Maguinhos**, v. VIII (suplemento), 2001.

LA BLACHE, P. L. **O Princípio da Geografia Geral**. Trad. Rogério Haesbaert e Sylvain Souchaud. In: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/saude_ambiental/principio_geografia_geral.pdf Acesso 06 dez. 2012.

LA BLACHE, P. L **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Cosmos (1954 [1921]).

LACOSTE, Y. **A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra**. 13ª Ed. Trad. Maria C. França São Paulo: Editora Papirus, 2007.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LEBRUM, G. **O que é poder?** Trad. Renato J. Ribeiro Silva Lara. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

LEITE, A. D. **Caminhos do desenvolvimento: contribuição para um projeto brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

LEONARDI, V. P. B. **Entre Árvores e Esquecimentos: História social nos sertões do Brasil**. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

LONDON, J. **Caninos Brancos**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

MACHADO, L. O. **As idéias no lugar. O desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX**. São Paulo: Terra Brasilis (Nova Série), n. 2, 2000, p. 02-12.

MACIEL, C. A. A. Morfologia da Paisagem e Imaginário Geográfico: uma encruzilhada onto-gnoseológica. In: **Revista Geographia UFF** Vol. 3 Nº 6 págs. 1-12. Rio de Janeiro, 2001.

MAGNOLI, D. **O corpo da pátria**. São Paulo: Moderna/EDUNESP, 1997.

MAIA, A. C. **Diversidade cultural, identidade nacional brasileira e patriotismo constitucional**. In: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Diversidade_Cultural/FCRB_DiversidadeCulturalBrasileira_AntonioCavalcanti.pdf > Acesso 10 dez, 2012.

MAIA, J. M. E. **A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

MARAVALL, J. A. **A Cultura do Barroco: análise de uma estrutura histórica**. Trad. Silvana Garcia. São Paulo: Edusp, 1997.

MARTINS, C. B. **O que é sociologia?** 38ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

MARTINS, E. R. Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do ser. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 21, p. 33 - 51, 2007.

MARTINS, H. **O Deus dos artefatos: sua vida, sua morte**. In: *Tecnociência e Cultura: ensaios sobre o tempo presente*. [Org.] Hermes Reis de Araújo. São Paulo. Estação Liberdade. 1998. (p. 149-168).

MATTOS, C. M. **O Brasil: Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

MATTOS, C. M. **Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

MELVILLE, H. **Moby Dick or The Whale**. In: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/pp000028.pdf>. Acesso em 15 de nov. 2012.

MENEZES, T. B. **Ensaio e Estudos de Philosophia e Critica**. 2ª Ed. Pernambuco: Editor José Nogueira de Souza, 1889.

MEYER, H. J. **La Tecnificación del Mundo: origen, esencia y peligros**. Trad. Rafael de La Vega. Madrid: Editorial Gredos S. A., 1966.

MIYAMOTO, S. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas/SP: Papyrus, 1995.

- MOOG, V. **Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- MORAES, A. C. R. **Geografia: Pequena História Crítica**. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MORAES, A. C. R. **Historicidade, consciência e construção do espaço: notas para um debate**. In: [Org.] SOUZA, M. A. A; SANTOS, M. A. *Construção do Espaço*. São Paulo: Editora Nobel, 1986.
- MORAES, A. C. R. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- MORAES, A. C. R. **Território e História do Brasil**. São Paulo: Editora Annablume, 2005.
- MORAES, A. C. R. [org.] **Ratzel**. São Paulo: Atica, 1990.
- MORAES, A. C. R. Notas sobre a formação territorial do Brasil. In: **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano IV, nº 7, p. 43-50, jul./dez. 1999.
- MORAIS, A. J. M. A **Independência e o Império do Brasil**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.
- MOREIRA, E. **Ideias para uma concepção geográfica da vida**. [Org.] Maria Stella F. P. Guimarães. Belém: SEMEC, 2012.
- MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- MORIN, E. **O Método I: a natureza da natureza**. 2ª Ed. Trad. Ilana Heineberg. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.
- NASH, R. **A Conquista do Brasil**. Trad. Moacyr N. Vasconcellos. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939.
- NÓBREGA, M. **Cartas do Brasil (1549-1560)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.
- NOVO, B. R; MARTÍN-MERÁS, L. **Cuatro Siglos de Cartografía en América**. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.
- OLIVA, J. T. **O espaço geográfico como componente social**. In: *Revista Terra Livre* nº17 p. 25-48. 2º semestre 2008, São Paulo.
- OLIVEIRA, A. U. **BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização**. In: Torres, Mauricio. (Org.). **Amazônia Revelada - Os descaminhos ao longo da BR-163**. 1ªed.Brasilia: CNPQ, 2005. p. 67-183.

ORTIZ, R. **A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PAULA, D. A. **As ferrovias no Brasil: análise do processo de erradicação de ramais**. In: <<http://www.docutren.com/archivos/aranjuez/pdf/22.pdf>> Acesso em 05 de dez. 2012.

PEDRAS, L. R. V. A paisagem em Alexander von Humboldt: o modo descritivo dos quadros da natureza. In: **REVISTA USP**, São Paulo, n.46, p. 97-114, junho/agosto 2000.

PENNA, J. O. M. **Em berço esplêndido: ensaios de psicologia coletiva brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1974.

PEREIRA, P. **As dobras da melancolia: o imaginário barroco português**. In: Barroco Teoria e Análise, [Org.] Affonso Ávila. Trad. Sérgio Coelho, Perola de Carvalho, Elza Cunha de Vincenzo, Eldécio Mostaço, Marise Levy. São Paulo: Perspectiva, 1997. (p. 159-170).

PEREIRA, S. N. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. In: **REVISTA DA SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 112-124, jul. | dez. 2005.

PIANZOLA, M. **Os papagaios amarelos: os franceses na conquista do Brasil**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Luís/MA: Secretaria da Cultura do Estado do Maranhão/ALHAMBRA, 1992.

PINHEIRO, R. **O que nossos cientistas escreviam: algumas das publicações em ciências no Brasil do século XIX**. Tese de Doutorado em Ciências pelo Pós-Graduação em Ensino e História de Ciências da Terra. Unicamp, 2009.

PIRES, E. As lógicas territoriais do desenvolvimento: diversidades e regulação. In: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 8, N. 2, p. 155-163, Set. 2007.

POLLMAN, L. Estudios - Naturalismo/Modernismo/Mundonovismo: una época de transición entre siglo XIX y siglo XX. In: **Revista Chilena de Literactura**, nº 44, p. 5-12, 1994.

PORRATA, F. E. **Relectura del discurso novomundista de Alejo Carpentier y Abel Posse en el contexto de la nueva novela histórica**. A dissertation submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in Spanish. Florida International University, 2002.

PRADO JÚNIOR, C. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

PRADO, P. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. 2ª Ed. São Paulo: Ibrasa (Brasília), INL, 1981.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S. A. 1993.

RANGEL, C. **Do bom selvagem ao bom revolucionário**. Trad. Berenice de Souza Otero. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1981.

RATZEL, F. **La Terra e La Vita: Geografia Comparativa**. Trad. Aristide Cignolini & Mario Lessona. Volume Primo. Milano/Roma/Napoli: Unione Tipografico Editrice, 1905.

RECLUS, E. **L' Origine animale dell'uomo**. In: Opuscolo allegato allo "Almanacco popolare socialista 1897". 1ª EDIZIONE ELETTRONICA DEL: 17 gennaio 2002.

REIS JÚNIOR, D. F. C. Nova Geografia física bertrandiana (É possível tornar humanístico um fisiógrafo?). In: **Revista GEONORTE**, Edição Especial, V.4, N.4, p.34 – 46, 2012.

REIS JR., D. F. C. **História do pensamento geográfico: como lê-lo para interpretá-la? (as rotinas técnicas)**. 1º SIMPGEO, Rio Claro: UNESP/IGCE, 2008.

REIS FILHO, N. G. **Notas sobre o Urbanismo Barroco no Brasil**. In: Barroco Teoria e Análise, [Org.] Affonso Ávila. Trad. Sérgio Coelho, Perola de Carvalho, Elza Cunha de Vincenzo, Eldécio Mostaço, Marise Levy. São Paulo: Perspectiva, 1997. (p. 217-232).

REZENDE, T. V. F. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

RIBEIRO, B. **O índio na história do Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1984.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: CIA das Letras 1995.

RIBEIRO, J. **A Carne**. São Paulo: Editora Três, 1972.

RIBEIRO, J. **As nossas fronteiras: breve synopse**. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1930.

RITTER, C. **Comparative Geography. Translate.** by Willian L. Gage. Philadelphia: J. B. Lippincott & Co. 1865.

RODRIGUES, J. A. **Atlas para estudos sociais**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

SAID, E. W. **Cultura e Imperialismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALGUEIRO, T. B. **Paisagem e Geografia**. In: Revista Finisterra. Nº XXXVI, 72, p. 37-53, 2001.

SANTAELLA, L. **O que é semiótica?** 19ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SANTAELLA, L. & NÖTH, W. **Semiótica e Comunicação**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª. Ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, A. C. **O naturalismo sob o olhar modernista: Candido e a crítica a Aluísio Azevedo**. In: *Crítica Cultural (Critic)*, Palhoça, SC, v. 6, n. 2, p. 557-563, jul./dez. 2011.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 3ª edição, Editora Cortez São Paulo 2005.

SANTOS, C. **O conceito de extenso (ou a construção ideológica do espaço geográfico)**. In: *A construção do espaço*. [Org.] Maria Adélia de Souza e Milton Santos. São Paulo: Nobel, 1986. (p. 25-31).

SANTOS, D. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

SANTOS, L. G. **Tecnologia, natureza e a “redescoberta” do Brasil**. In: *Tecnociência e Cultura: ensaios sobre o tempo presente*. [Org.] Hermetes R. de Araújo. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

SANTOS, M. **Circuitos espaciais da produção: um comentário**. In: *A construção do espaço*. [Org.] Maria Adélia A. de Souza e Milton Santos. São Paulo: Nobel 1986.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **A Rota do Ouro e dos Diamantes**. *Revista Nossa História*. Ano 3, nº 30, abril de 2006. p. 52-57.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: Da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Editora Hucitec 1980.

SANTOS, R; RIBEIRO, M. V; LYRA, M. L. V. **O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional: Estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

SCARLATO, F. C. **O espaço industrial brasileiro**. In: ROSS, J. *Geografia do Brasil*. 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2005. (p. 327-398).

SEIDLER, C. **Dez anos no Brasil (1825-1834): eleições sob Dom Pedro I, dissolução do Legislativo, que redundou no destino das tropas estrangeiras e das colônias alemãs no Brasil**. Trad. Bertoldo Klinger e F. de Paula Cidade. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

SEYSSEL, R. **Um Estudo Histórico Perceptual: A Bandeira Brasileira Sem Brasil**. Dissertação de Mestrado em Artes Visuais pela UNESP – São Paulo. São Paulo: Unesp, 2006.

SILVA, J. M. **A contribuição epistemológica da Análise do Discurso para o ensino de geografia**. Minas Gerais: FINOM, 2004.

SILVA, M. R. Páginas candentes da história: os subterrâneos do Estado Novo por Jorge Amado. In: **O Estado Novo: as múltiplas faces de uma experiência autoritária**. [Orgs.] Paulo S. Silva; Carlos Zacarias F. de Sena Júnior. Salvador: EDUNEB, 2008. (págs. 237 – 272).

SILVA, R. I. **Amazônia: paraíso e inferno!** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Editora Ministério do Exército, 1970.

SILVEIRA, M. L. **O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial**. GEOUSP, n. 19, 2006. São Paulo: FFLCH/USP, p. 81-91.

SIMMEL, G. **A Filosofia da Paisagem**. Trad. Artur Mourão. Universidade da Beira Interior: Covilhã, 2009.

SOARES, T. **História da Formação das Fronteiras no Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

SOBRAL, M. & AGUIAR, L. A. [Org.]. **Para compreender o Brasil**. São Paulo: Editora Alegro, 2001.

SODRÉ, N. W. **A Ideologia do Colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro**. 3ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

SODRÉ, N. W. **Introdução à Geografia (Geografia e Ideologia)**. 5ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

SODRÉ, N. W. **Introdução à Geografia: geografia e ideologia**. 6ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

SORRE, M. A Geografia Humana (Introdução). In: **GEOgraphia** -Ano V - No 10 – 2003.

SORRE, M. **Rencontres de la Géographie et de la Sociologie**. Paris: Librairie Marcel Rivière et Cie, 1957.

SOUSA NETO, M. F. **Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma jangada de pedras?** In: Terra Livre, nº 17, São Paulo: AGB, 2001, p. 119-137.

SOUSA, O. T. **Tratado de Madri**, 13 de janeiro de 1750. In: Coleção documentos brasileiros, vol. 19, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1939. Disponível em: < http://stoa.usp.br/puntoni/files/1033/5869/05_Tratado_de_Madrid_1750.pdf > Acessado em 22/10/12.

SOUZA, M. L. **A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial**. In: [Org.] CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SOUZA, M. J. L. **O território: sobre o espaço e poder, autonomia e**

desenvolvimento. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas.** 11ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, O. **Fantasia de Brasil: as identificações em busca da identidade.** São Paulo: Editora Escuta, 1994.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STEINBERGER, M. **A influência alemã na geografia política do Brasil.** In: Albene Miriam F. Menezes; Mercedes Gassen Khote. (Org.). **Brasil-Alemanha 1827-1997: perspectivas históricas.** 1ªed.Brasília: Thesaurus, 1997, v. , p. 91-108.

SUERTEGARAY, D. M. A; NUNES, J. O. R. **A natureza da Geografia Física na Geografia.** In: Revista Terra Livre, nº 17, 2º semestre/2001. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros.

TAUNAY, A. E. **História Geral das Bandeiras Paulistas.** Volume1. São Paulo: Tipografia Ideal, 1930.

THUILLIER, P. **De Arquimedes a Einstein: a face oculta da invenção científica.** Trad. Maria Inês Duque-Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

TRICART, J. **Ecodinâmica.** IBGE, Rio de Janeiro, 1977.

TUAN, Y. F. **Paisagens do Medo.** Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

VARGAS, G. **A Nova Política do Brasil: O Estado Novo (10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938).** Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1938.

VERÍSSIMO, J. **História da Literatura Brasileira.** Ministério da Educação/Departamento Nacional do Livro. Disponível em: www.objdigital.bn.br Acessado em 27/09/12 às 10h.

VIDAL, J. W. B. **De Estado Servil à Nação Soberana: civilização solidária dos trópicos.** 2ª Ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1988.

VIEIRA, P. **Sermões V. 3.** Biblioteca Nacional. Disponível em:< <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000034.pdf>> Acesso em 20.06.2013.

VILLAS-BÔAS, O; VILLAS-BÔAS, C. **A Marcha para o Oeste : a epopeia da Expedição Roncador-Xingu.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WAIBEL, L. H. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Superintendência de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SUPREN), 1979.

WILSON, E. O. **The Diversity of life.** London/BK: The Penguin Press, 1992.

VITTE, A. C; SPRINGER, K. S. A Ciência humboldtiana e a gênese da geografia física moderna. In: **Geografães**, nº 7. 2009.

VITTE; A. C. SILVEIRA, R. W. D. Kant, Goethe e Alexander Humboldt: estética e paisagem na gênese da geografia física moderna. In: **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 8, p.07-14, jul./dez. de 2010.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System I: capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century**. New York/San Francisco/London: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750**. New York: Academic Press, 1980.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System III: The Second Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840's**. San Diego: Academic Press, 1974.

WEHLING, A. **Documentos Históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar/Lacerda Editores, 1999.

Sites Consultados:

www.ihggi.org.br/pag.rotasdostropeiros - acessado em 19 de Outubro de 2012, às 10h.

www.brasil.gov.br/sobre/cultura/centros-de-cultura/acervos-e-arquivos-historicos
Museu Carmen Thyssen Málaga, Málaga, Espanha. Disponível em:
<http://www.carmenthyssenmalaga.org/es>

<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria>

<http://www.uc.pt/fluc/coimbra-marrakech/indexfr/sources/icono/21.JPG?hires>

<http://www.museus.gov.br>

[www;museus.rj.gov.br](http://www.museus.rj.gov.br)

www.bv2dejulho.ba.gov.br

<https://www.raremaps.com/gallery/>

<http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca-pt>

<http://revistaescola.abril.com.br/historia/pratica-pedagogica/mudou-imagem-422991.shtml>

<http://www.vexilologia.com.br/rs.html>

<http://www.acervo.sp.gov.br/>

<http://www.abpfsp.com.br/ferrovias.htm>

<http://www.uni-leipzig.de>

<http://pt.fifa.com/worldcup/index.html>